

Plinio Soares de Arruda Sampaio Jr.

## ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE

Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida por Plinio Soares de Arruda Sampaio Jr. em 19/12/97 e orientada pelo Prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello.  
CPG/IE, 19/12/97

Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do professor João Manuel Cardoso de Mello

Campinas, 1997

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	TRUWICAMP
V.	33004
TOMBO	395/98
PROD.	
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
M	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	10/03/98
N.º CPD	

CM-00106530-9

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Sampaio Jr., Plinio Soares de Arruda  
Sa47e Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente/ Plinio Soares de Arruda Sampaio. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : João Manuel Cardoso de Mello  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Capitalismo - Brasil. 2. Economia - Brasil. 3. Brasil - Condições econômicas. 4. Prado Jr., Caio, 1907-. 5. Fernandes, Florestan, 1920-. 6. Furtado, Celso, 1920-. I. Mello, João Manuel Cardoso de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

## AGRADECIMENTOS

Os estudos que resultaram na presente dissertação foram financiados por bolsas de estudos da Capes (1991-1992) e do CNPq (1992-1994). Também recebi importante apoio institucional do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e do Instituto de Economia do Setor Público da Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo (Fundap-Iesp). Aproveito a oportunidade para agradecer o respeito e a gentileza com que sempre fui tratado pela direção e pelos funcionários dessas organizações públicas.

Embora as idéias aqui defendidas sejam de minha exclusiva responsabilidade, elas foram enriquecidas pelas críticas de meus colegas, dentre os quais destaco José Carlos Braga, José Luiz Fiori, Luciano Coutinho, Octávio Rodríguez, Sônia Draibe e Wilnês Henriquez. Daniela Prates e Marco Antonio Cintra contribuíram para aprimorar importantes elos da argumentação. Agradeço particularmente as discussões e a ajuda que recebi de Fernando Sampaio, José Geraldo Portugal, Liana Aureliano, Márcio Percival, Rui Affonso e Vicente Rodríguez. O competente trabalho de revisão de Caia Fittipaldi, de Fernando Sampaio e de minha mulher, Maria Hirszman, foram decisivos para melhorar a qualidade da redação final. A normatização das referências bibliográficas contou com o profissionalismo de Norma Batista Norcia e de sua generosa

equipe, Ana Cristina Leão e Ruth Aparecida de Oliveira. A revisão final contou com o providencial apoio de Elenira Fonseca, Karla Krepsky e Renata Corrêa.

Gostaria de manifestar um reconhecimento especial a M. Bruno Therét, do Centre National de Recherche Social (CNRS), que me abriu as portas de Paris. Sempre atento às minhas necessidades e preocupações, sua generosidade e sua inteligência foram fatores determinantes não só para que minha estadia no exterior transcorresse dentro da mais completa tranqüilidade, mas também para que eu tivesse acesso ao instigante debate da comunidade universitária francesa. Minha maior gratidão vai para meu orientador, Prof. João Manuel Cardoso de Mello, em quem admiro a coragem de não se deixar intimidar pelas grandes questões e a grandeza de espírito de interpretar a crítica como meio de impulsionar o conhecimento.

Agradeço, nas figuras de Maria Edy Chonchol, Liana Aureliano e Violeta Gervaiseau, os favores e o carinho que recebi dos amigos. Devo uma gradidão especial a meus pais que me apoiaram com integral cumplicidade em todas as etapas desta empreitada. Por fim, queria dizer que a energia e as esperanças aqui contidas estão dedicadas à Maria, uma mulher extraordinária e uma companheira querida, que soube valorizar meu esforço, compreender minhas ausências e dar tempo ao tempo para que o pensamento pudesse fazer seu caminho.

<<Toda ação principia é por meio de alguma coisa pensada.>>,

*J. Guimarães Rosa*

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>CAPÍTULO 1 - Transnacionalização do capitalismo e dilemas do desenvolvimento nacional</b> .....	10
1. A crise do desenvolvimento nacional .....	10
2. A crise da teoria do desenvolvimento .....	32
<b>CAPÍTULO 2 - Introdução à problemática do desenvolvimento capitalista nacional</b> .....	65
Introdução .....	65
1. A problemática do desenvolvimento capitalista nacional .....	67
2. Desenvolvimento capitalista autodeterminado .....	84
3. Os dilemas do desenvolvimento dependente .....	99
<b>CAPÍTULO 3 - Caio Prado Jr. e o substrato social do capitalismo dependente</b> .....	109
Introdução .....	109
1. Mercado e desenvolvimento capitalista nacional .....	116
2. Industrialização como ciclo de substituição de importações .....	128
3. "Imperialismo total" e industrialização periférica ....	133
4. Observações finais .....	145
<b>CAPÍTULO 4 - Florestan Fernandes - Capitalismo dependente e luta de classes</b> .....	147
Introdução .....	147
1. Economia e concorrência no capitalismo dependente .....	153
2. Luta de classes e racionalidade do capitalismo dependente .....	162

a) As bases sociais do capitalismo dependente .....	163
b) Racionalidade do capitalismo dependente .....	173
3. Capitalismo dependente e revolução burguesa atrasada ..	180
4. Revolução burguesa atrasada e "imperialismo total" ....	187
5. Observações finais .....	193
<b>CAPÍTULO 5 - Celso Furtado - Progresso técnico e desenvolvimento nacional .....</b>	<b>196</b>
Introdução .....	196
1. Estrutura centro-periferia e incorporação de progresso técnico.....	201
2. Modernização e subdesenvolvimento .....	209
3. Modernização e industrialização .....	220
4. Capitalismo transnacional e a "nova dependência" .....	228
5. Observações finais .....	232
<b>CAPÍTULO 6 - Entre a Nação e a barbárie .....</b>	<b>234</b>
Introdução .....	234
1. Imperialismo x Nação: as tarefas da revolução nacional	241
2. Dependência x Nação - Os desafios da revolução democrática.....	249
3. Modernização x Nação - As bases técnicas de um sistema econômico nacional.....	257
4. Observações finais: .....	271
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>273</b>

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é mostrar que as obras de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado nos fornecem importantes elementos para o resgate do enfoque crítico sobre a problemática do desenvolvimento nacional. Exponentes de uma geração de intelectuais engajados na construção da nação, suas reflexões enfatizam a necessidade de superar as relações externas e internas que perpetuam o subdesenvolvimento. A recuperação dessa perspectiva analítica nos permite vislumbrar novas soluções para problemas do desenvolvimento nacional que pareciam já equacionados, mas que foram recolocados pela transnacionalização do capitalismo.<sup>1</sup>

O leitor não encontrará aqui uma exegese dos autores nem uma hermenêutica dos conceitos. Nosso objetivo foi outro. Procuramos aproveitar o ângulo privilegiado de observação, propiciado pelos desdobramentos históricos e pelos desenvolvimentos teóricos, para, respeitando o espírito das abordagens dos autores, encontrar novas respostas para os problemas contemporâneos das populações que sofrem as agruras do capitalismo dependente. Organizamos a problemática em torno das seguintes questões: quais as estruturas e as dinâmicas

---

<sup>1</sup>. Quando ressaltamos o fato de que os três autores pertencem à mesma geração queremos destacar que suas visões de mundo foram condicionadas por problemas comuns - no caso o dilema da construção da nação. A propósito ver K. Mannheim, O problema sociológico das gerações (1952), IN: \_\_\_\_\_ FORACCHI, M.M. (Org.) Mannheim, 1982, p. 67-95. Uma visão panorâmica do

responsáveis pelo desenvolvimento das economias dependentes?; em que circunstâncias, a situação de dependência é compatível com o processo de construção da nação?; quais as rupturas históricas indispensáveis para a superação da dependência?; e quando, frente ao perigo da "barbárie", essa ruptura se torna inadiável?

Nossa leitura pretende reconstituir a cadeia de causalidade que caracteriza a interpretação de cada um desses autores sobre as dificuldades enfrentadas pelas sociedades dependentes para controlar o seu destino.<sup>2</sup> O principal desafio consiste em criar as condições necessárias para que o processo de acumulação de capital fique subordinado à vontade da sociedade nacional. Não se trata, portanto, de discutir a dinâmica do capitalismo em si mesmo, mas de apresentar os dilemas que as sociedades dependentes enfrentam para transformar o capitalismo em instrumento de aumento progressivo da eficiência econômica e elevação sistemática do

---

pensamento brasileiro sobre os dilemas da formação do Estado nacional pode ser encontrada em IANNI, O. A Idéia de Brasil moderno, 1992.

<sup>2</sup>. Nossa leitura seguirá o critério de compreensão das doutrinas econômicas, proposto por Maurice Dobb, segundo o qual, "(...) a análise teórica, (...), tem inevitavelmente a sua história causal. Tipos diferentes de história causal podem ter implicações diversas no domínio daquilo que é possível realizar e alcançar por meio de política e ação social; ela é, por conseguinte, relevante, e até fundamental, para estabelecer alternativas viáveis - se, de fato, existe qualquer alternativa viável para a estrutura socioeconômica existente - e isto inteiramente dentro dos limites do raciocínio <<positivo>> e não-normativo", DOBB, M., Teorias do Valor e da Distribuição desde Adam Smith, 1977, p. 45. Por esse motivo, adotaremos o critério de ordenação das idéias sugerido pelo autor: "(...) é possível caracterizar e classificar teorias econômicas, mesmo as mais abstratas, conforme o modo como descrevem a estrutura e raízes da sociedade econômica, conforme o significado desse modo de descrever para o julgamento histórico e a prática social contemporânea. Com efeito, proceder deste modo é parte essencial da interpretação intelectual das teorias em questão, e do seu lugar na história das idéias; e sem essa apreciação, algo essencial faltaria na nossa compreensão de teorias particulares, tratadas isoladamente e vistas exclusivamente em termos da sua estrutura lógica

bem-estar social do conjunto da população. O objetivo último é estabelecer uma espécie de portulano que nos permita delimitar o campo de discussão da problemática do desenvolvimento nacional. Antes de almejar conclusões definitivas, nosso intuito consiste em definir uma pauta de questões capaz de reabrir a discussão sobre os problemas históricos das sociedades capitalistas dependentes de origem colonial.<sup>3</sup>

A teoria econômica de Caio Prado nos auxilia a tratar a particularidade da **incerteza estrutural** responsável pela elevadíssima instabilidade dessas economias e pelas suas recorrentes crises de reversão estrutural. A reflexão de Florestan Fernandes sobre a **revolução burguesa atrasada** nos permite entender por que a combinação de forças produtivas em diferentes idades históricas dá às economias dependentes uma certa estabilidade, mas bloqueia a possibilidade de o circuito fechado do subdesenvolvimento ser rompido. Finalmente, a teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado é essencial para explicar a irracionalidade do movimento de incorporação de progresso técnico baseado na **modernização dos padrões de consumo das elites dominantes**.

---

interna - e a fortiori na nossa compreensão do desenvolvimento do pensamento econômico", Teorias do Valor..., 1977, p. 52.

<sup>3</sup>. A propósito não custa lembrar a advertência de Baran, em A Economia política do crescimento [1959], "(...)sería deseable romper com la larga tradición de la economía académica de sacrificar la importancia del tema a la elegancia del método analítico; es mejor tratar en forma imperfecta de lo que es sustancial, que llegar al virtuosismo en el tratamiento de lo que no importa", p. 39. É a mesma idéia que inspira a epígrafe de seu livro: "La ciencia social necesita menos uso de técnicas elaboradas y un mayor valor para enfrentarse a los problemas centrales en vez de esquivarlos. Pero exigir esto, sería desconocer las razones sociales que han hecho de esta ciencia lo que es", BERNAL apud BARAN, P.A. - La Economía ..., 1959, s.p.

Além da complementariedade de suas abordagens sobre a problemática do desenvolvimento, os autores compartilham uma mesma visão sobre a gravidade do momento histórico. Interpretando as tendências do capitalismo no Brasil, os três pensadores chegam à dramática conclusão de que, em algum momento entre 1950 e 1980, a contradição entre capitalismo dependente e construção da nação transformou-se em aberto antagonismo. A missão civilizatória do capitalismo dependente teria atingido o limite de suas possibilidades e, para sobreviver como projeto nacional, a sociedade brasileira não disporia de outra alternativa senão romper com as relações econômicas, sociais e culturais responsáveis por sua posição subalterna no sistema capitalista mundial e pela perpetuação das assimetrias herdadas da sociedade colonial.

Para os três autores, a continuidade da dependência está levando o Brasil à barbárie. A urgência de uma ruptura fica evidenciada na conclamação de Caio Prado a favor da "revolução brasileira", na insistência de Florestan Fernandes no caráter anti-social, antinacional e antidemocrático da burguesia brasileira, bem como na eloqüente advertência de Celso Furtado, em "A Construção Interrompida", de que a transnacionalização do capitalismo ameaça a própria unidade do Brasil como Estado nacional. Tais constatações são perfeitamente condizentes com o que se observa no dia-a-dia da sociedade, pois saltam aos olhos as evidências de que estamos atravessando um período de progressiva desarticulação dos processos responsáveis pela formação de nossa nacionalidade.

Afinal, não é isto que nos revelam a desestruturação do sistema econômico nacional; a decomposição do tecido social; a exacerbação das rivalidades inter-regionais; a perda da identidade cultural; e o desmantelamento do aparelho de Estado?

Rejeitando o conformismo de quem postula que as sociedades dependentes não têm outra escolha senão aceitar as tendências espontâneas do sistema capitalista mundial; e recusando o imobilismo de quem se nega a procurar alternativas que transcendam os marcos do *status quo*, as reflexões de Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado abrem novas possibilidades para o desenvolvimento das nações emergentes. Diante da discussão que circunscreve as opções de nossa sociedade à escolha binária entre o modernismo acelerado dos neoliberais e a nostalgia de um nacional desenvolvimentismo extemporâneo, elas representam alternativas criativas.

Por enquanto, o coro a favor da modernização à qualquer custo impede que a razão de nossos grandes intelectuais e as advertências de nossa realidade sejam ouvidas. Mas, um dia, ficará claro que nosso destino não pode continuar nas mãos de classes dominantes aculturadas, cujo único projeto é viver à semelhança dos países desenvolvidos, uma pretensão descompassada com as necessidades do conjunto da população e com as possibilidades de uma economia dependente. O contraste entre as previsões sombrias dos pensadores do Brasil e o otimismo dos acadêmicos que vendem a ilusão de que o Brasil está ascendendo ao "primeiro mundo" nos faz lembrar o sábio

conselho do Padre Viera: "Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar de quem não se sacrificou, nem se sacrifica, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; e querer cegar o presente e não acertar o futuro".

\*\*\*

No Capítulo 1, examinaremos a crise do desenvolvimento nacional decorrente da transnacionalização do capitalismo; e a crise da teoria do desenvolvimento nacional, provocada pela negação dos supostos fundamentais da economia política da Cepal. Nosso objetivo é colocar em evidência os novos desafios do desenvolvimento nacional e a carência de instrumentos analíticos adequados para enfrentá-los. No Capítulo 2, faremos uma breve introdução à problemática do desenvolvimento capitalista nacional e à especificidade das dificuldades com que se defrontam as sociedades dependentes. Introduziremos então as particularidades das abordagens de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado e procuraremos mostrar a complementaridade de seus enfoques.

Nos três capítulos seguintes examinaremos o modo como cada autor trata a problemática do desenvolvimento capitalista dependente. Daremos destaque às relações de causa e efeito que caracterizam suas explicações sobre as estruturas e as dinâmicas responsáveis pela continuidade do círculo vicioso do

subdesenvolvimento. Veremos então suas interpretações sobre a particularidade do marco histórico que propiciou o movimento de industrialização para substituição de importações na América Latina. No Capítulo 3, estudaremos o modo como Caio Prado vê o substrato social das economias coloniais em transição. Nossa leitura está centrada fundamentalmente na reflexão sistematizada em *História e Desenvolvimento* [1968] e *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* [1957]. No Capítulo 4, examinaremos a contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão das bases sociais e políticas do capitalismo dependente. Apoiamo-nos fundamentalmente no pensamento articulado em *A Revolução Burguesa* [1976], em que o autor consolida sua interpretação sobre as dificuldades da revolução burguesa atrasada na era do imperialismo. No Capítulo 5, analisaremos a visão de Celso Furtado sobre as bases técnicas do subdesenvolvimento. Tomamos como ponto básico de referência a reflexão exposta em *O Mito do Desenvolvimento Econômico* [1974]. Neste livro o autor consolida sua visão de que os problemas do subdesenvolvimento derivam, em última instância, do colonialismo cultural.

Por fim, na Conclusão, organizaremos a discussão sobre o destino do capitalismo dependente e os desafios para sua superação. Veremos por que estes autores acreditam que as sociedades dependentes caminham sobre o fio da navalha, equilibrando-se entre a Nação e a barbárie; introduziremos então a agenda que caracteriza a revolução fundadora do Estado nacional de Caio Prado; examinaremos a visão de Florestan

Fernandes sobre os atores sociais capazes de levar às últimas conseqüências a revolução democrática e a revolução nacional; e, finalmente, analisaremos o papel estratégico que Furtado atribui à revolução cultural como ponto de partida de uma ruptura com um passado indesejado que se projeta no presente e asfixia o futuro.

## CAPÍTULO 1

### TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CAPITALISMO E DILEMAS DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

*<<A liberdade é o domínio de nós mesmos e da natureza, baseado na consciência das necessidades>>, F. Engels*

#### 1. A Crise do Desenvolvimento Nacional

A exaustão do ciclo expansivo responsável pelo elevado dinamismo econômico do pós-guerra e a emergência de novas formas de transformação capitalista colocaram novos desafios para o desenvolvimento nacional. A raiz dos problemas prende-se ao fato de que, ao redefinir as fronteiras de tempo e espaço, a transnacionalização do capitalismo desarticulou as dinâmicas que sustentavam o regime central de acumulação e o particular equilíbrio de forças que assegurava a estabilidade da ordem internacional montada em Bretton Woods.<sup>1</sup> São três as principais descontinuidades no padrão de desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, o fim do ciclo de difusão da Segunda Revolução Industrial rompeu os parâmetros técnicos e

---

<sup>1</sup>. John K. GALBRAITH nos fornece uma excelente sistematização do padrão de funcionamento do regime central de acumulação em The New industrial State, 1967. A desarticulação das premissas históricas do regime central de acumulação é discutida por BERTRAND, H. em Le Regime central d'accumulation de l'après-guerre et la crise. Critique de l'économie politique, n. 7/8, 1979. Sobre o padrão de desenvolvimento do pós-guerra ver ainda, BARAN, P. A e SWEEZY, P.M.- Capitalismo monopolista, 1978; MAGDOFF, H.- A Era do imperialismo, 1978; KEMP, T.- The Climax of capitalism, 1990; BRAVERMAN, H.

econômicos que durante o pós-guerra haviam sustentado as dinâmicas virtuosas responsáveis pelo progressivo aumento dos salários reais e pela expansão do Estado de bem-estar social.<sup>2</sup> A substancial diminuição na proporção de trabalho-vivo e trabalho-morto no processo produtivo enfraqueceu as bases de poder real da classe trabalhadora, desarticulando um dos principais mecanismos responsáveis pelo elevado dinamismo e relativa estabilidade das economias industrializadas no pós-guerra - os aumentos sistemáticos de salário real e a progressiva expansão dos gastos públicos.<sup>3</sup> O salto qualitativo na produtividade do capital transformou a usurpação de posições estabelecidas em forma dominante da concorrência intercapitalista. O conteúdo eminentemente tecnológico e financeiro da concorrência fez com que a introdução de inovações e a capacidade de mobilizar grandes volumes de recursos financeiros se tornassem as principais armas de

---

- Trabalho e capital monopolista, 1980; MANDEL, E. - Late Capitalism, 1978; AGLIETTA, M.- Regulación y crisis del capitalismo, 1979.

<sup>2</sup>. A emergência de um novo paradigma tecnológico e organizacional é uma resposta do capitalismo contemporâneo aos limites técnicos e econômicos enfrentados pelo movimento de integração dos mercados das economias desenvolvidas que impulsionou a fase final de difusão da Segunda Revolução Industrial. A exaustão do processo de difusão de progresso técnico fica caracterizada, no final dos anos sessenta e início dos setenta, pela redução generalizada da produtividade industrial, particularmente nos complexos metal-mecânico e químico, que constituíam os carros-chefes de expansão das forças produtivas. As novas frentes de acumulação concentram-se fundamentalmente nos setores de telecomunicações e informações. A propósito ver, COUTINHO, L.- A terceira revolução industrial e tecnológica. Economia e Sociedade, n.1, p. 69-88, 1992; MADDISON, A.- Dynamic forces in capitalist development, 1991, cap. 5 e 6; PIORE, M.J. e SABEL, C.F.- The Second industrial divide - possibilities for prosperity, 1994.

<sup>3</sup>. Uma atualizada discussão sobre os efeitos das transformações tecnológicas no mundo do trabalho pode ser encontrada em GORZ, A.- Métamorphoses du travail: Quête du sens, 1991; MATTOSSO, J.- A desordem do trabalho, 1995; ARRIGHI, G.- Trabalhadores do mundo do final do século. Praga Revista de Estudos Marxistas, N.1, 1996; RIFKIN, J.- O Fim dos Empregos, 1995.

controle dos mercados<sup>4</sup> Foram estes, em última análise, os fenômenos responsáveis pelo aparecimento de desemprego estrutural e pelos processos desestruturantes que afetaram os sistemas produtivos incapazes de acompanhar o novo ciclo de incorporação de progresso técnico.

Em segundo lugar, a extrema mobilidade do capital internacional elevou a volatilidade do capital, comprometendo o controle das sociedades nacionais sobre as empresas transnacionais. Os aumentos nas escalas mínimas de produção fizeram com que os novos processos produtivos exigissem um espaço econômico de referência mais amplo, que tendia a ultrapassar os limites das fronteiras dos Estados nacionais.<sup>5</sup> A integração do sistema financeiro internacional levou ao paroxismo a liberdade de movimento de capitais, generalizando, para as economias centrais, um problema que até então se restringia aos países subdesenvolvidos: a incapacidade de circunscrever o circuito de valorização do capital ao espaço econômico nacional.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup>. Ver OECD - La Technologie et l'économie, 1992; CAWSON, A. et al. - Hostile brothers ..., 1990; CHESNAIS, F. - Science, technology and competitiveness. Science Technology Industry - STI Review, n.1, 1986; CHESNAIS, F., SERFATI, C. - Mondialisation financière et gestion global des archives par les groupes à specialisation industrielles, 1993.

<sup>5</sup>. Sobre as características do novo ciclo de internacionalização do capital ver, MICHALET, C. A. - Le Capitalisme mondial, 1981; ESTÉVEZ, J., LICHTENSZTEJN, S. (Ed.) - Nueva fase del capital financiero, 1981; e CHESNAIS, F. - La mondialisation du capital, 1995.

<sup>6</sup>. Para Robert Reich, os vínculos do capital com a sociedade nacional depende da importância relativa do espaço econômico nacional na concorrência intercapitalista em escala mundial, o que é condicionado pela quantidade e qualidade de seu mercado interno, assim como da eficiência comparativa de seu sistema produtivo no contexto internacional. Por isso, ele considera que o capital só pode ser considerado como um instrumento a serviço da nação quando a sociedade for capaz de: (a) evitar a dualização social, defendendo a integração do conjunto da população no mercado de trabalho; (b) ter a primazia no que diz respeito à eficiência da força de trabalho e à qualidade da infra-estrutura econômica; e, (c) manter um

Por fim, a crise do sistema monetário internacional intensificou a vulnerabilidade das economias nacionais às vicissitudes do capital internacional.<sup>7</sup> A emergência de mecanismos privados de criação de ativos financeiros internacionais, livres de controles das autoridades monetárias, potencializou a instabilidade do sistema monetário e financeiro internacional. A falta de controle sobre os movimentos de capitais solapou a capacidade dos Estados nacionais de determinar o valor da moeda, dos juros e do câmbio.<sup>8</sup> A ampla disponibilidade de crédito internacional incitou os Estados nacionais a aumentarem indiscriminadamente o endividamento externo, em detrimento de ajustes reais, o que provocou uma crescente diferenciação entre países credores e devedores. Isto permitiu aos Estados Unidos impor ao resto do mundo o ônus de financiar seu crescimento econômico e estimulou o sobreendividamento externo dos países da periferia. Donde as três particularidades que caracterizam o

---

aparelho estatal capaz de subordinar o processo de acumulação aos desígnios da sociedade. São estes, de seu ponto de vista, os principais responsáveis pela capacidade de cada espaço socioeconômico intensificar a densidade relativa de seu mercado interno e de aumentar a competitividade dinâmica de sua economia. Robert Reich tira as conseqüências do processo de transnacionalização do capitalismo para a economia dos Estados Unidos em The Work of Nations, 1992; Uma crítica desta abordagem encontra-se em LASCH, C. - The Revolt of the elites, 1995.

<sup>7</sup>. A origem das dificuldades decorre do fato de que a assimetria na forma de participação dos Estados Unidos, da Comunidade Econômica Européia e do Japão no processo de integração dos mercados solapa as bases materiais da hegemonia econômica norte-americana. A propósito consultar BLOCK, F. - The Origins of international economic disorder, 1977.

<sup>8</sup>. Os processos de liberalização e desregulamentação dos sistemas financeiros nacionais e o desenvolvimento de inovações destinadas a minimizar os riscos macroeconômicos dos agentes financeiros, ao implicar forte elevação na mobilidade dos capitais, aumentam ainda mais a crise de confiança no sistema de relações monetárias internacionais. Uma análise detalhada da crise do regime monetário internacional a partir de 1971-1973 é feita por AGLIETTA, M. - El Fin de las divisas claves, 1982. As tendências mais recentes são sistematizadas em BELLUZZO, L.G.M., O declínio

funcionamento do sistema monetário internacional: (a) sua extrema vulnerabilidade a **crises sistêmicas**; (b) o aparecimento de uma forte tendência ao fracionamento das relações econômicas internacionais em torno de três áreas monetárias: o dólar, o iene e o marco alemão; e (c) a impossibilidade de conciliar a progressiva liberdade de movimento de capital e a autonomia da política econômica dos Estados nacionais.<sup>9</sup>

Ao intensificar a concentração e a centralização de capitais, o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial provocou deslocamentos no poder econômico e político que tenderam a minar bases do Estado nacional burguês. No plano econômico, o cerne do problema está na dificuldade de conciliar a crescente mobilidade dos capitais e o caráter predatório da concorrência, com a capacidade da sociedade nacional de preservar o controle sobre os centros internos de decisão; a coerência de seus sistemas produtivos e a reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica entre as classes sociais. No plano político, a questão central é que a disputa pelo monopólio das novas tecnologias e pelo controle dos mercados mundiais acirrou as rivalidades entre Estados nacionais. Tudo isto é agravado pelo fato de que a ausência de mecanismos supranacionais de coordenação das políticas econômicas dos países centrais aumentou a instabilidade da

---

de Bretton Woods e a emergência dos mercados "globalizados". Economia e Sociedade, n.4, p. 11-20 1995.

<sup>9</sup>. Como mostra a história financeira internacional, as crises de sobreendividamento externo tendem a polarizar-se em violentas oposições de interesses. KINDLEBERGER, C.P. - Manias, panics and crashes, 1978.

economia mundial, alimentando pressões adicionais para a defesa da estabilidade das moedas nacionais e reduzindo o ritmo do processo de acumulação em escala mundial.

Sem questionar os mecanismos que impulsionaram a transnacionalização do capital, os países centrais têm procurado amenizar as conseqüências mais nefastas deste processo, lançando mão de políticas neomercantilistas que acirram ainda mais o estado de "guerra econômica". Obrigados a concorrer para atrair investimentos produtivos, para preservar a estabilidade da moeda e para defender o emprego industrial, os Estados nacionais desencadearam uma corrida para transformar o espaço econômico ao qual se vinculam em base estratégica da concorrência intercapitalista em escala mundial.<sup>10</sup> Daí o incessante esforço para aumentar a produtividade da força de trabalho, melhorar a qualidade da infra-estrutura econômica e ampliar a dimensão de seus respectivos espaços econômicos. O resultado mais conspícuo deste processo é a formação de três grandes blocos econômicos - o Nafta, liderado pelos Estados Unidos; a União Européia, que se organiza em torno da economia alemã; e a Bacia Asiática, que tem o Japão como pólo de aglutinação.<sup>11</sup>

Contudo, como é um contra-senso imaginar que todas as economias possam ser consideradas, ao mesmo tempo, áreas

---

<sup>10</sup>. SWEEZY, P., The triumph of financial capital. Monthly Review, n.2, 1994.

<sup>11</sup>. Ver GILPIN, R. - The Political economy of international relations, 1987; e TUSSIE, D. Trading in fear? In: MURPHY, C.N., TOOZE, R. (Ed.) The New international political economy, 1991, cap.4. Uma interessante discussão sobre os condicionantes da trajetória de ajustamento dos principais países capitalistas pode ser vista em ZYSMAN, J. - Government, Market and Growth, 1983.

prioritárias de interesse do capital internacional, o esforço para suplantar as vantagens concedidas pelas regiões concorrentes constitui uma verdadeira tarefa de Sísifo. Não é de estranhar que a lógica do "salve-se quem puder" tenha contribuído para minar as bases do Estado nacional. Ao debilitar a capacidade de a sociedade controlar as forças do mercado, o novo padrão de transformação capitalista desarticulou as premissas econômicas e políticas que haviam tornado possíveis os sistemas econômicos nacionais relativamente autônomos e autocentrados.<sup>12</sup> É neste contexto que surgem as pressões para a completa remodelação do mundo do trabalho, a crise do Estado de bem-estar social, a força arrebatadora da ideologia neoliberal e os processos que abalam a própria noção de identidade nacional.<sup>13</sup>

Se as sociedades que fazem parte do centro capitalista revelaram alguma capacidade de atenuar os efeitos mais destrutivos da transnacionalização do capital sobre suas sociedades (reforçando a escala de suas economias e o alcance de suas estruturas estatais), as tendências que estão provocando o estilhaçamento da nação manifestaram-se com força

---

<sup>12</sup>. Para uma interessante discussão sobre as características do padrão de acumulação emergente, ver CHESNAIS, F., A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século, Economia e Sociedade, n.5, p. 1-30, 1995; e BRAGA, J.C. A financeirização da riqueza, Economia e Sociedade, n.2, p. 25-58, 1993.

<sup>13</sup>. Um resumo da discussão recente sobre o impacto do novo padrão de transformação capitalista sobre o Estado nacional pode ser encontrado em IANNI, O. - A Sociedade global, 1992. Ver também, KURZ, R. - O Colapso da modernidade, 1992; CAMILLERI, J.A., FALK, J. - The End of sovereignty?, 1992; JESSOP, B. - Changing forms and functions of the State in an era of globalization and regionalization, 1992; DESSAI, M., REDFERN, P. - Global governance, 1995; ARRIGHI, G. - O Longo século XX, 1996.

redobrada nas regiões periféricas.<sup>14</sup> Encerrado o ciclo de convergência tecnológica que caracterizou a difusão espacial da Segunda Revolução Industrial, o desenvolvimento desigual do capitalismo voltou a promover uma brutal concentração espacial do progresso técnico, ampliando o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.<sup>15</sup>

O novo marco histórico reduziu dramaticamente - e este é seu traço fundamental - o grau de liberdade das economias dependentes, para impulsionar o processo de consolidação de seus Estados nacionais. A perda de controle sobre os movimentos de capitais tornou ainda mais fluídos os vínculos das empresas transnacionais com as economias dependentes. A situação é bem diferente da fase final de difusão do fordismo, no pós-guerra. O objetivo, então, era evitar que as unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. A política de conquista de mercados internos periféricos levava o capital internacional a exigir um espaço econômico bem delimitado. Por isso, ainda que o horizonte de valorização do capital internacional fosse transnacional, o processo produtivo operava sob marcos institucionais rigidamente demarcados, e o ciclo de reprodução ampliada do capital produtivo tendia a circunscrever-se ao espaço econômico nacional.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup>. LAIDI, Z. (Org.) - L'ordre mondial relâché, 1992.

<sup>15</sup>. ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição da renda e o futuro do socialismo. In SADER, E. (Org.) - O Mundo depois da queda, p. 85-120, 1995; CHESNAIS, F., Present international patterns of foreign direct investment ... In: SEMINÁRIO A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NOS ANOS 90, 1990, v. 2.

<sup>16</sup>. O padrão de internacionalização de capital do pós-guerra foi sistematizado por HYMER, S. - The International operations of national

Na era da mundialização do capital estamos assistindo a um fenômeno muito diferente: trata-se de quebrar as barreiras entre os diferentes espaços econômicos nacionais. Nesse contexto, o objetivo das empresas transnacionais não é controlar o processo de industrialização das economias periféricas, mas diluir a economia dependente no espaço do mercado *global*, para poder explorar as potencialidades econômicas da periferia sem sacrificar sua mobilidade espacial. Por isso as transnacionais não querem fronteiras econômicas rigidamente definidas, mas uma ancoragem territorial que tende a se cristalizar em torno de espaços econômicos regionais fluidos.<sup>17</sup> Do chamado *Terceiro Mundo*, o capital internacional espera obter livre acesso aos mercados periféricos, para que possa decidir - em função de suas estratégias de valorização da riqueza em escala mundial - se os mercados periféricos serão explorados mediante produtos importados ou mediante a produção local. O capital internacional espera, também, que os mercados periféricos lhe garantam a flexibilidade indispensável para que possam maximizar o aproveitamento das potencialidades econômicas de cada região do globo - como reservas de matéria-prima e como plataformas de exportação de mercadorias que requeiram mão-de-obra barata. E o capital internacional espera, ainda, eliminar

---

firms, 1967. Ver também, COUTINHO, L. - The internationalization of oligopoly capital, 1974; VERNON, R., International investment and international trade in the product cycle, Quarterly Journal of Economics, v. 80, p. 190-207, 1966; Idem, Multinationals and national sovereignty, Harvard Business Review, 1967.

<sup>17</sup>. CHESNAIS, F. - La mondialisation ..., 1995; BONEFELD, W., HOLLOWAY, T. (Ed.) - Global capital, national state and the politics of money, 1995;

qualquer tipo de reserva de mercado ao capital nacional para que as grandes empresas transnacionais possam açambarcar os segmentos produtivos e de serviços que possam oferecer boas oportunidades de negócios.<sup>18</sup>

A adversidade do contexto histórico é agravada pelo fato de que o colapso da União Soviética e a crise do movimento socialista diminuíram dramaticamente o poder de barganha das economias periféricas na ordem internacional. Sem o 'fantasma comunista' para intimidá-las, as nações hegemônicas passaram a exigir que os países dependentes se adaptassem incondicionalmente às suas exigências. Não estamos mais na época da *Aliança para o Progresso*, quando a industrialização subdesenvolvida era tida como um antídoto contra a revolução socialista, e às grandes potências capitalistas precisavam do apoio de burguesias dependentes relativamente fortes e articuladas em escala nacional.<sup>19</sup> Na lógica da ordem internacional hoje emergente, o *desenvolvimento nacional* fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos. Cabem-lhes, agora, basicamente, três funções na economia mundial: franquear o espaço econômico à penetração do capital internacional; coibir o êxodo de correntes migratórias que possam vir a gerar instabilidade nos países centrais; e

---

MORTIMORE, M., *Las transnacionales y la industria en los países en desarrollo*. Revista de la Cepal, n.51, p. 15-36, 1993.

<sup>18</sup>. OCDE - *La technologie ...*, 1992; Idem - *Intégration des pays en développement dans le système commercial international*, 1992; Idem, *Investissement direct international*, 1992; Idem - *Promouvoir l'investissement direct étranger dans les pays en développement*, 1993; OMAN, C. - *Intégration régionale et pays en développement*, Paris, OECD, 1993.

<sup>19</sup>. ROSTOW, W.W. - *A Estratégia americana*, 1965; DAVIDSON, P. - *International Money and the Real World*, 1992.

aliviar o stress produzido pelas regiões desenvolvidas no ecossistema mundial, aceitando o triste e paradoxal papel de pulmão e lixo da civilização ocidental.<sup>20</sup>

A incompatibilidade entre a natureza predatória dos conflitos que regem a reorganização da ordem internacional e a existência de uma ética de solidariedade baseada no princípio da autodeterminação dos povos e na cooperação internacional revela o que as sociedades periféricas podem esperar da transnacionalização do capitalismo. Expostas à fúria da globalização e ao arbítrio dos países ricos, as nações emergentes ficam sujeitas a processos de reversão neocolonial que desarticulam seus centros internos de decisão e quebram a espinha dorsal do sistema econômico nacional.

Em primeiro lugar, a concentração de progresso técnico nas economias centrais reforça a dependência tecnológica das regiões periféricas, seja porque os saltos na produtividade do trabalho aumentam o grau de obsoletização relativa de seu parques produtivos, seja porque a assimilação das estruturas difundidas dos centros capitalistas exige que se cumpram determinados requisitos que não estão inscritos no movimento anterior da economia, (tanto no que diz respeito à infraestrutura econômica quanto; ao grau de qualificação da mão-de-obra; e à magnitude das escalas mínimas de produção). Donde a

---

<sup>20</sup>. Sobre o que se espera das economias dependentes, ver: SAMPAIO JR. P.S.A. - Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica no Brasil, 1988, cap. 2; WILLIAMSON, J. - El cambio en las políticas económicas de América Latina, 1991; NAÇÕES UNIDAS - Relatório da Comissão Brutland sobre a situação do meio ambiente, 1987; HOBSEBORN, E. - A Era dos Extremos, 1995.

dificuldade para dar continuidade ao processo de constituição de forças produtivas que funcionam como um todo orgânico.<sup>21</sup>

Em segundo lugar, a integração do mercado financeiro internacional reforçou a *dependência financeira* das economias satélites.<sup>22</sup> À mercê das vicissitudes das finanças internacionais, as regiões periféricas viram-se forçadas ora a gerar megasuperávits comerciais, destinados a pagar o serviço da dívida externa, ora a produzir megadéficits comerciais para, mediante a compra maciça de produtos estrangeiros, viabilizar a absorção de empréstimos internacionais. Compromete-se, assim, o papel do mercado interno como centro dinâmico da economia.<sup>23</sup>

Em terceiro lugar, a hegemonia da ideologia neoliberal levou a *dependência cultural* ao paroxismo, tornando as sociedades periféricas particularmente indefesas ante os movimentos especulativos do capital.<sup>24</sup> Negando a vontade política como meio de construção da nação, as sociedades

---

<sup>21</sup>. Para uma breve discussão sobre as características do padrão tecnológico emergente, consultar, COUTINHO, L.C., *A terceira revolução ...*, Economia e Sociedade, n.1, p. 69-88, 1992; SALM, C., FOGAÇA, A., *Modernização industrial e a questão dos recursos humanos*, Economia e Sociedade, n.1, p. 111-134, 1992; WOMACK, J. et al. - The Machine that changed the world, 1990. Sobre os pré-requisitos técnicos e econômicos para a absorção do novo padrão tecnológico, ver CORIAT, B., TADDEI, D. - Made in France, 1993.

<sup>22</sup>. Sobre a estratégia dos bancos credores internacionais nas economias dependentes, ver CEPAL - El comportamiento de los bancos transnacionales y la crisis internacional de endeudamiento, 1989; DEVLIN, R. - La evolución del problema de la deuda externa en América Latina y el Caribe, 1988.

<sup>23</sup>. Para uma discussão sobre o assunto, ver interessante pesquisa sobre o caso brasileiro, em CARNEIRO, R. - Superávit comercial e crescimento sustentado, 1990.

<sup>24</sup>. DAVIDSON, P., What international payment scheme would Keynes have suggested for the twenty-first century? In: SEMINÁRIO A INSERÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL NOS ANOS 90, 1990; MINSKY, H.P., Integração financeira e política monetária, Economia e Sociedade, n.3, p. 21-36, 1994; KREGEL, J.A., Riscos e implicações da globalização financeira para a autonomia de políticas nacionais, Economia e Sociedade, n.7, p. 29-50,

periféricas ficaram sem instrumento para negociar os termos de sua inserção no sistema capitalista mundial, e para preservar as premissas mais elementares de um Estado nacional.<sup>25</sup> Deixadas ao livre jogo das forças de mercado, as tendências da divisão social do trabalho vêm restringindo as indústrias das economias dependentes aos setores mais atrasados, de baixo conteúdo tecnológico, nos quais ainda é possível obter vantagens comparativas no comércio internacional às custas da superexploração da força de trabalho e da degradação do meio ambiente.<sup>26</sup>

Portanto, na fase atual do processo de desenvolvimento capitalista, as economias periféricas já não contam com a possibilidade de fuga para a frente, mediante estratégias que combinem crescimento econômico e avanço no processo de construção das bases materiais, sociais, políticas e culturais do Estado nacional burguês.<sup>27</sup> Sem possibilidade de controlar nem os fins nem os meios do processo de acumulação, as contradições entre *dependência* e *desenvolvimento nacional* tornam-se agudas e ameaçam transformar-se em antagonismos abertos.

Na América Latina, a mudança no contexto histórico desarticulou os processos que haviam permitido a várias economias da América Latina sair da condição primário-

---

1996; COUTINHO, L.C., BELLUZZO, L.G.M., Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas, *Economia e Sociedade*, n.7, p. 129-154, 1996.

<sup>25</sup>. A propósito ver debate proposto por FIORI, J.L. - A governabilidade democrática na nova ordem econômica, 1997.

<sup>26</sup>. MOHOUD, E.M. - Changement technique e division internationale du travail, 1993; AMIN, S. - La déconnexion, 1986; ARRIGHI, G., DRAGEL, J., The stratification of the world economy ... Review, n.4, 1994.

exportadora e avançar na formação de uma base produtiva voltada para o atendimento de um mercado interno nacionalmente articulado. A industrialização para substituição de importações - que avançava pela linha de menor resistência, ancorada no Estado e impulsionada pelo capital internacional - revelar-se-ia particularmente vulnerável às novas tendências do sistema capitalista mundial. A valorização da riqueza desvinculada de avanços nas bases técnicas e financeiras do capital havia gerado um sistema produtivo que operava com baixos índices de produtividade, elevados níveis de proteção e ínfimo grau de concorrência. A incapacidade de absorver a superpopulação excedente permanentemente marginalizada do mercado de trabalho tinha comprometido os mecanismos de transferência dos aumentos de produtividade para os salários, criando bloqueios que restringiram a ampliação da capacidade de consumo da sociedade.<sup>28</sup>

No Brasil, a exaustão do processo de substituição de importações deu início a um período de estagnação da renda per capita, de obsolescência das forças produtivas, de enfraquecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e de desmantelamento do Estado desenvolvimentista. Interrompia-se, assim, um longo ciclo de expansão das forças

---

<sup>27</sup>. A respeito, ver FURTADO, C., *Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional*. *Estudos Avançados*, n.16, 1992.

<sup>28</sup>. No período do pós-guerra, a ausência de um sistema nacional de ciência e tecnologia e a inexistência de um padrão de financiamento autônomo não comprometeram a expansão das forças produtivas porque o capital internacional estava diretamente envolvido no processo de industrialização. O atraso nas relações sociais não representou um empecilho ao desenvolvimento das forças produtivas porque o mercado interno era suficientemente amplo para viabilizar a assimilação das tecnologias

produtivas durante o qual a economia brasileira havia ampliado seu mercado interno, internalizado as estruturas fundamentais da Segunda Revolução Industrial e cristalizado as bases do Estado nacional burguês.<sup>29</sup> Sem condições de enfrentar os desafios da concorrência internacional, a sobrevivência da indústria brasileira ficou ameaçada e o Estado nacional tornou-se sujeito a processos de reversão neocolonial que colocam em risco a própria continuidade do processo de construção da nação.<sup>30</sup>

O impacto das novas tendências do sistema capitalista mundial sobre a economia nacional foi sobredeterminado pela submissão da política econômica às pressões dos credores internacionais para que o país reciclasse a dívida externa, bem como pelo apoio incondicional oferecido aos movimentos do grande capital, de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos - expedientes utilizados pelas grandes empresas para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação. São tais processos os principais responsáveis pela crise do padrão monetário brasileiro, cujo sintoma mais

---

amortizadas da Segunda Revolução Industrial e porque as exigências de qualificação da força de trabalho eram mínimas.

<sup>29</sup>. O desempenho da economia brasileira foi estudado por CARNEIRO, R. - Crise, estagnação e hiperinflação, 1991. O mais completo balanço da situação da indústria brasileira encontra-se em COUTINHO, L.C., FERRAZ, J.C. (Org.), Estudo da competitividade da indústria brasileira, 1994. Para uma interessante discussão sobre a crise do Estado, consultar FIORI, J.L. - A crise do Estado desenvolvimentista no Brasil, 1986.

<sup>30</sup>. Um balanço do desempenho das economias latino-americanas na década de oitenta pode ser visto em CEPAL - El desarrollo de América Latina en los años ochenta, 1981. Sobre os custos sociais do ajustamento das economias latino-americanas, ver GARCIA, N.E. - Deuda externa y empleo (América Latina, 1980-1986), 1988. Uma análise mais recente pode ser encontrada em PANORAMA SOCIAL DE AMÉRICA LATINA, 1997. Sobre o novo papel das economias latino-americanas na economia mundial, ver BRADFORD JR., C.I. (Org.) - Options Stratégiques pour L'Amérique Latine dans les Années 90, 1992; Idem -

conspicuo foi a dificuldade de debelar a tendência à aceleração da inflação, ao longo de toda a década dos oitenta.<sup>31</sup>

Até o início da década dos noventa, a subordinação da política econômica ao esquema convencional de reciclagem da dívida externa transformou a transferência de recursos reais ao exterior no principal eixo de articulação da intervenção do Estado na economia.<sup>32</sup> Nesse período, para evitar uma violenta crise de desvalorização de ativos produtivos, as autoridades econômicas sustentaram artificialmente a rentabilidade corrente das empresas e o valor contábil de seus patrimônios, adotando medidas para evitar uma recessão aberta e prolongada e resistindo às pressões para a liberalização da economia.<sup>33</sup>

Premido pela urgência de administrar a extrema instabilidade da economia, o Estado brasileiro não articulou

Mobiliser les Investissements Internationaux pour L'amerique Latine, 1993;  
Idem - Redéfinir L'État en Amérique Latine, 1994.

<sup>31</sup>. Uma interessante análise das raízes estruturais do processo inflacionário que acometeu as economias dependentes que mais haviam avançado na construção de um sistema econômico nacional encontra-se em ALMEIDA, J.S.G., BELLUZZO, L.G.M., Enriquecimento e Produção, Novos Estudos Cebrap, n.23, p. 121-128, 1989.

<sup>32</sup>. O padrão de reciclagem da dívida externa foi armado para viabilizar a gradativa diminuição da carteira dos bancos privados nos países devedores, a diversificação do risco de suas aplicações e o fortalecimento de sua base de capital. A propósito ver, DEVLIN, R., La deuda externa vs. el desarrollo económico: America Latina en la encrucijada, Estudios Cieplan, n. 17, p. 69-100, 1985; SAMPAIO JR., P.S.A., Auge e declínio da estratégia cooperativa de reciclagem da dívida externa, Novos Estudos Cebrap, n.25, P. 118-135, 1989.

<sup>33</sup>. ALMEIDA, J.S.G., NOVAIS, L.F., A empresa líder na economia brasileira, 1991. O predomínio dos interesses dos grandes grupos econômicos acarretou forte assimetria na distribuição dos sacrifícios impostos pela crise do padrão de industrialização. A ausência de medidas compensatórias para amparar a população atingida pelo desemprego e pela aceleração dos preços, a política deliberada de arrocho salarial e o colapso da infra-estrutura de serviço público implicaram significativo aumento na exclusão social. Ver, BRANDÃO, J.L., GOTTSHALK, A., Recessão, pobreza e família - a década pior do que perdida, São Paulo em Perspectiva, v. 4, n.1, p. 100-109, 1990. Para um balanço da política social do governo brasileiro ver FAGNANI, E.,

um plano de reorganização produtiva. A renegociação da dívida externa não significou a superação do estrangulamento cambial e o ajuste privado não teve como contrapartida um aumento da competitividade dinâmica da economia brasileira.<sup>34</sup> Por isso, ainda que a estratégia de protelar o enfrentamento dos problemas colocados pelo novo contexto internacional tenha evitado a hiperinflação aberta, ela só agravou o atraso relativo do parque produtivo. Mais do que isso: ao preservar os vínculos financeiros dos credores externos com os mutuários internos, particularmente com as unidades de gasto do setor público, a reciclagem da dívida externa reforçou extraordinariamente a influência da comunidade financeira

Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-1992, Economia e Sociedade, n. 8, p. 183-238, 1997.

<sup>34</sup>. A hipótese aqui desenvolvida é a de que foi a ação do Estado que evitou que a fuga generalizada para a liquidez provocasse uma violenta crise de liquidação de ativos produtivos. Na primeira metade dos anos oitenta, tal estratégia se traduziu em medidas que procuravam compatibilizar a geração de megasuperávits comerciais com a preservação de um patamar de demanda efetiva suficiente para evitar crises abertas de liquidação. Para tanto, foram tomadas medidas destinadas a contrabalançar os efeitos da contração do mercado interno sobre a contabilidade das empresas, tais como estímulos às exportações, estatização da dívida externa e defesa artificial da rentabilidade corrente do grande capital industrial. Na segunda metade da década, o crescente risco de que os grandes detentores de riqueza financeira fugissem concentradamente para ativos reais e moeda estrangeira colocou a política econômica integralmente a reboque dos movimentos especulativos do mercado financeiro e dos grandes grupos exportadores. Conciliar os compromissos assumidos com os credores internacionais com a preservação da confiança na moeda nacional tornou-se, assim, o principal desafio das autoridades econômicas. A impossibilidade de alcançar simultaneamente essas duas metas levou à adoção de um padrão de gestão econômica que combinava a suspensão temporária dos pagamentos aos credores internacionais com a administração ad hoc da tendência à aceleração inflacionária. Sem raio de manobra para arbitrar o nível das taxas de juros e as condições de liquidez dos ativos financeiros, a política antiinflacionária ganhou um caráter paradoxal, assumindo a forma ora de "choques" - destinados a controlar diretamente os preços e desindexar a economias, quando o processo inflacionário ameaçava fugir completamente de qualquer controle -, ora de uma política de "coordenação" dos aumentos de preços e reindexação da economia, quando, após a liberação dos preços, a aceleração inflacionária voltava a ganhar ímpeto. CARDOSO DE MELLO, J.M., BELLUZZO, L.G.M. (Org.) - FMI x Brasil - A armadilha da recessão, 1984. Ler também, SAMPAIO JR., P.S.A. - Padrão de reciclagem ..., cap. 3 a 7; SAMPAIO JR., P.S.A., AFFONSC, R.B.A., KANDIR, A. - Ajustamento e estabilização no Brasil nos anos oitenta ..., [1990].

internacional sobre os rumos da política econômica brasileira.<sup>35</sup> E ao cancelar o ajuste privado em direção a ativos financeiros e às exportações, o movimento de ajuste privado provocou o encilhamento financeiro do setor público.<sup>36</sup>

No final dos anos oitenta, a falta de perspectiva em relação à retomada do financiamento externo, o crescimento acelerado da dívida pública e o progressivo encurtamento do perfil de vencimento dos títulos públicos evidenciavam que a crise dos padrões de financiamento externo e interno havia atingido o clímax.<sup>37</sup> Impotente ante os grandes detentores de riqueza financeira e dependente dos setores geradores de divisas internacionais, o Estado brasileiro ficou sem instrumentos para fazer política econômica.<sup>38</sup> Por esse motivo, o agravamento da incerteza e a extrema fragilidade financeira do setor público diminuíam dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro.

É dentro dessa conjuntura que se dá a inflexão na política econômica do início dos anos noventa, quando o Brasil

---

<sup>35</sup>. SAMPAIO JR., P.S.A., Dívida externa: por que nossos governos não enfrentam os bancos internacionais? Revista Nossa América, 1990; BOMTEMPO, H.C., Transferências externas e financiamento do governo federal. IN BATISTA JR., P.N. (Org.) Novos ensaios sobre o setor externo da economia brasileira, 1988; CAVALCANTI, C. Transferências de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna, 1988.

<sup>36</sup>. A relação entre ajustamento privado e desajustamento das finanças públicas é estudada em TEIXEIRA, E. e BIASOTO JR., G. - Setor público nos anos oitenta: desequilíbrios e ruptura do padrão de financiamento, 1988.

<sup>37</sup>. WATKINS, A.J., Perspectivas latinoamericanas en los mercados financieros, Revista de la Cepal, n.37, 1989.

<sup>38</sup>. A respeito da perda na capacidade de fazer política monetária ver ALMEIDA, J.S.G., BELLUZZO, L.G.M., Crise e reforma monetária no Brasil. São Paulo em Perspectiva, n.1, p. 63-75, 1990. Sobre a crise fiscal consultar, BELLUZZO, L.G.M., PARENTE, P.P. Déficit Público, 1988.

passou a sancionar sistematicamente as pressões liberalizantes da comunidade financeira internacional. Percebendo o perigo que significava continuar insistindo em uma política de resistência às exigências da globalização sem apontar para a superação do impasse gerado pela exaustão da industrialização pesada - perigo representado pela crescente presença das forças populares na vida política nacional -, as classes dominantes brasileiras unificaram-se monoliticamente em torno de um objetivo comum: a promoção de uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo.<sup>39</sup> Capitulando às recomendações do Consenso de Washington, a política econômica passou a articular-se, desde então, em função da necessidade 'ajustar' o Brasil às exigências da mundialização do capital.<sup>40</sup>

A liberalização da economia fez com que a industrialização pesada, há tempo agonizante, entrasse em fase terminal, desencadeando um processo de desestruturação do

---

<sup>39</sup>. É emblemática da nova escala de prioridades das classes dominantes brasileiras a consigna do candidato Collor de Mello: "o carro brasileiro é um carroça". Florestan Fernandes fez a crônica do processo político que desembocou na liberalização da economia em artigos publicados na imprensa, sobretudo na Folha de São Paulo. Alguns desses artigos foram reunidos nos livros Democracia e Desenvolvimento, 1994; e Em busca do Socialismo, 1995.

<sup>40</sup>. No caso brasileiro, a liberalização da economia foi implementada em dois tempos. Primeiro, seguindo o ritual imposto pela comunidade financeira internacional para a volta ao mercado de crédito externo, as autoridades iniciaram uma política de liberalização comercial e de abertura do sistema financeiro. Paralelamente, selaram um acordo de renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady. Segundo, após a recuperação da capacidade de endividamento externo do país - fato determinado em última instância pela elevada liquidez internacional e pela diminuição do peso dos haveres no Brasil na carteira dos bancos privados internacionais -, foi implementada uma política de estabilização baseada na ancoragem da moeda nacional em uma taxa de câmbio (sobrevalorizada) e na aceleração da abertura comercial e financeira, da privatização das empresas públicas e da desnacionalização da economia. Sobre a estratégia de liberalização da economia brasileira na década de noventa, ver, PORTUGAL, J.G. (Org.), Gestão estatal no Brasil, 1991; Idem, Gestão estatal no Brasil, 1995; PRATES, D.M. - Abertura financeira e vulnerabilidade externa: a economia brasileira na década de noventa, 1997. A propósito da política de estabilização ver TAVARES, M.C., A economia política do real, 1997.

aparelho produtivo que está comprometendo os elos estratégicos do sistema econômico brasileiro<sup>41</sup>. Não é difícil imaginar os efeitos desagregadores que as tendências em curso provocam em uma sociedade com um território de dimensões continentais; imenso contingente populacional; acentuadas heterogeneidades regionais; secular desequilíbrio social; grau de urbanização equivalente ao de países industrializados; e parque industrial altamente diversificado.

A crise do padrão de industrialização pesada desarticulou um dos principais mecanismos ideológicos de legitimação ideológica do *status quo* nas classes operárias e nas camadas mais desfavorecidas da população: a ilusão de classificação social alimentada pela elevada mobilidade social verificada ao longo do ciclo de substituição de importações. A falta de dinamismo do novo modelo econômico e sua elevada instabilidade diminuíram significativamente o multiplicador de emprego dos setores mais produtivos da economia. A liberalização da economia e os efeitos destrutivos da nova onda tecnológica sobre as estruturas da Segunda Revolução Industrial fizeram com que aumentasse dramaticamente a heterogeneidade estrutural da base produtiva; fizeram aumentar também a importância relativa do desemprego tecnológico provocado pela modernização das forças produtivas e pela concorrência de produtos importados. A década de noventa marcou, assim, uma radical

---

<sup>41</sup>. SILVA, G. A.L. e LAPLANE, M.F., Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo, Economia e Sociedade, n.3, p. 81-98, 1994; LAPLANE, M.F., SARTE, F., Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90, Economia e Sociedade, n.8,

degradação no estatuto do trabalho na sociedade brasileira, revertendo o lento e tortuoso processo de formação de um mercado de trabalho relativamente homogêneo.<sup>42</sup>

Além de agravar a crise social no campo e na cidade, a ruptura das bases materiais que sustentavam as correntes migratórias começou a fomentar perigosas rivalidades inter-regionais e processos de segregação social.<sup>43</sup> Por isto, o esgotamento do processo de substituição de importações minou a solidez material e social do pacto federativo brasileiro, colocando em questão a própria coesão territorial do país. Esboçada no pós-guerra e consolidada durante a ditadura militar, a unidade que sedimentava os interesses das oligarquias regionais baseava-se em dois pilares fundamentais: o pânico em relação à emergência do povo na política e o consenso em torno da industrialização como objetivo estratégico das classes dominantes.<sup>44</sup> O segundo pilar teve que ser imolado para que uma parcela da população brasileira

---

p. 143-182, 1997; e COUTINHO, L., A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós-Estabilização, 1997.

<sup>42</sup>. Tal processo se consubstanciava em um padrão de absorção de mão-de-obra: os trabalhadores expulsos do campo tendiam a ser empregados em atividades de baixa produtividade nas cidades à espera de sua eventual absorção nas atividades industriais de elevada produtividade. A propósito ver, RODRÍGUEZ, O. - Agricultura, subempleo e distribución del ingreso, 1983; PORTUGAL, J.G. - Crescimento acelerado e absorção de força de trabalho no Brasil, 1988. As mudanças no funcionamento do mercado de trabalho são discutidas em, BALTAR, P.E.A., Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil, Economia e Sociedade, n.6, p. 75-112, 1996; CEPAL - La transformación socio-ocupacional de Brasil, 1960-1980 y la crisis social de los 80, 1986; BALTAR, P., HENRIQUE, W., Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In OLIVEIRA, C.A.B. et al. - O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século, 1994.

<sup>43</sup>. A propósito ver, PACHECO, C.A. - A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional, 1996.

<sup>44</sup>. FLORESTAN, F. - Nem Federação nem democracia, São Paulo em Perspectiva, n.1, p. 25-27, 1990.

pudesse ingressar na nova rodada de modernização dos padrões de consumo.

Exposta ao processo de mercantilização que se irradia do centro do sistema capitalista mundial, a economia brasileira fica sujeita a forças centrífugas que tendem a segmentar o espaço econômico nacional entre regiões que conseguem encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho - verdadeiras "ilhas de prosperidade" que procuram aumentar seu grau de autonomia em relação ao poder central - e regiões que ficam marginalizadas do comércio internacional e que tendem a ser desarticuladas em partes estanques, fechadas sobre si mesmas.<sup>45</sup>

\*\*\*

Em suma, a incapacidade de evitar os efeitos destrutivos da crise da industrialização pesada está comprometendo as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil sob a ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção da nação. Nessas circunstâncias, não é exagero afirmar que haja uma incompatibilidade incontornável entre: (1) a disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional; (2) a reprodução de mecanismos de mobilidade

---

<sup>45</sup>. Sobre os impactos territoriais, ver CANO, W. - Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos..., 1989. A respeito da crise do federalismo, consultar a série organizada por AFFONSO, R.B.A., SILVA, P.L.B. - A Federação em Perspectiva, 1995; Idem. - Federalismo no Brasil: Reforma Tributária e Federação, 1995; Idem. - Desigualdades Regionais e Desenvolvimento, 1995;

social que sejam capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e (3) a recomposição de um esquema regional de poder que neutralize as poderosas forças que levam ao fracionamento da nação. A adversidade do momento histórico e os complexos problemas com que o País se defronta revelam que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e, ao contrário do que se alardeia, não haverá cooperação internacional.

## 2. A Crise da Teoria do Desenvolvimento

A incapacidade de deter o processo de reversão neocolonial e de criar alternativas de participação no sistema capitalista mundial que sejam compatíveis com a continuidade do processo de construção nacional foi reforçada pela crise que abalou os alicerces da teoria do desenvolvimento. A crise imobilizou as forças políticas comprometidas com o processo de construção da nação, deixando as sociedades latino-americanas desarmadas para enfrentar seus dilemas históricos. Evidenciam o ceticismo em relação às promessas desenvolvimentistas do pós-guerra os títulos dos balanços feitos a respeito dos dilemas das economias periféricas: *The Birth, Life and Death of Development Economics*, de Dudley Seers, *The Rise and*

*Decline of Development Economics*, de Albert Hirschman, *The Poverty of Development Economics*, de Deepak Lal.<sup>46</sup>

Na tradição que hegemonizou a reflexão crítica sobre os dilemas do desenvolvimento latino-americano, a crise assumiu a forma de uma profunda revisão no enfoque estruturalista da Cepal inaugurado por Raul Prebisch, em 1949, com a publicação de "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas".<sup>47</sup> O núcleo central das proposições de Prebisch consiste em mostrar que a antinomia Centro-Periferia fechava as portas para a construção de sistemas econômicos nacionais e, portanto, que a posição subalterna no sistema capitalista mundial tenderia a conduzir as sociedades latino-americanas a um beco sem saída que comprometeria seu futuro como Estado nacional. Donde a necessidade ineludível de superar as forças externas e internas responsáveis pelo subdesenvolvimento, processo que, a seu ver, se confundia com a industrialização nacional. Na década de oitenta, fazendo uma síntese da essência do estruturalismo, Prebisch colocou a questão nos seguintes termos: "A idéia de que a tendência do capitalismo em expandir-se mundialmente traria consigo, de maneira espontânea, o desenvolvimento da periferia foi um mito. A Cepal tratou de demonstrá-lo, de provar que não houve tal tendência espontânea à industrialização latino-americana.

---

<sup>46</sup>. A propósito ver, OMAN, C. et WIGNARAJA, G. - L'évolution de la pensée économique sur le développement depuis 1945, 1991; BADIE, B. Le développement politique, 1994; SPYBEY, T. Social change, development & dependency, 1992.

<sup>47</sup>. PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: IDE. Estudios por regiones y por países, 1964, p. 1-66. O pensamento da Cepal é estudado com detalhe no excelente trabalho de RODRÍGUEZ, O. Teoría do subdesenvolvimento da CEPAL, 1981.

Esta última foi, pelo contrário, um ato deliberado nosso, uma resposta às crises dos centros (duas grandes guerras mundiais e, entre elas, a grande depressão)".<sup>48</sup>

Nos anos sessenta, a dificuldade encontrada por vários países da região para aprofundar o processo de substituição de importações e a frustração em relação aos efeitos da industrialização sobre as bases do subdesenvolvimento latino-americano estimularam vários economistas e sociólogos da Cepal a iniciar um vigoroso esforço de crítica aos limites da industrialização para substituição de importações.<sup>49</sup> Por ironia da História, no final da década, quando o processo de industrialização subdesenvolvida dava seus últimos suspiros, inicia-se na Cepal um movimento revisionista que, inspirado pelo rápido crescimento da economia brasileira, apontava em direção oposta ao ceticismo da ala mais crítica da instituição. A reação assumiu a forma de uma negação dos supostos básicos da Economia Política da Cepal, qual seja a idéia de que o desenvolvimento nacional era solapado pelas tendências centrípetas do capitalismo e pelo extremo desequilíbrio social herdado do período colonial.

---

<sup>48</sup>. PREBISCH, R. Prefácio. In: RODRÍGUEZ, O. Teoria do ..., 1981, p. 8.

<sup>49</sup>. Entre os principais trabalhos que procuravam superar as insuficiências do enfoque estruturalista, vale destacar, PINTO, A. Inflación: raíces estructurales, 1973; QUIJANO, A. Cultura y Dominación, Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, v. 12, n.2, p. 39-56, 1971; VUSKOVIC, P. Concentración y marginalización en eie desarrollo latinoamericano, [1969] e Idem. A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento, [1970]. In: Serra, J. (Org.) América Latina: Ensaio de interpretação econômica, 1976; FAJNZYLBER, F. Oligopólio, empresas transnacionais e estilos de desenvolvimento, Estudos Cebrap, n.19, p. 5-36, 1977. No Brasil destacam-se os trabalhos de TAVARES, M.C. Auge y declinio del proceso de sustitucion de importaciones. Boletín Económico de América Latina, v.9, n.1, 1964; e FURTADO, C. Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina, 1966.

A projeção de uma conjuntura histórica muito particular como um dado invariável da situação periférica levou à concepção de que já não havia incompatibilidade entre imperialismo e consolidação de sistemas econômicos nacionais.<sup>50</sup> A presença de burguesias dependentes com maior capacidade de negociação no cenário internacional - fenômeno relacionado com o complexo equilíbrio geopolítico da Guerra Fria - induziu à superestimação do grau de autonomia das economias periféricas. O interesse do capital internacional em aproveitar as oportunidades de investimento geradas pelo processo de substituição de importações mediante o deslocamento de unidades produtivas - interesse associado a uma fase específica do movimento de internacionalização do capital - levou à inferência de que já não havia oposição irreduzível entre imperialismo e industrialização periférica.

"Dependência e Desenvolvimento", de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, marca esta importante inflexão no pensamento da Cepal.<sup>51</sup> No plano teórico, o dinamismo da economia periférica passou a ser visto como produto de processos condicionados, em primeira instância, por forças

---

<sup>50</sup>. A concepção de imperialismo utilizada neste trabalho tem por objetivo caracterizar uma fase do desenvolvimento capitalista. As bases teóricas desta concepção foi estabelecida nos trabalhos de LENIN, V.I., Imperialism, The Highest Stage of Capitalism. In: LENIN Selected Works, 1967, 3v.; HOBSON, J.A. Imperialism, 1965; BUKARIN, I.N., A Economia Mundial e o Imperialismo, 1984; LUXEMBURGO, R. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo, 1984; HILFERDING, R., El Capital Financiero, 1981.

<sup>51</sup>. CARDOSO, F.H., FALETTO, E. Dependência e Desenvolvimento, 1970. Ver também, SERRA, J., CARDOSO, F.H. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia, [s.d.]; CARDOSO, F.H. As idéias e seu lugar, 1980.

internas, e, em última, por forças externas<sup>52</sup>. No plano histórico, chegou-se à conclusão de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar paralelos<sup>53</sup>. Eliminada a urgência de superar a dependência externa, o destino das sociedades periféricas passava a depender de estratégias de associação com o capital internacional que estimulassem a entrada de investimentos estrangeiros, na suposição de que o avanço da acumulação capitalista asseguraria a impulsão da industrialização e de que a industrialização era o próprio desenvolvimento.<sup>54</sup>

A mudança fundamental no modo de interpretar o grau de autonomia relativa das economias satélites no sistema

<sup>52</sup>. Prevalece a concepção de que o desenvolvimento do capitalismo dependente é complexamente determinado "(...) em primeira instância pela luta de classes e o desenvolvimento do capitalismo no interior de cada uma das formações econômicas das sociedades dependentes e, em última instância, pelos períodos do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial". CARDOSO, F.H. - Dependência revisitada. In: *As Idéias...*, 1980, p.73.

<sup>53</sup>. A idéia de Cardoso é que "(...) a partir da década de 1950 como consequência da própria reação local, consubstanciada em políticas industrializadoras e protecionistas, mudou a estratégia das empresas estrangeiras (...). A ação do empresariado local (...) mostrou que existiam possibilidades 'técnicas' de industrializar produtos de consumo corrente e de substituir as importações, desde a época da Segunda Grande Guerra, quando se interrompera o fluxo de importações. A participação do estado na regulamentação econômica e na proteção dos mercados, bem como no deslanchar da produção de insumos industriais básicos (...) e, ainda por cima, a difusão de uma ideologia favorável ao desenvolvimento, criaram desafios para a antiga política antiindustrializante do capital estrangeiro. Daí para frente a competição pelos mercados internos dos países periféricos, bem como a crescente internacionalização e diversificação da produção propiciada pela concorrência entre as grandes empresas oligopólicas, tornaram obsoleta a crença no papel 'antiindustrializador' do capital estrangeiro, pelo menos no caso dos países com importantes mercados internos potenciais", CARDOSO, F.H. *As Idéias...*, 1980, p. 140.

<sup>54</sup>. Nas palavras de Cardoso, "A tese que desejo indicar (...) insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes. Por certo, quando se pensa que o desenvolvimento capitalista supõe redistribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos, a idéia de que está ocorrendo um processo real de desenvolvimento econômico na periferia dependente (...) parece absurda. Mas não é este o entendimento marxista sobre o que seja desenvolvimento (ou acumulação) capitalista",

capitalista mundial decorre do suposto de que, dentro do raio de possibilidades aberto pelo contexto externo, o sentido, o ritmo e a intensidade das transformações capitalistas poderiam ser calibrados de dentro para fora, como se a condição periférica significasse apenas um retardo na forma de absorver as estruturas e dinamismos do capitalismo mas não compromettesse a capacidade das sociedades dependentes de controlar os fins e os meios do desenvolvimento.<sup>55</sup> A evolução das economias dependentes passou a ser vista como uma espécie de eterno *catching up*, cuja eficácia revelaria a maior ou menor capacidade do Estado nacional de articular estratégias de acesso às tecnologias que estão na vanguarda do processo de modernização das forças produtivas. Assim, o esforço de compreender a **especificidade** das respostas das economias dependentes ao contexto internacional levou à paulatina diluição dos condicionantes externos que desestabilizam o desenvolvimento dependente, abrindo as portas para que o movimento das economias periféricas fosse pensado como um

---

Idem. Ibidem, p. 76. No mesmo sentido, ver WARREN, D. Imperialism and Capitalist Industrialization, New Left Review, 1973.

<sup>55</sup>. É importante ressaltar que, apesar dos desvios que acabariam levando à negação do enfoque estruturalista da Cepal, é mérito da teoria da dependência de Falletto e Cardoso o esforço de integrar os condicionantes sociais e políticos do desenvolvimento dependente ao pensamento da Cepal. Podemos sintetizar esta contribuição com as seguintes palavras de Cardoso, "A novidade das análises da dependência não consistiu, (...); em sublinhar a dependência externa da economia que já fora demonstrada pela Cepal. Ela veio de outro ângulo, veio da ênfase posta na existência de relações estruturais e globais que unem as situações periféricas ao Centro. Os estudos sobre a dependência mostravam que os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam) se articulam no interior dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais. Existe pois uma articulação estrutural entre o Centro e a Periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade, solidarizando interesses de grupos e classes externos e internos e gerando pactos políticos entre eles que desembocam no interior do estado", in Cardoso, F.H., As Idéias ..., 1980, p.

processo endógeno. A idéia implícita é que, dentro da temporalidade do sistema capitalista mundial, o capitalismo dependente teria um movimento próprio que poderia se aproximar mais ou menos do padrão de desenvolvimento das economias centrais. Assim, o esforço de explicar a **especificidade** da reação das economias dependentes ao contexto internacional acabou diluindo os condicionantes externos que desestabilizam o desenvolvimento dependente.

A evolução do movimento revisionista acabaria levando às últimas conseqüências o deslocamento da perspectiva original da Economia Política da Cepal. Curiosamente, o desdobramento da crítica polarizou-se em duas trajetórias distintas. No interior da Cepal, a crítica abriu espaço para a cristalização do neo-estruturalismo - o braço latino-americano do neoliberalismo; no Brasil, a tradição cepalina metamorfoseou-se na perspectiva do capitalismo tardio - uma defesa da industrialização capitalista retardatária.

A convicção de que a industrialização não estava ao alcance da maioria dos países latino-americanos levou os teóricos revisionistas da Cepal a abandonar o modelo de substituição de importações como paradigma que deveria orientar a política econômica dos países da região.<sup>56</sup> A avaliação de que a ordem internacional emergente abria

---

<sup>56</sup>. FAJNZYLBER, F. La industrialización trunca de América Latina, 1983; Idem. Reflexiones sobre las especificidades de América Latina y el sudeste asiático y sus referentes en el mundo, 1986; Idem. Industrialización en América Latina: de la "caja negra" al "casillero vacío", 1990; FFRENCH-DAVIS, R. Esbozo de un planteamiento neoestructuralista, Revista de la Cepal, n. 34, 1988; SUNKEL, O. (Ed.), El desarrollo desde adentro: un enfoque neoestructuralista para América Latina, 1990; BITAR, S.,

importantes nichos de mercado para os produtos oriundos da periferia levou-os a adotar um receituário que defendia a inserção dinâmica das economias periféricas no sistema capitalista mundial.<sup>57</sup> Capitaneado por Fernando Fajnzylber, este movimento culmina com a consolidação de um novo paradigma teórico cujos contornos básicos foram consolidados em "Transformación productiva con equidad".<sup>58</sup> A nova Cepal passa, então, a defender estratégias de ajuste às mudanças na economia internacional que se articulam em torno de dois objetivos básicos: a busca da competitividade internacional autêntica e o ataque gradual ao problema da equidade.<sup>59</sup>

Eliminada a preocupação com a ruptura da situação de dependência, a crítica às relações sociais responsáveis pela subordinação externa e pelas assimetrias internas cedeu lugar a uma lógica conformista que, ao aceitar o mundo como ele é, racionaliza a inevitabilidade de uma acomodação passiva às novas tendências do sistema capitalista mundial.<sup>60</sup> Sob este enfoque, a denúncia dos problemas gerados pela tendência à concentração de progresso técnico nas economias centrais abriu espaço a um detalhado receituário sobre aprendizado tecnológico endógeno, de caráter neo-schumpeteriano, que

Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina, Revista de la Cepal, n. 34, 1988.

<sup>57</sup>. FAJNZYLBBER, F. Competitividad internacional, evolución y lecciones, Revista de la Cepal, n. 36, 1988; CEPAL, Transformación productiva, especialización industrial y productiva, 1988; FFRENCH-DAVIS, R. Generación de ventajas comparativas y dinamismo industrial, 1987.

<sup>58</sup>. CEPAL, Transformación productiva con equidad, 1990.

<sup>59</sup>. Para um excelente balanço sobre o neo-estructuralismo consultar RODRÍGUEZ, O. CEPAL: viejas y nuevas ideas. Quantum, v. 1, n.2, 1994.

<sup>60</sup>. O movimento de aclimação dos intelectuais progressistas latino-americanos ao liberalismo que caracteriza os novos ares do mundo foi examinado em PETRAS, J. Ensaio contra a ordem, 1995.

ressalta as "janelas de oportunidades" abertas pela nova revolução tecnológica.<sup>61</sup> O pleiteado nexa entre competitividade e equidade, um dos pontos que deveria diferenciar o neo-estruturalismo e a ortodoxa, permanece até hoje como um elo teórico perdido.<sup>62</sup> A importância decisiva atribuída à centralização do Estado nacional foi substituída pela defesa de políticas flexíveis de descentralização regional destinadas a elevar o grau de autonomia das instâncias de poder infra-nacionais a fim de aumentar o seu raio de manobra e a sua plasticidade para articular estratégias de inserção na economia internacional.<sup>63</sup> O diagnóstico da inflação estrutural

---

<sup>61</sup>. A premissa subjacente é que existe "(...) la posibilidad de un continuo catching-up del progreso técnico por parte de las economías latinoamericanas que adopten sus recomendaciones, o en otras palabras, la posibilidad de participar de la revolución tecnológica en curso", RODRÍGUEZ, O. "Cepal: Viejas ...", Quantum, v.1, n.2, p. 56, 1994. Sobre a integração de concepções oriundas do neo-schumpeterianismo ao arcabouço teórico do neo-estruturalismo, ver RODRÍGUEZ, O. Hacia una Estrategia de Desarrollo Autocentrado, 1997.

<sup>62</sup>. Como destaca Rodríguez em Viejas y nuevas ideas, teóricamente, para os neo-estruturalistas "(...) las mejoras en la distribución son necesarias para lograr una ampliación significativa del mercado interno, la cual, a su vez, constituye una base insustituible para el aprendizaje tecnológico y para la incorporación intensa y difundida de progreso técnico". "Sin embargo" - ressaltava o autor -, "los documentos en que se plasma la estrategia de transformación productiva con equidad reconocen que en las economías latinoamericanas el subempleo y la informalidad urbanas subsistirán, durante periodos muy prolongados. En verdad, no hay en ellos un tratamiento preciso del subempleo, de tal modo que éste no es analíticamente explicado, sino empíricamente reconocido como un hecho negativo perdurable". Donde a sua conclusão, "(...) parece que la cadena equidad-mercado interno-incorporación de tecnología-transformación productiva se diluye en el primer eslabón", CEPAL: viejas ..., Quantum, v. 1, n.2, p. 58, 1994; CEPAL- Políticas sociales y desarrollo social en el inicio de los años 90, 1990; Idem. El desarrollo social en los años 90: principales opciones. In: SEMINARIO OPCIONES DE DESARROLLO SOCIAL PARA LOS AÑOS 90, 1988; Idem. Recursos humanos, pobreza y las estrategias de desarrollo, 1989; Idem. Las dimensiones sociales de la transformación productiva con equidad, 1992.

<sup>63</sup>. Não se ignora que, diferentemente das recomendações oriundas dos centros hegemônicos, as proposições da Cepal sobre a importância de formas mais descentralizadas de organização do poder também levam em consideração razões de ordem social, relacionadas com a necessidade de criar mecanismos participativos de controle sobre a ação do Estado. A propósito consultar, BOISIER, S. - En busca del esquivo desarrollo regional: entre la caja negra y el proyecto político, 1995. Ver também, OMAN, C.,

como reflexo de conflitos distributivos que apontavam para a necessidade de mudanças nas estruturas da economia e da sociedade foi simplesmente abandonado.<sup>64</sup> Ao transformar a estabilidade em condição *sine qua non* do crescimento, a teoria neo-estruturalista da inflação converteu a distribuição da renda vigente em parâmetro, e passou a enfatizar a necessidade de reformas institucionais que erradicassem os mecanismos de propagação do processo inflacionário - agora interpretado como produto de choques exógenos sobre o nível de preços.<sup>65</sup>

A frustração com os resultados da industrialização por substituição de importações e o trauma gerado pela reação contra-revolucionária que abortou os sonhos reformistas latino-americanos provocaram uma radical mudança de atitude no modo de a nova Cepal encarar os problemas da sociedade periférica.<sup>66</sup> As proposições a favor de reformas estruturais sofreram abrupto giro de perspectiva que inverteu completamente seu significado. Ao invés de adequar o modo de organização da economia e da sociedade à necessidade de

Globalização\regionalização: o desafio para os países em desenvolvimento. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 39, p.6-15, 1994.

<sup>64</sup>. Sobre a teoria estruturalista da inflação, consultar SUNKEL, O., La inflación chilena - un enfoque heterodojo. El Trimestre Económico, v. 25 n. 4, p.570-599, 1960. PINTO, A. - Inflación ..., 1973; e PINTO, A. et al. - Inflación reciente no Brasil e na América Latina, 1978.

<sup>65</sup>. Os princípios fundamentais da teoria neo-estruturalista da inflação podem ser vistos em: TALOR, L. - Structuralist Macroeconomics Aplicable Models for the Third World, 1983; ASSAEL, H., Elementos estructurales de la aceleración inflacionaria, n. 42, p.141-146, 1990; CEPAL - Crisis económica y políticas de ajuste, estabilización y crecimiento, 1986; FANELLI, J.M., FRENKEL, R., ROSENWURCEL, G. - Growth and structural reform in Latin America..., 1990; MASSAD, C., ZÄHLER, R., El proceso de ajuste en los años ochenta: ... Revista de la Cepal, n. 23, 1984; PAZOS, F., El desborde inflacionario: experiencias y opciones, Revista de la Cepal, n. 42, P. 121-140, 1990; RARMOS, J. - Estabilización y liberalización económica en le Cono Sur, 1984.

<sup>66</sup>. Ver SUNKEL, O. - La consolidación de la democracia y del desarrollo en Chile: desafíos y tareas, 1993.

colocar a acumulação de capital à serviço do desenvolvimento nacional, o neo-reformismo da Cepal passou a defender a necessidade de subordinar o arranjo econômico e social às exigências de uma reinserção dinâmica no comércio internacional. A primazia dos objetivos estratégicos de longo prazo, ligados à necessidade de impulsionar o desenvolvimento nacional, foi asfixiada pelas preocupações imediatistas com a estabilidade monetária. Profundo conhecedor dos meandros da escola da Cepal, Octavio Rodríguez sintetizou a capitulação do pensamento estruturalista ao imperialismo da racionalidade instrumental nos seguintes termos: "En resumen, se ha tratado de mostrar que dicha estrategia padece un desbalance en los énfasis; excesivo en cuanto al progreso técnico y a sus efectos virtuosos sobre el crecimiento, la reinserción internacional y la equidad distributiva; insuficiente en cuanto a la dinámica perversa de la heterogeneidad y el subempleo propios del subdesarrollo, y al complejo conjunto de medidas requerido para superarlos".<sup>67</sup>

Portanto, apesar de reivindicar a continuidade do enfoque estruturalista, o novo pensamento da Cepal nega os fundamentos da tradição desenvolvimentista latino-americana. Ao defender o ajustamento passivo das economias periféricas aos imperativos do processo de "globalização", a nova perspectiva rejeitou a agenda e os termos das soluções que caracterizavam a proposta original do estruturalismo da Cepal. O neo-estruturalismo renunciou, assim, aos dois principais objetivos que inspiravam

---

<sup>67</sup>. RODRÍGUEZ, O., Teoria do Subdesenvolvimento...., p. 58.

Prebisch -construir sistemas econômicos nacionais e consolidar centros internos de decisão -, tornando-se uma alternativa heterodoxa, mais amena e humana, à lógica fria da ortodoxia. As diferenças entre as doutrinas neoliberais anglo-saxã e latino-americana se reduzem fundamentalmente ao reconhecimento de que a condição periférica impõe a necessidade de que se estabeleçam critérios específicos para orientar a estratégia de liberalização.<sup>68</sup>

No caso do Brasil, o movimento de revisão da Economia Política da Cepal teve um desdobramento próprio.<sup>69</sup> A certeza de que o salto para a industrialização pesada permitia uma nova síntese sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista na América Latina incentivou uma radical revisão teórica. Abandonou-se a explicação do movimento das economias dependentes como uma reação adaptativa ao contexto internacional; e levou-se às últimas conseqüências a perspectiva inaugurada por Cardoso e Faletto [1970]. O *Capitalismo Tardio*, de João Manuel Cardoso de Mello [1975], caracteriza de maneira paradigmática a mudança no modo de explicar a trajetória da industrialização nas economias capitalistas de origem colonial.<sup>70</sup> Nas suas palavras, "(...) a

---

<sup>68</sup>. Fajnzylber discute as diferenças que separam o neo-estruturalismo da Cepal do neoliberalismo em, *La Cepal y el neoliberalismo. Revista de la Cepal*, n. 52, p. 207-210, 1994. Ler também, SUNKEL, O., ZULETA, G., *Neoestructuralismo versus neoliberalismo en los años noventa. Revista de la Cepal*, n. 42, p.35-54, 1990. Uma análise mais detalhada da questão pode ser vista em RODRÍGUEZ, O., *CEPAL: viejas ...*, *Quantum*, v. 1, n. 2, 1994.

<sup>69</sup>. Para um balanço da evolução do pensamento econômico no Brasil, ver BIELSCHOVWSKY, R. - *Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimento*, 1988.

<sup>70</sup>. CARDOSO DE MELLO, J.M. - *Capitalismo Tardio*, (c 1975), 1982. Estamos agrupando na perspectiva do capitalismo tardio um conjunto de autores que têm de uma visão comum sobre o processo de industrialização, compartilhando

partir do estudo do capitalismo tardio mais desenvolvido da América Latina, torna-se possível indicar teoricamente a direção em que se poderia repensar a história econômica dos demais países latino-americanos como a história do nascimento e do desenvolvimento de capitalísmos tardios".<sup>71</sup>

O novo enfoque consiste, essencialmente, em desvendar os processos que explicam a internalização de mecanismos de acumulação de capital, cujo ponto culminante é a constituição de um departamento produtor de bens de produção.<sup>72</sup> No momento final da industrialização retardatária, o grande desafio das economias retardatárias é superar as descontinuidades técnicas e financeiras que obstaculizam o salto para a industrialização pesada.<sup>73</sup> Dado que se parte do princípio de que tais

---

o mesmo conceito de industrialização, a mesma forma de interpretar o fatores internos e externos responsáveis pelo movimento da economia brasileira e a mesma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, periodização que os levou a concluir de que o Brasil havia concluído a revolução industrial e autodeterminado seu padrão de acumulação. Embora a crise da economia mundial, em meados de 1970, tenha incentivado uma série de trabalhos que procuravam dar conta da nova realidade, tal esforço ainda não foi sistematizado analiticamente. Entre os trabalhos seminais da perspectiva do capitalismo tardio, cabe mencionar, CANO, W. - Raízes da concentração industrial em São Paulo, 1977; Idem. - Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1970, 1985; AURELIANO, L. - No limiar da industrialização, 1981; DRAIBE, S. - Rumos e metamorfoses, 1985; TAVARES, M.C.T. - Acumulação de capital e industrialização no Brasil, 1985; TAVARES, M.C.T. - Ciclo e Crise, 1978; LESSA, C. - A estratégia de desenvolvimento (1974-1976): sonhos e fracassos, 1978; BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. - Desenvolvimento Capitalista no Brasil, 1982 e 1983, 2v.

<sup>71</sup>. CARDOSO DE MELLO, op. cit., p. 176. "Não basta, no entanto, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária", Idem. Ibidem, p. 98.

<sup>72</sup>. OLIVEIRA, C.A.B. - Considerações sobre a formação do capitalismo, 1977.

<sup>73</sup>. Comparando os dilemas da industrialização retardatária com suas predecessoras, Cardoso de Mello resumiu a questão nos seguintes termos: "Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos

descontinuidades não poderiam ser ultrapassadas pelo mero desdobramento do processo de acumulação de capital, conclui-se que a internalização da indústria de bens de capital, momento crucial da revolução industrial, exigia uma <<associação>> virtuosa entre capital nacional, capital estrangeiro e Estado. Donde o caráter providencial do processo de internacionalização dos mercados internos. Nas palavras de Cardoso de Mello, "(...) a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos externos e internos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente. A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo".<sup>74</sup>

Ao reduzir a problemática da industrialização capitalista retardatária à constituição do departamento de bens de produção, a perspectiva do capitalismo tardio esvaziou a

---

gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado internacional, pois que controlada pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados", CARDOSO DE MELLO, J.M. - O capitalismo ..., p. 112. A propósito, ver também, OLIVEIRA, C.A.B. - O processo de industrialização ..., 1985.

questão nacional como um dos problemas centrais do desenvolvimento capitalista dependente. A impotência da burguesia dependente para tomar iniciativas no plano econômico deixou de ser um obstáculo ao avanço do desenvolvimento nacional, pois a intervenção do Estado na economia e a participação do capital estrangeiro no esforço de industrialização supririam as deficiências intrínsecas à base empresarial do capitalismo tardio. A ênfase na necessidade de o processo produtivo ficar sob controle de classes sociais nativas, como único meio de subordinar o processo de acumulação a uma dinâmica de concorrência ancorada no espaço econômico nacional, foi, assim, substituída pela sacralização do tripé *capital nacional, capital estrangeiro e Estado* como única fórmula de impulsionar a industrialização pesada.<sup>75</sup>

A fé no papel construtivo do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional baseia-se na idéia de que, uma vez concluída a revolução industrial, o mercado interno ter-se-ia tornado um espaço estratégico da concorrência intercapitalista em escala mundial e, por isso, uma vez implantado na sociedade periférica, o capital estrangeiro tenderia a enraizar-se no espaço econômico nacional. A premissa subjacente é que, após a constituição de forças produtivas tipicamente capitalistas, já não existiriam grandes assimetrias entre mercado interno e

---

<sup>74</sup>. CARDOSO DE MELLO, J.M. - O capitalismo ..., p. 118.

<sup>75</sup>. O capital internacional converte-se, assim, em capital estrangeiro - um parceiro imprescindível do capitalismo tardio. Além de reconhecer a impotência do capital nacional, parte-se do princípio de que não há contradições irreduzíveis entre capital nacional e capital estrangeiro que pudessem vir a comprometer a unidade da "sagrada aliança". A propósito ver, LESSA, C., DAIN, S., *Capitalismo associado*. In: BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO,

mercado externo e, por isso, não haveria nada que impedisse o capitalismo tardio de concorrer, pela atração de investimentos estrangeiros, em igualdade de condições com as economias mais avançadas e de maior renda *per capita*. O ensaio "Capitalismo Associado", de Carlos Lessa e Sulamis Dain, é ilustrativo da convicção de que as filiais estrangeiras teriam vindo à periferia para ficar, pautando sua estratégia de valorização do capital em função das oportunidades de negócios abertas no **espaço econômico nacional.**<sup>76</sup>

Inverte-se, assim, o papel desempenhado pelo capital internacional, no desenvolvimento nacional. Já não é a Nação que se ajusta às <<exigências>> do capital internacional, mas exatamente o contrário: é o capital internacional que se adapta às <<exigências>> da sociedade periférica. Como afirma Conceição Tavares, em "Problemas de industrialización avanzada

R. - Desenvolvimento ..., p. 220; SERRA, J. In: BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. - Desenvolvimento..., p. 71-72.

<sup>76</sup>, Lessa e Dain colocaram a questão nos seguintes termos: "A filial, como fração de um bloco de capital externo, é um instrumento da estratégia de valorização do bloco como um todo. A penetração é a expressão de um desdobramento específico da competição intercapitalista. Como fração disporá, para sua valorização no espaço nacional periférico, dos atributos à disposição do bloco e procurará cumprir as orientações empresariais que emanam de seu sistema de decisão. Mas como capital que se valoriza em um espaço nacional terá sua lógica macrodeterminada pelo dinamismo da economia capitalista em que penetrou. Isso implica o aprisionamento da fração do capital penetrante em um determinado espaço de valorização. A idéia de que o capital penetrante possa impor soberanamente suas decisões é muito duvidosa. Nenhuma filial comanda as condições de transformação de seus lucros internos - obtidos no espaço econômico nacional - em equivalente geral no mercado internacional. As condições necessárias para a remessa de lucros, utilidades etc., passam pela forma e movimento de articulação entre a economia nacional e o sistema internacional. Nesse sentido, pelo próprio fato de se haver instalado no interior do espaço nacional de acumulação, tem de valorizar seu capital nesse espaço. Ademais, é essa a motivação de sua presença. A longo prazo, sua trajetória como capital está subordinada ao dinamismo e às especificidades do capitalismo existente naquele país. A lógica da competição intercapitalista determina que é necessário defender o espaço ocupado pelos competidores", LESSA, C., DAIN, S., Capitalismo associado. In BELLUZZO, L.G.M., COUTINHO, R. - Desenvolvimento Capitalista no Brasil..., 1983, p. 119.

en capitalismos tardios y periféricos", "las filiales extranjeras no toman decisiones sin tener en cuenta las condiciones sociales y de producción en los países en donde se ubican. Evalúan las estructuras de acumulación de capital, de protección económica y de poder, internas a cada espacio nacional, y se adaptan de diversas maneras a la situación prevaeciente. Al mismo tiempo, y por su dinámica de operación, modifican esas condiciones desde adentro, pero sólo en la medida en que sus objetivos simples y aparentemente 'racionales' de expansión se coordinan o por lo menos no son antagónicos con los intereses de las demás fracciones de capital local, al cual corresponde organizar el pacto de dominación que sostiene al Estado nacional"[grifos meus].<sup>77</sup>

A ênfase em apenas um dos constrangimentos externos ao desenvolvimento - os obstáculos técnicos e financeiros que bloqueiam o acesso às tecnologias difundidas do centro capitalista - acarreta a abstração de outros fatores que solapam a consolidação das economias periféricas como espaço de reprodução ampliada do capital. O principal problema, neste caso, é que se desconsidera a **incerteza estrutural** gerada pelos efeitos desestabilizadores decorrentes da extrema mobilidade espacial do capital internacional e do impacto desagregador do processo de mercantilização que se propaga do

---

<sup>77</sup>. TAVARES, M.C., Problemas de industrialización tardios e periféricos. Economía de América Latina. Revista de Información y Análises de la Región, n. 6, 1981, p. 42. Esta idéia vinha acompanhada da interpretação de que o momento histórico tendia a reforçar o poder de barganha dos países periféricos. "Si bien la actual crisis internacional parece aumentar el radio de maniobra del Estado tanto para resolver ciertos problemas de acumulación de capital, como para forzar la industrialización en la

sistema capitalista mundial sobre as estruturas da economia dependente. Por esse motivo, o enfoque do capitalismo tardio não explica adequadamente as assimetrias na capacidade de controlar os fins e os meios do desenvolvimento entre as economias centrais e as economias dependentes. Ignora-se, assim, a extrema instabilidade que caracteriza o processo de acumulação nessas regiões, deixando de lado um dos principais problemas que emperra o processo civilizatório nas sociedades dependentes: a dificuldade de evitar processos de reversão estrutural que comprometem a linha de continuidade no movimento de integração nacional.

A convicção de que a internalização do departamento de bens de produção é condição suficiente para assegurar a autodeterminação do processo de acumulação também esvaziou a importância da **Revolução Democrática** como premissa do desenvolvimento capitalista nacional. A utilização do princípio da demanda efetiva para tratar do problema da formação dos mercados levou à crença de que não haveria incompatibilidade entre marginalidade social e aprofundamento da industrialização. A prioridade que a tradição desenvolvimentista atribuía à integração da superpopulação excedente no mercado de trabalho, como um dos pré-requisitos de um sistema econômico nacional foi, assim, excluída da agenda de questões que compõem a problemática da industrialização capitalista retardatária. *Além da Estagnação,*

de Serra e Conceição Tavares, marca a ruptura com o modo de interpretar as relações contraditórias entre desenvolvimento nacional e anacronismos de sociedade colonial. Ao abstrair os condicionantes socioculturais que caracterizam a especificidade dos espaços econômicos nacionais, o novo enfoque reduziu a discussão do desenvolvimento nacional a uma questão pura e simples de dinâmica capitalista, ignorando que o grande dilema do desenvolvimento nacional consiste exatamente em conciliar valorização do capital e solidariedade orgânica entre as classes sociais.<sup>78</sup>

Transformada em mero resíduo da sociedade colonial, a eliminação da superpopulação excedente permanentemente marginalizada do mercado de trabalho torna-se apenas um problema de "vontade política", desvinculado das questões relacionadas com o desenvolvimento econômico. Dentro desta perspectiva, o combate à pobreza absoluta torna-se uma questão moral, associada à erradicação de anacronismos sociais. O suposto é que a superexploração da força de trabalho não teria nenhuma funcionalidade para a continuidade do padrão de acumulação.<sup>79</sup> "En síntesis, para entender el cuadro completo de

---

<sup>78</sup>. A dicotomia entre dinamismo capitalista e capacidade de consumo da sociedade fica clara na seguinte afirmação: "Marginalidade, desemprego estrutural, infraconsumo etc. não constituem, em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com os problemas referentes à absorção de poupanças, oportunidades de investimento etc", TAVARES, M.C., SERRA, J., Além da Estagnação... In: SERRA, J. (Org.) - América Latina:..., 1976, p.210-251.

<sup>79</sup>. Dentro desta perspectiva a pobreza relativa deveria ser enfrentada pela manipulação de duas variáveis: a aceleração do processo de acumulação de capital e a criação de um ambiente institucional que favorecesse a liberdade dos sindicatos e o efetivo cumprimento da legislação trabalhista. A premissa subjacente é que a industrialização pesada tenderia a absorver gradualmente a superpopulação excedente e que a geração de escassez relativa de trabalho no segmento formal criaria condições para aumentos

la llamada 'heterogeneidad estructural' de nuestras sociedades, nos vemos obligados a separar analíticamente los problemas de la dinámica de la industrialización tardía, de aquellos que emergen de la formación histórica de nuestras sociedades nacionales", escreve Conceição Tavares.<sup>50</sup>

Reduzindo a questão dos mercados a um problema de **demanda efetiva** - categoria construída para tratar situações de curto prazo, caracterizadas pela presença de capacidade produtiva ociosa e estabilidade nos parâmetros extra-econômicos que sobredeterminam o multiplicador de renda -, os adeptos do capitalismo tardio acabaram retirando de seu campo de visão os obstáculos ao desenvolvimento derivados de constrangimentos físicos associados à existência de escassez material.<sup>51</sup> A

sistemáticos de salário real. A respeito ver, SOUZA, P.R. - A determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas, 1980.

<sup>50</sup>. TAVARES, M.C., Problemas de industrialización ... Economía de América Latina..., n. 6, 1981, p. 23. A autora esclarece o divórcio entre acumulação de capital e distribuição do excedente social assim: "Los primeros (los problemas de la dinámica de la industrialización tardía) derivan del avance desigual, y periódicamente bloqueado, de las fuerzas productivas capitalistas, que se da a través de la reproducción - en breve lapso y en un espacio económico reducido - de las bases técnicas de un sistema industrial que alcanzó un grado de desarrollo superior y transnacionalizado, a partir de sus bases nacionales de origen. A esos desequilibrios estructurales se les puede llamar problemas de 'modernidad' del capitalismo 'tardío'". Dentro desta perspectiva "(...) la pobreza absoluta y la marginalización, están determinados en primera instancia por el atraso económico, político y social que subsiste en nuestras sociedades, como secuela del propio proceso de formación histórica de ciertos Estados nacionales periféricos. Los problemas del atraso siguen centrados en la cuestión agrária, del empleo y de la organización política del Estado, lo que va mucho mais allá de su localización en la periferia del centro industrial originário, y está mucho más acá, en su realidad histórica, de los efectos de la moderna transnacionalización operada a partir del segundo centro hegemónico. Al fin de cuentas, no se puede borrar más de cien años de história que median entre uno y otro órdenes internacionales, sin hablar de los doscientos años anteriores".

<sup>51</sup>. Não é o lugar de discutir o estatuto teórico da noção de demanda efetiva, mas não custa insistir na inadequação desta categoria para tratar dos problemas do desenvolvimento econômico. O próprio Keynes nunca desconheceu o alcance restrito de sua teoria dos mercados, uma teoria construída para explicar fenômenos de curto prazo. "Adotamos como dado a habilidade e o volume existente das forças disponíveis de trabalho, a qualidade e a quantidade de bens de capital (instalações) disponíveis, a

utilização do princípio da demanda efetiva - categoria que supõe uma situação efêmera muito particular em que existe abundância econômica - para dar conta das descontinuidades estruturais no processo de mercantilização que acompanha o movimento de longo prazo do desenvolvimento capitalista ocultou uma das principais dificuldades do capitalismo

técnica existente, a intensidade da concorrência, os gostos e hábitos dos consumidores, a desutilidade das distintas intensidades de trabalho e das atividades de direção e organização, além da estrutura social incluídas as forças ... que determinam a distribuição da renda nacional", KEYNES, J.M. - Teoria geral do emprego, da renda e da moeda, (c 1936), 1982. Schumpeter explicitou a incompatibilidade da noção de demanda efetiva para tratar problemas do desenvolvimento econômico nos seguintes termos: "(...) como el mismo Keynes dice siempre se supone, en tal modelo, que el capital físico (equipo) permanece constante tanto cualitativa como cuantitativamente. Ello limita la teoría a un análisis de los factores que determinan el mayor o menor grado de utilización de un aparato productivo existente. Los que ven la esencia del capitalismo en los fenómenos que dan lugar a la incessante renovación de tal aparato y en la continua revolución que en él se verifica, han de ser disculpados si consideran que la teoría keynesiana hace abstracción de la esencia misma del proceso capitalista", SHUMPETER, J.A. - History of economic analysis, 1954, p. 1174-1175. Em outro trabalho, Schumpeter advertiu para a origem das confusões geradas pela interpretação inadequada do princípio da demanda efetiva: "(...) não se compreendeu bem que o modelo é rigorosamente a curto prazo e tampouco a importância desse fato para a estrutura e os resultados contidos na General Theory. A restrição decisiva é que não apenas as funções de produção, e não somente os métodos de produção, mas também o volume e a quantidade das instalações não podem mudar, restrição essa que Keynes jamais cansou de frisar em pontos cruciais do caminho. Essa orientação permite simplificações que seriam sob outros aspectos inadmissíveis: admite, por exemplo, que se encare o nível de emprego como aproximadamente proporcional a renda (produção) de modo a se determinar uma, tão logo se determine a outra. Mas limita a aplicabilidade da análise, na melhor das hipóteses, a alguns anos - talvez à duração do 'ciclo de 40 meses' - e, em termos de fenômenos, aos fatores que especificariam a maior ou menor utilização da aparelhagem industrial se esta última permanecesse inalterada. Todos os fenômenos incidentais à criação e mudanças na aparelhagem, isto é, os fenômenos dominantes do processo capitalista, são, destarte, excluídos do exame". Donde sua advertência sobre o arcabouço conceitual da Teoria Geral. "O que mais admiro nesse e outros arranjos conceituais é a adequação: ajustam-se ao objetivo como um paletó bem cortado se ajusta aos ombros do freguês. Evidentemente por esse motivo, eles têm utilidade limitada quando aplicados a outros que não aos objetivos específicos de Keynes. Uma faca de frutas é um excelente instrumento para descascar um pêssego. Aquele que a usa para cortar um bife deve culpar apenas a si mesmo pelos resultados insatisfatórios", SHUMPETER, J.A. - John Maynard Keynes (1883-1946). In: \_\_\_\_\_ - Teorias Econômicas de Marx a Keynes, 1970, p. 270 e 274, respectivamente. O alcance do princípio da demanda efetiva é discutido por PASINETTI, L.L., A economia da demanda efetiva. In: \_\_\_\_\_ - Crescimento e Distribuição de Renda, 1974, cap. 2. Para uma discussão sobre o problema da escassez na teoria econômica, ver NAPOLEONI, C. - Dicionário de Economia Política, 1982, p. 11 a 44.

retardatário: a incapacidade de generalizar pelo conjunto da população periférica os padrões de vida das economias centrais. Abstraindo os constrangimentos objetivos que não permitem que as economias periféricas possam repetir a trajetória das economias centrais mediante a implementação de uma política de desenvolvimento recuperador, este enfoque acabou racionalizando estratégias adaptativas de acumulação de capital que, sem questionar as bases do subdesenvolvimento, avançam nos interstícios dos espaços abertos pela conjuntura internacional.

Por fim, o entendimento da internalização do departamento de bens de produção como uma espécie de etapa terminal da industrialização tardia levou ao abandono de problemas qualitativos do desenvolvimento econômico, relacionados com as descontinuidades diacrônicas que caracterizam o processo de destruição criadora, em favor da discussão de questões quantitativas, associadas ao movimento sincrônico, impulsionado por dinâmicas macroeconômicas endógenas. A certeza de que o desenvolvimento capitalista não seria obstaculizado pela insuficiência na capacidade de consumo da sociedade deslocou todas as atenções para os fatores que condicionam a organização do processo produtivo.<sup>82</sup> A idéia de

---

<sup>82</sup>. Sobre a lógica de valorização do capital típica do capitalismo autodeterminado ver BELLUZZO, L.G.M. - Valor e capitalismo, p. 88-109. Dentro desta perspectiva, a questão dos mercados foi reduzida a uma questão de organização industrial. Nas palavras de Conceição Tavares, "(...) el tema de la organización de los mercados capitalistas y de su rápida expansión, tema que envuelve la articulación dinámica entre fracciones de capital de las más diversas naturalezas y procedencias, mediada por la creciente intervencion del Estado. A pesar del problema de la pobreza y la marginalización, la acentuada expansión del mercado interno que acompaña al proceso de industrialización reciente es hoy un hecho ampliamente

que a formação e a transformação dos mercados seriam mera expressão da divisão social do trabalho significou uma radical reviravolta teórica. Abandonadas as preocupações com os determinantes do processo de realização dinâmica, os dilemas do desenvolvimento foram reduzidos à formação bruta de capital.<sup>83</sup> Assim, redefinida como a problemática da industrialização capitalista retardatária, os desafios da industrialização nacional converteram-se em uma questão de acumulação de capital. Apagada a distinção entre desenvolvimento capitalista nacional e acumulação de capital, a problemática do desenvolvimento confundiu-se com a discussão sobre crescimento econômico.<sup>84</sup> O debate sobre os aspectos qualitativos do processo de incorporação de progresso técnico, relacionados com a capacidade da sociedade nacional de conciliar aumentos progressivos na eficiência econômica e elevações sistemáticas no bem-estar do conjunto da população, foi afastado do horizonte de preocupações teóricas, para privilegiar os aspectos quantitativos de expansão das forças produtivas, associados à racionalidade do processo de acumulação.

---

reconocido", TAVARES, M.C., Problemas de industrialización ... Economía de América Latina..., n. 6, 1981, p. 23.

<sup>83</sup>. Seguindo a tradição dos modelos de crescimento econômico inspirados em Harrod e Domar, os movimentos cíclicos da economia são atribuídos a problemas de desproporção no ritmo de expansão dos investimentos nos diferentes setores da economia. Esse é o sentido dado por Conceição Tavares à idéia de "realização dinâmica" - uma interpretação que deixa de lado o que consideramos fundamental: a discussão sobre o tipo de mercado, isto é, os fatores que explicam as mudanças qualitativas na capacidade de consumo da sociedade. Ver TAVARES, M.C. - Acumulação de Capital ..., 1985; e idem, Ciclo ..., 1978 O tratamento da questão dos mercados também é estudado em MIGLIOLI, J. - Acumulação de capital e demanda efetiva, 1981.

<sup>84</sup>. A respeito da distinção entre crescimento e desenvolvimento ver, SUNKEL, O., PAZ, P. - El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo, 1970, p.29-45 e 81-97.

O divórcio entre **tempo político**, que diz respeito ao encaminhamento dos processos de revolução nacional e democrática, e **tempo econômico**, que se refere ao avanço do movimento de acumulação de capital, acabou implicando a exclusão dos determinantes extra-econômicos que comprometem o papel da concorrência como força propulsora do processo de incorporação de progresso técnico. Por esse motivo, o enfoque do capitalismo tardio acabou desconsiderando elementos essenciais para explicar os bloqueios à monopolização do capital - a heterogeneidade estrutural do sistema econômico - e os obstáculos que impedem a transferência de ganhos de produtividade para os salários - a existência de uma superpopulação excedente marginalizada do mercado de trabalho. Deste modo, a nova perspectiva analítica excluiu de seu horizonte de preocupações uma das características fundamentais das economias capitalistas dependentes - a necessidade funcional de combinar "atraso" e "moderno" - e seu principal corolário - a perpetuação de formas de acumulação de capital baseadas na superexploração do trabalho. Onde a impossibilidade de explicar por que, no capitalismo tardio, a concorrência não é capaz de impulsionar a introdução de inovações radicais nas formas de organização da produção e na estrutura de mercado.

A idéia de que após a constituição de forças produtivas tipicamente capitalistas o movimento de acumulação de capital ter-se-ia tornado autodeterminado, só limitado pelas suas próprias contradições, levou a perspectiva do capitalismo

tardio a superestimar o grau de autonomia relativa das economias capitalistas dependentes. Assim, a concorrência intercapitalista ancorada no espaço econômico nacional foi transformada em uma espécie de *deus ex-machina* do desenvolvimento econômico, pois, desvinculada das estruturas extra-econômicas da sociedade, a incorporação de progresso técnico tornou-se um movimento canônico regido pela lógica abstrata do capital. O desafio do desenvolvimento econômico ficou reduzido à capacidade da sociedade de mobilizar uma massa apropriada de capital monetário e transformá-la em capital produtivo industrial. Em consequência, a ênfase da investigação foi deslocada para as formas de acesso à tecnologia das economias centrais; para as estratégias de engenharia financeira capazes de adequar o grau de centralização do capital às exigências do padrão de acumulação do capitalismo dominante; e para as condições macroeconômicas que sobredeterminam as oportunidades de investimentos no capitalismo retardatário.

Ao reificar o caráter social do processo de industrialização pesada, a perspectiva do capitalismo tardio acabou ocultando os mecanismos de perpetuação do capitalismo dependente e as possibilidades de sua superação. A supressão das contradições entre desenvolvimento desigual e combinado e integração das nações emergentes deixou o novo arcabouço interpretativo sem instrumentos adequados para delimitar analiticamente os limites da industrialização capitalista retardatária. Ao sacramentar o tripé *capital nacional, capital*

*estrangeiro e Estado* como mola propulsora da industrialização pesada, a correlação de forças foi petrificada, limitando o raio de ação do Estado para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento nacional aos marcos do capitalismo dependente. A ilusão de que o avanço da industrialização pesada conciliaria os conflitos entre as classes sociais fez com que não surgisse nem a necessidade nem a possibilidade de transformações estruturais. Como não há liberdade sem o conhecimento da necessidade, esta *démarche* metodológica eliminou do horizonte de reflexão processos de mudança estrutural que transcendessem os marcos do *status quo*, e, assim, inviabilizou o conhecimento das virtualidades inscritas no movimento histórico.

Os sonhos gerados pela certeza de que o capitalismo brasileiro havia se tornado autodeterminado - pois, embora com as seqüelas típicas de um capitalismo que só muito tarde concluíra a revolução industrial, o país teria transposto os obstáculos que impediam o avanço das forças produtivas - levaram os defensores da tese do capitalismo tardio à convicção de que a consolidação da soberania nacional e o enraizamento da democracia confundiam-se com o próprio fortalecimento das estruturas do capitalismo brasileiro. Argumentando contra a inviabilidade de uma política de distribuição de renda - idéia defendida pelo regime militar brasileiro, e contra a proposição de que o capitalismo brasileiro estava fadado à estagnação - interpretação que inspirava os defensores da luta armada na década dos sessenta

-, os teóricos do capitalismo tardio propuseram a tese de que os problemas nacionais deveriam ser tratados dentro dos marcos da situação, como questões eminentemente institucionais.

Assim, a fé no destino manifesto das economias capitalistas retardatárias que tivessem conseguido instalar o departamento produtor de bens de produção acabou deslocando as preocupações com os obstáculos gerados pela situação de dependência e subdesenvolvimento para questões relacionadas com as potencialidades abertas pela autodeterminação do processo de acumulação de capital. Ao afastar a necessidade de mudanças radicais nos pilares fundamentais do capitalismo brasileiro, o novo marco teórico transformou a crítica à irracionalidade e aos limites da industrialização subdesenvolvida como meio para a consolidação das bases materiais de um sistema econômico nacional, na saga da industrialização tardia e na defesa de suas potencialidades como sustentáculo de uma economia autodeterminada e de uma sociedade democrática. A busca de espaço de liberdade para, mediante transformações das estruturas, ampliar a fronteira de possibilidades das sociedades dependentes transformou-se no esforço de evidenciar a necessidade de aproveitar as oportunidades abertas pelas estruturas existentes. As críticas passaram a concentrar-se nas políticas governamentais que desperdiçavam as oportunidades abertas pela industrialização pesada.

Sem instrumentos adequados para equacionar analiticamente a problemática da ruptura com as estruturas externas e internas responsáveis pelo subdesenvolvimento, a revisão da economia política da Cepal circunscreveu aos limites do capitalismo dependente o campo de oportunidades das sociedades latino-americanas. Sob estes parâmetros, as opções das sociedades latino-americanas ficam restritas a diferentes modos de combinar: (1) maior ou menor taxa de crescimento; (2) maior ou menor grau de exclusão social; e (3) maior ou menor grau de controle dos centros internos de decisão. Dentro desse raio de manobra, o neo-estruturalismo representa a ideologia dos setores 'ultra-modernistas' da sociedade, expressando o pensamento econômico daqueles que defendem uma rápida adaptação às tendências do sistema capitalista mundial; e a perspectiva do capitalismo tardio, a ideologia dos setores que defendem a importância estratégica de se preservar a integridade do sistema industrial.

Apesar da Cepal apresentar seu novo receituário como uma terceira via entre o ajustamento "puro e duro" recomendado pelo Consenso de Washington e o imobilismo representado pelos herdeiros de um Nacional Desenvolvimentismo extemporâneo, a diferença entre as recomendações do neo-estruturalismo e as do neoliberalismo é muito mais uma questão de forma do que de conteúdo. A divergência real diz respeito, ao ritmo e à intensidade de implementação do programa de liberalização. Embora o impacto social da adaptação da economia à "globalização" seja mencionado como fator que não pode ser

desprezado no desenho da política econômica, na prática este parâmetro normativo da doutrina neo-estruturalista não impede que a exposição da economia periférica à concorrência internacional seja vista como um objetivo estratégico das economias latino-americanas. Ainda que se dê grande importância ao papel do Estado na definição do ritmo e da intensidade do processo de ajustamento, a interferência no livre funcionamento do mercado é tida como um expediente temporário para atenuar os efeitos mais nocivos do movimento de liberalização, e não mais como sustentáculo fundamental de uma política industrializante. Em suma, em aberto antagonismo com a tradição estruturalista, a nova orientação doutrinária sanciona docilmente as tendências espontâneas da "globalização". Donde o caráter extremamente restrito de suas proposições. Nas palavras de Octavio Rodríguez, "pareciera, pues, que la estrategia no se propone para todos, sino que tácitamente admite la existencia de ciertos casos en que la 'condición periférica' puede ser superada, y de muchos otros donde ésta habrá de perpetuarse".<sup>85</sup> Para este segundo grupo de países, que engloba a grande maioria da população latino-americana, o neo-estruturalismo nada tem a dizer.

Embora defenda a construção do sistema econômico nacional como objetivo estratégico da sociedade e o controle dos centros internos de decisão como o principal instrumento para alcançá-lo - preservando, assim, objetivos fundamentais da Cepal - o enfoque do capitalismo tardio não dá conta dos

---

<sup>85</sup>. RODRÍGUEZ, O. Cepal: Viejas ..., Quantum, v.1, n.2, p. 57.

problemas atuais do desenvolvimento capitalista dependente. Isto porque a ausência de espaço de liberdade para ações capazes de superar as estruturas econômicas, sociais e culturais responsáveis pela perpetuação da dependência e do subdesenvolvimento fechou o raio de manobra das sociedades capitalistas retardatárias ao acontecer histórico. Sem capitular às determinações da ordem internacional emergente mas também sem instrumentos para vislumbrar mudanças estruturais capazes de deslocar a fronteira de possibilidades, a abordagem do capitalismo tardio ficou condenada a defender as estruturas da Segunda Revolução Industrial. Daí a importância estratégica do Estado como instrumento capaz de ganhar tempo e resguardar o sistema econômico nacional, da fúria da globalização. Como adverte Wilson Cano, "(...) ao contrário do discurso liberal, urge fazer o desenho de uma política econômica e uma política social que exijam não um simples enxugamento do estado e sua desregulamentação, mas, sobretudo, uma profunda reformulação do estado, retomando um vigoroso poder estruturante".<sup>86</sup>

Deste modo, a revisão teórica que surgiu em meados da década dos setenta, para mostrar os horizontes abertos pela industrialização pesada tornou-se, nos anos noventa, uma espécie de teoria da resistência, que denuncia os riscos de desestruturação da industrialização capitalista retardatária, mas não propõe alternativas que nos permitam superar o impasse claustrofóbico que compromete o futuro do processo de formação

---

<sup>86</sup>. CANO, W. - Uma alternativa não neoliberal para a economia brasileira na

da nação. Percebendo a impossibilidade de permanecer igual e o suicídio que seria acompanhar os ritmos da modernização impostos de fora para dentro, procura-se ganhar tempo, à espera de dias melhores. Escrevendo logo no início dos anos noventa, quando os efeitos destrutivos da liberalização apenas começavam a se explicitar, Cardoso de Mello colocou a questão nos seguintes termos: "É claro que há alternativas ao neoliberalismo que não seja nem o 'desenvolvimentismo' fora de época, nem o fundamentalismo. Mas não tem cabimento propor novas utopias (quais?) quando a História frustrou a realização de velhos sonhos. Penso que só nos resta defender a Nação dos efeitos destrutivos da crise e ir preparando, com paciência e determinação, as condições para que, no futuro, possamos incorporar plenamente os resultados econômicos e sociais da Terceira Revolução Industrial".<sup>87</sup>

Contudo, como não é possível resistir sem oferecer soluções alternativas para a organização da sociedade, se quisermos fugir de um horizonte teórico que nos condena à ética da racionalidade adaptativa, precisamos de um arcabouço conceitual que se abra para o futuro. Daí a urgência de se

---

década de 1990, 1990, p. 32.

<sup>87</sup>. CARDOSO DE MELLO, J.M., Consequências do neoliberalismo. Economia e Sociedade, n.1, 1992, p. 66. Wilson Cano colocou a mesma questão nos seguintes termos: "Nossa estratégia, (...), não se refere, como se poderia pensar a uma tentativa urgente e precipitada de buscar outro caminho para o 'primeiro mundismo' e para a modernidade. Não é nossa intenção, simplesmente porque sabemos, pelo exame da história, que um país de economia capitalista subdesenvolvida, retardatária como a nossa, não tem condições de se engajar na revolução industrial, na terceira, no caso presente, de forma rápida como pretendem os autores do discurso neoliberal. Sabemos que, na verdade, nossa estratégia terá de se pautar por uma estratégia do possível, por uma estratégia do necessário", CANO, W. - Uma alternativa ..., p. 39. Ver também versão revisada em, CANO, W., Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990, Economia e Sociedade, n. 2, p.97-124, 1993.

retomar a reflexão crítica sobre os dilemas do desenvolvimento nacional, e coloca-la em dia com as exigências do momento histórico. O desafio está em evidenciar os problemas gerados pela situação de dependência e subdesenvolvimento, desvendar o caráter da antinomia entre desenvolvimento desigual e combinado e construção da nação, bem como explicitar os conflitos que determinam as tendências efetivas da luta de classes e seus possíveis desdobramentos.

Insatisfeito com o rumo que a crítica revisionista havia tomado, o próprio Prebisch, no início dos anos oitenta, indicou a raiz dos problemas teóricos que comprometiam a eficácia do pensamento original da Cepal - suas deficiências economicistas e tecnocráticas -, bem como os desafios que estavam colocados para quem buscasse superá-los. "Na Cepal, sociólogos e economistas estivemos desencontrados por muito tempo, olhando com certo receio para ver qual o que se atrevia a entrar no terreno do outro". Donde a justificativa de sua última aventura teórica: "(...) estou tratando de interpretar o desenvolvimento periférico como um complexo fenômeno de caráter dinâmico que abarca elementos técnicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Tudo isto ultrapassa o âmbito da teoria econômica, com o que me exponho à indiferença dos

economistas e à inconformidade dos sociólogos. Mas é preciso fazê-lo".<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup>. PREBISCH, R., Prefácio. RODRÍGUEZ, O. - A teoria do subdesenvolvimento ..., p. 10. O esforço de Prebisch está consolidado no livro Capitalismo periférico: Crisis y transformación, 1981.

## CAPÍTULO 2

### INTRODUÇÃO À PROBLEMÁTICA

#### DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NACIONAL

*«As nações que não têm Estado próprio tornam-se,  
na era capitalista, povos sem história», F.  
Engels*

#### Introdução

A problemática do desenvolvimento estuda a luta do homem pelo controle de seu próprio destino. Trata-se de entender o conjunto de circunstâncias objetivas e subjetivas que condicionam a capacidade da sociedade de controlar o processo de mudança social. Como colocou Marx, em uma célebre frase de *Dezoito de Brumário*, "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente legadas e transmitidas do passado".<sup>1</sup>

A teoria do desenvolvimento econômico procura entender um dos aspectos desta questão: as formas de superar a contradição entre *vontade* e *possibilidade*. Trata-se de examinar as bases materiais do desenvolvimento, desvendando as causas e conseqüências do processo de incorporação do progresso técnico. O cerne do problema está em compreender de que modo os dilemas específicos de cada formação social condicionam seu processo de acumulação. Em *Racionalidade e Irracionalidade*,

---

<sup>1</sup>. Cf. O dezoito brumário e cartas a Kugelmann, (c1869), 1977, p. 17.

Godelier sintetizou do seguinte modo o desafio de quem pensa a racionalidade de um sistema econômico: "Une analyse attentive découvre que la question de l'efficacité technique et sociale d'un système est celle des possibilités de ce système, plus précisément des possibilités maximales de ce système, de réaliser les transformations économiques et sociales qui s'imposent à lui nécessairement".<sup>2</sup>

Neste capítulo, apresentaremos uma visão global da problemática do desenvolvimento econômico, explicitando os processos que sobredeterminam a geração, distribuição e utilização do excedente social. O objetivo é estabelecer um eixo condutor que permita articular as diferentes dimensões dos dilemas enfrentados pela sociedade para colocar o processo de acumulação a serviço de um projeto nacional. "Puisque l'activité économique est à la fois une activité spécifique qui dessine un champ particulier de rapports sociaux et une activité engagée dans le fonctionnement des autres structures sociales, l'Economique ne possède pas à son propre niveau la **totalité** de son sens et de sa finalité, mais une partie seulement", afirma Godelier.<sup>3</sup>

Na primeira seção, discutiremos as contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado para o entendimento da evolução da economia capitalista nacional. Na segunda, examinaremos os fundamentos de uma economia capitalista autodeterminada. Identificaremos aqui os pré-

---

<sup>2</sup>. GODELIER, M. - Rationalité et Irrationalité en Economie, 1966, p. 94.

<sup>3</sup>. Idem. Ibidem, p. 31.

requisitos econômicos, socioculturais e políticos que tornam possível à sociedade nacional subordinar aos seus desígnios o processo de acumulação de capital. Na terceira seção caracterizaremos a problemática do desenvolvimento nas sociedades dependentes e subdesenvolvidas.

### 1. A problemática do desenvolvimento capitalista nacional

O grande desafio das sociedades que impulsionam o desenvolvimento econômico capitalista consiste em subordinar o processo de acumulação aos seus desígnios. A dificuldade decorre do fato de que a esfera econômica adquire uma autonomia relativa, circunscrevendo os mecanismos de geração, apropriação e utilização do excedente social ao domínio das relações de troca e produção. Discutindo o papel da racionalidade econômica na sociedade capitalista, em *Metamorfoses do Trabalho*, Gorz colocou a questão nos seguintes termos: "(...) le problème centrale de la société capitaliste, et l'enjeu central de ses conflits politiques, a été, depuis le début, celui des limites à l'intérieur desquelles la rationalité économique doit jouer".<sup>4</sup>

Como a difusão espacial do processo de mercantilização gera relações de interdependência que englobam todas as

---

<sup>4</sup>. GORZ, A. - Métamorphoses du Travail: quête du sens - critique de la raison économique, 1988, p. 160. O problema decorre do fato de que, como lembra Marcuse, citando Max Weber, em *A Ética Protestante*, "le compte capital préssuppose (...) dans sa configuration formellement la plus rationnelle la lutte de l'homme avec l'homme", WEBER apud MARCUSE, H.- Industrialisation et Capitalisme, 1992, p. 29.

sociedades que participam do ciclo civilizatório burguês em um mesmo tempo histórico, o caráter do desenvolvimento não pode ser dissociado do modo pelo qual a participação na economia mundial influencia a capacidade de as diferentes sociedades controlarem os fins e os meios que impulsionam as transformações capitalistas.<sup>5</sup> A raiz do problema encontra-se na integração de sociedades que apresentam grandes heterogeneidades no grau de desenvolvimento de suas forças produtivas e no tipo de relações de produção em um mesmo padrão de mercantilização. Em *Capitalismo Histórico*, Wallerstein caracterizou o sistema capitalista mundial como "(...) that concrete, time-bounded, space-bounded integrated locus of productive activities within which the endless accumulation of capital has been the economic objective of 'law' that has governed or prevailed in fundamental economic activity".<sup>6</sup>

O estudo do desenvolvimento estrutura-se a partir da constatação de que o Estado nacional constitui a única força capaz de <<civilizar>> o capitalismo, pois somente o império do poder político sobre a matriz espacial e temporal da sociedade pode submeter a racionalidade abstrata do lucro individual à racionalidade substantiva da coletividade. Por isto, o Estado nacional individualiza-se como uma realidade

---

<sup>5</sup>. A propósito do conceito de tempo histórico ver BRAUDEL, F. - *Le temps du Monde*. In:           . *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle*, 1979, t.3, cap.1.

<sup>6</sup>. WALLERSTEIN, I. - *Historical Capitalism*, 1989, p. 18. Ver também BRAUDEL, F. - *op. cit.*, t.3; BRAUDEL, F. - *La dynamique du capitalisme*, 1985; BUKARIN, N.I. - *A economia mundial e o imperialismo*, 1984.

própria dentro do sistema capitalista mundial.<sup>7</sup> A teoria do desenvolvimento econômico trata, portanto, dos dilemas do desenvolvimento nacional. Donde a advertência de List, o primeiro economista a tratar de modo sistemático os problemas de uma economia nacional, em *Sistema Nacional de Economia Política*: "Se quisermos permanecer fiéis às leis da lógica e da natureza das coisas, devemos distinguir a economia dos indivíduos da economia das sociedades, e diferenciar, quanto a esta última, entre a verdadeira Economia Política ou nacional (a qual, emanando do conceito e da natureza da nação, ensina de que maneira determinada **nação**, na atual situação do mundo e nas suas próprias relações nacionais específicas, pode manter e melhorar suas condições econômicas) e a economia cosmopolita, que se origina da suposição de que todas as nações da terra formam uma única sociedade que vive em perpétuo estado de paz".<sup>8</sup>

O ponto de partida da problemática do desenvolvimento econômico está em definir o modo como o padrão de acumulação de capital é influenciado pelo tipo de autonomia relativa da esfera econômica da sociedade. É uma tarefa com múltiplos desdobramentos. Discutindo as diferentes dimensões da

---

<sup>7</sup>. Wallerstein colocou a o papel dos Estados nacionais no sistema capitalista mundial nos seguintes termos: "The structure of historical capitalism has been such that the most effective levers of political adjustment were the state-structures, whose very construction was itself, ..., one of the central institucional achievements of historical capitalism. It is thus no accident that the control of state power, the conquest of state power if necessary, has been the central strategic objective of all the major actors in the political arena throughout the history of modern capitalism", In: WALLERSTEIN, I.- *op.cit*, p. 48. Ver também WEBER apud MARCUSE, H. *Industrialization et...*, 1992, p.29; e POULANTZAS, N.- *O Estado, o poder, o socialismo*, 1980.

<sup>8</sup>. LIST, G.F.- *Sistema nacional de economia política*, 1989, p. 1.

racionalidade econômica, Max Weber alertou: "Il faut (...) tenir compte de la totalité des structures qui influent l'économie - dans une mesure suffisamment importante au regard de l'intérêt scientifique. L'expression consacrée de: théorie de la politique économique, ne convient bien entendu qu'imparfaitement pour désigner l'ensemble de ces problèmes".<sup>9</sup>

Preocupado em identificar o substrato social de um espaço econômico nacional, Caio Prado procura entender as relações responsáveis pela "autonomia relativa" da sociedade nacional dentro do sistema capitalista mundial. Seu objetivo último é determinar as premissas históricas de uma economia nacional. Em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* o autor ressalta o que o leva a se preocupar com a questão: "Não objetivamos (...) discutir nenhuma política econômica em espécie, e sim unicamente indicar as bases teóricas em que essa política deve assentar a fim de não somente se libertar do empirismo e imediatismo que caracteriza a política econômica presente da generalidade dos países subdesenvolvido, como ainda de que não

---

<sup>9</sup>. WEBER, M.- Essais sur la théorie de la science, 1992, p. 430. Weber explica a questão assim: "(...) en plus de son rôle qui consiste d'une part dans l'élaboration de formulations purement idéaltypiques et d'autres part dans l'établissement de relations causales singulières d'ordre économique - car il s'agit uniquement et sans exception de relation de ce genre lorsque x doit être suffisamment univoque et que l'imputation d'un effet à sa cause et par conséquent la relation de moyen à fin doivent être suffisamment rigoureuses - il incombe encore à la théorie scientifique de l'économie d'autres tâches. Elle a encore à étudier l'ensemble des phénomènes sociaux pour déterminer dans quelles mesure ils sont conditionnés par des causes économiques: c'est le travail de l'interprétation économique de l'histoire et de la sociologie. D'un autre côté elle a aussi à étudier comment les événements et les structures économiques sont à leur tour conditionnés par les phénomènes sociaux en tenant compte de la diversité de nature et du stade de développement de ces phénomènes: c'est là le travail de l'histoire et de la sociologie de l'économie. A cette dernière sorte de phénomène appartient évidemment et même en premier lieu les actes et les structures politiques et avant tout l'Etat ainsi que le droit garanti par l'Etat".

degenere em planos utópicos e traçados a priori com vistas a uma situação futura ideal mas irrealizável ...".<sup>10</sup>

Recorrendo ao materialismo histórico, ele procura entender como as relações de produção influenciam os nexos entre acumulação de capital e integração nacional. Trata-se de compreender como o tipo de vínculo do capital com o espaço econômico nacional e com a força de trabalho condiciona a "organização da produção" e a "conjuntura mercantil".<sup>11</sup> Caio Prado privilegia dois aspectos em sua interpretação: a mobilidade espacial dos capitais, que determina o grau de volatilidade da relação do capital com o espaço econômico nacional; e o modo de organização do mundo do trabalho, que condiciona em última instância a natureza do processo de mercantilização. Daí a aversão do autor às análises formais do processo de desenvolvimento capitalista. Em *História e Desenvolvimento*, ele resume a questão assim "(...) o desenvolvimento e o crescimento econômico constituem temas essencialmente históricos e, ao contrário do tratamento que lhes vem sendo dado pelos economistas (...), não podem ser incluídos em modelos de abstração, e devem ser tratados na base da especificidade própria e das peculiaridades de cada país ou povo a ser considerado. Esse é pelo menos o ponto de

---

<sup>10</sup>. PRADO JR., C.- Esboço dos fundamentos da teoria econômica, 1957, p. 221

<sup>11</sup>. Trata-se de um problema essencialmente histórico, uma vez que os laços no tempo e no espaço entre o capital e a economia nacional dependem do padrão de acumulação capitalista, das características da dominação imperialista e da natureza das relações de produção em cada formação social.

partida necessário da investigação da questão do desenvolvimento".<sup>12</sup>

É com base na natureza dos nexos do capital com a sociedade nacional que Caio Prado diferencia: (a) as economias capitalistas "nacionais" - espaços econômicos que possuem "força própria" e "existência autônoma"; (b) as economias "coloniais", que não passam de apêndices da metrópole; e (c) as "economias coloniais em transição" - economias reflexas que, tendo conquistado sua independência política, ainda não conseguiram afirmar sua autonomia em relação ao sistema imperialista. O esforço de Caio Prado é o de contribuir para o desenvolvimento de uma teoria do desenvolvimento que trate dos problemas específicos das nações emergentes. O autor resumiu o desafio a ser enfrentado nos seguintes termos: "Uma nova teoria econômica que leve em conta as circunstâncias específicas das economias subdesenvolvidas, a par das perspectivas que se abrem para sua evolução, considerará esses países não como participantes do sistema capitalista internacional do capitalismo, nele necessariamente integrados e sofrendo-lhe as contingências, e sim do ângulo de sua libertação desse sistema e da estruturação neles de uma economia própria e nacional. Encontra-se assim a análise econômica nos países subdesenvolvidos, tanto quanto a ação política, em frente a dois caminhos por onde se engajar e se propor numa teoria e numa prática. A decisão entre esses dois

---

<sup>12</sup>. PRADO Jr., C.- História e desenvolvimento, 1989, p. 16

caminhos pertence a fatores políticos e sai do terreno estrito da Economia".<sup>13</sup>

Contudo, construída para entender as grandes descontinuidades que caracterizam a evolução das economias coloniais em transição, a perspectiva adotada por Caio Prado não é suficiente para dar conta dos determinantes internos desse movimento. Para tanto, é indispensável entender como o subdesenvolvimento condiciona as relações de mútua determinação entre "luta de classes" e "concorrência econômica".<sup>14</sup> Daí a necessidade de instrumentos analíticos que tratem especificamente de como o desenvolvimento capitalista é influenciado pelas relações de concorrência, cooperação e conflito entre os indivíduos e as classes sociais. Isto nos remete à análise de como tais processos são sobredeterminados pela particular combinação entre economia de mercado, regime de classes e organização estatal do poder político que caracteriza cada formação social.

Interessado em compreender como o padrão de dominação condiciona o processo de acumulação, Florestan Fernandes procura compreender a "racionalidade capitalista" que estabelece o sentido, o ritmo e a intensidade das transformações capitalistas.<sup>15</sup> Ao colocar em evidência as bases

---

<sup>13</sup>. PRADO Jr., C.- Esboço dos ..., 1957, p. 224

<sup>14</sup>. As formas específicas de combinação dessas estruturas e de seus dinamismos variam no tempo, evoluindo conforme o estágio de desenvolvimento do capitalismo e a posição de cada sociedade nacional no sistema capitalista mundial.

<sup>15</sup>. Florestan Fernandes expõe as linhas gerais dos principais modelos macrosociológicos utilizados na sua análise do desenvolvimento nas sociedades subdesenvolvidas em Sociedade de classes e subdesenvolvimento, 1981, cap.1. Ver também, FERNANDES, F.- Elementos de sociologia teórica, 1974.

sociais e políticas do desenvolvimento, sua reflexão nos auxilia a entender não apenas o grau de autonomia relativa da esfera econômica dentro do corpo social mas também os limites que restringem a capacidade do Estado de definir os rumos, a intensidade e o ritmo das transformações capitalistas. Nas suas palavras, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* "No fundo, a chamada 'luta pelo poder político' representa uma luta pelo controle da mudança social, pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente".<sup>16</sup>

Inspirando-se em Weber, Durkheim e Marx, o esquema analítico de Florestan Fernandes procura explicitar a natureza dos nexos que vinculam o regime de classes ao desenvolvimento capitalista. Daí o sentido de sua constatação: "Não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável. Podem distinguir-se vários padrões de desenvolvimento capitalista, os quais correspondem aos vários tipos de capitalismo que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Além disso, se se toma um mesmo padrão de desenvolvimento capitalista, pode-se verificar que ele é suscetível de utilização variável, de acordo com os interesses estamentais ou de classes envolvidos pelo desenvolvimento capitalista em diversas situações histórico-sociais e as probabilidades que eles encontram de

---

<sup>16</sup>. Idem. *Sociedade de ...*, p. 163.

varar o plano das determinações estruturais e de se converterem em fatores da história".<sup>17</sup>

Ao associar os determinantes objetivos e subjetivos da luta de classes às bases materiais e aos suportes socioculturais responsáveis pela formação da burguesia e do proletariado, Florestan Fernandes cria uma tipologia que lhe permite diferenciar três padrões distintos de revolução burguesa. Donde o sentido de sua afirmação: "Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela 'expansão do capitalismo no mundo moderno'. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para 'a transformação capitalista' e a 'revolução nacional e democrática'. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender a transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens. A comparação, no caso, não deve ser a que procura a diferença entre organismos 'magros' e 'gordos' da mesma espécie".<sup>18</sup>

O caso clássico, associado às revoluções inglesa, americana e francesa, caracteriza-se pelo encadeamento das revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial. Impulsionado por burguesias conquistadoras, que contavam com a energia revolucionária das massas camponesas e urbanas, o processo revolucionário adquiriu o caráter de uma

---

<sup>17</sup>. FERNANDES, F.- A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica, 1976, p. 222.

<sup>18</sup>. FERNANDES, F. - A Revolução..., p. 214.

luta de vida ou morte contra o antigo regime. Por isto, o poder burguês pode repousar sobre bases sociais e políticas que maximizam as propriedades socialmente construtivas do capitalismo.

As revoluções burguesas "atípicas" do século XIX, cujo paradigma é a via prussiana, não foram tão longe. A perda de poder revolucionário deveu-se à debilidade das burguesias que as impulsionaram, pois a presença de forças operárias colocava em questão a própria continuidade do capitalismo. Mesmo assim, o processo de mudança social se desenvolveu com relativa profundidade, pois a possibilidade de uma forte centralização do poder pelo Estado - expressão da composição da burguesia emergente com a aristocracia agrária e com a burocracia estatal - permitiu que a revolução nacional fosse levada às últimas conseqüências, e rompesse os nexos de dependência externa.

Por fim, as revoluções burguesas "atrasadas" caracterizam-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação dos setores populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por perpetuar a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada pelas revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem dramaticamente a possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional.

Dentro dos parâmetros políticos que influenciam o sentido das transformações capitalistas, a incorporação de progresso técnico possui uma lógica própria, cujo caráter é determinado pela forma como a concorrência influencia o processo de acumulação de capital. Daí a importância de se investigar o que explica as decisões de investimento. Mais do que um problema quantitativo, tratado pelos modelos macroeconômicos, o problema central consiste em compreender a lógica que comanda as decisões sobre o tipo de tecnologia compatível com a construção de um sistema econômico nacional. O nó da questão está em avaliar os efeitos do processo de incorporação de progresso técnico sobre a sociedade. Weber colocou a questão assim: "Chaque fois que l'on cherche à faire une évaluation, il est indispensable de tenir compte de l'influence que les rationalisations techniques exercent sur les modifications de l'ensemble des conditions de vie interne e externe".<sup>19</sup>

A contribuição de Celso Furtado para o estudo do desenvolvimento consiste em desvendar as bases técnicas e econômicas de uma sociedade nacional. Seu principal objetivo é definir parâmetros éticos para a intervenção do Estado na economia. Partindo de uma metodologia que combina a noção de excedente da economia política clássica; a teoria das decisões de Max Weber e Karl Mannheim; e o enfoque estruturalista da relação centro-periferia, de Prebisch, o objetivo de Celso Furtado é elucidar a "racionalidade econômica" que preside o processo de industrialização - a espinha dorsal dos sistemas

---

<sup>19</sup>. WEBER, M. - Essays sur..., 1992, p. 20.

econômicos nacionais. Sua abordagem privilegia um aspecto particular das descontinuidades históricas que caracterizam a civilização burguesa: as relações de causa e efeito entre expansão das forças produtivas e modernização dos padrões de consumo. Logo, a quintessência de sua teoria é qualificar a natureza dos nexos de mútuo condicionamento entre: (a) incorporação de progresso técnico; (b) expansão das forças produtivas; e (c) ampliação das necessidades sociais submetidas à esfera da troca.

Trata-se de um problema histórico relacionado com a especificidade dos mecanismos responsáveis pela elevação da produtividade física do trabalho e pelos seus reflexos sobre a capacidade de consumo da sociedade.<sup>20</sup> Daí a importância de verificar as estruturas históricas que condicionam o equilíbrio de força entre capital e trabalho.<sup>21</sup> Por essa razão, Furtado rejeita a idéia de que os processos históricos possam ser reduzidos a exercícios de dinâmica formal. Em *Prefácio à Nova Economia Política* colocou o problema nos seguintes termos: "(...) a sofisticação dos métodos de que se utiliza o economista fez-se no sentido de a-historicidade abrindo-se

---

<sup>20</sup>. Para Furtado, cabe aos mecanismos do desenvolvimento econômico estabelecer as relações formais de causalidade entre as estruturas e os dinamismos - técnicos e econômicos - responsáveis pela geração, apropriação e utilização do excedente social. Cabe à "análise histórica" das estruturas materiais e sociais de cada formação social contextualizar a problemática do desenvolvimento na realidade de cada formação social, elucidando como suas "necessidades" sociais e culturais e suas "possibilidades" materiais condicionam o "estilo de desenvolvimento". A mediação entre a análise abstrato-formal e o processo histórico é feita pela teoria das decisões intertemporais de gasto, que investiga os determinantes do processo de acumulação.

<sup>21</sup>. Trata-se de verificar como os mecanismos de estratificação social e o sistema de poder influenciam os meios institucionais de acesso à terra, a

assim um fosso entre a visão global derivada da história e a percepção particular dos problemas sobre os quais a análise econômica projeta alguma luz. A matéria com que se preocupa o economista são determinados problemas sociais que foram simplificados expressamente para poderem ser tratados com certos métodos. Esse processo de simplificação assume, via de regra, a forma de eliminação do fator tempo. O erro metodológico da chamada "dinâmica econômica" consiste exatamente em pretender reintroduzir o fator tempo mantendo os problemas com o mesmo grau de simplificação, como se o tempo existisse em si mesmo, independentemente de qualquer conteúdo".<sup>22</sup>

Explicitando as relações entre antagonismos sociais e acumulação de capital, Furtado esforça-se para mostrar de que modo a disputa pela distribuição do excedente social entre salário e lucro condiciona a capacidade de a sociedade nacional ajustar o movimento de acumulação de capital à finalidade de assegurar a máxima eficiência do sistema econômico nacional. "No estudo desses antagonismos" - diz Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* - "interessa, em particular, identificar as motivações dos grupos que pretendem modificar a repartição do produto social em

---

regulação da jornada de trabalho, as tendências dos fluxos populacionais e o modo de funcionamento dos sindicatos, etc.

<sup>22</sup>. FURTADO, C.- Prefácio a nova economia política, 1976, p. 26, sintetiza sua estratégia de trabalho nos seguintes termos: "dinamizar significa, necessariamente, tornar os problemas mais espessos, mais complexos, portanto, desdobrar os limites do 'econômico'. O avanço na direção de uma dinâmica econômica passa por uma compreensão dos processos globais, ou seja, pela construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais. A despeito de sua vaguidade, o método

benefício próprio, pois essas motivações influenciam o processo de acumulação, tanto com respeito à sua intensidade como à sua composição".<sup>23</sup> O nó da questão encontra-se no modo como a luta de classes condiciona a autonomia relativa da órbita econômica, estabelecendo os mecanismos de acesso à terra; aos meios de produção; e ao mercado de trabalho.<sup>24</sup>

Sua idéia é que a vitalidade do processo de acumulação vai depender das conseqüências imediatas da introdução de progresso técnico sobre a produtividade do trabalho e de seus efeitos de médio e longo prazo sobre a distribuição do excedente social entre salário e lucro. É por isso que Furtado insiste em que o estudo dos fatores que condicionam o processo de acumulação não pode desvincular a dimensão produtiva dos aspectos distributivos. "A estrutura do sistema produtivo reflete (...) a forma de utilização da renda, e esta última, numa economia de livre empresa, está determinada pela maneira como se distribui essa mesma renda. Destarte, os problemas do desenvolvimento têm que ser considerados concomitantemente como problemas de produção e de distribuição", escreve o autor em *Cultura e Desenvolvimento*.<sup>25</sup>

Furtado explicita o caráter ideológico do processo de incorporação de progresso técnico. Vendo o desenvolvimento das

---

histórico tem ocasionalmente contribuído para suprir a ausência desse enfoque global dos processos sociais".

<sup>23</sup>. FURTADO, C.- Prefácio a ..., p. 27. A respeito das influências teóricas de Furtado, ver Pequena introdução ao desenvolvimento, 1980.

<sup>24</sup>. Onde a importância de se estudar a estrutura agrária do país, os mecanismos institucionais que regulam o processo de concentração e centralização de capitais, bem como os efeitos do progresso técnico sobre a capacidade do processo de acumulação de capital gerar escassez relativa de trabalho.

<sup>25</sup>. Idem. Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1984, p. 158-159.

forças produtivas e a modernização dos padrões de consumo como correias de transmissão de valores socioculturais predeterminados, seu esquema analítico deixa patente que a lei cega da concorrência executa, pelos mecanismos impessoais do mercado, a lógica das estruturas que sustentam o poder econômico e político das classes dominantes. "A denúncia do falso neutralismo das técnicas permitiu que se restituísse visibilidade a essa dimensão oculta do desenvolvimento que é a criação de valores substantivos", adverte Furtado.<sup>26</sup>

Por essa razão, a escolha de tecnologia não pode ser desvinculada da prioridade relativa que a sociedade atribui em cada momento histórico ao aumento da riqueza social ou à sua distribuição. Sua teoria das decisões intertemporais de gasto evidencia que o caráter do processo de incorporação de progresso técnico, ao redefinir a proporcionalidade entre trabalho passado e trabalho presente, tem graves repercussões sobre a integração da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Daí o significado de sua afirmação em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*: "(...) a racionalidade do agente que controla os meios de produção somente pode ser captada a partir de seu contexto social, dentro do qual evolui a posição privilegiada que ele ocupa. Essa posição está embasada em ingredientes econômicos (controle de um capital), políticos e sociais. Mas, se é verdade que ele está capacitado para introduzir mudanças estruturais, impondo a sua vontade a

---

<sup>26</sup>. FURTADO, C. Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1984, p. 108. Uma discussão detalhada sobre a questão pode ser lida em HABERMAS, J. Técnica e ciência como "ideologia", 1975.

outros, também é verdade que as iniciativas de outros agentes podem a todo instante frustrar suas expectativas".<sup>27</sup>

Os valores culturais condicionam a proporcionalidade necessária entre consumo e investimento, ao estabelecer a propensão a consumir da sociedade. Isto é, a preferência que a sociedade manifesta, em dado momento, entre (1) usufruir as potencialidades oferecidas pelo sistema produtivo para aumentar a acumulação não-produtiva no presente, ou (2) investir na ampliação da capacidade de produção, com vistas a alcançar um maior nível de consumo no futuro.<sup>28</sup> A relação entre acumulação de capital e escassez relativa de trabalho, que exerce uma influência fundamental sobre os mecanismos de transferência dos ganhos de produtividade do trabalho ao salário, é sobredeterminada pelas relações existentes entre a composição técnica do capital - que estabelece a produtividade física do trabalho e as exigências de escala mínima do progresso técnico - e os modos de organização do mundo do trabalho - que estabelece a estrutura fundiária e as condições de funcionamento do mercado de trabalho em cada sociedade nacional.

Levando em consideração as conexões entre as transformações na divisão social do trabalho e as mudanças no padrão de mercantilização, podemos diferenciar três situações distintas:

---

<sup>27</sup>. FURTADO, C.- Peguená..., 1980, p. 67.

<sup>28</sup>. A respeito ver, Idem. Ibidem, p. 53-56. Na mesma linha de raciocínio ver DOBB, M.- Economia política e capitalismo, 1978, cap. 8; NAPOLEONI, C.- Dicionário de ..., v.1, 1982; KALECKI, M.- Crescimento e ciclo das

(1) enquanto a acumulação de capital gerar escassez relativa de trabalho, isto é, enquanto houver uma perfeita adequação entre a composição técnica do capital e a disponibilidade de mão-de-obra, a concorrência permite o aparecimento de uma relação virtuosa entre aumentos na produtividade física do trabalho e ampliação da capacidade de consumo da sociedade;

(2) quando a intensificação na divisão social do trabalho exige uma escala mínima de produção superior à capacidade de absorção do mercado nacional, o regime de acumulação tende a apresentar uma tendência à extroversão e ao aumento dos gastos improdutivos a fim de contrabalançar os problemas de realização do capital. É dentro deste contexto que devemos compreender os condicionantes do processo de difusão espacial do progresso técnico no sistema capitalista mundial. E, por fim;

(3) quando o grau de desenvolvimento das forças produtivas é incompatível com a assimilação dos padrões de consumo das economias centrais, a incorporação de progresso técnico não resulta de um processo endógeno impulsionado pela concorrência. Nestas circunstâncias, o processo de acumulação depende da capacidade de a sociedade assimilar as ondas de progresso técnico que se propagam das economias centrais. Quando tal processo fica sob a batuta de elites aculturadas, que subordinam a incorporação de progresso técnico à modernização dos padrões de consumo que visam a imitar os

padrões vigentes nas economias centrais, o regime de acumulação associa-se com a reprodução do subdesenvolvimento.

## 2. Pressupostos do Desenvolvimento Capitalista Autodeterminado

Nas economias autodeterminadas o capitalismo é um instrumento de aumento progressivo da riqueza e do bem-estar da nação e o Estado, uma plataforma sobre a qual se apóia o movimento de acumulação de capital. O padrão de dominação subordina as transformações capitalistas ao objetivo de assegurar a reprodução de mecanismos de "solidariedade orgânica" entre as classes sociais; e o padrão de acumulação adquire uma dinâmica endógena em que a expansão das forças produtivas e a ampliação dos mercados transcorrem com um movimento contínuo que assume a forma de um processo de "destruição criadora".<sup>29</sup> O primeiro aspecto está associado à presença de uma dinâmica da luta de classes baseada na busca do bem comum e na tolerância em relação à utilização do conflito como forma legítima de luta social. O segundo, à ausência de barreiras que possam desarticular o papel da concorrência como mola propulsora do movimento de inovação e difusão de progresso técnico. É este segundo aspecto que nos interessa examinar com maior detalhe.

---

Emprego, da Renda e da Moeda, cap. 8 e 9.

<sup>29</sup>. O conceito de "solidariedade orgânica" foi desenvolvido por DURKHEIM, E.- De la division du travail social, 1991. A noção da dinâmica

A órbita econômica só pode ser pensada como uma totalidade que possui uma autonomia relativa no condicionamento do processo de acumulação quando houver uma relação de mútua determinação entre revoluções na divisão social do trabalho e transformações correlatas no processo de mercantilização. Pois somente assim é possível pensar os investimentos como um fluxo contínuo que incentiva a introdução e difusão de progresso técnico.<sup>30</sup> Delimitando o objeto da teoria do desenvolvimento econômico, Joseph Schumpeter colocou a questão nos seguintes termos: "(...) economic life changes; it changes partly because of changes in data, to which it tends to adapt itself. But this is not the only kind of economic change; there is another which is not accounted for by influence on the data from without, but which arises from within the system ...".<sup>31</sup>

Logo, para que haja desenvolvimento endógeno é preciso condições históricas muito particulares, pois a esfera econômica só pode ser pensada como a mola propulsora do desenvolvimento quando a concorrência funciona como um instrumento de aumento progressivo da produtividade e do bem-estar da nação, e combine avanços no grau de desenvolvimento das forças produtivas e ampliação na capacidade de consumo da sociedade. Como advertiu Marx, "Las condiciones de explotación

---

capitalista como um processo de "destruição criadora" foi elaborado em SCHUMPETER, J.A. - The theory of economic development, 1980.

<sup>30</sup> O desenvolvimento endógeno trata de mudanças qualitativas que colocam o funcionamento da economia sob novos parâmetros. Nas palavras de Schumpeter, trata-se de um fenômeno que "...so displaces its equilibrium point that the new one cannot be reached from the old one, by infinitesimal steps. Add successively as many mail coaches as you please, you will never get a railway thereby", Idem. The theory..., 1980, p. 64.

directa y las de su realización no son idénticas. Divergen no sólo en cuanto a tiempo y lugar, sino también conceptualmente. Unas sólo están limitadas por la fuerza productiva de la sociedad, mientras que las otras sólo lo están por la proporcionalidad entre los diversos ramos de la producción y por la capacidad de consumo de la sociedad. Pero esta capacidad no está determinada por la fuerza absoluta de producción ni por la capacidad absoluta de consumo, sino por la capacidad de consumo sobre la base de relaciones antagónicas de distribución ..."<sup>32</sup>.

Do ponto de vista formal, para que o processo de acumulação seja endógeno, supõem-se duas condições. Primeiro, que as relações de causa e efeito entre gasto e renda fiquem circunscritas ao espaço econômico nacional; e, segundo, que o espaço econômico nacional se afirme como instância vital de reprodução ampliada do capital. Satisfeitas essas duas condições, a problemática do desenvolvimento torna-se, basicamente, uma questão de organização do investimento.

A primeira condição, que faz do investimento a variável determinante da demanda agregada, pressupõe que a economia nacional opere em um regime central de acumulação. Daí a importância de certas relações técnicas de encadeamento interindustrial que viabilizam o funcionamento do aparelho produtivo como um conjunto orgânico auto-sustentado. A questão central está na exigência de que haja forças produtivas

---

<sup>31</sup> Idem. *The theory...*, 1980, p. 64.

<sup>32</sup>. MARX apud ROLSDOWLSKY, R.- *Génesis y estructura de el Capital de Marx: estudios sobre los grundrisse*, 1989, p. 536.

tipicamente capitalistas, isto é, que o sistema econômico nacional esteja articulado em torno de um departamento de bens de produção.<sup>33</sup>

A segunda condição, responsável pela articulação virtuosa entre investimento e consumo, depende da capacidade de a concorrência superar as barreiras técnicas e econômicas que freiam o processo de acumulação de capital.<sup>34</sup> Logo, só é possível pensar em desenvolvimento endógeno quando não há qualquer tipo de bloqueio que ameace a acumulação continuada, o que requer a existência de um espaço econômico *sui generis*. Novamente, é o segundo aspecto que nos interessa examinar com maior detalhe. Para os efeitos de nossa discussão, interessa ressaltar duas dimensões do problema.

Em primeiro lugar, é indispensável que a eficiência produtiva seja o critério supremo que rege a relação entre as diferentes frações do capital, pois somente assim a concorrência intercapitalista pode servir de estímulo permanente ao desenvolvimento das forças produtivas. Daí a importância decisiva do crédito. Além de viabilizar o processo de inovação, a dívida disciplina os capitais, obrigando-os, sob o risco de serem eliminados do mercado, a atingir determinados padrões sincrônicos e diacrônicos de

---

<sup>33</sup>. OLIVEIRA, C.A.B.- Considerações ..., 1977.

<sup>34</sup>. Do ponto de vista técnico, a intensificação na divisão social do trabalho não pode ultrapassar determinada combinação entre trabalho presente e trabalho passado, pois, a partir de um determinado ponto, a produtividade física do trabalho passa a ser decrescente e a acumulação de capital torna-se redundante e irracional. Do ponto de vista econômico, a acumulação de capital é limitada pelas potencialidades do mercado. Como só tem sentido ampliar a capacidade produtiva se houver perspectiva de que os novos produtos sejam absorvidos no mercado, se não houver uma progressiva

produtividade. Por esse motivo, a acumulação de capital só adquire uma dinâmica endógena nas economias nacionais cuja base produtiva apresenta relativa **homogeneidade** estrutural.<sup>35</sup> Não havendo certa homogeneidade estrutural, as assimetrias na produtividade física do trabalho levam os agentes produtivos que não tenham condições de sobreviver à concorrência a valerem-se de meios extra-econômicos para defender suas posições no mercado; com isto criam-se bloqueios ao processo de monopolização do capital que comprometem suas propriedades criativas.<sup>36</sup>

Em segundo lugar, é fundamental que a acumulação de capital provoque um processo de socialização dos ganhos de produtividade pelo conjunto da população; sem isto não há como fazer aumentar a capacidade de consumo da sociedade. Além de permitir o máximo aproveitamento dos ganhos de escala intrínsecos a cada padrão tecnológico, o aumento sistemático dos salários origina uma tendência decrescente nas taxas de lucro, que só pode ser revertida mediante a introdução de inovações que levem à liquidação de capital velho e à redefinição na composição técnica e orgânica do capital. Se

---

ampliação das necessidades sociais submetidas ao circuito das trocas, a acumulação tende inexoravelmente para um ponto de saturação.

<sup>35</sup>. Por heterogeneidade estrutural, entendemos a presença de fortes assimetrias na produtividade física do trabalho na economia. A respeito, ver RODRÍGUEZ, O.- Teoria do subdesenvolvimento..., 1981, cap. 7.

<sup>36</sup>. A liquidação dos capitais que não conseguem acompanhar a lei de custo é uma condição fundamental do processo de "destruição criadora" tanto porque ela implica o inescapável comprometimento da iniciativa privada com o processo de modernização das forças produtivas quanto porque desobstrui o caminho para a intensificação da divisão social do trabalho. Em outras palavras, as crises de superprodução de mercadorias e de desvalorização de capitais constituem momentos indispensáveis do desenvolvimento capitalista, porque sem elas as revoluções nas forças produtivas não podem ser digeridas pela sociedade, sancionando o império das novas técnicas, abrindo novos horizontes mercantis e fortalecendo a estrutura capitalista nacional.

isso não bastasse, a elevação do custo da força de trabalho impede a sobrevivência de capitais que se perpetuam à margem do processo de modernização das forças produtivas às expensas da reciclagem de mecanismos de acumulação primitiva baseados na superexploração da força de trabalho. Por essa razão, uma economia capitalista autodeterminada é incompatível com a reprodução de superpopulação excedente permanentemente marginalizada do mercado de trabalho.

Fica evidente, portanto, que o dinamismo capitalista só pode ser pensado como um fenômeno impulsionado pela concorrência em condições históricas muito particulares. Os autores que estamos estudando nos auxiliam a entender três dimensões deste problema - o substrato social, a lógica das decisões intertemporais de gasto e a racionalidade substantiva das economias capitalistas autodeterminadas.

Para Caio Prado, o capitalismo só se concilia com a constituição de um espaço econômico que possui "força própria" e "existência autônoma" quando existem relações de produção compatíveis com a internalização de todas as etapas do circuito de valorização do capital (Dinheiro - Forças Produtivas - Mercadoria - Dinheiro). Somente assim, as fronteiras nacionais podem ser consideradas como ponto de partida, trânsito e chegada do movimento de acumulação de capital. Nessas circunstâncias, o processo de acumulação de capital tem uma relação umbilical com o mercado nacional e o destino da iniciativa privada depende de sua capacidade de revolucionar a divisão social do trabalho.

Donde as duas características fundamentais de uma economia nacional plenamente constituída: a subordinação do processo de acumulação à lógica do capital industrial; e a reprodução de uma relação capital-trabalho equilibrada.<sup>37</sup> A primeira condição supõe o enraizamento do capital no espaço econômico nacional, uma vez que a falta de mobilidade espacial do capital obriga a iniciativa privada a comprometer-se de corpo e alma com o aprofundamento da industrialização nacional.<sup>38</sup> A segunda condição requer a inexistência de uma superpopulação relativa estruturalmente marginalizada do desenvolvimento capitalista, pois somente assim o processo de mercantilização adquire relativa autonomia em relação a eventos externos.<sup>39</sup> Em suma, na perspectiva de Caio Prado o desenvolvimento autodeterminado associa-se à presença de "(...) condições necessárias para um desenvolvimento industrial em larga escala, a saber, um processo contínuo e auto-estimulante, alimentando-se de suas próprias forças e propagando-se por elas; isto é, a técnica impulsionando e determinando novas técnicas; as atividades econômicas abrindo perspectivas para outras e mais largas atividades e tornando

---

<sup>37</sup>. Por mercado de trabalho equilibrado devemos entender uma situação em que as relações entre o capital e o trabalho típicas do regime capitalista estejam baseadas em direitos iguais, condição fundamental para a formação de uma correlação de forças que permita aos trabalhadores lutar por seus direitos econômicos. "Quem decide entre direitos iguais? A força", MARX, K.- El Capital: crítica de la economía política [1867], 1966, t.1, p. 231

<sup>38</sup>. Caio Prado lida com o problema da mobilidade espacial do capital considerando como, em cada momento histórico, a busca do lucro em escala mundial condiciona o processo de produção e de realização do "capital internacional", repercutindo sobre o seu interesse estratégico de estabelecer compromissos de longo prazo nas economias nacionais.

<sup>39</sup>. Parte-se do princípio de que, enquanto o padrão de desenvolvimento capitalista baseia-se em um regime central de acumulação, existem vínculos relativamente fortes entre o capital e o espaço econômico nacional, abrindo

possível a sua realização. (...) Sem um processo dessa natureza, não há como esperar um verdadeiro e largo desenvolvimento industrial".<sup>40</sup>

Evitando o equívoco de reduzir capital a meios de produção, e capital industrial à mera constituição de um departamento de bens de produção, Caio Prado adverte que o segredo do padrão de desenvolvimento encontra-se no caráter das relações de produção. "É preciso não confundir 'capitalismo' com tecnologia desenvolvida. Essa confusão" - adverte o autor em *A Revolução Brasileira* - "é insinuada e estimulada por concepções apologéticas do capitalismo, e toma por padrão de referência o sistema tal como se apresenta nos países altamente desenvolvidos, como os Estados Unidos e na Europa Ocidental".<sup>41</sup> Afinal, na sua concepção, "O que caracteriza essencialmente o capitalismo não é a tecnologia nele em regra predominante. Essa aliás constitui uma das balelas da teoria econômica burguesa que assimila capital a instrumentos de produção e, portanto, como corolário, identifica o capitalismo com o emprego de técnicas de alto nível. [...]. O que define o capitalismo como sistema específico de produção, como se dá com respeito a qualquer outro sistema, são relações humanas de produção e trabalho, isto é, o complexo de direitos e obrigações que se estabelecem entre indivíduos humanos participantes das atividades

---

a possibilidade de se conciliar avanço do capitalismo e reprodução de mecanismos de solidariedade orgânica que dão solidez à sociedade nacional.

<sup>40</sup>. PRADO Jr., C.- História econômica do Brasil, 1970, p. 333.

<sup>41</sup>. PRADO Jr., C.- A Revolução brasileira, 1966, p. 154-155.

produtivas, e que definem e determinam a posição respectiva desses indivíduos, uns com respeito aos outros".<sup>42</sup>

Furtado enfoca o problema da endogeneidade por um outro ângulo. Sua ênfase recai sobre a necessidade de uma certa compatibilidade entre a composição técnica do capital e as formas de organização do mundo do trabalho. A questão central consiste na capacidade de o movimento de acumulação de capital gerar uma tendência à escassez relativa de mão-de-obra. "O dinamismo da economia industrial central decorre (...) da interação de forças sociais que estão na base do fluxo de inovações e da difusão do progresso técnico. Certas forças pressionam no sentido da introdução de novos produtos, e outras no da difusão do uso de produtos já conhecidos e utilizados. Essas transformações vão acompanhadas da introdução de novos métodos produtivos e da difusão de outros. Esse quadro somente se constitui ali onde se manifesta uma efetiva pressão no sentido de elevação da taxa de salário básico da população, ou seja, onde emerge uma tendência virtual à escassez de mão-de-obra", escreve o autor.<sup>43</sup>

Logo, a endogeneidade do desenvolvimento é associada à presença de mecanismos de socialização do excedente social entre salário e lucro, uma vez que é isso que permite o acesso do conjunto da população à modernização dos padrões de consumo. Somente desta forma a acumulação de capital estimula a formação de um tipo de mercado compatível com o máximo aproveitamento das potencialidades da divisão social do

---

<sup>42</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 164-165.

trabalho. "Assim, as pressões, tanto para manter a estrutura de privilégios inerentes à sociedade capitalista como para modificá-la, operam convergentemente no sentido de impulsionar o desenvolvimento das forças produtivas. Essa convergência, contudo, não impede que haja períodos em que prevalecem as pressões no sentido de concentrar a renda e outros em que sejam mais fortes os impulsos em sentido contrário. As contradições entre os interesses dos dois grupos de agentes que equipam o sistema produtivo traduzem-se de um lado na dialética da luta de classes, de outro no desenvolvimento das forças produtivas".<sup>44</sup>

A idéia de Furtado é que nas economias autodeterminadas a ampliação da capacidade de consumo da sociedade e a diminuição da participação relativa dos lucros no excedente social transformam a incorporação de progresso técnico no único meio de desbloquear os obstáculos que comprometem a continuidade do movimento de acumulação de capital.<sup>45</sup> Ele sintetizou a questão nos seguintes termos: "A pressão no sentido de reduzir a

---

<sup>43</sup>. FURTADO, C.- Pequena..., 1980, p. 138

<sup>44</sup>. FURTADO, C.- Pequena..., 1980, p. 68

<sup>45</sup>. Evidentemente, dado o estado das técnicas, esse ponto de inflexão varia conforme o maior ou menor grau de homogeneidade da produtividade do trabalho da economia, manifestando-se mais cedo nas economias com a produtividade média mais elevadas e homogêneas. Por isso Furtado diferencia os condicionantes do crescimento da produtividade entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, levando em consideração o grau de produtividade. "Numa simplificação teórica se poderia admitir como sendo plenamente desenvolvidas, num momento dado, aquelas regiões em que, não havendo desocupação de fatores, só é possível aumentar a produtividade (a produção real per capita) introduzindo novas técnicas. Por outro lado, as regiões cuja produtividade aumenta ou poderia aumentar pela simples implantação das técnicas já conhecidas, seriam consideradas em graus diversos de subdesenvolvimento. O crescimento de uma economia desenvolvida é, portanto, principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é, sobretudo,

importância relativa do excedente - decorrência da crescente organização das massas assalariadas - opera como acicate do progresso da técnica, ao mesmo tempo que orienta a tecnologia para poupar mão-de-obra. Dessa forma, a manipulação da criatividade técnica tende a ser o mais importante instrumento dos agentes que controlam o sistema produtivo, em sua luta pela preservação das estruturas sociais. Por outro lado, as forças que pressionam no sentido de elevar o custo de reprodução da população conduzem à ampliação de certos segmentos do mercado de bens finais, exatamente aqueles cujo crescimento se apóia em técnicas já comprovadas e abrem a porta a economias de escala".<sup>46</sup>

Contudo, não podemos ignorar que a endogeneidade do desenvolvimento é contraditória com a própria natureza do sistema capitalista, pois o movimento de acumulação de capital nega permanentemente os fundamentos da economia nacional. A tendência à concentração e centralização de capitais leva o horizonte de acumulação a extrapolar as fronteiras nacionais. O aumento progressivo da produtividade gera redundância de trabalho vivo, particularmente nos momentos de mudanças

---

um processo de assimilação de técnicas prevalecente na época", FURTADO, C.- A Economia Brasileira, 1954, p. 194.

<sup>46</sup>. Idem, Pequena..., 1980, p. 67-68. Assim, "... a ação conjugada da inovação técnica e da acumulação conciliam a reprodução dos privilégios com a permanência das forças sociais que os contestam", Idem, PID, p. 11. Furtado adverte que, embora modificações exógenas nos parâmetros que definem o perfil da demanda, mediante alterações na distribuição da renda ou aumentos nos gastos públicos, possam ampliar o mercado, dando uma sobrevida ao processo de difusão de progresso técnico, elas não conseguem reverter a tendência de longo prazo à exaustão do padrão de acumulação. A primeira, esgota-se, no limite, quando a economia atinge um grau de distribuição de renda absolutamente igualitário. A segunda, implica uma diminuição progressiva na produtividade média da economia, pois, ela supõe deslocamentos de recursos que poderiam ser alocados no desenvolvimento das

radicais no padrão tecnológico. Por isso, os requisitos que asseguram o funcionamento ideal da esfera econômica não podem ser tomados como um dado imutável da realidade. Isso significa que, para maximizar as potencialidades construtivas do capitalismo, a sociedade nacional deve ser capaz de repor as premissas de um espaço econômico autodeterminado toda vez que a lógica cega da concorrência ameaçar destruí-las. Estabelecendo os parâmetros que influenciam o horizonte de longo prazo dos investimentos, o Estado deve zelar pela integridade da nação e pelo aproveitamento racional das virtualidades oferecidas pelo contexto civilizatório. Daí a importância crucial do planejamento como meio de estimular a melhor utilização das forças produtivas e o potencial de inovação da sociedade.<sup>47</sup> Cabe ao planejamento basicamente uma tarefa: zelar para que as transformações capitalistas sejam graduadas em função das necessidades e das possibilidades da sociedade nacional.

A reflexão de Florestan Fernandes ressalta que o planejamento só pode ser visto como instrumento que assegura o desenvolvimento autodeterminado quando prevalece uma dinâmica de luta de classes baseada em uma lógica de compromisso e de busca do bem comum. Sem isso, a sociedade nacional perde toda a capacidade para pensar o futuro tendo em vista uma ética de

---

forças produtivas para a manutenção da acumulação não produtiva. A propósito ver, Idem. *Ibidem*, p. 58-64

<sup>47</sup>. A respeito da importância do "Planejamento" no capitalismo ver discussão feita por PEREIRA, L.- História e planejamento. In: \_\_\_\_\_ - Ensaios de Sociologia..., cap. 1, 1975.

solidariedade.<sup>48</sup> Daí a necessidade de que haja um relativo equilíbrio na correlação de forças entre as classes sociais, e um circuito político no qual vigorem instrumentos institucionalizados de democratização da sociedade, isto é, a **tolerância** em relação à utilização do conflito como forma legítima de defesa dos direitos à cidadania. O autor colocou a questão nos seguintes termos: "A tolerância diante de usos socialmente construtivos do conflito é o primeiro requisito para o aparecimento de controles democráticos e de tendências definidas de democratização da renda, do prestígio social e do poder, os quais condicionam todos os dinamismos socioculturais em que se fundam o padrão de equilíbrio e o ritmo de evolução da 'civilização'. Se a tolerância não existe ou se ela se revela insuficiente, torna-se impossível forjar os alicerces para modalidades mais ou menos complexas de utilização dos recursos materiais e humanos da nação, em termos de critérios racionais e dos interesses coletivos. O planejamento, em qualquer escala significativa, não pode ser explorado, e os problemas da ordem estrutural-funcional são enfrentados segundo técnicas impróprias e incapazes de submetê-los a controle social efetivo. Isso é evidente com referência aos diversos tipos de problemas estrutural-funcionais com que se defronta qualquer sociedade nacional, incorporada ao referido círculo civilizatório: (1) os que emergem da capacidade variável de ajustamento de indivíduos ou grupos de indivíduos às condições de existência requeridas pela própria civilização

---

<sup>48</sup>. A respeito ver RAYNAUD, P.- Max Weber et les dilemmes de la raison

vigente e que se refletem no rendimento médio, produzido por técnicas, instituições e valores sociais básicos; (2) os que resultam do grau de capacidade e de eficiência na mobilização de recursos materiais e humanos disponíveis, sem os quais as potencialidades da civilização vigente não se concretizam historicamente; (3) os que nascem de inconsistências inerentes à própria civilização e que exigem opções coletivas mais ou menos firmes de transformações de seu sistema de valores".<sup>49</sup>

Florestan Fernandes observa pelo menos um traço comum entre as sociedades que conseguiram criar os pré-requisitos essenciais para conciliar desenvolvimento econômico e bem-estar social. Em todas elas a revolução burguesa significou a constituição de estruturas econômicas, socioculturais e estatais compatíveis com o enraizamento de valores democráticos no comportamento das classes sociais. Fica claro, portanto, que a autodeterminação do desenvolvimento associa-se a um tipo específico de Estado nacional burguês. Nas palavras do autor, "A 'Revolução Burguesa' e o capitalismo só conduzem a uma verdadeira independência econômica, social e cultural quando, atrás da industrialização e do crescimento econômico, existe uma vontade nacional que se afirme coletivamente por meios políticos, e tome por seu objetivo supremo a construção de uma sociedade nacional autônoma".<sup>50</sup>

Nem todas as formações sociais, no entanto, são capazes de gerar revoluções burguesas que permitam conciliar

---

modernes, 1987, pte 3.

<sup>49</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 165-166.

<sup>50</sup>. Idem, Ibidem, p. 172.

transformações capitalistas com mudanças socioculturais e políticas de caráter construtivo. É o caso das sociedades que ficaram presas ao círculo vicioso da dependência. Nessas regiões, lembra Florestan Fernandes, "As condições extra-econômicas constroem, debilitam ou deformam de várias maneiras os fluxos especificamente econômicos da produção e da circulação da riqueza. Por sua vez, o padrão de crescimento econômico, resultante dessa interação entre a economia, a sociedade e a cultura, não fornece à ordem social o substrato e os dinamismos econômicos necessários à absorção, à eliminação ou à superação de suas inconsistências e desequilíbrios puramente socioculturais. A economia cresce e se expande, sem contudo romper o ponto morto que a submerge dentro de uma cadeia de ferro, expressa em formas sociais obsoletas ou apenas parcialmente modernizadas, das quais provêm a neutralização ou a inibição dos efeitos construtivos do próprio crescimento econômico".<sup>51</sup>

### 3. Os Dilemas do Desenvolvimento Dependente

O ponto de partida da problemática do desenvolvimento dependente é que o sistema capitalista mundial é um espaço heterogêneo polarizado em torno de um centro dinâmico, que concentra as economias produtoras de progresso técnico responsáveis pelos impulsos do desenvolvimento, e uma periferia dependente, composta de uma constelação de economias

---

<sup>51</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 143.

satélites que absorvem com retardo e de maneira restrita as transformações difundidas dos centros hegemônicos. Daí a existência de grandes discrepâncias entre as formas ideais de funcionamento do capitalismo e seu modo real de operação na periferia. Apesar de repetir os mesmos processos vividos pelos centros dominantes, na situação de dependência as estruturas e os dinamismos capitalistas perdem a sua eficácia como mola propulsora do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. É isto que faz Baran afirmar: "(...) en la mayoría de los países subdesarrollados, el capitalismo ha[ya] tenido una carrera particularmente torcida. Habiendo pasado por todos los dolores e frustraciones de la infancia, nunca experimentó el vigor y la exuberancia de la juventud y comenzó a mostrar, prematuramente, todos los razgos penosos de la senilidad y de la decadencia".<sup>52</sup>

O capitalismo dependente é, portanto, um capitalismo *sui generis* que se caracteriza pela reprodução de uma série de nexos econômicos e políticos que bloqueiam a capacidade de as economias controlarem seu tempo histórico. O problema é que a posição subalterna na economia mundial e a falta de controle social sobre o processo de acumulação comprometem as propriedades construtivas do capitalismo como motor do desenvolvimento das forças produtivas e exacerbam suas características anti-sociais, anti-nacionais e anti-democráticas. Por isso, no capitalismo dependente existem contradições irredutíveis que impedem que a sociedade nacional

---

<sup>52</sup>. BARAN, P.- La economía política del crecimiento, 1959, p. 204.

consiga submeter a acumulação de capital a seus desígnios. Como constata Braudel, nas sociedades periféricas: "(...) a vida dos homens faz lembrar freqüentemente o Purgatório ou o Inferno. E isso explica-se simplesmente pela situação geográfica".<sup>53</sup>

Do ponto de vista da teoria do desenvolvimento econômico, o drama das economias capitalistas dependentes é que elas não satisfazem os pré-requisitos básicos para que as transformações capitalistas se processem como um fenômeno intrínseco ao espaço econômico nacional. A perpetuação de mecanismos de acumulação primitiva e a difusão desigual de progresso técnico fazem com que os produtores não tenham nem necessidade nem possibilidade de transformar a inovação na principal arma da concorrência. A reprodução de uma superpopulação permanentemente marginalizada do mercado de trabalho torna a acumulação de capital incapaz de socializar os ganhos obtidos com os aumentos na produtividade do trabalho. Por isso, a questão dos mercados é vital para a compreensão do desenvolvimento dependente. Como lembra Marx, "Cuanto más se desarrolla la fuerza productiva, tanto más entra en conflicto con la estrecha base en la cual se fundan las relaciones de consumo".<sup>54</sup> Este raciocínio serve tanto para comparar no tempo duas fases do desenvolvimento capitalista de uma mesma sociedade, o sentido dado por Marx, como para comparações no espaço entre duas formações sociais em um mesmo

---

<sup>53</sup>. BRAUDEL, F. - Le temps du monde. In: \_\_\_\_\_. Civilisation..., 1979, t.3, p. 87.

<sup>54</sup> Cf - EL Capital... (18--), 1966, t.3, p. 285.

momento histórico - a dimensão para a qual queremos chamar a atenção.

A ruptura da articulação entre investimento e consumo significa que as descontinuidades estruturais que caracterizam a evolução da economia capitalista não podem ser pensadas como o resultado da concorrência econômica e sim como o produto da adaptação a mudanças que são exógenas à economia nacional. Por essa razão, o marco teórico que explica o dinamismo da economia autodeterminada não pode ser utilizado como parâmetro para pensar o desenvolvimento dependente. Afinal, quando as descontinuidades não são produto da concorrência mas de forças exógenas à órbita mercantil, a ciência econômica perde seu poder explicativo. Não é por outro motivo que, advertindo para as limitações da teoria do desenvolvimento econômico, Schumpeter afirma que a lógica adaptativa do sistema produtivo às mudanças na estrutura de demanda "(...) is not only unable to predict the consequences of discontinuous changes in the traditional way of doing things; it can neither explain the occurrence of such productive revolutions nor the phenomena which accompany them. It can only investigate the new equilibrium position after the changes have occurred".<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> SCHUMPETER, J.- The theory..., 1980. p. 62-63. O restrito papel desempenhado pela concorrência nas economias que não conseguem autodeterminar seu desenvolvimento significa que as forças produtivas não conseguem expandir-se além dos marcos da situação. Nestas regiões, os efeitos da concorrência só se manifestam a médio e a longo prazo, mediante o acúmulo de transformações quantitativas provocadas pelo crescimento econômico. De um lado, a expansão da base material delimita os rumos que o desenvolvimento pode seguir. De outro, o crescimento econômico torna-se o principal meio de difusão das transformações capitalistas ao desdobrar internamente as estruturas econômicas importadas do centro. Em suma, o papel da economia como alavanca do desenvolvimento nacional se concretiza à medida que o avanço das forças produtivas repercute sobre o caráter do

Em outras palavras, na ausência de forças internas capazes de explicar as descontinuidades estruturais na organização da produção, o desenvolvimento deve ser visto como um processo adaptativo a choques exógenos à órbita econômica. Em outras palavras, não sendo possível explicar o desenvolvimento capitalista nacional como um fenômeno endógeno, impulsionado pelo processo de acumulação de capital, a racionalidade econômica fica restrita à compreensão de como a sociedade dependente se adapta às tendências do sistema capitalista mundial. "Should it turn out that there are no such changes arising in the economic sphere itself, and that the phenomenon that we call economic development is in practice simply founded upon the fact that the data change and that the economy continuously adapts itself to them, then we should say that there is no economic development. By this we should mean that economic development is not a phenomenon explained economically, but that the economy, in itself without development, is dragged along by the changes in the surrounding world, that the causes and hence the explanation

---

processo de estratificação social, modificando as relações de produção e expandindo a ordem social competitiva. Alterando as bases objetivas e subjetivas em que se dá a luta de classes, o crescimento econômico desestabiliza o equilíbrio na correlação de forças e transforma o caráter das relações de luta e cooperação entre as classes sociais, criando novos dilemas e novas oportunidades históricas para a promoção do desenvolvimento. Enfim, podemos resumir o papel da "política" e da "economia" nas sociedades dependentes da seguinte maneira: "limitando-nos ao essencial, duas evidências gerais se impõem: a) cabe à 'economia' dar lastro e vitalidade às instituições, aos padrões ideais de integração da ordem social global e aos modelos organizatórios transplantados; b) depende da 'política' o modo pelo qual esse lastro e vitalidade eclodem na cena histórica e convertem-se em forças sociais persistentes, calibrando-se como fatores de estabilidade ou de mudança social", FERNANDES, F.- Sociedade..., 1981, p. 157.

of the development must be sought outside the group of facts which are described by economic theory", explica Schumpeter.<sup>56</sup>

Decifrar os condicionantes do dinamismo das economias dependentes e os possíveis destinos das nações emergentes são os dois grandes desafios de quem queira compreender a compatibilidade entre dependência e construção da nação. O eixo central desta reflexão é delimitar a autonomia relativa do espaço econômico nacional dentro do contexto civilizatório, bem como a autonomia relativa da esfera mercantil no corpo social. Trata-se de mostrar como a situação de dependência e subdesenvolvimento repercute sobre as relações de mútuo condicionamento entre "economia" e "sociedade". Como diz Godelier, em *Racionalidade e Irracionalidade* quem se propõe a estudar a racionalidade econômica não pode fugir ao desafio: "(...) d'analyser à la fois cette exteriorité et cette intériorité et de pénétrer au fond de son domaine jusqu'à ce que celui-ci s'ouvre sur d'autres réalités sociales et y trouver la partie de son sens qu'il ne trouve pas en lui-même".<sup>57</sup>

Nossa reflexão parte do princípio de que o tempo histórico da economia dependente é complexamente condicionado por tendências exógenas à sociedade nacional e por processos adaptativos intrínsecos a cada formação social. Em outras

---

<sup>56</sup> SCHUMPETER, J.- *The theory...*, 1980, p. 63.

<sup>57</sup> GODELIER, M.- *op. cit.*, p. 139. "Plus l'économie d'une société est complexe, plus elle semble fonctionner comme un champ d'activité autonome gouverné par ses lois propre e plus l'économiste aura tendance à privilégier cette autonomie et à traiter en simples "données extérieures" les autres éléments du système social. La perspective anthropologique, ..., interdit au contraire de décrire l'économique sans montrer en même temps sa

palavras, o desenvolvimento dependente é determinado tanto pelo caráter do impacto das transformações difundidas pelo centro capitalista hegemônico sobre as estruturas internas da periferia quanto pelo tipo de resposta das forças sociais internas às mudanças que afetam a economia e a sociedade.

O sistema capitalista mundial dificulta a capacidade de as sociedades dependentes controlarem o seu tempo histórico porque as submete a padrões de eficiência econômica e a estilos de vida que estão muito além das potencialidades técnicas e mercantis de sua economia, ou seja, forçam-nas a absorver as revoluções econômicas e culturais de maneira anárquica antes que elas possam criar os requisitos necessários para submeter as estruturas e os dinamismos sociais a controles sociais construtivos. Por um lado, o espaço econômico nacional é excessivamente permeável às revoluções na conjuntura mercantil e nas formas de organização da produção irradiadas das economias centrais. Por outro, as estruturas econômicas, sociais e culturais são extraordinariamente vulneráveis às transformações mercantis que se impõem de fora para dentro. Além disso, as sociedades dependentes defrontam-se com uma série de barreiras externas e internas que limitam sua capacidade de absorver e controlar as transformações capitalistas.

Em suma, o sistema capitalista mundial obstaculiza o desenvolvimento das economias periféricas seja porque a difusão desigual de progresso técnico restringe o acesso dos

países dependentes ao patrimônio tecnológico da civilização ocidental, seja porque seus princípios de organização e funcionamento exijam condições materiais, sociais, culturais e políticas que não existem nas regiões periféricas ou que não são aí encontradas na forma necessária para que o capitalismo possa desenvolver todo seu potencial construtivo. Neste contexto, o raio de ação dessas sociedades é historicamente determinado pelas estruturas e pelos dinamismos que estejam sendo transferidos do centro capitalista; pelas condições de acesso a tais transferências - o que depende das "exigências" do progresso técnico; e, finalmente, pelos impactos "estruturantes" e "desestruturantes" das tendências disseminadas pelo sistema capitalista mundial sobre as bases econômicas e sociais internas.

Contudo, como as transformações difundidas do centro precisam de suportes econômicos, socioculturais e morais que não podem ser artificialmente transpostos para a periferia, os condicionantes externos não são capazes de definir unilateralmente o movimento das sociedades dependentes. Por essa razão, seu tempo histórico é determinado, em última instância, pelo modo como a sociedade periférica reage ao impacto dos dinamismos externos, negando-os, sancionando-os ou superando-os. Trata-se de um complexo processo social de **reconstrução** das estruturas e dinamismos capitalistas.<sup>58</sup> A

---

140

<sup>58</sup> Por essa razão, a presença de aspectos formais do padrão de organização social do centro capitalista não significa que a sua eficácia seja a mesma, pois, no novo ambiente as estruturas transferidas do centro assumem características inteiramente novas que modificam substancialmente suas

assimilação de progresso técnico difundido do centro capitalista depende da superação de deficiências técnicas, econômicas, socioculturais, institucionais e políticas; da adaptação das estruturas externas ao seu novo ambiente; da acomodação entre estruturas "novas" e "velhas"; bem como da rearticulação dos mecanismos econômicos e políticos de dominação externa. Logo, dentro do leque de possibilidades aberto pelo sistema capitalista mundial, o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento dependem de decisões políticas internas sobre o modo de participar no sistema capitalista mundial. São tais decisões que estabelecem: a seleção das estruturas e dinamismos efetivamente internalizados; as condições em que elas são incorporadas; a natureza dos ajustes necessários para acomodar o "moderno" e o "atrasado"; bem como o caráter das relações de dependência externa. Por conseguinte, ainda que o contexto civilizatório exerça forte influência sobre as economias dependentes, em última instância, seu destino é decidido internamente.<sup>59</sup>

Em suma, o movimento da economia dependente não pode ser dissociado da lógica que rege o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, pois, ao modificar as relações de produção e a divisão internacional do trabalho, as transformações capitalistas repercutem sobre a correlação de

---

propriedades originárias. Daí as grandes discrepâncias entre os modelos ideais e as formas reais de organização da sociedade dependente.

<sup>59</sup> Tais decisões devem: harmonizar os interesses econômicos e políticos do capital internacional e das nações hegemônicas com os das classes dominantes internas; redefinir o tipo de vínculo entre setores "modernos" e "atrasados"; e perpetuar a passividade das classes dominadas diante a situação de subdesenvolvimento.

forças responsável pelos processos responsáveis pela cristalização da economia mundial como um sistema hierarquizado de Estados nacionais. Comentando a evolução histórica dos países dependentes, Trotsky, na introdução de *História da Revolução Russa*, colocou a questão nos seguintes termos: "A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgamas das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, (...), em seu conjunto material, é impossível compreender a história (...) de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha".<sup>60</sup> A nossa preocupação específica é com a especificidade deste processo em economias que foram integradas ao capitalismo como obra do antigo sistema colonial.

---

<sup>60</sup> TROTSKY, L.- A História da revolução russa, [1933], 1980, p. 25.

## CAPÍTULO 3

### Caio Prado Jr. E O Substrato Social do Capitalismo Dependente

<<O imperialismo é um suicida que marcha seguramente para sua consumação>>, C. Prado Jr.

#### Introdução

De acordo com Caio Prado, o subdesenvolvimento é uma formação social *sui generis* cuja característica distintiva é a existência de relações de produção que impedem a consolidação de uma economia que possua "existência autônoma" e "força própria".<sup>1</sup> No caso das "economias coloniais em transição" - objeto específico de suas preocupações - o subdesenvolvimento está associado à incapacidade de as nações emergentes romperem os nexos de dependência herdados da colonização e integrarem, em condições de relativa igualdade, o conjunto de sua população no mercado de trabalho.<sup>2</sup> Em "Esboço dos Fundamentos

---

<sup>1</sup>. Entre os trabalhos sobre a obra de Caio Prado, destacamos as seguintes: BRAZ, J.A. - Caio Prado Jr. e a Questão Agrária no Brasil. Revista Temas de Ciência Humanas, 1977; NOVAIS, F. - Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (Orgs.) - Inteligência Brasileira, 1986; IGLÉSIAS, F. - Um Historiador Revolucionário. In: \_\_\_\_\_ (Org.) - Caio Prado Jr. - 1982; LEÃO, I.Z.C.C. - A Matriz Teórica de Prado Jr.: a Nação Inconclusa, 1994; RÊGO, R.M.L. - O Sentimento do Brasil; Caio Prado Jr. - Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira, 1996.

<sup>2</sup>. Caio Prado esclarece sua idéia de "economia colonial em transição" na seguinte caracterização que faz da economia brasileira: "É assim que se há de abordar a realidade brasileira atual, o que nos leva a considerá-la como situação transitória entre, de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípuo de extrair dessa área produtos destinados ao

da Teoria Econômica", o autor colocou a questão nos seguintes termos: "A economia dos países subdesenvolvidos, no que se relaciona com o sistema internacional do capitalismo e que forma o essencial dela, não se estrutura em bases próprias e nacionais e sim em função de objetivos estranhos que são os dos países dominantes do sistema".<sup>3</sup>

A originalidade da contribuição de Caio Prado é mostrar que as contradições que engendram o subdesenvolvimento consubstanciam-se na formação de uma "conjuntura mercantil" precária. Mais do que um traço quantitativo, relacionado com o tamanho absoluto do mercado interno, o autor ressalta o

abastecimento do comércio e mercados europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essas mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos", PRADO JR., C, A Revolução ..., p. 123. Tal distinção é importante, pois, como lembra o autor, "(...) a designação genérica de 'subdesenvolvimento' aplicada a países de renda nacional baixa (como faz a teoria corrente e ortodoxa do desenvolvimento) inclui naquela categoria países de tipo capitalista essencialmente distinto e que não podem por isso ser aqui tratados em conjunto", Idem, Esboço dos ..., 1957. p. 197

<sup>3</sup> Idem. Ibidem, p. 190. "Esses países - afirma Caio Prado - não se estruturaram com formas e relações de produção do tipo daquelas que encontramos nos países propriamente capitalistas; e apesar das transformações que sofreram, e que continuam a se processar, permaneceram como que à margem do sistema capitalista internacional e nele entrosados periféricamente como partes complementares e dependentes. Internamente conservaram no essencial a organização econômica que lhes vinha do passado; e é só muito recentemente que começaram a se transformar e estruturar em formas capitalistas. Mesmo só uma parte daqueles países alcançou um nível apreciável de desenvolvimento capitalista. Essa transformação e evolução se realizam todavia numa situação econômica bem diversa daquela que encontraram as áreas retardatárias do capitalismo do século passado, como por exemplo os Estados Unidos relativamente aos grandes centros europeus do capitalismo de então. Hoje as novas áreas retardatárias que são os países subdesenvolvidos, se acham neste mundo de economia trustificada e monopolista onde as posições de mando se encontram ocupadas, e a falta de verdadeira liberdade econômica (como aquela que imperava sob o capitalismo liberal do século passado) fecha as perspectivas para aqueles que ficaram para trás. Entre o capitalismo liberal e ainda largamente descentralizado do século passado, e o sistema trustificado de nossos dias, vai uma grande diferença no que respeita aos países menos desenvolvidos ...", Idem. Ibidem, p. 197. De acordo com Caio Prado a origem do subdesenvolvimento

aspecto qualitativo da questão, associado à debilidade e à instabilidade de seu processo de mercantilização. A frouxidão dos laços do capital com o trabalho e a volatilidade dos vínculos do capital internacional com o espaço econômico nacional geram um vazio socioeconômico que impede a consolidação de um mercado interno capaz de se afirmar como ponto de partida e de chegada do movimento de valorização do capital. Enfim, a riqueza de Caio Prado consiste em ter qualificado a **especificidade** do estado de incerteza perante o desconhecido que é característico das economias capitalistas de origem colonial que não superaram sua posição subalterna na economia mundial.

Sua reflexão sobre a problemática do desenvolvimento deve ser vista como uma alternativa tanto às teses da Internacional Comunista, que defendiam a "revolução anti-feudal e anti-imperialista" como único meio de superar o subdesenvolvimento, quanto às teses "modernizadoras" e "internacionalizantes" inspiradas nas teorias convencionais de crescimento e ciclo difundidas no após guerra, que advogavam a favor da aceleração do crescimento econômico como a via mais rápida para a autodeterminação do desenvolvimento. Invertendo o procedimento que deveria orientar a análise da realidade, esses enfoques realizam uma teorização às avessas, levando à adoção de modelos abstratos e visões estereotipadas, totalmente descoladas da realidade social. Por isso, mesmo quando embuído de intenções reformistas, suas proposições não conseguem

---

remonta ao modo como se deu a organização do sistema capitalista mundial

alterar o curso dos acontecimentos. "Não é praticável propor reformas que constituam efetivamente solução para os problemas pendentes, sem a condição de que essas reformas propostas se apresentem nos próprios fatos investigados. Em outras palavras, de nada serviria, como tantas vezes se faz, trazer soluções ditadas pela boa vontade e imaginação de reformadores, inspirados embora na melhor das intenções, mas que, por mais perfeitas que em princípio e teoricamente se apresentem, não encontram nos próprios fatos presentes e atuantes as circunstâncias capazes de as promover, impulsionar e realizar".<sup>4</sup>

No caso da tese que defende o caráter anti-feudal e anti-imperialista do processo de construção da nação, Caio Prado refuta o total irrealismo de suas principais premissas: a idéia de que haveria restos feudais e semi-feudais que estariam entretendo o processo de mercantilização da sociedade; e a noção de que existiria uma burguesia nacional, com interesses antagônicos ao imperialismo, capaz de se constituir no principal eixo de articulação da revolução burguesa. Em outras palavras, ele discorda da interpretação da realidade latino-americana, segundo a qual "(...) as classes e categorias sociais da nossa sociedade se reduziram ao seguinte: latifundiários e burguesia compradora, ambas ligadas ao imperialismo e contrárias à revolução. Doutro lado, proletariado e trabalhadores em geral, camponeses, pequena

---

no século XIX.

<sup>4</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 5-6.

burguesia urbana e burguesia nacional, que seriam as forças revolucionárias".<sup>5</sup>

No que se refere às teses modernizantes, inspiradas em modelos de crescimento econômico, a crítica de Caio Prado é que, baseando-se em parâmetros tirados das economias centrais, estas teorias cometem o equívoco de supor que o desenvolvimento das economias dependentes repetiria a mesma trajetória percorrida pelas nações centrais. Nesta perspectiva, o desenvolvimento seria o resultado de um processo de acumulação de capital que iria gradualmente fechando a brecha que separa estas economias dos países desenvolvidos. Onde a grande ênfase ~~vã~~ criação de condições favoráveis à abertura de oportunidades de investimentos. Caio Prado sintetiza suas objeções nos seguintes termos: "A teoria corrente do desenvolvimento considera apenas o aspecto **quantitativo** desse desenvolvimento (a 'quantidade' de progresso econômico), sem dar maior atenção às diferenças **qualitativas** do desenvolvimento, a saber, o tipo ou categoria de situação ou de evolução econômica em que se enquadra cada país ou grupo de país".<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 225.

<sup>6</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 189. Em outros termos: "A teoria corrente e ortodoxa do desenvolvimento econômico, na qual se propõe a noção de 'subdesenvolvimento', postula sem maior indagação crítica a idéia de uma progressão, dentro do sistema capitalista unilinear e homogênea, isto é, essencialmente, idêntica quaisquer que sejam o país e a situação considerados. Segundo a teoria, os países da atualidade se distribuíam por diferentes níveis de desenvolvimento que se escalonam numa trajetória econômica que todos acompanham ou devem acompanhar, embora em ritmo diferentes para cada qual, e que pode eventualmente ser nulo e até mesmo negativo; mas que é sempre qualitativamente o mesmo, de natureza e caráter igual, consistindo naquilo que se entende mais ou menos ambigualmente por 'progresso econômico'", PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 189.

Ao refutar a concepção de que o mercado é mera expressão da divisão social do trabalho, uma idéia que implica abstrair os determinantes sociais e políticos que influenciam o processo de mercantilização, a reflexão de Caio Prado coloca-se como alternativa aos enfoques que privilegiam os aspectos relacionados com os determinantes dos investimentos. Construídos para explicar a realidade das economias capitalistas centrais, estas abordagens ignoram os bloqueios ao desenvolvimento decorrentes das estruturas internas e externas inerentes herdadas da colônia e, por isso, não conseguem explicar as dificuldades que as economias periféricas enfrentam para expandir as forças produtivas. Caio Prado trata a questão da seguinte forma: "(...) se é verdade que o ritmo de inversões constitui de certa forma índice adequado do desenvolvimento capitalista, ele por si apenas pouco ou nada pode informar acerca das contingências a que o desenvolvimento está submetido e portanto sobre a maneira mais adequada de promovê-lo. A não ser, como em regra se faz, simplisticamente recomendando e estimulando inversões, seja a que título ou a que custo social forem. O a-historicismo e subestimação da especificidade histórica dos países subdesenvolvidos torna a teoria ortodoxa - e, pelo mesma razão, a heterodoxa - incapaz de avaliar as circunstâncias peculiares que em cada lugar ou categoria socioeconômica condicionam as inversões e dão a medida de sua fecundidade e

capacidade de determinar um processo auto-estimulante de crescimento que é o que se procura realizar".<sup>7</sup>

Em contraposição às concepções apriorísticas, Caio Prado insiste na necessidade de uma teoria que leve em consideração a **especificidade** de nossos problemas históricos e a dialética concreta de seu movimento. Daí a importância fundamental que Caio Prado atribui à história no estudo dos problemas do desenvolvimento das economias coloniais em transição. Como se pode ler na introdução de História e Desenvolvimento, o desafio consiste em identificar "(...) o processo histórico global e de conjunto que liga o passado ao presente; que se forja naquele passado e que abre perspectivas para o futuro. Essa continuidade se encontra, e somente aí nos é dado descobri-la, nos fatos específicos e sua interligação que vai dar naquele processo histórico e o configura. Processo que é sobretudo histórico, e não se ajusta a modelos construídos a priori na base de ocorrências que caracterizaram (...) a institucionalização das relações capitalistas de produção nos países que foram seus pioneiros. É na especificidade própria de cada país que se há de indagar do processo pelo qual ele se formou, evoluiu, cresceu e desenvolveu, ou se pode desenvolver e como ...".<sup>8</sup>

\*\*\*

O capítulo está dividido em quatro partes. Na primeira, apresentaremos como Caio Prado vê o substrato social do

---

<sup>7</sup>. PRADO JR., C. - História e ..., 1989, p. 134-135

<sup>8</sup>. PRADO JR., C. - História e ..., 1989, p. 30-31

subdesenvolvimento e introduziremos a noção de "conjuntura mercantil" a categoria angular de sua explicação dos do bloqueio ao desenvolvimento nas economias coloniais em crise. Na segunda, discutiremos por que a industrialização para substituição de importações, mesmo significando um avanço no processo de formação das nações emergentes, não supera o caráter cíclico que caracteriza o movimento das economias latino-americanas. Na seção três, veremos por que a internacionalização da industrialização compromete irremediavelmente seu caráter construtivo, gerando uma tendência à reversão neocolonial. Por fim, na parte quatro, concluiremos com algumas observações sobre a contribuição de Caio Prado para a compreensão da problemática do desenvolvimento.

### **1. Mercado e Desenvolvimento Capitalista Nacional**

Na visão de Caio Prado, o subdesenvolvimento é produto de circunstâncias históricas que impedem que o processo de acumulação de capital seja subordinado à vontade da sociedade nacional. Nas economias coloniais em transição, esse impedimento é explicado pela ocorrência de um tipo de formação social que fica à mercê dos ritmos e das necessidades impostas pelo movimento de reprodução ampliada do capital

internacional.<sup>9</sup> "No sistema internacional do capitalismo de nossos dias, os países chamados subdesenvolvidos, ou antes uma parte deles que nisso se assemelham ao Brasil, ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente ...", escreve o autor.<sup>10</sup>

Para Caio Prado, as contradições responsáveis pelo subdesenvolvimento manifestam-se na impossibilidade de a nação estabelecer uma conjuntura mercantil com envergadura e solidez necessárias para permitir a contínua e progressiva expansão de uma economia capitalista nacional. Ao enfatizar a questão dos mercados, o autor chama a atenção para os condicionantes sincrônicos e diacrônicos do processo de mercantilização. Na sua concepção, a precariedade da conjuntura mercantil é explicada por duas ordens de fatores. De um lado, a mobilidade espacial do capital internacional não permite que o mercado interno se afirme como instância estratégica da concorrência intercapitalista. De outro, a presença de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho

---

<sup>9</sup>. Caio Prado utiliza a idéia de "capital internacional" para qualificar a falta de nexos do capital com o espaço econômico nacional e não para designar a nacionalidade da pessoa jurídica que controla o capital. Portanto, um capital de origem nativo poderia perfeitamente ser enquadrado na categoria de capital internacional se seu horizonte de acumulação extrapolasse as fronteiras do espaço econômico nacional.

<sup>10</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 190. Explicando a funcionalidade da economia brasileira no sistema capitalista mundial, ele colocou o problema nos seguintes termos: "A economia mundial evoluiu para um vasto sistema dominado pelo capital financeiro e disputado pelos vários grupos nacionais que repartem entre si aquele capital. Este sistema em que se enquadrará o Brasil, como todos os demais países e povos, servirá o capital financeiro (ou antes, os diferentes grupos que o detêm) de muitas formas, todas aliás ligadas e articuladas entre si: 1ª) Permitirá a participação dele em todas as atividades econômicas mundiais, facultando-lhe em maior ou menor proporção a margem de lucros que oferecem; 2ª) Abrirá mercados para a indústria nacional respectiva, permitindo sua expansão sem prejuízo da exploração da mais-valia interna; 3ª) Porá à disposição desta indústria as matérias-primas de que necessita, e cuja produção se espalha

bloqueia os mecanismos de socialização dos frutos do progresso econômico, o que restringe o processo de ampliação e diversificação do mercado consumidor.<sup>11</sup>

A essência do aporte de Caio Prado à teoria dos mercados está em demonstrar que o contexto histórico adverso provoca tamanha desconfiança em relação ao futuro das economias periféricas que sua importância como fronteira de reprodução ampliada do capital internacional fica irremediavelmente comprometida. "O que deve ser considerado é que dá conta desse crescimento é o que se encontra na base e por detrás das inversões (...). A saber, e essencialmente, as circunstâncias gerais e os fatores originários que condicionam, promovem e impulsionam a produção; é em primeiro e principal lugar, a conjuntura mercantil, isto é, as características da demanda. Bem como as condições em que a produção se organiza, e as relações de produção se estabelecem. É isto que condicionará o afluxo de capital, a formação e acumulação dele, e a resultante inversão produtiva que vem assim, pode-se de certa forma dizer, em último lugar; e certamente, como incidente apenas", escreve o autor.<sup>12</sup>

A validade de seu argumento sobre os efeitos nefastos da precariedade da conjuntura mercantil sobre o desenvolvimento das economias coloniais em transição independe de sua

---

fora de suas fronteiras nacionais", Idem, História econômica ..., 1970, p. 271

<sup>11</sup>. A respeito do debate marxista sobre a teoria dos mercados ver ROLSDOWLSKY, R. op. cit., cap. 30. O processo de mercantilização das economias subdesenvolvidas também é bloqueado, como veremos na próxima seção, pela presença de restrições ao processo de centralização do capital.

<sup>12</sup>. PRADO JR., C. - História e..., 1989, p. 26

concepção subconsumista a respeito da formação dos mercados, pois o que Caio Prado pretende destacar é a extrema instabilidade da acumulação de capital.<sup>13</sup> Embora estranha a sua matriz teórica, a noção de **incerteza estrutural** elucida a essência de seu pensamento.<sup>14</sup> Ao sintetizar as circunstâncias históricas, externas e internas, que influenciam a formação das expectativas de longo prazo de valorização do capital, esta noção nos permite caracterizar de maneira mais adequada a extrema vulnerabilidade das economias subdesenvolvidas às vicissitudes da economia internacional e a influência desta situação sobre a conjuntura mercantil e as formas de organização da produção.

---

<sup>13</sup>. Para Caio Prado, o desvanecimento das oportunidades de investimento leva o desenvolvimento capitalista a apresentar uma tendência inexorável à estagnação. Sua teoria dos mercados está detalhadamente elaborada em Esboço dos ..., 1957, cap. 4, 5, 6 e 7.

<sup>14</sup>. A idéia de "incerteza", originalmente formulada por Knight e, posteriormente, desenvolvida por Keynes, constitui um importante instrumento para pensar os condicionantes das decisões de investimento. A noção de "incerteza estrutural", tomada de Vercelli, permite dar um conteúdo histórico específico ao conceito de "incerteza", vinculando-o a um campo de oportunidades que delimita as potencialidades de cada espaço econômico nacional como base de reprodução ampliada do capital. A respeito do conceito de "incerteza" ver KNIGHT, F. - Risk, uncertainty and profit, 1933; KEYNES, J.M. - Teoria geral do emprego, da renda ..., (1936), 1982; KEYNES, J.M. - A teoria geral do emprego (1937). In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.) - Keynes, 1978. O "conceito de "incerteza estrutural" é desenvolvido em VERCELLI, A. - Fluctuations and Growth: Keynes, Schumpeter, Marx and the Structural Instability of Capitalism. In: GOODWIN, R.M. et al - Non-linear models of Fluctuantin Growth, 1984; VERCELLI, A. - Stagflation and The Recent Revival of Schumpeterian Entrepreneurship. In: FRISCH, H., GAHLEN, B. (Ed.) - Causes of Contemporary Stagnation, 1986; VERCELLI, A. - Uncertainty, Technological Flexibility and Regulation, 1988. Sobre o tema, ver também, SHACKLE, G.L.S. - Um Esquema de Teoria Econômica, 1969; SHACKLE, G.L.S. - Epistemics and Economics, 1972; SHACKLE, G.L.S. - The romantic mountain and the classic lake: Alan Coddington's Keynesian. Journal of Post Keynesian Economics, 1984; SHAW, G.K. - Keynesian Economics: the permanent revolution, 1988; COODINGTON, A., Keynesian Economics: the search for First principles, 1984; CODDINGTON, A. - Deficient foresight: A troublesome theme in Keynesian Economics. American Economic Review, (s.l), p. 480-487, 1982; SYMPOSIUM on Uncertainty. Journal of Post Keynesian Economics, v.6, n.3, 1984; DRISCOLL JR., G.P., RIZZO, M. - The Economics of time and ignorance. 1985.

A impossibilidade de se fazer previsões razoavelmente seguras quanto à trajetória futura da economia faz com que a expectativa de longo prazo de valorização da riqueza capitalista se transforme em um caleidoscópio ultra-sensível. Por isso, o modo de organização do capital tende a assumir a forma mais líquidas possível e a racionalidade burguesa a adquirir um caráter particularmente especulativo. Enfim, o ponto fundamental de sua argumentação é que a extrema instabilidade do processo de mercantilização das economias periféricas não permite que o mercado interno se afirme como horizonte de acumulação e instância de validação social do circuito de valorização do capital.

Segundo Caio Prado, a precariedade da conjuntura mercantil compromete a posição da economia colonial em transição como horizonte de reprodução ampliada porque, como seu espaço econômico não passa de um mero apêndice do mercado global, o capital internacional tem fortes incertezas quanto à melhor distribuição espacial de seus investimentos. Comentando o caso da economia brasileira, ele coloca a questão nos seguintes termos: "Neste sistema universal do imperialismo, o Brasil ocupa (...) uma posição secundária. Sobre ele se desenrola ou perpassa a concorrência capitalista transportada para o terreno internacional, e que, longe de se ter abrandado pela concentração de capital e formação de imensos monopólios, intensificou-se porque é agora o embate de gigantes em frentes extensas, e não mais apenas as escaramuças passadas de minúsculos capitalistas individuais concorrentes. O Brasil é

apanhado e arrastado passivamente do vértice daquela luta, e sua evolução econômica será função de grandes acontecimentos mundiais que se compreendem e explicam apenas no cenário universal e em conjunto com a história geral da Humanidade. Nestas condições, torna-se impossível medir quantitativamente, ou mesmo definir qualitativamente de uma forma completa a ação específica e isolada do imperialismo com relação ao Brasil (...)"<sup>15</sup>

Como não é possível prever a importância relativa dos mercados periféricos na estratégia de reprodução ampliada do capital em escala mundial, a expectativa de longo prazo dos monopólios internacionais fica permanentemente sujeita a sobressaltos e alterações abruptas. Se as oportunidades existentes em outras praças se tornarem mais interessantes, eles tendem a redefinir unilateralmente seus vínculos com esses espaços econômicos. Para garantir essa liberdade, o capital internacional exige o máximo de mobilidade espacial. "Não se podem considerar os países subdesenvolvidos simplesmente como um vácuo ou semivácuo capitalista, cuja capacidade de absorção de inversões provindas do centro do sistema seria dada pelo grau de subdesenvolvimento deles e pela diferença quantitativa de progresso econômico que os separa dos países desenvolvidos. O subdesenvolvimento, embora se exprima geralmente, mas não sempre, por índices muito baixos de progresso econômico e de renda nacional, implica mais que essa simples insuficiência de progresso. Envolve

---

<sup>15</sup>. PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 278.

sobretudo a posição periférica e complementar que certos países ocupam no sistema do capitalismo. É essa posição que faz deles países subdesenvolvidos e os caracteriza como tal. E é assim somente com a consideração dessa circunstância que se poderá verificar a maneira pela qual uma economia subdesenvolvida reage em face das inversões exteriores nela realizadas ou a serem realizadas, permitindo com isso determinar os limites que se impõem a tais inversões".<sup>16</sup>

A impossibilidade de o mercado nacional afirmar-se como ponto de partida do circuito de valorização também compromete sua importância como ponto de chegada da reprodução ampliada. Como o capital internacional só se realiza quando se transforma em moeda conversível, a extrema vulnerabilidade do balanço de pagamentos das economias subdesenvolvidas torna-se uma fonte adicional de imprevisibilidade que solapa a confiança dos agentes no futuro. Como lembra Caio Prado, "Não basta que esse capital proporcione lucros em moeda nacional desses países: é preciso ainda que se verifique a possibilidade de converter essa moeda nacional e de valor unicamente interno, em moeda de curso internacional. O capitalista norte-americano por exemplo, faz suas contas em dólares, e é em dólares que espera ser remunerado. Cruzeiros ou outras moedas nacional congeladas nos países respectivos de origem, isto é, inconversíveis em dólares, não o interessam. Trata-se, portanto, de determinar, nas circunstâncias específicas das economias subdesenvolvidas e de suas finanças,

---

<sup>16</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 190.

a possibilidade, e limites dela, de remunerar convenientemente, isto é, em moeda internacional (ouro ou divisas), as inversões externas que nelas se realizam. E essa remuneração, que constitui o lucro do capital invertido, há que acrescentar as amortizações que também, conforme as circunstâncias do negócio, devem ser mobilizáveis".<sup>17</sup>

Nesse contexto, o capital industrial não encontra bases objetivas para se afirmar como modo dominante de acumulação. A falta de confiança no rumo da economia impregna o espírito burguês de uma segunda natureza especulativa. Daí seus vínculos ultra-oportunistas com a sociedade nacional. No caso da iniciativa privada local, isto se manifesta pela sua incapacidade de superar a dependência e assumir a liderança do processo de desenvolvimento. O controle de meios de produção rudimentares faz com que sua sobrevivência dependa da continuidade de mecanismos de acumulação primitiva e que sua reprodução advenha de oportunidades que se abrem nos interstícios dos investimentos realizados pelos grandes monopólios estrangeiros. Por isso, a burguesia dependente não tem capacidade de iniciativa. "A falta de espírito de luta e grandes aspirações (...) se observa na facilidade com que ao primeiro sinal de dificuldades, os industriais se solidarizam em *pools* e agrupamentos destinados a controlar, limitar e repartir a produção. Isto sem o menor espírito de combate ou idéia de eliminar algum terceiro, mas unicamente para usufruírem uma situação pacífica e cômoda", escreve Caio Prado

---

<sup>17</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 191-192

sobre o empresariado brasileiro<sup>18</sup>. No que se refere ao capital internacional, o caráter especulativo se manifesta na extrema volatilidade de seus laços com o espaço econômico nacional e se consubstancia no fato de que não abrem mão de sua mobilidade espacial, pois não aceitam ficar confinadas às fronteiras de economias que desempenham papel residual na concorrência intercapitalista em escala global. O essencial é que o capital internacional não cria raízes no espaço econômico nacional. "O que nele conta são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as possibilidades naturais que seu solo encerra, o consumidor potencial que nele existe e que eventualmente uma campanha bem dirigida pode captar. Mas estes mesmos valores são por si, nada; porque contam unicamente como parcelas de um conjunto que abarca o mundo e somente nele representam algum papel".<sup>19</sup>

Como os monopólios estrangeiros não abrem mão da possibilidade de se metamorfosear em moeda conversível, sua presença na economia periférica implica a formação de uma base produtiva dual, composta por dois sistemas independentes. "Trata-se de um dualismo porque essencialmente ambos os setores se caracterizam à parte um do outro e não se recobrem. Isto é, cada um deles tem sua orientação comercial própria e exclusiva - um para o mercado externo, outro para o interno -, e somente se confundem e sobrepõem secundária e subsidiariamente; e até mesmo, muitas vezes, apenas

---

<sup>18</sup>. PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 262.

<sup>19</sup>. Idem. Ibidem - p. 279

excepcionalmente", explica Caio Prado.<sup>20</sup> A importância vital do setor especializado na produção de bens para exportação decorre do fato de que este é o único meio de se gerar as divisas indispensáveis para sancionar o processo de valorização do capital internacional em escala mundial.

A inexorabilidade do dualismo é explicada pela seguinte razão: salvo casos excepcionais, as forças produtivas voltadas para o atendimento das necessidades internas não têm a menor condição de competir nos mercados internacionais. Diferentemente do que ocorre no capitalismo maduro, onde o mercado externo está em posição de igualdade em relação ao interno - e por isso pode ser visto como sua mera extensão no plano internacional -, nos países subdesenvolvidos estes dois mercados constituem realidades radicalmente distintas, que respondem a lógicas próprias de crescimento. O mercado externo é condicionado pelos ventos do comércio internacional; e o interno, pelos fatores que determinam a capacidade de consumo da sociedade.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> PRADO JR., C. - História econômica ..., p. 131

<sup>21</sup> Para Caio Prado, a diferenciação entre mercados externo e interno constitui uma das principais características das economias coloniais em crise. "Na teoria econômica ortodoxa os mercados externo e interno se equiparam, e não são mais que subdivisões, de natureza semelhante, do mercado em geral. A teoria ortodoxa considera naturalmente as variantes de um para outro desses setores do mercado, bem como as circunstâncias específicas de cada um. Mas essencialmente, e em particular na perspectiva que diz respeito ao que nos interessa aqui mais de perto, eles se equivalem do ponto de vista ortodoxo. Na economia brasileira, contudo, o assunto não pode ser colocado nesses termos, como nos revela sua análise atenta, realizada em perspectiva histórica. Aqui a significação e o papel do mercado externo avultam de tal maneira que esse mercado se singulariza e individualiza inteiramente à parte. A ocorrência de um consumo internacional dos eventuais gêneros que o território era capaz de produzir, será condição precípua e circunstância determinante da própria instalação e organização, no território que constituiria o Brasil e suas diferentes partes, de coletividade humanas que evoluíriam para uma nacionalidade. Assim os elementos componentes dessa nacionalidade, tanto os econômicos

A organização das economias dependentes em função dos interesses efêmeros do capital internacional deixa-a ao sabor de acontecimentos estranhos à vida da coletividade nacional. Nessas circunstâncias, sua dinâmica não passa de um reflexo dos acontecimentos internacionais. "Sua vida não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes", sintetiza Caio Prado.<sup>22</sup> A extrema instabilidade do capitalismo subdesenvolvido torna suas estruturas muito vulneráveis a processos de reversão estrutural, pois a falta de controle sobre os os parâmetros que moldam a conjuntura mercantil, deixa a economia permanentemente exposta aos efeitos desestabilizadores provocados por mudanças abruptas no contexto internacional. A extrema vulnerabilidade das economias dependentes a crises de reversão estrutural foi explicada nos seguintes termos: "O funcionamento de um sistema desses dependerá exclusivamente da possibilidade de produção e do interesse no consumo do produto específico e único que serve de base a tal sistema. Falhando aquela possibilidade (...), ou o interesse no consumo, o sistema decai; e nos casos

---

como os sociais, derivam todos eles, direta ou indiretamente, mas sempre de forma intimamente relacionada, das circunstâncias determinadas pela ocorrência de um mercado externo em que ela (a nacionalidade brasileira) assentaria suas bases e sobre o que se estruturou. Inclusive naturalmente também o mercado interno que nela se verifica, e que assim se individualiza e caracteriza em contraste radical com o externo, pois não é mais que decorrência daquelas mesmas circunstâncias determinadas pela presença do externo. O mercado interno não é assim, como ordinariamente se considera na teoria econômica usual, e efetivamente acontece em regra, paralelo ao externo e situado em plano semelhante. Ele é função desse último. Pode-se dizer que dele deriva", PRADO JR., C. - História e ..., 1989, p. 138-139

<sup>22</sup>. Idem, História econômica ..., 1970, p. 279

extremos entra em colapso, pois ele não tem condições para se recompor sobre novas bases. Constituiu-se para um fim exclusivo [...]. Na falta disso, ele perece".<sup>23</sup>

Por esse motivo, nas economias capitalistas dependentes, o desenvolvimento é descontínuo e particularmente instável. Trata-se, afirma Caio Prado, de "(...) um processo demorado (...) evoluindo com intermitências e através de uma descontínua sucessão de arrancos bruscos, paradas, e mesmo, eventualmente, recuos momentâneos".<sup>24</sup> Podemos usar sua interpretação da história brasileira para ilustrar as noções de "dinâmica reflexa", responsável pela grande instabilidade das economias satélites, e de "reversão estrutural", que comprometem a continuidade do processo de formação da nacionalidade. "A economia brasileira conta com inúmeros episódios desse tipo. Consiste mesmo essencialmente numa sucessão deles. Uma conjuntura internacional favorável a um produto qualquer que o país é capaz de fornecer, impulsiona o funcionamento dela, e dá a impressão ilusória de riqueza e prosperidade. Mas basta que aquela conjuntura se desloque, ou se esgotem os recursos naturais disponíveis para que o fim específico a que se destina a organização assim montada, para que a produção decline e tenda a se aniquilar, tornando impossível a manutenção da vida e das atividades que alimentava. Em cada um dos casos em que se organizou um ramo da produção brasileira (açúcar, ouro e diamantes, algodão, café, borracha, cacau e tantos outros de menor expressão), não se teve em vista outra

---

<sup>23</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 247

coisa que a oportunidade especulativa momentânea que se apresentava. Para isso, imediatamente, se mobilizavam os elementos necessários: povoa-se, ou se repovoa uma certa área do território mais conveniente, com dirigentes e trabalhadores da empresa que assim se instala - verdadeira turma de trabalho -, e dessa forma se organiza a produção. Não se irá muito além disso, nem as condições em se dispôs tal organização o permitem. E continuar-se-á até o esgotamento final ou dos recursos naturais disponíveis, ou da conjuntura econômica favorável. Depois é a estagnação e o declínio das atividades. E o que sobra da população que não puder emigrar em busca de outras aventuras semelhantes, passa a vegetar sem ter em que se aplicar a obter meios regulares e adequados de subsistência".<sup>25</sup>

## 2. Industrialização como Ciclo de Substituição de Importações

Na visão de Caio Prado, a desarticulação da antiga divisão internacional do trabalho, organizada em torno da economia inglesa, gerou uma conjuntura mercantil muito particular, que isolou as economias periféricas dos fluxos do comércio mundial. A desorganização das trocas e das finanças

---

<sup>24</sup>. Idem, História e ..., 1989, p. 77

<sup>25</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 247-248. Como veremos o caráter reflexo da economia dependente não se altera quando, ao invés de considerarmos as atividades do capital internacional direta ou indiretamente relacionadas com a produção para o mercado externo, consideramos as operações que visam a atender ao mercado interno.

internacionais, ao abalar os alicerces da economia primária exportadora, abriu espaço para que se iniciasse um processo de industrialização voltado para a "substituição de importações". O dramático estrangulamento cambial, ao quebrar a capacidade para importar, incentivou a elevação dos investimentos na ampliação da capacidade do sistema produtivo orientado para atender a demanda interna antes atendida por produtos fabricados no estrangeiro.<sup>26</sup> Nas palavras de Caio Prado, "Tinha perspectiva de sucesso qualquer atividade que fosse capaz de substituir, embora mal e com artigos inferiores, uma importação tornada por qualquer motivo impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira".<sup>27</sup> Embora reconheça que a industrialização para substituição de importações deu um importante impulso à integração do mercado interno e à expansão e diversificação do parque produtivo nacional, Caio Prado não alimentou ilusões em relação aos limites deste processo como instrumento de construção da nação.

No que diz respeito à conjuntura mercantil, o principal problema é que a substituição de importações fica subordinada à lógica de modernização dos padrões de consumo das elites nacionais. Por essa razão, a industrialização preserva as

---

<sup>26</sup>. Comentando o caso brasileiro, Caio Prado resumiu a questão nos seguintes termos: "O velho sistema, assente na exportação de gêneros primários, mostrava-se insuficiente para fazer frente à nova conjuntura que assim se criara. Daí o crescente desequilíbrio verificado. E os mecanismos de compensação que tal situação de desequilíbrio põe em jogo irão dar lugar a novas formas que abrem perspectivas para um outro tipo de economia que, é de se esperar, revolucionará e dará por terra com o tradicional e anacrônico sistema brasileiro", PRADO JR., C. - História e ..., 1989, p. 110

<sup>27</sup>. PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 299

estruturas da sociedade colonial. Nas palavras de Caio Prado, as iniciativas "(...) destinam-se pela sua própria natureza, à satisfação de uma necessidade limitada antes suprida por via do comércio exterior e insulada do organismo econômico do país. Tornam-se assim, fora de tais limites, quase totalmente estéreis".<sup>28</sup> No que se refere à organização da produção, apesar das aparências ao contrário, a expansão da industrialização repõe o dualismo econômico, pois, embora o processo de substituição de importações signifique uma contração no coeficiente de importação, ele não supera o problema do desequilíbrio estrutural no balanço de pagamentos. Nas palavras de Caio Prado, a substituição de importações "Não atenderá cabalmente nem mesmo ao objetivo essencial a que originariamente se destinara, a saber, (...), a economia de divisas. Isso porque freqüentemente a economia realizada com a produção interna substitutiva, se anulava com a importação de insumos necessários àquela produção e que o país não estava em condições de produzir suficientemente. [...] Acresce a esses fatores que contribuem para o desequilíbrio das contas externas, o artificial e distorcido sistema de preços a que levara a política de favorecimento da industrialização, e que tendia a desestimular as exportações".<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 333. Como afirma Caio Prado, trata-se de "(...) atender, direta ou indiretamente, as necessidades do mercado consumidor relativamente restrito de uma minoria que [...] se pode considerar econômica e socialmente privilegiada, e do qual se achava praticamente excluída, por força de seus ínfimos padrões, a grande maioria e massa da população", PRADO JR., C. - *História e ...*, 1989, p. 119-120

<sup>29</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 116-117. É importante assinalar que tal desestímulo não deve ser considerado como um problema aleatório, que poderia, eventualmente, ter sido contornado. O viés anti-exportador resulta, para

Por essa razão, apesar da drástica contração do grau de abertura externa, o setor exportador continua sendo um fator limitativo do desenvolvimento econômico. Donde a incapacidade da industrialização romper com as amarras do passado colonial. Caio Prado colocou a questão nos seguintes termos: "Embora numa forma mais complexa, o sistema colonial (...) continua em essência o mesmo do passado, isto é, uma organização fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação conseqüente que fundamentalmente se mantém a vida do país, pois é com a receita daí proveniente que se pagam as importações, essenciais à nossa subsistência, e os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas aqui instalados e com que se pretende contar para a industrialização e desenvolvimento econômico do país".<sup>30</sup>

Para Caio Prado, ainda que limitada pela situação de dependência e subdesenvolvimento, a expansão e a diversificação do parque produtivo e a generalização das relações de assalariamento acirram a crise da economia colonial, estimulando a integração do mercado interno e o fortalecimento da iniciativa privada nacional. Nesse sentido, este processo é visto como uma resposta positiva para a crise da economia colonial. Nas palavras de Caio Prado "(...) apesar de todos (...) os aspectos negativos, o processo de industrialização representa abertura para um novo sistema

---

Caio Prado, da própria natureza da política cambial de incentivo à substituição de importações.

<sup>30</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 137

econômico. Isto é, uma economia nacionalmente integrada e precipuamente voltada para atender às necessidades internas da coletividade humana nela engajada. O que vai de encontro ao sistema anterior e tradicional em que predomina a função exportadora".<sup>31</sup>

O expressivo desenvolvimento das forças produtivas não elimina, no entanto, a vulnerabilidade da economia às vicissitudes da economia internacional. Por um lado, a continuidade da industrialização depende da estabilidade de uma conjuntura mercantil muito especial que isola o mercado das economias periféricas da concorrência de produtos importados. Por outro, o movimento de expansão e diversificação do parque produtivo é impulsionado pelas próprias contradições geradas pela própria dinâmica de substituição de importações. É o caráter reflexo deste processo que leva Caio Prado a insistir na sua natureza contraditória com o movimento de construção da nação. Fazendo um balanço da industrialização brasileira, o autor resumiu a questão nos seguintes termos:"(...) não se apresentam no Brasil - por força de contingências estruturais, e por isso muito graves e profundas - as circunstâncias próprias que em outros lugares, e em especial nos países pioneiros do moderno desenvolvimento industrial, promoveram a industrialização na base de um processo autopropulsor que lhes proporcionou e assegurou aquele progresso. A industrialização brasileira marchará canhestamente e por impulsos descontínuos e

---

<sup>31</sup>. Idem, História econômica ..., 1970, p. 141

desordenados, ao sabor de vicissitudes que lhe são estranhas, como em particular e caprichosa conjuntura das finanças externas. E embora apresente alguns surtos apreciáveis, e à primeira vista até mesmo com certos aspectos espetaculares - como particularmente o mais recente deles e de maior vulto que é o da fase posterior à última guerra -, ela não terá um progresso contínuo e sustentado que por si próprio lhe fosse gradualmente abrindo novos e cada vez mais amplos horizontes. Ao contrário disso, o que se observa é sob certos aspectos até mesmo o agravamento das circunstâncias estruturais e desfavoráveis a um sólido e bem fundamentado crescimento econômico, e uma relativa retração das perspectivas".<sup>32</sup>

### 3. "Imperialismo Total" e Industrialização Periférica

Na visão de Caio Prado a participação dos grandes monopólios internacionais no processo de substituição de importações agrava a instabilidade das economias dependentes porque, ao acorrerem à periferia atraídos pelas oportunidades de negócios abertas pela expansão do mercado interno, o capital financeiro internacional inviabiliza a consolidação do "capital industrial" como forma dominante de acumulação de capital. Sua presença acirra a vulnerabilidade externa, pois nada assegura de antemão que o lucro acumulado internamente possa ser sancionado no mercado internacional. Donde a severa

---

<sup>32</sup>. PRADO JR., C. - História e ..., 1989, p. 122-123

crítica de Caio Prado à estratégia de conquista dos mercados internos das nações emergentes pelo capital internacional - fenômeno que caracterizou o movimento de internacionalização do pós-guerra. "Não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento. Ao contrário desse desenvolvimento, o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura brasileira, é uma deformação e amesquinçamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema".<sup>33</sup>

O núcleo de sua argumentação é que o recurso à produção interna é um expediente oportunista dos grandes trustes internacionais para tirar proveito de conjunturas mercantis circunstanciais. A transferência de unidades produtivas para a periferia não significa maior autonomia do espaço econômico nacional porque o processo de valorização do capital permanece subordinado à lógica de valorização do capital em escala mundial. Caio Prado resumiu o papel do capital financeiro no processo de substituição de importações nos seguintes termos: "(...) tais empreendimentos, constituindo parcelas por si insignificantes de um todo que se centraliza muito longe de cada país em que se realizam, têm interesses de natureza essencialmente internacional, e resultam unicamente de uma política de vendas orientada por diretrizes comerciais

---

<sup>33</sup>. PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 330

imediatistas. Assim sendo, os empreendimentos dos trustes internacionais não se relacionam, ou só por coincidência se relacionam, com as necessidades reais e próprias dos países subdesenvolvidos em que atuam. E através da ação deles, que é poderosa graças aos avultados recursos de que dispõem, bem como ao largo prestígio que em geral desfrutam, alguns setores da economia dos países subdesenvolvidos - aqueles que interessam à política de vendas dos trustes - tendem a se hipertrofiar em prejuízo e à custa de outros de muito maior significação para aqueles países. Compromete-se assim o desenvolvimento ordenado e harmônico das economias subdesenvolvidas ...<sup>34</sup>

Logo, diferentemente do que tinha ocorrido na fase do capitalismo concorrencial - quando a exportação de capital produtivo integrava-se organicamente nas economias periféricas

---

<sup>34</sup>. PRADO JR., C. - Eboço dos ..., 1957, p. 206. Caio Prado explicou a questão nos seguintes termos: "Hoje, o que aflui dos centros capitalistas para os países retardatários e subdesenvolvidos da periferia do sistema, é muitas vezes menos o capital (pois este mesmo é freqüentemente recolhido no próprio país subdesenvolvido sob forma de emissão local de títulos, lucros anteriormente acumulados ou depósitos bancários em filiais locais de estabelecimento estrangeiros), do que a iniciativa de grandes trustes internacionais estabelecidos nos países subdesenvolvidos como simples agências de vendas. De fato, quando não se trata (...) da produção de matérias-primas exportáveis, caso esse em que não há correspondência apreciável alguma entre esse empreendimento e o desenvolvimento econômico do país onde se realiza, a iniciativa dos trustes o que visa é tão-somente aparelhar-se melhor para as vendas. Isso se comprova, entre outros, pelo fato de que em regra antes de se estabelecerem no país em questão com empreendimentos industriais e produtores, os trustes iniciam sua penetração com agências ou representações comerciais vendedoras de seus produtos. É somente depois, e para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias e outras restrições à importação, ou para se aproveitarem de mão-de-obra barata, ou então por uma questão de facilidade de transporte e de situação vantajosa de proximidade maior do mercado e ligação mais íntima com ele, que os grandes trustes internacionais se instalam no país com indústrias subsidiárias que no mais das vezes não passam de prolongamentos dele e seção de acabamento de seu produtos. Trata-se sempre de um processo que objetiva simples ampliação de vendas, e não propriamente aplicação de capitais disponíveis e organização de uma atividade produtiva simplesmente destinada a remunerar esses capitais", Idem. *Ibidem*, p. 198-199.

-, na etapa do imperialismo total este processo é regido pelo interesse do grande capital financeiro internacional em monopolizar os mercados e os processos produtivos das economias dependentes.<sup>35</sup> Enquanto no período anterior a difusão de estruturas produtivas contribui para o desenvolvimento das economias retardatárias, na etapa subsequente, tal processo bloquia o desenvolvimento nacional, fechando as possibilidades para uma arrancada recuperadora.<sup>36</sup>

A assimetria no grau de concentração e centralização do capital inviabiliza qualquer possibilidade de uma relação de concorrência equilibrada entre os capitais internacionais e nacionais. Nestas circunstâncias, a burguesia industrial da

---

<sup>35</sup>. As características do processo de internacionalização de capital liderado pelos grandes trustes e suas conseqüências para o equilíbrio do sistema imperialista e o desenvolvimento dos países periféricos são examinadas em Ibem. Ibidem, cap. 7.

<sup>36</sup>. A propósito do papel do capital internacional no desenvolvimento das economias periféricas é oportuno lembrar a advertência de Caio Prado, "O que nesse assunto tem iludido e ainda ilude muitos economistas é a equiparação sumária e injustificada que fazem entre os países subdesenvolvidos da atualidade e as áreas e setores por onde se expandiu e onde se estruturou o capitalismo nascente e em sua primeira fase de evolução. Refiro-me particularmente à Europa, aos Estados Unidos e aos domínios britânicos no curso do século passado, onde a introdução em larga escala e ritmo acelerado da técnica industrial não somente proporcionou, mas ainda impôs um processo contínuo e ininterrupto de inversões que criava ele próprio as condições para essa continuidade; e que foi por isso ganhando permanentemente em vulto e ritmo de crescimento. Trata-se aí todavia de uma fase preliminar de estruturação do sistema capitalista em que a difusão e expansão se foi realizando homogeneamente, isto é, englobando sucessivamente novas áreas e setores que desde logo se organizavam de maneira análoga à dos centros originários de onde partira a expansão. As diferentes partes e o conjunto se amparavam assim e se estimulavam reciprocamente; e o capitalismo com seu corolário tecnológico se introduziu assim e uniformemente se generalizou por todas aquelas partes. Não seria o caso aqui de analisarmos as circunstâncias históricas extremamente complexas em que isso se realizou, mas o fato é que a expansão capitalista se deu nas áreas primeiramente atingidas conservando em todo seu processamento uma identidade suficiente para desde logo incluir aquelas áreas, em pé de igualdade, num mesmo plano do sistema. Para ilustrarmos o assunto, lembremos por exemplo que em meados do século passado os Estados Unidos, embora muito aquém ainda da Inglaterra e mesmo da França em termos quantitativos de progresso econômico, e recebendo desses centros seus principais estímulos e impulsos, equiparavam-se essencialmente a eles, com todas a diferença embora, em categoria e tipo capitalista de organização econômica", PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 196.

sociedade periférica fica condenada à total submissão, fazendo abortar o processo de nacionalização.<sup>37</sup> Como resumiu Caio Prado, "(...) a concorrência que empreendimentos estrangeiros fazem às iniciativas nacionais, coloca essas últimas em posição de nítida inferioridade. Veda-lhes os setores e as atividades mais importantes e de melhores perspectivas; ou neles as deixa em segundo e subordinado plano. E se isso não é sempre sentido e devidamente apreciado, é porque se trata de algo já tão estabelecido e arraigado que se aceita como uma fatalidade contra quê nada há a fazer. A abrirem luta, preferem as iniciativas nacionais a abstenção, ou quando muito uma convivência pacífica, seja embora em posição dependente e subordinada. Elimina-se com isso, e em benefício de interesses estranhos, o principal fator progressista do capitalismo: a luta econômica. O capitalismo evolui assim nos países subdesenvolvidos, desde o seu nascedouro, sob o signo do monopólio. E esse monopólio, que nos grandes centros capitalistas da atualidade constitui, com todos seus aspectos negativos, pelo menos a resultante de um longo e árduo

---

<sup>37</sup>. "Nessas condições, o crescimento e a adequada estruturação do capitalismo nacional dos países subdesenvolvidos são grandemente embaraçados. Sempre em segundo plano em frente aos poderosos empreendimentos estrangeiros, vivendo de finanças desorganizadas e apoiando-se por isso em bases aleatórias, não lhe é possível manter-se e se desenvolver normalmente. A parte de leão da mais-valia proporcionada pelas atividades produtivas dos países subdesenvolvidos é por isso absorvida pelos empreendimentos internacionais que nelas concorrem; e é em benefício desses empreendimentos e da política internacional de vendas dos trustes que os controlam, que se realiza a maior parte da acumulação capitalista. E assim o capitalismo nacional não somente permanece fraco e se subordina cada vez mais ao sistema internacional dos trustes através de ligações e participação conjunta em negócios em que é obrigado a figurar na posição de sócio menor, como ainda se mostra incapaz de promover com as próprias forças o desenvolvimento nacional que fica assim paradoxalmente na dependência do mesmo fator que o embaraça, a saber, os empreendimentos e a

processo de luta econômica e concorrência desenfreada em que se apuram as boas qualidades dos concorrentes que lograram sobreviver, não se apresenta nos países subdesenvolvidos se não com aqueles seus aspectos negativos".<sup>38</sup>

Por um lado, o controle do capital internacional sobre a industrialização gera graves distorções no processo de mercantilização. Não é mais o capital estrangeiro que se adapta ao perfil do mercado interno, mas sim o mercado interno que se ajusta aos interesses comerciais do capital estrangeiro. Isto porque " (...) os grandes trustes internacionais contam menos, para se estenderem, com a preexistência de um mercado para seus produtos, que com a sua capacidade de criarem esse mercado e o tirarem às vezes do nada ou quase nada. Em suma, as grandes empresas monopolistas de nossos dias, ao contrário de suas antecessoras do capitalismo liberal, se conduzem muito menos pelas condições próprias do lugar onde pretendem operar, que pela necessidade de ampliarem indefinidamente a venda de seus produtos específicos, sejam eles ou não, indicados pelas exigências efetivas do mercado. Havendo mister, elas saberão como criar essas exigências", explica Caio Prado.<sup>39</sup>

---

iniciativa dos trustes internacionais", PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 208-209.

<sup>38</sup>. Idem. Ibidem, p. 206-207

<sup>39</sup>. Idem. Ibidem, p. 199. O desmedido poder de manipulação dos mercados periféricos é explicado pelo autor nos seguintes termos: "A inversão de capital não seguirá outra norma que a do interesse comercial imediato dos trustes, e se fará em atividades da especialidade da empresa e sem consideração a outras circunstâncias ligadas à estrutura e mesmo conjuntura do país em que se realiza, e ditadas pelas verdadeiras necessidades dele no momento. O truste, com seus largos recursos e poderio econômico, suprirá aquelas circunstâncias que num caso ordinário teriam de ser levadas em conta e orientariam as inversões, ajustando-as de maneira conveniente aos

Por outro lado, diferentemente do que tinha ocorrido no século XIX, quando a internacionalização dos mercados internos incentiva o fortalecimento da iniciativa privada nativa, na fase do imperialismo total, o caráter predatório do capital monopolista asfixia o capital nacional.<sup>40</sup> Ao invés de fomentar o desenvolvimento de um sistema nacional de inovações, os grandes trustes bloqueiam o acesso do capital nacional às novas tecnologias.<sup>41</sup> Ao invés de vitalizar a capacidade de mobilização de recursos para investimentos produtivos, o capital internacional monopoliza os recursos disponíveis para o financiamento da acumulação, controlando os mercados de capitais das economias periféricas.<sup>42</sup> Não bastasse isto, os

interesses do país. Uma poderosa indústria internacional poderá entrar no mercado de um país subdesenvolvido, e nele se impor e expandir, mesmo que esse mercado se encontre saturado de produtos similares aos seus, ou que não haja normalmente necessidade alguma deles", PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 199

<sup>40</sup> Caio Prado qualifica a mudança qualitativa no caráter do processo de internacionalização nos seguintes termos: "(...) como todo empreendimento capitalista, o que o truste visa é naturalmente o lucro. Mas o lucro, no sistema atual do capitalismo, deriva menos da importância do capital de propriedade do grupo financeiro empreendedor e dirigente do truste, que da medida do controle e comando exercidos por esses grupos sobre atividades produtivas e mercados. Num tal sistema, evidentemente, o papel de empreendimentos estrangeiros no Brasil e demais países do nosso tipo não é o de simples impulsionador e iniciador do desenvolvimento industrial. O objetivo de um truste instalado no Brasil com suas filiais, subsidiárias e satélites será fatalmente o de se expandir ao máximo, destruindo todos os obstáculos que se anteponham a essa expansão e captando em seu proveito os benefícios daquele desenvolvimento na medida restrita em que ele se realizar", Idem, História econômica ..., 1970, p. 327

<sup>41</sup> Como afirma Caio Prado, "(...) os centros de pesquisa dessas grandes empresas internacionais e imperialistas que operam em países como o nosso, se localizam naturalmente, como não podia deixar de ser, nos países de origem, nas respectivas matrizes dessas empresas. E suas subsidiárias no exterior, que seria o nosso caso, somente recebem por isso a sua informação técnica em segunda mão, já elaborada e formalizada em suas fontes originárias. O que naturalmente retira dos cientistas e técnicos indígenas de países como o Brasil, as melhores oportunidades do trabalho de pesquisa, e os liga umbilicalmente e em dependência completa a seus remotos informadores. E isso sem perspectiva de saírem de tal situação que somente tenderá a se agravar", Idem. Ibidem, p. 329.

<sup>42</sup> Afinal, como lembra Caio Prado, "Entre o capitalismo liberal ainda largamente descentralizado do século passado, e o sistema trustificado de nossos dias, vai uma grande diferença no que respeita aos países menos desenvolvidos, como se observa particularmente bem no tipo das inversões

grandes trustes se situam em posição privilegiada para tirar proveito da extrema instabilidade cambial que caracteriza as economias periféricas, fortalecendo ainda mais sua posição de força em relação ao capital nacional e as autoridades econômicas.

Em suma, para Caio Prado a presença dominante dos grandes trustes internacionais no processo de substituição de importações é incompatível com a formação de um sistema econômico nacional. Em primeiro lugar, o deslocamento de unidades produtivas para a periferia não significa a internalização da capacidade de inovação e o aumento progressivo da competitividade internacional. "Não pode haver dúvidas que em países onde não se realiza pesquisa técnico-científica de primeira mão, própria e autônoma, e diretamente integrada no processo industrial respectivo, nesses países estabelece-se um vínculo irremovível de dependência e subordinação que elimina qualquer perspectiva, por mais remota que seja, de um progresso tecnológico original independente e

---

internacionais de uma e de outra época. Assim os capitais europeus aplicados nos Estados Unidos durante o século passado, e que tiveram considerável papel no desenvolvimento daquele país, foram sobretudo de dois tipos que se fazem hoje cada vez mais escassos. Tratava-se então ou de capitais individuais levados por seus titulares europeus que com eles emigravam para os Estados Unidos; ou então de capitais levantados na Europa e aplicados no financiamento de empreendimentos nacionais norte-americanos. No primeiro caso, o capital se fazia desde logo norte-americano e se integrava por completo na economia do país em que se aplicava. No caso do financiamento, a remuneração e os serviços de capital estrangeiro se achavam de uma vez por todas determinados, como na hipótese de empréstimos; ou quando ocorria participação direta (no caso de os titulares europeus do capital se tornarem acionistas ou por outros títulos participantes das empresas norte-americanas), o controle do negócio e, portanto, das obrigações financeiras dele, (a remuneração de capital) se conservava em mãos norte-americanas. O empreendimento em suma era e se conservava essencialmente norte-americano e integrado por completo na economia nacional do país", Esboço dos ..., 1957, p. 198. Ver também, PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 327, nota 126.

impulsionado por forças e necessidades próprias", observa Caio Prado.<sup>43</sup> Em segundo lugar, a internacionalização dos mercados internos agrava a incerteza cambial. O cerne do problema é que o controle do processo de substituição de importações pelos grandes trustes gera uma discrepância entre a acumulação interna de capital, que se materializa em moeda nacional, e a disponibilidade de divisas necessária para sua realização no mercado internacional. Caio Prado explica:"(...) essas inversões são de um tipo novo e bem distinto, quanto a seus efeitos econômicos, do anterior em que se objetivava direta ou indiretamente contribuir para a exportação do país em que se fazem as inversões. Neste último caso, (...), as inversões estrangeiras criavam automaticamente as próprias fontes de sua remuneração, a saber, as divisas obtidas com a exportação. Isso deixa de ocorrer quando as inversões se destinam a fornecer ao mercado interno. Inversões desse tipo - a que devemos acrescentar outras de efeitos mais graves que são as de natureza comercial e sobretudo financeira - determinam logo que adquirem certo vulto, e por efeito dos pagamentos externos a que dão lugar sem um correspondente e compensador aumento dos meios de satisfazer tais pagamentos, situações de crônico e frequentemente agudo desequilíbrio do balanço de contas externas dos países subdesenvolvidos. Desequilíbrio esse que atua como fator limitante das próprias inversões, pois reduz e

---

<sup>43</sup>. PRADO JR., C. - História econômica ..., 1970, p. 329

torna essencialmente precária a capacidade de aqueles países saldarem regularmente seus débitos internacionais".<sup>44</sup>

Certamente Caio Prado não ignora que mecanismos de financiamento internacional e conjunturas mercantis que estimulem o reinvestimento dos lucros podem reduzir temporariamente o risco de estrangulamento cambial, dando a impressão de que a liderança das empresas transnacionais sobre o processo de industrialização não é incompatível com a formação de um sistema econômico nacional. O recurso ao endividamento externo não passa, no entanto, de um expediente temporário que só agrava os desequilíbrios estruturais das contas externas. Por estas razões, mesmo quando a entrada de capital estrangeiro estimula o processo de industrialização e a contração do coeficiente de importações, o caráter dual da economia permanece, pois, se, por qualquer motivo, acontecer

---

<sup>44</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 195. Em outra passagem, Caio Prado resumiu a questão nos seguintes termos: "Na medida todavia do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e da paralela formação de um mercado interno apreciável com a conseqüente orientação para ele de uma parcela crescente das atividades econômicas, inclusive das promovidas pelas inversões estrangeiras antes aplicadas unicamente na produção para a exportação, [o] equilíbrio das contas externas tende a se romper, pois (...) não haverá mais correspondência necessária, nem provável e até mesmo possível entre os recursos que os países subdesenvolvidos recebem por conta de suas exportações, e o que têm de pagar pelas importações e mais pelo serviço dos capitais estrangeiros neles invertidos. E não se verifica aquela correspondência, tendendo o sistema permanentemente para o desequilíbrio, porque não operam na economia dos países subdesenvolvidos, dada a sua natureza complementar e subsidiária, fatores adequados de compensação dos desequilíbrios verificados e capazes de restabelecerem o equilíbrio rompido. Pelo contrário, a tendência é freqüentemente em sentido oposto e de irreparável desajustamento. A exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro e as novas inversões desse capital - ... - não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos uma tendência ao nivelamento, ou pelo menos uma tendência ao nivelamento dos itens respectivamente do dever e do haver. Trata-se de elementos desconectados entre si e ligados a circunstâncias próprias a cada qual e estranhas ao balanço das contas", Idem. *Ibidem*, p. 202. Para uma explicação mais detalhada dos mecanismos de instabilidade financeira, ver PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 202 a 206.

uma reversão nos fluxos de capitais - seja por causa de uma deterioração na importância relativa do mercado nacional; de um colapso no padrão de financiamento internacional; ou de uma crise de confiança na capacidade de pagamento externo -, a expansão do setor exportador constitui o único meio de sancionar o capital acumulado internamente pelos grandes monopólios multinacionais. Criticando a política de endividamento dos governos brasileiros nos anos sessenta, ele colocou a questão nos seguintes termos: "Esse déficit tende (...) a se agravar, porque a natural e fatal expansão das empresas imperialistas instaladas no país, e portanto a ampliação de suas operações, proporcionarão lucros cada vez maiores e portanto remessas mais vultosas para o exterior. Ora, os crescentes déficits que isso determinará, somente poderão ser cobertos com os saldos do comércio exterior - pois o expediente que vem sendo adotado, do recurso ao financiamento, empréstimo e moratória não pode evidentemente ser considerado permanente, e não resolverá nunca, em definitivo, a situação. Mas como, doutro lado, nada faz prever uma ampliação apreciável de nossa capacidade de exportação, antes pelo contrário, há que contar com uma retração do afluxo de capitais estrangeiros, uma vez que se fará cada vez mais difícil às finanças brasileiras dar cobertura cambial às remessas para o exterior que as empresas detentoras daquele capital pretenderão efetuar. E pelo contrário, essas empresas

procurarão, em frente às dificuldades crescentes da situação, retirar do país o máximo possível de suas disponibilidades".<sup>45</sup>

Logo, a despeito das aparências, a liderança das empresas transnacionais sobre as atividades produtivas voltadas para o mercado interno implica o ressurgimento de relações típicas do antigo sistema colonial. Como diz o autor: "(...) as inversões estrangeiras do tipo que analisamos constituem muito menos um fator de progresso real - o progresso aparente que proporcionam não vai geralmente além da superfície e exterioridade - que de perturbações destruidoras, a prazo mais ou menos breve, dos eventuais e momentâneos benefícios produzidos. Elas não representam, portanto, um estímulo ao desenvolvimento e capaz de lhes alargar permanentemente as perspectivas. Temos assim que as circunstâncias econômicas de nossos dias se distinguem profundamente das da fase de expansão do capitalismo na qual se deu a formação e o desenvolvimento dos centros capitalistas contemporâneos. Uma expansão semelhante já não é mais possível nos países que permaneceram à margem e na periferia do sistema, como se deu com os países subdesenvolvidos de hoje, pois ocorrem nessa expansão fatores orgânicos de desequilíbrio e deformação que irremediavelmente a comprometem e detêm".<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 138

<sup>46</sup>. PRADO JR., C. - Esboço dos ..., 1957, p. 200-201

#### 4. Observações Finais

Concentrando-se sobre o substrato social de um espaço econômico nacional, o esquema analítico de Caio Prado estabelece os requisitos históricos necessários para que as relações de produção permitam compatibilizar desenvolvimento capitalista e sociedade nacional autodeterminada. Sua interpretação privilegia dois aspectos: os fatores responsáveis pela precariedade do processo de mercantilização e os determinantes da volatilidade do vínculo do capital internacional no espaço econômico nacional. São essas as causas da extrema instabilidade das economias coloniais em transição e de sua elevada vulnerabilidade a crises de reversão estrutural.

Desenvolvido para estudar os movimentos de longa duração da economia, o aparelho conceitual de Caio Prado não é adequado para equacionar analiticamente os condicionantes internos do desenvolvimento. A insuficiência de seu instrumental teórico para pensar o processo de adaptação das economias subdesenvolvidas às oportunidades abertas pelo sistema capitalista mundial leva sua interpretação da evolução do capitalismo a incorrer em um viés empiricista. Daí a insuficiência de sua análise para dar conta dos mecanismos que tendem a dar uma certa estabilidade às economias dependentes e subdesenvolvidas. No nosso entendimento, tais deficiências decorrem da falta de articulação teórica entre os nexos de

determinação recíproca entre relações de produção, lutas de classes e incorporação de progresso técnico.

Estudando as bases técnicas e políticas do subdesenvolvimento, assim como seus reflexos sobre o processo de constituição do sistema econômico nacional, os trabalhos de Florestan Fernandes e de Celso Furtado nos fornecem importantes elementos para preencher estas lacunas. Florestan Fernandes nos ajudará a entender como o padrão de dominação enreda o capitalismo dependente nas malhas do processo de modernização conservadora. Celso Furtado, por sua vez, nos permitirá desvendar a racionalidade adaptativa que comanda o movimento de industrialização das economias periféricas.

## CAPÍTULO 4

### Florestan Fernandes - Capitalismo Dependente e Luta de Classes

<<Há burguesias e burguesias. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para 'a transformação capitalista' e a 'revolução nacional e democrática'. O que quer dizer que a Revolução Burguesa pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ele, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens>>, F. Fernandes

### Introdução

Para Florestan Fernandes o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia. Ele atribui esta realidade à especificidade de um processo de revolução burguesa que, por perpetuar nexos de subordinação externa e anacronismos sociais, inviabiliza a formação de vínculos construtivos entre a "economia" e a "sociedade".<sup>1</sup> A questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes que mantém a concorrência e a luta política presas a uma dinâmica de

---

<sup>1</sup>. Cabe destacar os seguintes trabalhos sobre o pensamento de Florestan Fernandes, D'INCAO, M.A. (Org.)- O Saber militante, 1987; COHN, G.- Padrões e dilemas. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (Orgs.)- Inteligência brasileira, 1989; BOSI, A. Homenageando Florestan Fernandes. Estudos Avançados, v.10, n.26, p. 7-10, 1996; COSTA, F. O Futebol na ponta da caneta. Revista USP, n. 22, p.84-91, 1994.

circuito fechado. A mediocridade do ambiente econômico "(...) aferra o empresário a uma iniciativa privada de bitola estreita, verdadeiramente retardatária e inibidora [em que] a acumulação de capital avança muito mais como um fim do que como um meio".<sup>2</sup> As assimetrias sociais e o controle absoluto do circuito político por atores sociais com uma visão de mundo estreita, fortemente comprometida com o *status quo*, dão lugar a uma racionalidade capitalista que se caracteriza pelo "(...) intento de proteger a ordem, a propriedade individual, a iniciativa privada, a livre empresa e a associação dependente, vistas como fins instrumentais para a perpetuação do superprivilegiamento econômico, sociocultural e político".<sup>3</sup>

Preocupado em entender o modo pelo qual a luta de classes condiciona o processo de acumulação da periferia, o trabalho de Florestan Fernandes consiste em identificar o processo sociocultural responsável pela modernização das economias capitalistas dependentes. Trata-se de explicar por que o regime de classes se compromete com a reprodução de nexos de subordinação externa e com a reciclagem de anacronismos sociais internos, ou seja, por que "(...) como conexão do capitalismo dependente, o regime de classes acaba sendo a forma social do capitalismo dependente, associando, nessa manifestação típica cronicamente capitalismo e subdesenvolvimento".<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup>. FERNANDES, F.- Prefácio. In: PRADO Jr. C.- História e desenvolvimento, 1989, p. 10

<sup>3</sup>. Idem, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, 1975. p. 108.

<sup>4</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 101-102.

Ao abordar a esfera econômica como uma realidade complexa, cujo *modus operandi* é sobredeterminado pelas estruturas não-econômicas da sociedade, Florestan Fernandes nos permite entender por que a economia satélite é capaz de impulsionar um processo de acumulação que tende à autonomização; e por que esta tendência não se realiza plenamente. Assim, sem descartar a possibilidade de crises de reversão estrutural, sua análise nos dá uma explicação para a lógica *sui generis* que rege o **tempo interno** do capitalismo dependente. Sob esta perspectiva, o movimento da economia periférica é visto como um processo que, apesar de possuir características próprias, está sobredeterminado pelas vicissitudes de um todo maior. "Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas", explica o autor em *Subdesenvolvimento e Classes Sociais*.<sup>5</sup>

O exame que Florestan Fernandes faz do impacto da luta de classes sobre o padrão de acumulação ajuda a compreender a racionalidade substantiva que rege o desenvolvimento das

---

<sup>5</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 36.

economias dependentes e que sobredetermina suas potencialidades como instrumento de integração nacional. A ausência deste tipo de enfoque gera dois tipos de problemas. A sobrevalorização dos aspectos técnicos do desenvolvimento, em detrimento de seus condicionantes sociais, é responsável pelo **reducionismo econômico**. E a desconsideração dos determinantes sociais e políticos que restringem o grau de liberdade do Estado leva à uma visão tecnocrática da política econômica.

O pensamento de Florestan Fernandes critica as teses modernizadoras que viam o desenvolvimento do capitalismo dependente como simples repetição da trajetória das economias desenvolvidas. Ao tratar o **atraso** como mero resíduo de um passado colonial, sem nenhuma funcionalidade no processo de acumulação, estas teses partiam do princípio de que o subdesenvolvimento poderia ser superado pela simples intensificação da acumulação capitalista.<sup>6</sup> Por isso, o autor adverte: "Ao contrário do que se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de fé, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são 'problemas de crescimento'. Crescimento tem havido, especialmente ao nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais que compartilham da mesma civilização. Assim, o que

---

<sup>6</sup>. ROSTOW, W. W.- A Estratégia..., 1965; PARSON, T.- Structure and process in modern societies, 1960. No Brasil, ver JAGUARIBE, H.- Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, 1962; e JAGUARIBE, H. - O nacionalismo na atualidade brasileira, 1958.

nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização".<sup>7</sup>

Ao afirmar o primado das relações de produção sobre as forças produtivas e a presença constitutiva da luta de classes na determinação do caráter das relações de produção, a interpretação de Florestan Fernandes nos fornece uma explicação não-economicista para a necessidade de uma articulação orgânica entre **atraso** e **moderno**. Seu enfoque evita, assim, o equívoco de certas teorias que procuram provar com base em uma lógica puramente econômica seja a imprescindibilidade seja a prescindibilidade do atraso como pré-condição para a continuidade da acumulação de capital nas regiões subdesenvolvidas.<sup>8</sup> Nesse sentido, a reflexão de Florestan Fernandes é um contraponto à ideologia do Nacional Desenvolvimentismo. De um lado, ele aponta as insuficiências de um falso tipo de nacionalismo que, ao desvincular a revolução nacional da revolução democrática, reduz o Estado nacional a mero instrumento para aumentar o poder de barganha das oligarquias locais no cenário internacional. "Quando [o nacionalismo] reponta, no seio dessas burguesias, quase sempre oculta algo pior que o fracasso histórico e a frustração econômica; envolve uma busca de esteios para deter a torrente histórica e preservar o próprio capitalismo dependente, e

---

<sup>7</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 173.

<sup>8</sup>. MARINI, R.M., Subdesarrollo y revolución, 1969; e Idem. Dialectiva de la dependencia: la economía exportadora. Sociedad y Desarrollo, v.1, n.1, p. , 1972; OLIVEIRA, F.- A Economia brasileira. Estudos CEBRAP, N. 2, p. 3-82, 1972; SERRA, J. e CARDOSO, F.H.- Las desventuras..., (s.d.); TAVARES, M.C.; SERRA, J. (Org.) - Além da estagnação. In: SERRA, J. (Org.)- América Latina, 1976, p. 210-251.

segundo valores provincianos".<sup>9</sup> De outro lado, Florestan Fernandes condena a inconseqüência de um tipo de interdependência internacional que, ao ignorar o caráter assimétrico do sistema capitalista mundial, transforma a **associação** com o capital internacional no modo de compensar a incapacidade para tomar iniciativas internas. Donde sua oposição à idéia de que o melhor antídoto para os anacronismos que bloqueiam o funcionamento adequado do capitalismo periférico é o aprofundamento da integração subalterna no sistema imperialista. "Essa alternativa permitiria quebrar o privilegiamento interno como fator de rigidez da ordem social competitiva, pela mobilização concomitante dos setores sociais menos privilegiados ou despossuídos. Mas envolve custos econômicos, socioculturais e políticos que o tornam impraticável. Na prática, só serve para justificar os 'surto desenvolvimentistas' e manter o *status quo*", escreve o autor em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais*.<sup>10</sup>

Nossa discussão das idéias de Florestan Fernandes sobre a problemática do desenvolvimento dependente limitar-se-á ao exame de três questões básicas. Na primeira seção caracterizaremos como o autor vê a autonomia relativa da esfera econômica na sociedade dependente. Nosso objetivo é mostrar de que maneira a extrema instabilidade do espaço econômico nacional condiciona as relações de concorrência econômica entre as classes sociais e compromete, em

---

<sup>9</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 99.

<sup>10</sup>. FERNANDES, F.- Capitalismo..., 1975, p. 101.

consequência, o papel da economia como mola propulsora de mudanças sociais construtivas. Na segunda seção, apresentaremos a interpretação de Florestan Fernandes sobre o impacto da luta de classes na determinação do papel do Estado no desenvolvimento dependente. Para tanto, apresentamos sua explicação sobre a lógica política que sobredetermina o processo de modernização das economias subdesenvolvidas e que transforma o Estado no principal artífice do desenvolvimento dependente. Na terceira seção introduziremos a idéia de Revolução Burguesa Atrasada - categoria que Florestan Fernandes utiliza para articular sua visão histórica do processo de formação e consolidação do Estado Nacional nas sociedades capitalistas dependentes. Por fim, concluiremos com alguns comentários sobre a importância de se levar em consideração as estruturas sociais e as dinâmicas políticas para que se possa compreender o papel civilizatório do desenvolvimento dependente.

### **1. Economia e Concorrência no Capitalismo Dependente**

A interpretação de Florestan Fernandes sobre as raízes estruturais do capitalismo dependente parte do princípio de que a formação de um padrão de acumulação com tendência à autonomização requer a existência de um sistema produtivo heterogêneo. A combinação de unidades produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento capitalista deriva de um fato

simples: a heterogeneidade estrutural é o único meio de contrabalançar a extrema instabilidade do capitalismo dependente e de lhe dar um mínimo de estabilidade.<sup>11</sup> A articulação de estruturas modernas e atrasadas é o expediente que permite às burguesias dependentes compensarem a debilidade de sua estrutura de capital e o circuito de indeterminação gerado pela extrema precariedade da conjuntura mercantil em que vivem. Daí a conclusão do autor, "Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras, mais ou menos modernas e até ultramodernas, fazem parte do 'cálculo capitalista' do agente econômico privilegiado".<sup>12</sup>

O raciocínio que levou Florestan Fernandes a essa conclusão decorre da forma como ele vê as relações entre racionalidade econômica e contexto histórico-estrutural das economias dependentes.<sup>13</sup> Como os produtores internos estão

---

<sup>11</sup>. Para Florestan Fernandes, a instabilidade do capitalismo dependente é um reflexo de sua posição subalterna no sistema capitalista mundial, pois, "A partir do momento em que a articulação internacional provoca um deslocamento de fronteiras econômicas e culturais, ela põe a organização da economia periférica e seu padrão de desenvolvimento na órbita de uma revolução econômica", A Revolução..., 1976, p. 237-238.

<sup>12</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 65. "Tratando-se de uma economia capitalista, essa lógica (do comportamento econômico) só pode ser do 'cálculo econômico capitalista'. No entanto, o 'cálculo capitalista' não é uma aritmética. É um modelo altamente complexo de raciocínio abstrato de natureza prática. Ele não poderia ser eficiente se não se adaptasse à estrutura e à dinâmica das situações com que se defronta o agente econômico numa economia capitalista subdesenvolvida. O que quer dizer que as peculiaridades do capitalismo dependente se refletem não só nos modos de agir do homo oeconomicus: elas atingem o cerne de sua imaginação econômica e de seu pensamento criador". O grande desafio consiste na "... superação do circuito de indeterminação imanente à objetivação histórica desse capitalismo..."

<sup>13</sup>. A propósito não custa registrar que para Florestan Fernandes, "O grau de racionalidade de uma ação social, seja ela econômica ou de outra natureza, depende da estrutura do campo em que o agente atua socialmente. O raio de previsão, a capacidade de relacionar meios a fins em seu

permanentemente ameaçados pelas revoluções técnicas e mercantis irradiadas do centro capitalista, as condições socioeconômicas internas têm de ser manipuladas para que o meio interno possa oferecer o mínimo de segurança e previsibilidade ao cálculo capitalista e criar mecanismos de transferência de renda que neutralizem, ao menos parcialmente, os elevados riscos derivados do estado de "incerteza estrutural" inerente às economias que ficam sobre-expostas aos efeitos desagregadores do processo de mercantilização emanado do sistema capitalista mundial.<sup>14</sup> A dualidade estrutural gera

---

desdobramento no tempo e segundo critérios de eficácia, o próprio poder criador da vontade ou do pensamento são elementos que se organizam exteriormente ao sujeito e determinam o seu modo de ajustamento prático. Em uma economia capitalista subdesenvolvida, é normal que as condições externas 'propriamente capitalistas' existam, mas de uma forma peculiar. Muita coisa depende (positiva ou negativamente) do mercado externo e de suas variações conjunturais e de longo termo. (...) As relações dos fatores também oscilam em função de combinações internas. Trata-se de uma economia capitalista que articula estruturas arcaicas e modernas, na qual estas últimas apresentam intenso crescimento 'desordenado' e se impõem às primeiras como centros hegemônicos da economia nacional. Impera, pois, um clima mais ou menos tumultuoso e trepidante de negócios, que desorienta mesmo os que foram socializados para tomar decisões, administrar e gerir ações econômicas de envergadura nessa situação. O raio de previsão do sujeito tem de ser continuamente reajustado às alterações em curso (ou potencialmente prováveis), e a própria organização interna da ação econômica precisa ser constantemente modificada. (...)", Idem. *Ibidem*, p. 85-86.

<sup>14</sup>. Florestan Fernandes explica a questão nos seguintes termos: "Numa economia capitalista dependente, 'a racionalidade possível' flutua de uma esfera para outra, mesmo no que concerne a interesses univocamente econômicos de agentes econômicos privilegiados. Poder-se-ia compreender facilmente esta afirmação por meio de um paralelo simples. Se um fazendeiro ou um empresário industrial brasileiro aguardassem o aparecimento de 'condições mínimas de racionalidade', muito dificilmente desempenhariam seus papéis econômicos. Se pretendessem, nas condições com que contam e em que agem, observar rigorosamente as regras do jogo numa economia avançada, de antemão se condenariam ao fracasso. O número de fatores que, por uma razão ou por outra, escapam a qualquer espécie de previsão e de controle racional é tão grande que 'negócio' e 'aventura especulativa' andam sempre mais ou menos juntos, mesmo quando e onde existam uma contabilização e alguma previsão das relações com o mercado ou da evolução do empreendimento. Os aspectos desse quadro alteram-se na 'grande empresa moderna', que opera em larga escala. Aí o 'mínimo de racionalidade' é garantido institucionalmente. Mas, mesmo em casos que caem nessa categoria, a imprevisão e a improvisação afetam pelo menos a 'política empresarial' (e quando isso não sucede, a orientação econômica torna-se demasiado rígida em

uma margem de segurança que tem dupla função no processo de desenvolvimento dependente. De um lado, os circuitos de transferência de renda - da economia dependente para o exterior, dos setores "atrasados" para os "modernos", e do campo para a cidade - oferecem uma série de compensações que neutralizam parcialmente os riscos de um meio interno extremamente adverso. O dualismo estrutural, nesse sentido, é um dos pré-requisitos para que as economias dependentes assimilem as revoluções tecnológicas difundidas do centro hegemônico.<sup>15</sup> De outro lado, os mecanismos de transferência de renda - que repousam em última instância na superexploração da força de trabalho e na dilapidação dos recursos naturais do país - funcionam como um colchão amortecedor que protege os setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica. A dualidade estrutural exerce, neste caso, a função de impedir que as transformações difundidas pelo centro provoquem a desestruturação dos setores que não têm condições de competir com os padrões de eficiência econômica que se propagam do centro capitalista.

Em suma, a reprodução de mecanismos de acumulação primitiva e a depredação do meio ambiente, são características inerentes ao capitalismo dependente. Elas derivam de um contexto histórico no qual o espírito burguês adquire um caráter "ultra-especulativo" e uma natureza "ultra-extorsiva".

---

face da efervescência da vida econômica circundante)", FERNANDES, F.-  
Sociedade de..., 1981, p. 84-85

<sup>15</sup>. A importância estrutural e funcional do campo como bastião do atrago das economias dependentes é discutida em Florestan Fernandes, Capitalismo Agrário e mudança social. In: FERNANDES, F. Sociedade de..., 1981, cap. 5

Florestan Fernandes sintetizou a importância do dualismo econômico nos seguintes termos: "A inegável desigualdade das formas de produção existentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. Pode-se chegar, por aí, à conhecida imagem dos dois Brasis, e a desdobramentos ainda maiores, já que é fácil deslocar-se no tempo percorrendo o espaço. Sem negar essa realidade óbvia, devemos reter o que, por trás dela, apresenta-se como uma forma típica de reagir ao presente, viver dentro dele e unificar atividades econômicas aparentemente incongruentes. Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando em limites extremos o único fator econômico constantemente abundante, que é o trabalho [...]. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento não só podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema global. O próprio padrão de equilíbrio deste sistema, como um todo, e sua capacidade de crescimento definem-se e são perseguidos por esses meios, sem os quais o esvaziamento histórico dos ciclos econômicos conduziria, fatalmente, da estagnação à decadência e desta à regressão econômica sistemática".<sup>16</sup>

Além de ressaltar a funcionalidade do atraso como fator que dá um mínimo de estabilidade ao desenvolvimento

---

<sup>16</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 64-65

dependente, a análise de Florestan Fernandes evidencia que a heterogeneidade estrutural compromete o papel da concorrência como modo autônomo de articular a ordem econômica. "A 'economia' oferece suportes demasiados fracos para imprimir plena vitalidade às instituições, padrões ideais de integração da ordem global e modelos organizatórios herdados. E ela própria sofre o impacto dessa debilidade, esvaziando-se socialmente de modo variável e desgastando-se como um dos focos centrais de coordenação ou de dinamização dos processos civilizatórios. Tudo isso quer dizer que a 'economia' não conta com condições materiais e morais suscetíveis de imprimir às suas influências dinâmicas (integrativas ou diferenciadoras) o caráter de processos organizados e encadeados autonomamente em escala nacional", observa o autor.<sup>17</sup>

Nestas circunstâncias, a "racionalidade econômica possível" leva até mesmo as empresas mais modernas das economias dependentes a exigirem suportes extra-econômicos que perpetuam o atraso.<sup>18</sup> Por esse motivo, o capitalismo dependente não tem como evitar uma sobrepolitização da vida econômica.

---

<sup>17</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 157-158

<sup>18</sup>. No caso de empreendimentos que, pela sua natureza intrínseca, exigem um "mínimo de racionalidade" - especialmente aqueles que pelo caráter das exigências do progresso técnico requerem pré-requisitos de infra-estrutura, escalas mínimas de operação, volumes de capital imobilizado e prazos de maturação elevados, é indispensável a obtenção de garantias institucionais suplementares. Nessas circunstâncias, como adverte Florestan Fernandes, "(...) poucos são os agentes econômicos que dispõem de condições para neutralizar ou superar o circuito de indeterminação, entranhado no próprio coração da economia capitalista dependente e subdesenvolvida. A rigor apenas as grandes empresas estrangeiras, os empreendimentos estatais de maior envergadura e algumas grandes empresas nacionais conseguem enfrentar os desgastes apontados sem debilitação de sua potência econômica", FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 87-88

Florestan Fernandes colocou a questão nos seguintes termos: "Qualquer problema econômico que envolva o equilíbrio, a existência ou o ritmo de crescimento do setor converte-se, automaticamente, em matéria política. Em consequência, as soluções econômicas passam para um modesto segundo plano, prevalecendo o poder relativo dos grupos em presença e as forças de acomodação política resultantes. No conjunto, evidenciam-se duas linhas concomitantes de influências: 1º) a que se define ao nível das relações com os núcleos hegemônicos do exterior; 2º) a que se define ao nível das composições entre o setor arcaico e o moderno. Em tais circunstâncias, o equilíbrio do sistema econômico e a eficiência de sua ordem econômica descansam sobre fatores e mecanismos econômicos capitalistas. Mas em nenhum momento o funcionamento e o desenvolvimento dessa ordem econômica deixa de traduzir a interferência de fatores e mecanismos extra-econômicos. É inerente ao capitalismo dependente, portanto, uma margem de insegurança crônica, que atinge especialmente os agentes econômicos que operam, como classe, os processos econômicos internos de natureza capitalista. Na medida em que não contam com condições para determinar, em bases puramente econômicas, os limites irredutíveis de sua autonomia real, os referidos agentes se vêem impotentes para exercer controle completo sobre todas as fases ou efeitos dos processos econômicos incorporados à ordem econômica vigente".<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 90-91

Como as estruturas que sobredeterminam o alcance da concorrência esvaziam os mecanismos econômicos de socialização dos ganhos de produtividade e de centralização dos capitais, a ordem econômica não pode ser considerada como motor endógeno do desenvolvimento. Portanto, se, por um lado, o dualismo estrutural viabiliza o aparecimento de um processo de reprodução ampliada do capital com tendência à autonomização, por outro, a heterogeneidade estrutural bloqueia a possibilidade de esta tendência vir a adquirir força suficiente para se realizar plenamente. Daí a origem dos obstáculos que não permitem que as economias dependentes sustentem uma dinâmica de acumulação de capital auto-sustentada. Nas palavras de Florestan Fernandes: "(...) os dinamismos de uma economia capitalista dependente não conduzem à autonomia, mesmo sob condições favoráveis de crescimento econômico. Como a articulação se dá ao nível dos interesses estritamente lucrativos do capital, no qual a ação econômica adquire significado e funções capitalistas independentemente das formas de organização das relações de produção, tanto o setor arcaico mantém, cronicamente, sua dependência diante do capital externo quanto o setor moderno surge em um clima de associação indireta com esse capital (mediante suas articulações com o setor arcaico) e cresce configurando-se como este último (pela presença maciça ou pela associação crônica com o capital externo). Sob esse aspecto, o que parece, de certa perspectiva, produto autônomo do aumento da produção interna e do crescimento do mercado interno, de outro

ângulo mostra-se como efeito dos mecanismos do capital financeiro externo. Em outras palavras, a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar ao nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras no mercado mundial. A industrialização não alterou profundamente esse quadro, embora tenha modificado o modo pelo qual ele se atualiza no presente".<sup>20</sup>

A incapacidade de os dinamismos econômicos transcenderem os marcos da situação significa que o desenvolvimento dependente não pode ser pensado como um processo impulsionado pelas contradições entre a progressiva socialização das forças produtivas e a apropriação privada dos meios de produção. Nessas circunstâncias, as relações de produção não constituem um obstáculo a não ser pelo fato de impedirem que apareçam as dinâmicas essenciais para que a evolução do capitalismo assuma a forma de permanente revolução dos processos produtivos. "Nesse quadro geral, as forças produtivas são inibidas, solapadas ou desorganizadas por outros fatores, que dificultam a própria expansão do capitalismo, mas não põem em xeque as formas de organização da produção capitalista propriamente dita", conclui Florestan Fernandes.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 65-66

<sup>21</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 50

## 2. Luta de Classes e Racionalidade do Capitalismo Dependente

Sem a ingenuidade de pensar o processo de valorização do capital como uma totalidade capaz de determinar por si só seu movimento e sua finalidade social, Florestan Fernandes vê o dinamismo da economia dependente como resultado do modo pelo qual são resolvidas as contradições geradas pela discrepância entre a aspiração de acesso ao estilo de vida do capitalismo central e a situação de atraso da sociedade dependente. Tais contradições - que se expressam pela ação inconformista dos atores sociais interessados em participar dos fluxos materiais e culturais de seu contexto civilizatório - tendem a ser resolvidas mediante um **processo induzido de modernização**, cuja lógica é ditada pelo desejo de copiar os modelos das economias mais avançadas. "Colocado nessa situação histórico-cultural, o agente humano tende a representar-se e a agir como uma espécie de 'consumidor' dos bens da civilização. Doutro lado, os centros de difusão cultural são representados e operam, de fato, como se fossem os 'produtores' desses bens. Estabelecem-se, assim, duas escalas ou ritmos de tempo: uma, na qual a história constitui uma realidade interna e uma dimensão orgânica da vida do agente; outra, que é a história dos centros de difusão e que, absorvida vicariamente, serve para delimitar, no espírito do agente, de modo antecipado, a direção e os efeitos do 'progresso'. O afã de equiparar as

duas escalas (ou pelo menos de reduzir sua assincronia ao mínimo) afirma-se como a tendência subterrânea, mas básica, de todo o processo civilizatório", explica Florestan Fernandes.<sup>22</sup>

#### a) As Bases Sociais do Capitalismo Dependente

Segundo Florestan Fernandes, o problema central das economias dependentes é que o processo de modernização fica à mercê de burguesias impotentes para superar a situação de subordinação externa e onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população.<sup>23</sup> Nesse sentido, o desenvolvimento dependente aparece como o produto de burguesias incapazes de levar às últimas conseqüências as utopias de que são portadoras: a revolução nacional e a revolução democrática.<sup>24</sup> O nó da questão encontra-se na perpetuação de um padrão de luta de classes que impede a emergência do povo no cenário político. "O regime de classes" - escreve o autor - "objetiva-se historicamente (...) de modo insuficiente e incompleto, o que impede ou bloqueia a formação

---

<sup>22</sup>. FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p. 108

<sup>23</sup>. Para entender o raciocínio que leva o autor a esta conclusão, precisamos responder duas questões: (a) por que o regime de classes gera uma correlação de forças que permite que o desenvolvimento fique a reboque dos interesses de uma única classes social: a burguesia dependente?; e (b) por que esta burguesia é incapaz de romper com a situação de dependência e subdesenvolvimento?

<sup>24</sup>. É por isso que Florestan Fernandes conclui que "(...) se o sociólogo quiser ir ao fundo das coisas, ele terá de investigar a resistência às mudanças e o incentivo às inovações nos planos estruturais e funcionais mais profundos da organização da sociedade global. Só assim terá meios para explicar por que o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é mera cópia frustrada de algo maior nem uma fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os

e o desenvolvimento de controles sociais democráticos. A riqueza, o prestígio social e o poder ficam concentrados em alguns círculos sociais, que usam suas posições estratégicas nas estruturas políticas para solapar ou neutralizar as demais forças sociais, principalmente no que se refere ao uso do conflito e do planejamento como recursos de mudança sociocultural. Assim, ao atingir um objetivo social puramente particular e egoísta, esses círculos assumem, de fato, o controle político da mudança sociocultural e se convertem nos verdadeiros fatores humanos da perpetuação do estado crônico de dependência cultural em relação ao exterior".<sup>25</sup>

Para Florestan Fernandes, a distorção no padrão de luta de classes revela, em última instância, o vazio que caracteriza o regime de classes das sociedades dependentes. O problema é que, ao inviabilizar uma estratificação social de fundamentos univocamente econômicos, a heterogeneidade do sistema econômico perpetua mecanismos de estratificação social que reproduzem a exclusão social. Em outras palavras, o desenvolvimento dependente reflete a forma que as transformações capitalistas assumem em sociedades marcadas por um regime de **apartheid social**, no qual a população é segmentada em duas categorias: "**Os possuidores de bens**", que monopolizam todos os benefícios do sistema, e os "**não-**

---

homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro", FERNANDES, F. - Sociedade de..., 1981, p.57

<sup>25</sup>. Idem. Ibidem, p.165

possuidores de bens", a maioria dos quais acaba por converter-se nos "condenados do sistema".<sup>26</sup>

A assimetria no regime de classes tem profunda influência sobre a formação dos atores sociais. No que diz respeito especificamente ao processo de formação da classe operária, a análise de Florestan Fernandes enfatiza basicamente dois aspectos, ambos decorrentes da incapacidade de o desenvolvimento dependente absorver a superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho. De um lado, o desequilíbrio na correlação de forças entre capital e trabalho retarda o aparecimento de uma base sindical forte e combativa, o que solapa a capacidade de os trabalhadores defenderem seus interesses econômicos. De outro, a existência de um grande contingente populacional que vive "dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais", transforma o

---

<sup>26</sup>. Florestan Fernandes sintetizou as conseqüências desse tipo de estratificação social nos seguintes termos: "Como nem sempre uma posição ativa nas relações de produção incorpora o agente econômico ao mercado (pois na esfera arcaica o trabalho pode ser apropriado em bases anticapitalistas, extracapitalistas e semicapitalistas), a 'possessão de bens' e a 'não possessão de bens' fornecem o requisito mais geral que pode servir de fundamento à caracterização sociológica [do regime de classes]. Pelo que vimos todos os que se incluem no sistema econômico (...) na condição de 'possuidores de bens' classificam-se na ordem econômica, independentemente do modo pelo qual valorizam tais bens através das relações de produção e do mercado. Os 'não possuidores de bens', porém, poderão ou não valorizar-se e classificar-se na ordem econômica pelo trabalho. Se apenas têm uma posição ativa no sistema econômico, mas não encontram probabilidades de valorizá-la mediante uma posição simétrica no mercado, o trabalho não conta como mercadoria e, portanto, não classifica na ordem econômica vigente. Ao contrário, se à posição ocupada nas relações de produção corresponde uma valorização no mercado, o trabalho conta como mercadoria e como fonte de classificação na ordem econômica", FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 69-70.

assalariamento em meio de integração econômica e classificação social altamente desejado.<sup>27</sup>

Nessas circunstâncias, a formação da classe operária como classe em si e para si fica seriamente comprometida. Primeiro, porque as distorções no processo de mercantilização do trabalho levam à segmentação da classe operária em setores extremamente heterogêneos. E segundo porque as oportunidades de mobilidade social abertas pelo crescimento econômico facilitam a cooptação da "elite" operária, o que retarda os processos que poderiam levá-la a identificar-se com a negação do capitalismo dependente. Além disto, a ausência de espaço público provoca uma "(...) debilitação estrutural e prolongada das classes destituídas e subalternas".<sup>28</sup> Enfim, a brutal assimetria na correlação de forças e o caráter fechado do circuito político geram um contexto histórico tão desfavorável ao pólo trabalho, que passa a ser extremamente difícil, para a classe operária, ultrapassar a estaca zero de sua existência política. Por isso, apesar das desigualdades abismais e dos

---

<sup>27</sup>. Comentando a situação do trabalhador rural, Florestan Fernandes colocou a questão nos seguintes termos: "Essa situação histórica não engendra uma atuação de classe revolucionária apenas porque as condições que negam ao campesinato (parcial ou totalmente) interesse e situação de classe, também lhe negam qualquer meio de consciência e de atuação como classe, reduzindo-o, ao mesmo tempo, à maior miséria e à mais extrema impotência. Bloqueando o caminho da rebelião, só lhe resta a saída da negação de si próprio, através da ordem econômica e do regime societário que produzem essa situação. A migração para outras regiões, em busca do assalariamento nas ocupações tradicionais; a tentativa de penetrar no mundo urbano, de classificar-se dentro dele e de ter acesso a seus privilégios; a identificação positiva com a proletarização, vista como ascensão social e também como um privilégio; a superestimação do estilo de vida operário; etc. - são os mecanismos pelos quais se concretiza a conciliação dos 'condenados do sistema' com sua ordem socioeconômica", Idem. *Ibidem*, p. 78

<sup>28</sup>. Como explica Florestan Fernandes, "(...) confinadas à 'apatia' [...] não encontram na ordem capitalista ambiente e condições para a sua própria constituição e fortalecimento como classe independente", FERNANDES, F.- O

altíssimos níveis de pobreza e miséria, as classes subalternas não conseguem se contrapor com alguma eficácia ao capital e influenciar de maneira significativa os rumos da história. "A questão é simples: privados de meios de organização e consciência, de participação econômica, social e política, os de baixo gravitam dentro de um mundo de **mínimos políticos**. Demoram décadas para alcançar o que poderia ser feito em meses e perdem em uma cartada (aplicada sem dó pelos de cima) o fruto de longos anos de laboriosa **porfia** com o **destino**", explica Florestan Fernandes em *Nova República*.<sup>29</sup>

A seu ver, a heterogeneidade do sistema produtivo também tem profundas implicações sobre a formação da burguesia dependente. A perpetuação de formas antediluvianas de acumulação de capital impede o aparecimento de mecanismos de solidariedade de classe - requisito básico para que a concorrência e o conflito possam encontrar suportes objetivos para compatibilizar os interesses particulares da burguesia com formas de consenso e integração social do conjunto das classes sociais. O obstáculo à centralização do capital compromete a capacidade de iniciativa da burguesia, ao bloquear sua capacidade de introduzir inovações tanto no campo econômico quanto no político. Tal obstáculo, que se consubstancializa na reprodução de mecanismos psicossociais que sacralizam a propriedade privada e perpetuam o colonialismo cultural, tem profundas implicações no modo como

---

Que é revolução, 1981, p. 54; ver a respeito, Idem, 25 Anos Depois...  
In: \_\_\_\_\_ . Circuito fechado, 1976, p.

os interesses univocamente econômicos dinamizam o comportamento social das burguesias dependentes.

Segundo Florestan Fernandes, a "sacralização" da propriedade transforma a ordem social competitiva em fonte exclusiva de privilégios para as classes dominantes. Seu argumento é o seguinte. Como a burguesia dependente só sobrevive se houver mecanismos de transferência de renda que compensem a sua debilidade econômica, ela teme perder o único "capital" realmente eficaz para enfrentar os sobressaltos do desenvolvimento induzido de fora: a possibilidade quase ilimitada de manipular as condições socioeconômicas internas a fim de perpetuar a superexploração do trabalho e a dilapidação dos recursos naturais do país. Daí o estado psicossocial de verdadeiro "**medo pânico**" que toma conta das classes dominantes em relação a qualquer tipo de mudança social que possa representar alguma ameaça à perpetuação das estruturas da sociedade colonial. A existência de grandes desequilíbrios sociais impede que se formem as condições objetivas e subjetivas necessárias para que a luta de classes seja guiada por uma lógica baseada na **busca do bem comum**. A impossibilidade estrutural de compatibilizar os interesses econômicos e políticos das classes privilegiadas e a aspiração de cidadania dos setores populares simplesmente inviabiliza o aparecimento de um espaço de entendimento entre as classes sociais.

---

<sup>29</sup>. Idem, A nova república, 1985, p. 61-62

Por esta razão, as burguesias dependentes desenvolvem uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. Qualquer iniciativa de transformação social contra ou dentro da ordem que ameace o controle absoluto das classes dominantes é imediatamente sufocada. Daí o aparecimento de um padrão de luta de classes que impede a mudança social construtiva, aprisionando a história no **circuito fechado** do subdesenvolvimento. "A base estrutural com que contam [os de cima] para se afirmar como classe em si e para si é tão fraca, que não podem despojar a ordem social competitiva de arranjos variavelmente pré ou extracapitalista. Doutro lado, essa base estrutural revela-se demasiado acanhada em face das tensões estruturais, produzidas através das relações com as classes assalariadas ou despossuídas. Qualquer ameaça à estabilidade da ordem adquire a feição de uma catástrofe iminente e provoca estados de extrema rigidez estrutural (uma situação na qual o 'medo ou temor de classe' surge como o equivalente histórico do 'medo ou temor étnico')", escreve Florestan Fernandes.<sup>30</sup>

A sacralização da propriedade privada também requer a prescrição do confronto econômico e político entre as diferentes frações das classes dominantes. Isso significa que a unificação da burguesia como classe dominante torna-se uma questão eminentemente política que se define por intermédio do Estado, segundo o que Florestan Fernandes designou de **"padrão compósito de hegemonia burguesa"**. Trata-se de uma forma de

---

<sup>30</sup>. FERNANDES, F.- Capitalismo..., 1975, p. 70

organização e funcionamento do poder político típico de "plutocracias".<sup>31</sup> A racionalidade deste arranjo é clara. A ameaça - real ou potencial - de uma insurreição dos condenados do sistema obriga os donos do poder a passar por cima de suas diferenças e a cerrar fileiras contra o inimigo comum: as classes subalternas. "Os privilégios - e não os elementos dinâmicos do 'espírito capitalista' - cimentaram essa espécie de solidariedade de rapina (...)", explica o autor em *Revolução Burguesa*.<sup>32</sup>

Como o moderno e o atrasado têm de conviver lado a lado, independentemente de suas forças relativas, as classes dominantes desenvolvem uma visão de mundo particularista e imediatista. A incapacidade de pensar o desenvolvimento capitalista em função de seus interesses estratégicos de longo prazo faz com que o imaginário das burguesias dependentes jamais alcance uma dimensão ampla, que considere o interesse do conjunto da população. "A união de interesses, assim, estabelecida, transforma-se na verdadeira espinha dorsal do subdesenvolvimento, porque nenhuma categoria econômica da burguesia considera legítimo ou dispõe de meios eficientes

---

<sup>31</sup>. Donde o caráter sui generis do Estado no capitalismo dependente. Na síntese de Florestan Fernandes, "Não existe uma linha pura e única de compreensão e descrição do Estado capitalista dependente e periférico. Produto da situação mais contraditória e anárquica que qualquer burguesia possa viver, ele é uma composição sincrética e deve ser retido como tal. Precisa-se no mínimo, recorrer à Antropologia, para se entender cabalmente esse Estado nacional. De outra maneira, é impossível descobrir-se como uma instituição pode ordenar-se e ser operativa, apesar de tantos elementos e influências em choque, que se atritam, se negam e se destroem uns aos outros, embora se objetivem com certa unidade, compatível com seu uso social pelo homem. Ele é o Leviathan no verso, e Behemoth, no reverso, mas só existe e possui algum valor porque as duas faces estão fundidas uma à outra, como a cara e a coroa de uma moeda", Idem, A Revolução..., 1976, p. 350-351

para romper, em termos puramente econômicos, com o pacto sagrado", afirma Florestan Fernandes.<sup>33</sup> Nessas condições, a luta de classes fica fechada em um círculo de ferro e não há como corrigir as mazelas do subdesenvolvimento. A aglutinação mecânica da unidade de classes da burguesia compromete seu espírito "revolucionário". A marginalização das classes subalternas da luta política elimina do cenário político o único ator social com potencial reformista e revolucionário.<sup>34</sup>

Sintetizando seu pensamento sobre a natureza do regime de classes na América Latina, o autor colocou a questão nos seguintes termos: "É neste nível que se evidencia o 'calcanhar de Aquiles' da sociedade de classes latino-americana. Ela é estável por causa de efeitos estáticos do seu padrão de organização, de crescimento e de desenvolvimento. Contudo, como ela deprime, solapa ou neutraliza, por vários modos e vias, a classificação, a diferenciação, a participação e a integração das camadas assalariadas, pobres ou despossuídas, ela carece de poder de mobilização efetivo, capaz de servir como fulcro de redefinição das relações de classe e de recomposição das posições relativas das classes entre si. A ordem social competitiva funda-se de tal maneira em desigualdades extremas e nas barreiras que permitem mantê-las,

---

<sup>32</sup>. Idem. *Ibidem*, 1976, p. 266

<sup>33</sup>. FERNANDES, F. - *Sociedade de...*, 1981, p. 92

<sup>34</sup>. Enfim, "A hegemonia burguesa não se organiza em função dos interesses socioeconômicos e políticos que respondem a determinada fase de evolução do capitalismo. As fases se sucedem; ela permanece monolítica. A razão é simples: os arranjos para atender aos fins variáveis podem ser feitos sem alterá-la em sua substância e nos mecanismos de sua manifestação. A unidade das classes dominantes busca, acima de tudo, salvaguardar os privilégios econômicos, sociais e políticos, que são atingidos pelo monopólio social do

ao mesmo tempo, em crescimento paralelo com a expansão gradual do regime de classes, que ela se anula como ponto de partida de transformações radicais do *status quo*. Ela [a sociedade dependente] não confere ao despossuído, ao pobre, ao operário potencialidades para contrabalançar as influências exorbitantes das classes 'altas' e 'médias' ou para desencadear movimentos sociais suscetíveis de conduzir ao controle da dependência e do subdesenvolvimento dentro do capitalismo. Os dinamismos da sociedade não adquirem, pois, vigor suficiente para alterar as estruturas e os dinamismos da economia e da cultura. Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes 'baixas', as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas 'compulsões burguesas'. Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos 'campeões do desenvolvimento', todos adeptos dos 'milagres econômicos' proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo".<sup>35</sup>

#### **b) Racionalidade do Capitalismo Dependente**

---

poder e que se perpetuam mediante a apropriação repartida do excedente econômico nacional", FERNANDES, F. - Capitalismo..., 1975, p. 108

<sup>35</sup>. FERNANDES, F. Capitalismo..., p. 84

A inexistência de limites à acumulação de capital, decorrente da incorporação dos interesses estratégicos das classes populares na Razão de Estado, dá lugar a uma racionalidade capitalista *sui generis*, de acordo com a qual o capitalismo é aceito como forma de acumulação de riqueza mas rejeitado como forma de convivência de uma comunidade nacional.<sup>36</sup> Contudo, como a assimilação das estruturas e dinamismos que se propagam das economias centrais não pode ficar à mercê da lógica selvagem dos mercados, pois isto constituiria uma ameaça à própria sobrevivência do capitalismo, o Estado transforma-se em instrumento de defesa e de suporte incondicional da iniciativa privada. É dever do Estado compensar as debilidades que comprometem a capacidade de a iniciativa privada incorporar as transformações econômicas difundidas do centro, e arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a convivência entre o "moderno" e o "atraso". Além disso, o Estado tem a tarefa de mediar as relações com os centros imperialistas e servir de instrumento para congelar a história sempre que as classes dominantes temerem que o avanço do processo de modernização ameça a estabilidade de seu poder - seja porque a burguesia dependente esteja sendo atropelada por transformações vindas

---

<sup>36</sup>. Donde o sentido da afirmação de Florestan Fernandes: "(...) a motivação que está por trás dos comportamentos econômicos e políticos das classes possuidoras, dos círculos empresariais e do Governo é 'egoística' e 'pragmática'. Mas não é 'egoística' e 'pragmática' em um sentido restrito e rudimentar. Os interesses econômicos equacionados são interesses de classe, que não afetam indivíduos ou grupos isolados, mas o modo pelo qual os estratos dominantes das classes média e alta percebem o 'destino do capitalismo' no Brasil", A Revolução..., 1976, p. 259

de fora, seja porque seu poder esteja sendo contestado pela rebeldia das classes subalternas.

Dentro desta concepção, o dinamismo da economia dependente é graduado por um jogo de forças que polariza as classes dominantes em dois blocos de interesses, que disputam entre si o controle sobre o ritmo e a intensidade em que se deve dar a assimilação das transformações capitalistas: o setor "**conservador**" e o setor "**modernizador**". Incapazes de enfrentar os obstáculos externos e internos responsáveis pelo subdesenvolvimento, os dois grupos divergem única e exclusivamente quanto ao grau de marginalização em relação ao processo de modernização difundido do centro capitalista que consideram tolerável. Ou, como diz Florestan Fernandes, as tensões entre **modernistas** e **conservadores** esgotam-se na definição do "(...) grau mais ou menos suportável de 'atraso' e de 'obsoletização'".<sup>37</sup>

O limite da divergência entre estes dois pólos é determinado por um critério político bem definido. O ritmo e a intensidade do processo de incorporação e universalização das transformações capitalistas devem estar subordinados ao objetivo maior de preservação do monopólio da força política das classes dominantes. Nem poderia ser diferente, pois esse é o único meio de que as burguesias dependentes dispõem para manter um mínimo de controle sobre um tempo histórico que, na realidade, não conseguem dirigir. Logo, o processo de "**modernização do arcaico**" e de "**arcaização do moderno**" têm de

ser calibrado tendo em vista uma lógica política que se pauta por dois objetivos básicos: reproduzir a assimetria na correlação de forças que impede a emergência dos pobres como atores políticos; e evitar que as disputas faccionais em torno do ritmo da modernização coloquem em risco a unidade das classes dominantes, ameaçando seu controle absoluto sobre os centros internos de decisão.<sup>38</sup>

No que se refere aos meios à disposição da sociedade para alcançar seus objetivos, Florestan Fernandes destaca que a miopia das classes dominantes e sua preocupação obsessiva com a estabilidade política restringem a possibilidade de mobilizar adequadamente os recursos do Estado para a defesa dos interesses de médio e longo prazos do próprio capitalismo dependente. Como o padrão compósito da hegemonia burguesa está submetido a pressões contraditórias, torna-se inviável recorrer ao planejamento como instrumento para compensar a impotência da burguesia dependente e corrigir as irracionalidades do subdesenvolvimento. Tal fato origina-se na promíscua convivência de forças nacionalistas, que defendem a autonomização do país, com forças internacionalistas, que se batem pela perpetuação dos vínculos colonialistas; de

---

<sup>37</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 110

<sup>38</sup>. Em outras palavras, a racionalidade capitalista tem de responder às seguintes questões: a) no que diz respeito ao "aliado principal" - o imperialismo -, de que maneira selar a associação preservando o máximo de autonomia relativa dos "centros internos de decisão"; b) em relação ao "inimigo principal" - os setores populares e os condenados do sistema -, como neutralizar as pressões pela democratização da ordem social competitiva, compatibilizando a perpetuação da assimetria na correlação de forças com a estabilidade social e política necessária para o funcionamento da economia e a estabilidade da ordem; c) no que tange às formas de organização do Estado nacional, como conciliar suas funções universais e

segmentos interessados na perpetuação de tradicionalismos, que impõem rígida resistência sociopática à mudança, com grupos modernos, que exercem permanente influência inovadora.

Nestas circunstâncias, não é de estranhar que a "eficácia-limite" do capitalismo dependente fique muito aquém da que seria possível, mesmo tendo em conta os estreitos limites impostos pela situação de dependência e de subdesenvolvimento. A presença de representantes dos setores conservadores em posições estratégicas no aparelho de Estado reforça as resistências sociopáticas a mudanças. Com diz Florestan Fernandes, "Qualquer inovação, em particular, e o processo de modernização, em geral, são avaliados e repelidos ou aceitos num contexto de extrema irracionalidade".<sup>39</sup> A racionalidade capitalista também é perturbada pela politização desnecessária de problemas técnicos tratando-os como questões ideológicas; ou pelo viés inverso, ou seja, a tendência a encarar problemas essencialmente políticos de forma técnica, ignorando os fatores sociais e políticos indispensáveis à viabilização das soluções propostas. Estas irracionalidades reduzem drasticamente a capacidade de as elites políticas avaliarem, com algum grau de realismo, os limites e as potencialidades do processo de mudança social. Elas estimulam, assim, o aparecimento de visões fantasiosas sobre a realidade e de soluções mirabolantes para os problemas nacionais, totalmente descoladas da realidade social.

---

estratégicas com os interesses extremamente particularistas e de curto prazo das classes dominantes.

<sup>39</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 121

Vê-se, portanto, por que, para Florestan Fernandes, o desenvolvimento dependente não vem acompanhado de ordem social competitiva relativamente equilibrada e de Estado democrático. Mesmo quando o ritmo de modernização é intenso, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desaparecem. Não é de estranhar que esse tipo de desenvolvimento tenha um alcance histórico bem limitado como instrumento de integração nacional. "As fases novas não eliminam as anteriores: ao contrário, coexistem e engendram um sistema econômico capitalista segmentado, no qual as diferentes estruturas compõem um todo, articulado com base nos elementos capitalistas das diversas estruturas em vários estágios de diferenciação econômica".<sup>40</sup>

Embora o avanço das transformações capitalistas impulsione e dinamize a ordem social competitiva, seu ritmo e sua intensidade são incompatíveis com a participação do conjunto da população no processo de modernização dos padrões de vida e de consumo. Como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças ameace a absoluta supremacia das classes dominantes, sobre a sociedade. Por este motivo, Florestan Fernandes adverte que, ainda que o crescimento econômico seja um elemento estratégico do padrão de dominação, pois alimenta ilusões de melhor classificação social, o crescimento econômico não é uma solução para os problemas

---

<sup>40</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 96

gerados pela dependência. "Os povos que tentam essa saída e persistem nela, mesmo depois de descobrirem suas limitações, o fazem porque não possuem outros meios para forçar a melhoria do seu 'destino histórico' na civilização a que pertencem. No fundo, trata-se de uma saída cega e desesperada, tão irracional e improdutiva quanto seria combater a raiva mordendo-se o cão que a transmitisse", afirma o autor.<sup>41</sup>

Nessas circunstâncias, os tênues laços que ligam o Estado à Nação dependem fundamentalmente da capacidade de o processo de "mobilidade social" dar um mínimo de substrato às ideologias desenvolvimentistas que alimentam as expectativas de classificação social pelo crescimento econômico. Florestan Fernandes colocou a questão assim: "[...]temos de tomar em conta dois fatores estruturais que vinculam divergentemente a classe baixa urbana a essa ordem econômica. De um lado, ao afirmar sua condição de classe (pelo visto, a questão da negação de sua condição de classe ainda não se põe historicamente), ela nega o subdesenvolvimento, com suas ramificações em interesses legítimos ou espúrios. Isso é facilmente compreensível, desde que se entenda que a classe baixa urbana vincula o seu destino social ao florescimento da civilização vigente, mas sem precisar comprometer-se, como e enquanto classe, com os mecanismos e os objetivos da associação econômica dependente, que une pelo topo as classes altas, as classes médias e os núcleos hegemônicos externos. Portanto, ela é livre, como e enquanto classe, para se

---

<sup>41</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 174

identificar com os alvos mais profundos da autonomização econômica, social e política da sociedade nacional, os quais em vários pontos coincidem com a realização de seu destino social como classe. De outro lado, uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sob o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos histórico-sociais nos quais ele poderá tornar-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a 'revolução dentro da ordem' pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Deste ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o desenvolvimento econômico, como 'revolução social', constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo".<sup>42</sup>

### 3. Capitalismo Dependente e Revolução Burguesa Atrasada

Na concepção de Florestan Fernandes, a revolução burguesa é um processo histórico pelo qual se constituem as estruturas e os dinamismos econômicos, socioculturais e políticos necessários à reprodução e à expansão do capitalismo dentro de

---

<sup>42</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 75 a 77

um determinado espaço nacional.<sup>43</sup> Portanto, cabem à revolução burguesa duas tarefas fundamentais. De um lado, é necessário superar os obstáculos que impedem a penetração e o funcionamento do capitalismo em bases nacionais. De outro, o processo de constituição de estruturas estatais deve criar condições para que as classes sociais se identifiquem positivamente com o regime burguês, condição indispensável para a sua afirmação como sistema econômico e social dominante. Nas sociedades emergentes que ainda não completaram o ciclo de consolidação de seu Estado nacional, tal processo significa: criar os requisitos materiais, socioculturais e morais indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismos econômicos de seu contexto civilizatório. O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional e consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalista.

Para Florestan Fernandes, o início da revolução burguesa só ocorre quando surgem **atores sociais** comprometidos com a construção de um Estado nacional. A tarefa fundamental consiste em superar tanto os anacronismos pré ou extra-

---

<sup>43</sup>."Portanto, ao se apelar para a noção de "Revolução Burguesa", não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e por que se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a "Revolução Burguesa" não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modos relativamente variáveis, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da

capitalistas que bloqueiam a generalização de relações de produção típicas do capitalismo quanto os nexos de dependência externa que obstaculizam a plena constituição de centros internos de decisões. A eclosão da revolução burguesa pressupõe, conseqüentemente, a existência de um processo de mercantilização suficientemente desenvolvido para que o mercado interno possa ser transformado em espaço econômico de reprodução ampliada do capital. Por esse motivo, a independência nacional, a consolidação de um Estado Nacional baseado no direito positivo e a generalização do trabalho livre constituem pré-requisitos fundamentais para o desencadeamento da revolução burguesa atrasada.<sup>44</sup> O ápice desse processo é alcançado quando a sociedade finalmente absorve o conjunto das estruturas e dinamismos indispensáveis para que a vida social seja submetida integralmente ao império do dinheiro, e para que se complete a assimilação do padrão de transformação do capitalismo industrial. A sua conclusão se dá, portanto, quando os padrões de acumulação de capital e de dominação colocam a economia e a sociedade nacional sob a hegemonia da burguesia industrial.

---

economia, da sociedade e do Estado", FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 21

<sup>44</sup>. Comentando o caso do Brasil, a importância do Estado Nacional foi colocada assim: "(...) a criação de um Estado nacional independente não significou, apenas, o advento de uma ordem legal que permitia adotar uma rede de instituições mais 'moderna' e 'eficaz'. Ela também representou a conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos. Com ela impunha-se uma nova orientação do querer coletivo. Toda e qualquer ação, de maior ou menor importância para a coletividade, voltava-se de um modo ou de outro para dentro do País e afetava ou o seu presente, ou o seu futuro, ou ambos. Portanto, com a Independência e a implantação de um Estado nacional, configura-se uma situação nacional que contrasta, psicossocial e culturalmente, com a situação colonial anterior", FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 59

Florestan Fernandes adverte que, ao contrário do que se poderia supor pela transposição mecânica do passado europeu, não há uma correlação rígida e única entre o padrão de transformação capitalista e o padrão de dominação burguesa. Apesar dos vários aspectos estruturais e funcionais comuns a todas as sociedades que convivem num mesmo contexto civilizatório, a revolução burguesa deve ser vista como um processo histórico específico, complexamente condicionado pela posição da sociedade dentro do sistema capitalista mundial e pelas características específicas da luta de classes em cada formação social.<sup>45</sup> No capitalismo dependente a revolução burguesa se desenrola em um contexto externo e interno extremamente adverso, que restringe dramaticamente a possibilidade de conciliar transformações capitalistas e integração nacional. O vácuo econômico, sociocultural e moral deixa a revolução burguesa a reboque de uma burguesia

---

<sup>45</sup>. "A relação entre a dominação burguesa e a transformação capitalista é altamente variável. Não existe, como se supunha a partir de uma concepção europeucêntrica (além do mais, válida apenas para os 'casos clássicos de Revolução Burguesa'), um único modelo básico democrático-burguês de transformação capitalista. Atualmente, os cientistas sociais já sabem, comprovadamente, que a transformação capitalista não se determina, de maneira exclusiva, em função dos requisitos intrínsecos do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, esses requisitos (sejam os econômicos, sejam os socioculturais e os políticos) entram em interação com os vários elementos econômicos (naturalmente extra ou pré-capitalistas) e extra-econômicos da situação histórico-social, característicos dos casos concretos que se considerem, e sofrem, assim, bloqueios, seleções e adaptações que delimitam: 1) como se concretizará, histórico-socialmente, a transformação capitalista; 2) o padrão concreto de dominação burguesa (inclusive, como ela poderá compor os interesses de classe extraburgueses e burgueses - ou, também, os interesses de classe internos e externos, se for o caso - e como ela se impreganará de elementos econômicos, socioculturais e políticos extrínsecos à transformação capitalista; 3) quais são as probabilidades que tem a dominação burguesa de absorver os requisitos centrais da transformação capitalista (tanto os econômicos quanto os socioculturais e os políticos) e, vice-versa, quais são as probabilidades que tem a transformação capitalista de acompanhar, estrutural, funcional e historicamente, as polarizações da dominação burguesa, que possuam um

profundamente articulada ao imperialismo, para a qual é estratégico que se eternizem as articulações responsáveis pela reprodução da situação de dependência e de subdesenvolvimento. A defesa intransigente do *status quo* restringe o espaço para composições e compromissos com as classes subalternas, o que bloqueia a emergência das classes populares na arena política. Como explica o autor, "(...) as classes burguesas têm de afirmar-se, autoprotoger-se e privilegiar-se através de duas séries de antagonismos distintos: os que se voltam contra as classes operárias e as classes destituídas (que se poderiam considerar como o 'inimigo principal'); e os que atingem as burguesias e os focos de poder das sociedades capitalistas hegemônicas e do sistema capitalista mundial (que se poderia entender como o 'aliado principal'). As contradições são intrínsecas às estruturas e aos dinamismos da sociedade de classes sob o capitalismo dependente; e minam a partir de dentro e a partir de fora o padrão de dominação burguesa, o poder real da burguesia, os padrões de solidariedade de classes e de hegemonia de classe da burguesia, e o Estado capitalista periférico e dependente".<sup>46</sup> Enfim, a principal debilidade da revolução burguesa atrasada reside no fraco espírito revolucionário das burguesias que a lideram. Como disse Florestan Fernandes, "(...) as burguesias do mundo capitalista subdesenvolvido são vítimas da estrutura e da organização da sociedade de classes em que vivem. Elas vêem o

---

caráter histórico construtivo e criador", FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 289-290

<sup>46</sup>. FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 349.

capitalismo e suas exigências sociais, culturais e políticas do ângulo do capitalismo dependente. Nenhuma outra classe social as contesta com probabilidades de êxito. De qualquer modo, condenam-se a protagonizarem a história como uma eterna façanha de dependência. Para que elas se ergam acima dessa medida, precisam ser compelidas a pensar e a transformar o mundo de uma perspectiva universal".<sup>47</sup>

A limitada capacidade para impulsionar a revolução democrática e nacional inviabiliza a constituição das estruturas e dinamismos capitalistas necessários para que se pudesse quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento. A revolução burguesa torna-se, assim, um processo eminentemente político. A economia dependente só assimila as transformações capitalistas que são compatíveis com a perpetuação do ultraprivilegiamento econômico, sociocultural e político das classes dominantes.<sup>48</sup> Gera-se, em conseqüência, contradições irreduzíveis entre a incorporação dos países dependentes ao espaço econômico, sociocultural e político do sistema capitalista mundial e o processo de integração nacional. "As impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subseqüentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu

---

<sup>47</sup>. FERNANDES, F.- Sociedade de..., 1981, p. 101

<sup>48</sup>. De acordo com a perspectiva de Florestan Fernandes, o estudo da revolução burguesa atrasada deve buscar as "(...) conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista onde o desenvolvimento desigual interno e a dominação imperialista externa constituem realidades intrínsecas permanentes, apesar de todas as mudanças quantitativas e qualitativas do capitalismo", A Revolução..., 1976, p. 318

preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da 'conciliação' (em regra, uma autêntica negação ou neutralização da 'reforma')", sintetiza Florestan Fernandes.<sup>49</sup>

Uma vez que as economias dependentes não conseguem compatibilizar o aprofundamento das transformações capitalistas com mudanças sociais construtivas, a revolução burguesa assume o caráter de um fenômeno estrutural, impulsionado pela energia difundida pelo centro capitalista e calibrado pelo egoísmo autodefensivo das burguesias dependentes. Nessas circunstâncias, para Florestan Fernandes, a consolidação do padrão de dominação e acumulação capitalista resume-se ao desdobramento de dois processos articulados. Em primeiro lugar, é fundamental a constituição de uma "ordem social competitiva" que sirva de base para o funcionamento e a expansão de um sistema econômico baseado no trabalho livre e na iniciativa privada, bem como a estruturação de um Estado Nacional fundado no direito positivo. Em segundo, é vital a consolidação de um padrão de dominação que garanta à burguesia dependente o monopólio do poder econômico e político.

Como se vê, a semelhança com os casos clássicos de revolução burguesa está, única e exclusivamente, na incorporação de alguns aspectos gerais do contexto

---

<sup>49</sup>. FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 201-202. O dramático estreitamento do campo de possibilidades em que se dá a revolução burguesa atrasada não diminui, no entanto, a sua imprescindibilidade para a consolidação do capitalismo dependente. Afinal, como afirma Florestan Fernandes, "Sob o capitalismo dependente a Revolução Burguesa é difícil - mas igualmente necessária, para possibilitar o desenvolvimento capitalista e a consolidação da dominação burguesa. E é inteiramente ingênuo supor-se que ela seja inviável em si e por si mesma, sem que outras forças sociais destruam ou as bases de poder, que a tornam possível, ou as estruturas de

civilizatório. "O que a parte dependente da periferia 'absorve' e, portanto, 'repete' com referência aos 'casos clássicos', são traços estruturais e dinâmicos essenciais, que caracterizam a existência do que Marx designava como uma economia mercantil, a mais-valia relativa etc., e a emergência de uma economia competitiva diferenciada ou de uma economia monopolista articulada etc. Isso garante uniformidades fundamentais, sem as quais a parte dependente da periferia não seria capitalista e não poderia participar de dinamismos de crescimento ou de desenvolvimento das economias capitalistas centrais. No entanto, a essas uniformidades - que não explicam a expropriação capitalista inerente à dominação imperialista e, portanto, a dependência e o subdesenvolvimento - se superpõem diferenças fundamentais, que emanam do processo pelo qual o desenvolvimento capitalista da periferia se torna dependente, subdesenvolvido e imperializado, articulando no mesmo padrão as economias capitalistas centrais e as economias capitalistas periféricas", observa Florestan Fernandes.<sup>50</sup>

---

poder, que dela resultam (e que adquirem crescente estabilidade com a consolidação da dominação burguesa)"

<sup>50</sup>. FERNANDES, F.- A Revolução..., 1976, p. 291. Para Florestan Fernandes a especificidade da revolução burguesa atrasada deve ser pensada a partir de suas diferenças com os casos clássicos. Nas suas palavras. "(...) é a estas diferenças (e não àquelas uniformidades) que cabe recorrer, para explicar a variação essencial e diferencial, isto é, o que é típico da transformação capitalista e da dominação burguesa sob o capitalismo dependente. Só assim se pode colocar em evidência como e por que a Revolução Burguesa constitui uma realidade histórica peculiar nas nações capitalistas dependentes e subdesenvolvidas, sem recorrer-se à substancialização e à mistificação da história. Ai, a Revolução Burguesa combina - nem poderia deixar de fazê-lo - transformação capitalista e dominação burguesa"

#### 4. Revolução Burguesa Atrasada e "Imperialismo Total"

Na interpretação de Florestan Fernandes, as características do imperialismo na segunda metade do século XX tornam muito difícil o rompimento com a situação de dependência sem a superação do próprio capitalismo. O problema central é que já não existem atores sociais capazes de impulsionar mudanças sociais construtivas. Por um lado, a possibilidade de desvincular a aceleração do desenvolvimento capitalista do processo de integração nacional leva as burguesias nacionais a optarem definitivamente por uma aliança estratégica com o capital internacional e com as nações hegemônicas. Por outro, o aprofundamento da industrialização exacerba o "medo pânico" das classes dominantes, levando-as a abandonar quaisquer veleidades revolucionárias, e a assumir, sem hesitação, seu caráter autocrático.<sup>51</sup> Mas isso não é tudo. A revolução burguesa é solapada de fora para dentro, uma vez que a polarização com o bloco comunista envolve as burguesias

---

<sup>51</sup>. Florestan Fernandes sintetizou a questão nos seguintes termos: "(...) existe uma completa incompatibilidade entre o superprivilegiamento de classe, como fator de diferenciação social e de estabilidade nas relações de poder entre as classes, e a adoção de sistemas políticos constitucionais representativos. [...] A crise que nasce desse jogo de contradições é estrutural e crônica. Na verdade, é impossível introduzir as 'regras democráticas', como se diz, se algumas classes aceitam a ordem social competitiva apenas onde ela favorece a continuidade de perturbadoras desigualdades sociais e a rejeitam onde admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes. O desfecho da crise (nos países que não puderam superá-la) reflete como 'democracia', 'autoritarismo' e 'autocracia' ainda se superpõem, dentro da ordem social competitiva, nas relações entre as classes. Enquanto o privilegiamento prevalece, o resultado mais freqüente aparece em sistemas de governos aparentemente democráticos, mas que deformam a 'democracia com participação ampliada', convertendo-a em uma variante da democracia restrita das velhas oligarquias. A exceção que confirma a regra surge onde as classes 'baixas' logram oportunidades para

dependentes em uma disputa política de escala mundial. A internacionalização da luta de classes transforma toda ameaça à ordem estabelecida em um episódio da guerra fria. Por fim, os novos requisitos de estabilidade e segurança das grandes corporações multinacionais acirram os antagonismos de classes, colocando em marcha duas revoluções antagônicas: uma, impulsionada pelas classes dominantes, que procura concluir a revolução burguesa mediante a afirmação do capitalismo dependente; e outra, que germina em estado larvar entre os condenados do sistema, que se volta para o futuro e rejeita não apenas à situação de dependência mas ao próprio capitalismo. Nestas circunstâncias, a revolução burguesa ganha uma dinâmica intrinsecamente "contra-revolucionária".<sup>52</sup>

Consolida-se, desta forma, uma cisão irreparável entre tempo econômico e tempo político, ou seja, a nova fase do imperialismo gera um divórcio definitivo entre (1) o movimento

---

contrabalançar ou desmantelar a hegemonia burguesa", - Capitalismo..., 1975, p. 104-105

<sup>52</sup>. Nas palavras do autor, "Revolução e contra-revolução constituem, por consequência, duas faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da 'legalidade'; por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês. Em outras palavras, a burguesia afasta-se das tarefas históricas impostas por sua revolução de classe, mas o proletariado não. Ele força e violenta os dinamismos da sociedade capitalista, obrigando os setores estratégicos das classes burguesas a retomar pé na transformação revolucionária da ordem social competitiva. Onde isso não ocorreu, ou então, onde isso ocorreu de modo muito fraco e descontínuo, a democracia burguesa sempre se revelou muito débil e facilmente propensa às contrações contra-revolucionárias dos regimes ditatoriais. Sob a guerra civil aberta, a pressão autodefensiva da burguesia torna-se virulenta e se coloca acima de qualquer 'legalidade'; por sua vez, o proletariado bate-se diretamente pela conquista do poder ou, pelo menos, pela instauração de uma dualidade de poder que exprima claramente a legalidade que a revolução opõe à ilegalidade da contra-revolução. O campo de luta de classes adquire uma transparência completa e converte-se automaticamente em um campo de luta armada, pela qual a revolução e a contra-revolução metamorfoseiam a guerra civil a frio ou/e a quente em um prolongamento da política por outros meios", FERNANDES, F. - O que é revolução, 1981, p. 30-31

de assimilação dos requisitos socioeconômicos e socioculturais indispensáveis para o funcionamento da ordem social competitiva e (2) o processo de universalização e democratização da ordem social competitiva pelo conjunto do território e da população nacional. Por esse motivo, para Florestan Fernandes, o poder burguês torna-se incompatível com a democracia e o desenvolvimento independente, transformando o Estado em um mero instrumento de controle do espaço social e geográfico do país. "O que entra em jogo não são as compulsões igualitárias (por mais formais e abstratas que sejam) de uma comunidade política nacional, mais ou menos complexa e heterogênea. Mas o alcance dentro do qual certos interesses especificamente de classe podem ser universalizados, impostos por mediação do Estado a toda a comunidade nacional e tratados como se fossem 'os interesses da Nação como um todo'. Literalmente, pois, revolução nacional significa, em semelhante contexto histórico-social e político: (1) integração horizontal, em sentido e em escala nacionais, dos interesses das classes burguesas; (2) probabilidade de impor tais interesses a toda a comunidade nacional de modo coercitivo e 'legítimo'. Essa é a base política da continuidade da transformação capitalista e dela pode resultar, indiretamente e a longo prazo, conseqüências mais ou menos úteis para as demais classes e universais quanto aos dinamismos da comunidade nacional", explica o autor.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup>. FERNANDES, F. - A Revolução..., 1976, p. 301

Em suma, o o novo contexto histórico influencia os rumos da revolução burguesa à medida que transforma a conservação do capitalismo dependente na linha de menor resistência e na opção mais racional ao alcance das burguesias periféricas para impulsionar as transformações capitalistas e consolidar sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Para Florestan Fernandes, o problema fundamental reside nas formas **de solidariedade, de consciência e de comportamentos de classe** que surgem de uma situação estrutural marcada pela brutal assimetria entre os desafios colocados para o impulsionamento do desenvolvimento autônomo e a debilidade orgânica das burguesias dependentes. Como as burguesias são incapazes de assimilar as transformações capitalistas de seu tempo sem estabelecer uma estreita associação com o capital internacional e com o sistema imperialista, seus interesses estratégicos voltam-se para a preservação da situação de dependência. Uma vez que a preservação de estruturas sociais anacrônicas é o único meio que encontram para sobreviver às violentas ondas de modernização vindas de fora, as classes dominantes exacerbam as resistências sociopáticas à mudança, e empenham-se ainda mais em evitar a abertura de espaço político para as classes subalternas. Sem ter nada a oferecer aos desfavorecidos, as burguesias dependentes chegam à constatação de que seus interesses fundamentais não estão na promoção do desenvolvimento autônomo, nem na criação de mecanismos de socialização dos frutos do progresso. Estão, sim, na reprodução ampliada do capital e na perpetuação do

desequilíbrio na correlação de forças que impede a presença ativa das classes baixas no processo histórico. Neste contexto, o desenvolvimento capitalista associa-se à dependência externa, ao subdesenvolvimento das forças produtivas; e à formas autocráticas de poder político. O fechamento do circuito político à participação das classes subalternas elimina a única fonte de energia que poderia forçar as burguesias dependentes a tomar atitudes mais radicais. Por isso, não há como romper o círculo vicioso gerado pelo capitalismo dependente. Como lembra Florestan Fernandes em *O Que É Revolução*, a inexistência de espaço público acarreta a "(...)debilitação estrutural e prolongada das classes destituídas e subalternas. Estas são confinadas à 'apatia', ou seja, não encontram na ordem capitalista ambiente e condições para a sua própria constituição e fortalecimento como classe independente. Por aí se verifica o quanto a 'apatia das massas' é um produto político secretado pela sociedade capitalista e manipulado deliberadamente pelas classes dirigentes".<sup>54</sup>

Em síntese, a possibilidade de separar a transformação capitalista do processo de integração nacional e os riscos envolvidos no impulsionamento das revoluções democrática e nacional constituem as duas principais mudanças que diferenciam o marco históricos das revoluções burguesas atrasadas de suas congêneres anteriores. No entendimento de Florestan Fernandes, dois traços fundamentais permitem

---

<sup>54</sup>. FERNANDES, F.- O que é revolução, 1981, p. 54

descrever a fase do imperialismo no pós guerra: (1) a burguesia torna-se organicamente ainda mais fraca; e (2) e aumenta o risco de que as massas irrompam no processo político - fenômeno inexorável num contexto de aprofundamento da industrialização pesada. Em outras palavras, a revolução burguesa atrasada não é capaz de incorporar as transformações efetivamente revolucionárias de suas antecessoras quer porque as burguesias dependentes não tenham necessidade nem disposição de levar adiante mudanças sociais construtivas; quer porque estas burguesias fechem totalmente o espaço público aos "atores sociais" que poderiam forçá-las a fazer tais transformações. Enfim, a fase do imperialismo total caracteriza-se como um momento específico, durante o qual, como resume o autor, "a burguesia tem pouco a ceder e só cede a medo".<sup>55</sup>

## 5. Observações Finais

A contribuição de Florestan Fernandes para a compreensão do papel da luta de classes no desenvolvimento nacional nos fornece importantes elementos para entender as bases sociais e políticas do processo de acumulação nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas. Sua reflexão abre ricas

---

<sup>55</sup>.Florestan Fernandes acredita a classe operária tende a apreender rapidamente que o capitalismo dependente não tem o que lhe oferecer. Nas suas palavras, "O proletariado cresce com a consciência de que tem de tomar tudo com as próprias mãos e, a médio prazo, aprende que deve passar tão depressa quanto possível da condição de fiel da 'democracia burguesa' para

perspectivas para que se entendam os processos históricos que condicionam a racionalidade substantiva das economias dependentes e determinam seus possíveis destinos. Ao resgatar os elos perdidos entre relações de produção, forças produtivas e superestrutura estatal, Florestan Fernandes mostra a especificidade do grau de autonomia da Economia e do Estado no capitalismo dependente.

Ao expor a lógica sociocultural e política do processo adaptativo que preside o movimento de modernização, Florestan Fernandes vai além da fluída concepção de Caio Prado sobre a natureza das contradições internas que impulsionam a evolução do capitalismo nas economias dependentes. Ao estabelecer os parâmetros sociais e políticos que sobredeterminam o processo de modernização, a reflexão de Florestan Fernandes nos permite caracterizar os processos pelos quais a situação de dependência condiciona os mecanismos de apropriação e utilização do excedente social, bem como os dinamismos políticos que limitam o raio de manobra da política econômica. Para nós, estas lacunas são responsáveis pelo exagerado otimismo de Furtado em relação às soluções reformistas para o subdesenvolvimento, bem como pelo viés tecnocrático com que ele vê os **agentes** promotores do desenvolvimento nacional.<sup>56</sup> Por fim, ao mostrar como o contexto histórico-estrutural compromete a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista e democracia social, seu estudo sobre os dilemas

---

a de fator de uma democracia da maioria, isto é, uma democracia popular ou operária", FERNANDES, F.- O que é revolução, 1981, p. 13-14

da revolução burguesa atrasada evidencia que só um amplo movimento político, que seja capaz de cristalizar uma aliança entre as classes operárias e os setores marginalizados da sociedade, seria capaz de congregar a força social necessária para impulsionar a ruptura com a dependência e o subdesenvolvimento.

---

<sup>55</sup>. A respeito ver GUIMARÃES, M.E.- Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado, 1993; MORAES, R.- Celso Furtado; 1995

## CAPÍTULO 5

### Celso Furtado - Progresso Técnico e Desenvolvimento Nacional

*<<O subdesenvolvimento, como o Deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social>>, C. Furtado*

### Introdução

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico.<sup>1</sup> A discrepância na capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e na capacidade de socializar o excedente entre salário e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem a cópia do estilo de vida dos países centrais

---

<sup>1</sup>. Sobre a teoria do subdesenvolvimento de Furtado, consultar: MORAES, R.- Celso Furtado..., 1995; OLIVEIRA, F., Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.) - Celso Furtado: economia, 1983; Idem. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. In: MORAES, R., ANTUNES, R., FERRANTE, V.B., (Orgs.) - Inteligência brasileira, 1986; Idem. Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado... Novos Estudos CEBRAP, n. 48, p.3-19, 1997; LOVE, J.L. - Crafting the third world, 1996; BAER, W., Furtado on development. Journal of Developing Areas, (s.l.), v.3, n.2, p. 270-280; Idem. Furtado revisited.

como prioridade absoluta do processo de acumulação, o que impede a integração de parcela considerável da população no tipo de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo.

Na visão de Furtado, o processo de modernização dos padrões de consumo tende a se reproduzir como um círculo vicioso. Por essa razão, o subdesenvolvimento não é uma fase que possa ser superada pelo simples crescimento econômico. Na verdade, não há no autor o mais remoto vestígio da concepção etapista de desenvolvimento, que supõe, à maneira de Rostow (1965), que se possa recuperar séculos de atraso mediante saltos no grau de desenvolvimento das forças produtivas.<sup>2</sup> Em *A Teoria do Subdesenvolvimento Revisitado*, Furtado escreve, "(...) a civilização surgida da Revolução Industrial européia conduz inevitavelmente a humanidade a uma dicotomia de ricos e pobres, dicotomia que se manifesta entre países e dentro de cada país de forma pouco ou muito acentuada. Segundo a lógica dessa civilização, somente uma parcela minoritária da humanidade pode alcançar a homogeneidade social ao nível da abundância. A grande maioria dos povos terá que escolher entre a homogeneidade a níveis modestos e um dualismo social de grau maior ou menor".<sup>3</sup>

---

Luso-Brazilian Review, v.2, n.1, p. 114-121, 1974; GUIMARÃES, M.E.-  
Modernização..., 1993.

<sup>2</sup>. "O que caracteriza o desenvolvimento é o projeto social subjacente. O crescimento, tal qual o conhecemos, funda-se na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Quando o projeto social dá prioridade à efetiva melhoria das condições de vida da maioria da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. Ora, essa metamorfose não se dá espontaneamente. Ela é fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política", FURTADO, C. - Cultura..., 1984, p. 75

<sup>3</sup>. FURTADO C.- O Subdesenvolvimento..., Economia e Sociedade, n.1, 1992, p.13.

Interessado em definir parâmetros que deveriam orientar a intervenção do Estado na economia, o esforço de Furtado consiste em estabelecer critérios éticos para o funcionamento da economia, único meio de subordinar a lógica individualista da iniciativa privada aos interesses coletivos da sociedade nacional. "A existência de um Estado nacional" - afirma o autor em *A Construção Interrompida* - "introduz a dimensão política nos cálculos econômicos, tornando-os mais elusivos e complexos. Exemplos de prevalência de critérios políticos na tomada de decisões em matéria econômica podem ser facilmente encontrados em qualquer país, particularmente na sua fase formativa e nos momentos de crise maiores".<sup>4</sup> Seu pensamento é, portanto, uma crítica à visão "cosmopolita" dos problemas econômicos. Ao abstrair os condicionantes extra-econômicos da concorrência, essa abordagem não permite a percepção adequada do que se passa na realidade.<sup>5</sup> Mais do que isso, a redução dos problemas do desenvolvimento a seus aspectos técnicos e formais é incompatível com a crítica do *status quo*.<sup>6</sup> Comentando a especificidade de seu enfoque em *A Pré-Revolução Brasileira*,

---

<sup>4</sup>. Idem, *A Construção...*, 1992, p. 29

<sup>5</sup>. "A análise econômica, fundada numa concepção funcionalista dos processos sociais, é reconhecidamente insuficiente para captar aspectos fundamentais dos sistemas econômicos contemporâneos. Os fatos que não consegue explicar, a partir do conhecimento que tem de um número limitado de variáveis econômicas e de parâmetros incorporados em uma matriz estrutural, o economista tenta reinserir indiretamente nesta última, que assim vai ganhando espessura e opacidade. Desta forma, fatos da maior significação ocorrem 'no plano das estruturas', sendo praticamente invisíveis para o analista econômico", escreve Furtado, *Prefácio a...*, 1976, p.13

<sup>6</sup>. "O grande alcance ideológico da ciência econômica", explica Furtado, "no sentido de contribuir para facilitar o desenvolvimento das forças produtivas no quadro do capitalismo, radica em que ela contribui para ocultar o elemento de poder que existe nas decisões econômicas, assimilando-as a 'automatismos' ou 'mecanismos', cujas leis deviam ser 'descobertas e escrupulosamente respeitadas", FURTADO, C. - *Prefácio a...*, 1976, p. 30

pode-se ler: "(...) não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamentos de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos de grandes disparidades de graus de desenvolvimento e integração social (...) seria totalmente errôneo postular para o economista uma equívoca idéia de objetividade, emprestada às ciências físicas".<sup>7</sup>

O cerne da análise de Furtado é mostrar a relação contraditória entre dependência e construção da nação. Preocupado em estabelecer critérios para balizar a incorporação de progresso técnico, ele mostra que o processo de acumulação só contribui para a formação de um sistema econômico nacional quando: (1) as necessidades que sobredeterminam a acumulação não-produtiva são compatíveis com as potencialidades materiais do país; (2) a acumulação de capital preserva uma relação de adequação entre composição técnica do capital e modo de organização do mundo do trabalho compatível com a geração de escassez relativa de trabalho; e (3) a participação no sistema capitalista mundial não sacrifica o controle da sociedade nacional sobre os fins e os meios do desenvolvimento nacional. Como as economias periféricas não conseguem produzir progresso técnico, tendo de servir-se do patrimônio tecnológico das economias centrais, o

---

<sup>7</sup>. Idem, A Pré-revolução..., 1962, p. 81

grau de liberdade das sociedades dependentes se restringe à sua capacidade de manipular as seguintes variáveis: (1) mudar a qualidade de suas "necessidades sociais" - um processo que exige rupturas socioculturais; (2) escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou difundir técnicas mais antigas; (3) modificar o modo de participação do sistema capitalista mundial; (4) alterar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho mediante reformas na estrutura agrária, mudanças na duração da jornada de trabalho, regulação dos fluxos demográficos etc.

O trabalho de Furtado busca uma alternativa que permitisse às economias latino-americanas superar a asfixiante influência dos Estados Unidos sem tombar na rede de influência do bloco Soviético. A pretensão é encontrar uma terceira via entre as proposições liberais, incompatíveis com a industrialização das economias periféricas, e as teses marxistas, que propugnavam a ruptura radical com o sistema capitalista mundial. Ao discutir as opções das sociedades latino-americanas em meados da década dos 60, Furtado explicitou seu objetivo nos seguintes termos: "O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle".<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup>. FURTADO, C. - A Pré-revolução..., 1962, p. 26

\*\*\*

O capítulo está subdividido em quatro itens. No primeiro, apresentaremos as idéias-chaves da análise do subdesenvolvimento de Furtado e examinaremos as causas e conseqüências da falta de autonomia de seu padrão de acumulação. No segundo, discutiremos a "a irracionalidade" do processo de modernização dos padrões de consumo. No terceiro, analisaremos o modo como o autor utiliza a noção de dependência para fazer as mediações históricas necessárias para a compreensão das contraditórias relações entre modernização e industrialização subdesenvolvida. Por fim, na última parte, comentaremos a relação entre as reflexões de Furtado, de Caio Prado e de Florestan Fernandes.

### **1. Estrutura Centro-periferia e Incorporação de Progresso Técnico**

A teoria do subdesenvolvimento de Furtado parte do princípio de que a **estrutura centro-periferia** permite que a incorporação de progresso técnico seja desarticulada do desenvolvimento das forças produtivas.<sup>9</sup> De um lado, as economias de escala propiciadas pela participação especializada no sistema capitalista mundial tornam possível separar a geração de excedente social de transformações na

divisão social do trabalho. De outro, a difusão do progresso técnico ocorre de modo desigual, criando um descompasso entre modernização dos bens de consumo e modernização dos meios de produção. Abre-se, assim, espaço para que o acesso ao estilo de vida das economias centrais seja desassociado do grau de desenvolvimento de suas forças produtivas. Sob esta perspectiva, a base material do processo de modernização encontra-se na existência de uma dessimetria entre o sistema produtivo e a sociedade. "O subdesenvolvimento é um desequilíbrio na assimilação dos avanços tecnológicos produzidos pelo capitalismo industrial a favor das inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. É que os dois processos de penetração de novas técnicas se apoiam no mesmo vetor que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. A raiz do subdesenvolvimento reside na desarticulação entre esses dois processos causada pela modernização", escreve Furtado.<sup>10</sup>

Contudo, embora necessária, a existência do sistema centro-periferia não é condição suficiente para a persistência do subdesenvolvimento, pois o atraso material em relação às economias centrais não implica que a incorporação de progresso técnico não possa ser feita segundo uma escala de prioridades que leve em consideração os interesses estratégicos do

---

<sup>9</sup>. RODRÍGUEZ, O. - Teoria do..., 1981

<sup>10</sup>. FURTADO, C. - O Subdesenvolvimento..., Economia e Sociedade, n. 1, 1992, p.8.

conjunto da nação. A posição periférica só gera subdesenvolvimento nas sociedades em que as decisões intertemporais de gasto se divorciam das necessidades do conjunto da população e da dotação de recursos econômicos do país. Donde a afirmação de Furtado em *Mito do Desenvolvimento Econômico*: "O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração".<sup>11</sup> Em outras palavras, o subdesenvolvimento supõe o controle da apropriação e utilização do excedente por elites determinadas a reproduzir "(...) padrões de consumo sofisticados sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos".<sup>12</sup>

A fratura entre desenvolvimento das forças produtivas e socialização dos frutos do progresso resulta da presença de um processo de acumulação de capital que, por valer-se de uma "tecnologia inadequada", não gera escassez relativa de trabalho e, por isso, não é capaz de absorver o excedente de mão de obra marginalizado do mercado de trabalho.<sup>13</sup> A

---

<sup>11</sup>. Idem, *O Mito do...*, 1974, p.94.

<sup>12</sup>. FURTADO, C. - *O Mito do...*, 1974, p.81.

<sup>13</sup>. Além disso, Furtado ressalta que "O processo de modernização, ao retardar a penetração de novas técnicas nos meios de produção, também retardou a emergência de novas formas de organização das massas trabalhadoras. Um dos traços característicos do subdesenvolvimento é a exclusão de importantes segmentos de população da atividade política,

inadequação tecnológica está indissolavelmente associada à opção por um padrão de incorporação de progresso técnico baseado na modernização dos estilos de vida das economias centrais. "Os economistas que observaram as economias subdesenvolvidas sob a forma de sistemas fechados viram nessa descontinuidade do aparelho produtivo a manifestação de um 'desequilíbrio ao nível dos fatores', provocado pela existência de coeficientes fixos nas funções de produção, ou seja, pelo fato de que a tecnologia que estava sendo absorvida era 'inadequada'. Pretende-se, assim, ignorar o fato de que os bens que estão sendo consumidos não podem ser produzidos senão com essa tecnologia, e que às classes dirigentes que assimilaram as formas de consumo dos países cênicos não se apresenta o problema de optar entre essa constelação de bens e uma outra qualquer. Na medida em que os padrões de consumo das classes que se apropriam do excedente devam acompanhar a rápida evolução nas formas de vida, que está ocorrendo no centro do sistema, qualquer tentativa visando à 'adaptar' a tecnologia será de escassa significação".<sup>14</sup>

A análise de Furtado é um esforço de revelar a "irracionalidade" deste processo como meio de impulsionar a construção da nação.<sup>15</sup> Ao contrário do que ocorre no

---

privados que estão de recursos de poder. Daí a proclividade ao autoritarismo. Essa situação somente se modifica com a emergência de formas alternativas de organização social capazes de ativar os segmentos de população politicamente inertes", Idem. - O subdesenvolvimento... Economia e Sociedade, n.1, 1992, p.18

<sup>14</sup>. FURTADO, C. - O Mito do..., 1974, p. 87-88.

<sup>15</sup>. A propósito não custa lembrar a afirmação de Max Weber - um dos autores que exerceu maior influência sobre o pensamento de Furtado -, "Puisque nous sommes en mesure d'établir de façon valable (...) quels sont les moyens propres ou non à conduire au but que nous nous représentons, nous pouvons

desenvolvimento autodeterminado - onde o próprio movimento de acumulação de capital leva à ampliação do horizonte mercantil - a impossibilidade de incorporar o conjunto da população ao mercado de trabalho dá lugar a um processo de mercantilização que apresenta limitado poder expansivo. Em outras palavras, as economias subdesenvolvidas caracterizam-se pela incapacidade de gerar rupturas qualitativas na capacidade de consumo da sociedade. Usando uma figura de linguagem, poderíamos dizer que nas economias desenvolvidas o impacto da acumulação de capital sobre o processo de mercantilização tem efeito semelhante ao das vibrações de um abalo sísmico, que se propagam em todas as direções, até esgotarem sua força transformadora. Já nas economias subdesenvolvidas, o processo de mercantilização tende a exaurir-se no seu ponto inicial, como um pião que gira intensamente sobre seu próprio eixo, sem projetar-se para novos espaços. Nas palavras de Furtado: "A teoria do subdesenvolvimento cuida do caso especial de processos sociais em que aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à elevação do nível de vida médio da população".<sup>16</sup>

Os bloqueios à expansão na capacidade de consumo da sociedade decorrem do fato de que a superabundância de mão-de-obra impede a progressiva transferência de ganhos na

---

aussi par cette voie peser les chances que nous avons d'atteindre en général au but déterminé à la faveur des moyens déterminés qui sont à notre disposition. Partant, sur la base de la situation historique, nous pouvons chaque fois critiquer indirectement l'intention comme pratiquement raisonnable ou déraisonnable suivant les conditions données...", WEBER, M. - Essais sur..., 1992, p. 123.

<sup>16</sup>. FURTADO, C. - O Mito do..., 1974, p.87-88.

produtividade física do trabalho para salário. A falta de sinergia entre o processo de intensificação na divisão social do trabalho e o movimento de ampliação progressiva das necessidades sociais submetidas ao circuito mercantil faz com que a concorrência econômica não seja capaz de impulsionar, por si só, o processo de incorporação de progresso técnico. Como não há um encadeamento natural das variáveis técnicas e econômicas que condicionam a introdução e a difusão de progresso técnico, os saltos diacrônicos no desenvolvimento das forças produtivas e na capacidade de consumo da sociedade não são desdobramento natural do movimento anterior da economia. Donde sua advertência: "Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo da produção (...) e o processo de circulação (...), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes".<sup>17</sup>

Nestas circunstâncias, não é o desenvolvimento das forças produtivas que impulsiona as transformações nos padrões de consumo, mas o inverso: é a modernização dos padrões de consumo que condiciona o desenvolvimento das forças produtivas. "Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias

---

<sup>17</sup>. FURTADO, C. - O Mito do..., 1974, p.80.

desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos pólos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva da demanda", resume Furtado em *Um Projeto para o Brasil*.<sup>18</sup>

A desarticulação das relações de causa e efeito entre investimento e consumo significa que as economias subdesenvolvidas não possuem as premissas para que as discontinuidades do modo de organização da vida econômica possam ser deduzidas da concorrência entre capital e trabalho pela apropriação do excedente. A existência de uma ampla disponibilidade de mão-de-obra marginalizada do mercado de trabalho desobriga o empresário a buscar a eficiência econômica. Em *Dialética do Desenvolvimento*, a questão foi resumida assim, "(...) a existência de um grande reservatório de mão-de-obra à disposição dos capitalistas constitui uma força inibitória de todo o processo de luta de classes. Desta forma o setor capitalista das economias subdesenvolvidas apresenta-se (...) com pouco dinamismo, acostumando-se a classe dirigente a elevadas taxas de lucro que jamais são efetivamente postas em xeque pela luta de classes. A este fato se deve que, em muitas economias subdesenvolvidas, o setor capitalista se mantenha praticamente estacionário, alcançando

---

<sup>18</sup>. FURTADO, C. - Um projeto para o Brasil, 1968, p.3.

aquela mesma paz social que caracteriza a velha agricultura feudal, sinônimo de estagnação e por alguém já qualificada de 'paz dos túmulos'".<sup>19</sup>

A ruptura da dialética entre inovação e difusão significa que a incorporação de progresso técnico extrapola o âmbito da teoria econômica.<sup>20</sup> Sua introdução não é o resultado de um cálculo econômico para reduzir custos e neutralizar os efeitos dos aumentos salariais pela elevação sistemática da produtividade do trabalho. "Num clima de negócios em que predomina uma elevada taxa de lucros e no qual não se manifestam pressões para reduzir essa taxa, a preocupação com a produtividade" - afirma Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* - "é sempre relegada a segundo plano, o que constitui vício fundamental em um sistema industrial. Na ausência de preocupação predominante com a produtividade, os problemas de escolha de tecnologia, de adequada localização, enfim todos os critérios de racionalidade, são relegados a segundo plano. O que vem a ser o mesmo que afirmar que todo desenvolvimento se faz com elevado custo social".<sup>21</sup>

Como a órbita econômica carece das premissas necessárias para que o processo de inovação se transforme na força propulsora do desenvolvimento, Furtado conclui que as discontinuidades na divisão social do trabalho e no tipo de

---

<sup>19</sup>. Idem, *Dialética...*, 1964, p.80.

<sup>20</sup>. Donde a assertiva de Furtado: "A análise econômica não os pode dizer por que uma sociedade se modifica e a que agente sociais se deve esse processo. Não obstante, a análise econômica pode precisar o mecanismo do desenvolvimento econômico", FURTADO, C. - *A Economia brasileira...*, 1954, p.193.

<sup>21</sup>. Idem, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, 1961, p.258.

mercado das economias periféricas devem ser pensadas como um processo de ajuste às mudanças nas estruturas extra-econômicas que condicionam os objetivos da sociedade. Nesta perspectiva, o sentido, o ritmo e a intensidade de incorporação de progresso técnico obedecem a uma **racionalidade adaptativa**, ditada pelo processo de modernização dos padrões de consumo. "Longe de ser um reflexo do nível de acumulação alcançado, a evolução do sistema produtivo assume a forma de um processo adaptativo no qual o papel diretor cabe às forças externas e internas que definem o perfil da demanda" escreve Furtado em *Pequena Introdução ao Desenvolvimento*.<sup>22</sup>

## 2. Modernização e Subdesenvolvimento

Para Furtado, a temporalidade da economia dependente deve ser vista como parte do movimento de expansão do sistema **centro-periferia**. Por isto ele insiste que o estudo da dependência deve partir de uma **visão global** que contextualize os problemas específicos de cada sociedade como parte de um processo mais amplo de difusão desigual do progresso técnico. Na introdução de *Análise do Modelo Brasileiro*, Furtado resume a essência de seu método analítico: "A partir de uma globalização histórica, identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, <<reduzir>> a realidade social a um sistema a que se podem aplicar os

---

<sup>22</sup>. FURTADO, C. - *Pequena...*, 1980, p.24.

instrumentos da análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal"<sup>23</sup>.

Sob a perspectiva de Furtado, o sistema capitalista mundial influencia o movimento da economia subdesenvolvida porque os padrões de consumo e eficiência produtiva irradiados do centro condicionam os fins e os meios que regem o processo de acumulação dos países dependentes. Em outras palavras, o **sistema centro-periferia** estabelece os parâmetros estruturais

---

<sup>23</sup>. FURTADO, C.- Análise do "modelo brasileiro", 1972, p.3; "O avanço na direção de uma dinâmica econômica passa por uma compreensão dos processos globais, ou seja, pela construção de um quadro teórico que permita abordar o estudo do conjunto dos processos sociais. A despeito de sua vaguidade, o método histórico tem ocasionalmente contribuído para suprir a ausência desse enfoque global dos processos sociais. Ocorre, entretanto, que a sofisticação dos métodos de que se utiliza o economista fez-se no sentido de a-historicidade, abrindo-se assim um fosso entre a visão global derivada da história e a percepção particular dos problemas sobre os quais a análise econômica projeta alguma luz", escreve o autor em FURTADO, C.- Prefácio a..., 1976, p.11. Não é por outra razão que Furtado rejeita todo tipo de formulação que trate os problemas do desenvolvimento econômico como um problema de dinâmica econômica. "Um quarto de século tateando os labirintos das teorias econômicas e esforçando-me para descobrir relações entre os ensinamentos que daí se derivam e os problemas práticos de nossa época, convenceu-me sobejamente da insuficiência do quadro conceitual com que trabalhamos nessa ciência. Um prolongado esforço para compreender os processos históricos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, apoiado nos instrumentos da análise econômica, levou-me à convicção de que a elaboração de uma 'dinâmica econômica' que seja algo mais do que uma série de exercícios engenhosos para distração de professores universitários, é objetivo inalcançável dentro do quadro de referência em que trabalhamos", p. 9. Daí sua oposição às teses que reduzem a problemática do desenvolvimento a uma questão de dinâmica macroeconômica: "A matéria com que se preocupa o economista são determinados problemas sociais que foram simplificados expressamente para poderem ser tratados com certos métodos. Esse processo de simplificação assume, via de regra, a forma de eliminação do fator tempo. O erro metodológico da chamada 'dinâmica econômica' consiste exatamente em pretender reintroduzir o fator tempo mantendo os problemas com o mesmo grau de simplificação, como se o tempo existisse em si mesmo, independentemente de qualquer conteúdo. Dinamizar significa, necessariamente, tornar os problemas mais espessos, mais complexos,

que fixam as potencialidades do processo de modernização dos padrões de consumo como instrumento de construção de um sistema econômico nacional.<sup>24</sup> Este é um constrangimento objetivo, determinado historicamente pelo caráter desigual de propagação do progresso técnico: "Para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial".<sup>25</sup>

Dentro do leque de opções determinado pelo contexto histórico, o modo de participar no sistema capitalista mundial depende também de decisões internas, que são condicionadas pelas estruturas extra-econômicas que definem as necessidades e os valores substantivos da sociedade nacional.<sup>26</sup> Para o autor, a **teoria da dependência** - que estuda o modo como os nexos externos de subordinação econômica e política articulam-se internamente com o sistema de dominação social - é o

---

portanto, desbordar os limites do 'econômico'", FURTADO, C.- Análise do "modelo brasileiro", 1972, p.11.

<sup>24</sup>. A preocupação de Furtado é identificar os condicionantes externos e internos dos processos de formação do mercado interno e seus reflexos sobre a industrialização. No que diz respeito ao mercado interno, sua análise focaliza: (a) a capacidade dos centros internos de decisão protegerem o espaço econômico nacional da concorrência internacional; (b) os condicionantes dos gastos autônomos responsáveis pelo "eixo dinâmico" da economia; e (c) os condicionantes socioculturais responsáveis pela magnitude do multiplicador interno de renda. No que se refere ao movimento de industrialização, entendido como um processo de expansão e diversificação de unidades manufatureiras, Furtado destaca: (a) o grau de organicidade do sistema produtivo e sua autonomia vis-à-vis o resto do mundo; (b) sua capacidade de introduzir inovações; e (c) o grau de adequabilidade das "técnicas" incorporadas nos meios de produção à forma de organização do mundo do trabalho.

<sup>25</sup>. FURTADO, C.- Peguená..., 1980, p.23.

<sup>26</sup>. Por esse motivo, ele adverte que "(...) o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. Mas nem sempre a dependência criou

arcabouço mais amplo que permite compreender as decisões intertemporais de gasto e seus efeitos sobre o processo de construção de um sistema econômico nacional. Sua análise procura determinar como, em cada momento histórico, a situação de dependência condiciona os mecanismos de geração, apropriação e utilização do excedente social.<sup>27</sup>

Na visão de Furtado, o problema central da industrialização subdesenvolvida é que ela não rompe a lógica perversa da modernização dos padrões de consumo. Por essa razão, mesmo quando a economia periférica desloca os centros dinâmicos da economia para o mercado interno, desvinculando as flutuações da demanda agregada das vicissitudes do setor primário-exportador, a acumulação de capital continua sendo impulsionada por um processo adaptativo, induzido pela necessidade de preencher vazios na oferta agregada provocados pela impossibilidade do acesso aos produtos importados. Nas palavras de Furtado, "Não é a evolução do sistema produtivo que conforma e molda a demanda final, é esta última que comanda o processo de transformação do sistema de produção; (...) as novas atividades orientam-se pela demanda final, como um edifício que se constrói de cima para baixo".<sup>28</sup>

---

as formações sociais sem as quais é difícil caracterizar um país como subdesenvolvido", FURTADO, C. - O Mito..., 1974, p.87.

<sup>27</sup>. Furtado privilegia basicamente três condicionantes do processo de acumulação: (a) o impacto da "dependência cultural" sobre o padrão de necessidades sociais que orienta o processo de incorporação de progresso técnico; (b) o efeito da "dependência tecnológica e financeira" sobre as possibilidades e condições de acesso ao progresso técnico, bem como sobre seu grau de "adequação" às necessidades da sociedade periférica; e, (c), a importância dos fluxos de "transferência de renda ao exterior" na determinação da parcela do excedente gerado pela participação no sistema econômico mundial que pode ser retida internamente.

<sup>28</sup>. FURTADO, C. - Pequena..., 1980, p.124 e 127.

No que diz respeito aos condicionantes técnicos, o aprofundamento da industrialização subdesenvolvida depende do acesso a uma tecnologia que requer um grau de desenvolvimento das forças produtivas que não está pressuposto no desdobramento natural das estruturas produtivas do país. Ao comentar o impacto da dependência sobre a escolha de tecnologia no processo de substituição de importações, Furtado escreve: "Do ponto de vista do empresário do país subdesenvolvido, não somente a tecnologia se apresenta como variável independente - sendo os equipamentos importados de países altamente industrializados - mas também a própria forma de desenvolvimento industrial de uma economia subdesenvolvida, seguindo a linha de substituição de importações, leva-o à adoção de uma tecnologia compatível com uma estrutura de custos e preços similar à que prevalece no mercado internacional de manufaturas. É específica do subdesenvolvimento essa falta de correspondência entre a disponibilidade de recursos e fatores e as combinações destes requeridas pela tecnologia que está sendo absorvida. O que se explica pelo fato de que o subdesenvolvimento não resulta de transformações endógenas de uma economia pré-capitalista, mas de um processo de enxerto, nesta última, de uma ou mais empresas ligadas ao comércio das economias industrializadas em expansão. O equívoco da Ciência Econômica tradicional, a este respeito, deriva de não se levar em conta que o processo de

desenvolvimento por indução externa é distinto do processo clássico de formação das economias européias".<sup>29</sup>

No que se refere ao aspecto econômico, o processo de substituição de importações pressupõe técnicas que são incompatíveis com a geração de escassez relativa de trabalho seja porque a relação trabalho passado/trabalho presente é inapropriada ao modo como os países periféricos organizam o mundo do trabalho, seja porque exigem um esforço de capitalização superior à capacidade de geração de excedente da economia subdesenvolvida. "As massas demográficas, que a modificação das formas de produção priva de suas ocupações tradicionais, buscam abrigo em sistemas subculturais urbanos que só esporadicamente se articulam com os mercados, mas sobre eles exercem uma forte influência como reservatórios de mão-de-obra. Realizando em grande parte sua reprodução no quadro de um sistema informal de produção, as populações ditas marginais são a expressão de uma estratificação social que tem suas raízes na modernização. A **inadequação da tecnologia** a que se referiram alguns economistas, de um ângulo de vista sociológico traduziu-se na polaridade modernização-marginalidade".<sup>30</sup>

O esforço de Furtado é mostrar que os bloqueios à introdução e difusão de progresso técnico tornam a industrialização subdesenvolvida incompatível com a predominância de uma dinâmica endógena de desenvolvimento. Tais bloqueios não decorrem de distorções aleatórias, que

---

<sup>29</sup>. FURTADO, C.- Dialética do..., 1964, p.196.

poderiam ter sido evitadas por uma política econômica clarividente, mas de características inerentes a própria lógica da modernização, relacionada com a ausência de encadeamento natural entre as fases de crescimento. Uma vez que as variáveis técnicas e econômicas exigidas em cada etapa do processo de industrialização não estão inscritas no crescimento prévio da economia, a assimilação de progresso técnico avança aos solavancos, como um processo descontínuo.

De um lado, o desenvolvimento das forças produtivas requer que sejam satisfeitos certos pré-requisitos técnicos que nem sempre estão ao alcance dos recursos produtivos de que a nação dispõe. Surgem assim limites físicos além dos quais o processo de diversificação do parque produtivo não pode continuar. De outro lado, a estreiteza do horizonte de acumulação cria uma tendência à estagnação, que só pode ser contrabalançada pela progressiva concentração de renda, pois, quanto maior é a diversificação da pauta de consumo, maior é a dificuldade para atingir as escalas mínimas necessárias para tornar rentáveis os investimentos. Em suma, o avanço do processo de diversificação da estrutura produtiva é contido pelos limites físicos de uma capacidade de importação comprimida e pelas barreiras impostas pela estreiteza dos mercados compradores.<sup>31</sup> Como diz Furtado, "A diversificação dos sistemas produtivos, ao guiar-se pela demanda de bens finais de consumo, fazia ainda mais premente a necessidade de

---

<sup>30</sup>. FURTADO, C.- Pequena..., 1980, p. 25.

tecnologia e equipamentos importados. Portanto a diferença era considerável com respeito às economias que, na segunda metade do século dezenove, escaparam ao poder gravitacional da Inglaterra para transformar-se em sistemas nacionais autônomos".<sup>32</sup>

Nessas condições, a assimilação do progresso técnico difundido pelo centro capitalista tem de ser precedida por iniciativas destinadas a: (1) construir os pré-requisitos técnicos que viabilizem o desenvolvimento das forças produtivas; e (2) ajustar o "tipo de mercado" às "exigências" de escalas mínimas do processo produtivo.<sup>33</sup> Donde, a importância estratégica da intervenção do Estado como coordenador do processo de industrialização. Para Furtado, cabe ao planejamento racionalizar o processo de industrialização potencializando suas propriedades construtivas como instrumento de construção de um sistema econômico nacional. De um lado, a política econômica deve minimizar os efeitos do estrangulamento de pontos externos e internos que possam comprometer a expansão das forças produtivas; de outro, deve promover os ajustes na distribuição de renda necessários para que haja máxima difusão dos bens de consumo substituídos.

Furtado não se ilude, no entanto, com as limitações do Estado desenvolvimentista: "Não imaginemos que a ação do

---

<sup>31</sup>. A respeito dos desequilíbrios inerentes ao processo de industrialização via substituição de importações, ver FURTADO, C. - Desenvolvimento..., 1961, cap. 5 e 6.

<sup>32</sup>. Idem, Pequena..., 1980, p.129-130.

<sup>33</sup>. FURTADO, C. - Análise do..., 1972.

Estado se faz em contradição com a modernização, ou se apresenta como um opção a ela. A verdade é que o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego quando apoiada apenas na modernização. (...) Apropriando-se de uma parcela crescente do excedente, o Estado transformou-se no fator decisivo do volume dos investimentos nas forças produtivas e também do custo de reprodução da sociedade, fonte que é de uma legislação social de crescente abrangência. Se a modernização opera como fonte de inovação, ao Estado cabe o papel de difusor do progresso técnico, na medida em que decide do volume de emprego e do nível de salário".<sup>34</sup>

Por isso, o avanço da industrialização subdesenvolvida não significa autonomia tecnológica nem implica modificação qualitativa no funcionamento do mercado de trabalho, mesmo quando o desenvolvimento das forças produtivas avança nos setores de insumos básicos e de equipamentos.<sup>35</sup> Nem poderia ser diferente, visto que a internalização da produção de bens de

---

<sup>34</sup>. Idem, *Pequena...*, 1980, p.139.

<sup>35</sup>. A incapacidade de gerar inovações não é um elemento aleatório do processo de substituição de importações, mas uma característica intrínseca a um processo de industrialização impulsionado pela modernização. Como afirmou Furtado, "O processo de 'fechamento' da economia periférica que significava a substituição de importações era em realidade um esforço de diversificação da estrutura produtiva demasiado grande para o nível de acumulação que podia ser alcançado. Como a demanda engendrada pela modernização já era consideravelmente diversificada, os investimentos industriais tendiam a dispersar-se, sem que o tecido industrial adquirisse solidez. Muitas das economias que mais avançaram pela via da industrialização substitutiva apresentavam estas duas características aparentemente contraditórias: um muito baixo coeficiente de importação de produtos manufaturados finais, portanto, uma aparente autonomia no que respeita ao abastecimento interno de produtos manufaturados, e uma total incapacidade para competir nos mercados internacionais desses produtos. Mais avançavam pelo caminho da diversificação, mais baixa era a produtividade. O fechamento refletia não somente o declínio ou lento crescimento das exportações tradicionais, mas também a incapacidade para

capital não elimina a dependência tecnológica, financeira e cultural que caracterizam as sociedades subdesenvolvidas. Portanto, longe de fazer a apologia das virtudes da industrialização como meio de afirmação da nação, a análise de Furtado é uma crítica à industrialização subdesenvolvida. Embora reconheça a importância do processo de acumulação na construção de um sistema econômico nacional, sua reflexão revela a perversidade de um processo de incorporação de progresso técnico que privilegia o rápido acesso aos padrões de consumo vigentes no centro, em detrimento do desenvolvimento das forças produtivas; a diversificação do consumo das classes de alta renda, em vez da difusão para as camadas menos favorecidas, de padrões de consumo já conhecidos; a absorção do estilo de vida do centro, em vez da definição de um estilo de desenvolvimento próprio; o uso de uma tecnologia inadequada, que exige uma relação produto/capital e capital/trabalho inadequada para as bases técnicas e econômicas da economia nacional, em vez da utilização de uma tecnologia ajustada às necessidades e às possibilidades específicas da economia nacional; e a incorporação de tecnologias de produto, em lugar da assimilação de tecnologias de processo. "A iniciativa dos Estados no sentido de criação de indústrias de base deu certamente maior espessura à atividade industrial, mas de nenhuma forma modificou qualitativamente o quadro que viemos de descrever, cujas características principais eram as

---

criar novas linhas de exportação a partir dos setores produtivos que

seguintes: a) dependência *vis-à-vis* da exportação de uns poucos produtos primários; b) dependência crescente com respeito à tecnologia utilizada, mesmo quando se desenvolvia uma indústria local de equipamentos; c) demanda demasiadamente diversificada, relativamente ao nível de acumulação alcançado, e d), não aproveitamento pleno das possibilidades da tecnologia utilizada, em razão da dispersão dos investimentos", escreve o autor.<sup>36</sup>

### 3. Modernização e Industrialização

Para compreender a natureza da relação entre modernização e industrialização nas economias latino-americanas, Furtado identifica três períodos que se diferenciam pelas causas e efeitos do processo de difusão desigual do progresso técnico. Até a desarticulação do sistema de divisão internacional do trabalho, que culmina com a crise da economia mundial nos anos 30, a industrialização foi um subproduto dos dinamismos do setor primário-exportador. A etapa seguinte, que se estendeu até o final da Segunda Guerra Mundial, foi marcada pelo deslocamento dos centros dinâmicos da economia e pelo início de um processo de industrialização para substituição de importações. A terceira fase, que se prolongou até a recente crise da dívida externa, caracterizou-se pela liderança

---

estavam em expansão", FURTADO, C. - Pequena..., 1980, p.131.

<sup>36</sup>. FURTADO, C.- Pequena..., 1980, p. 131.

exercida pelas empresas transnacionais sobre o processo de acumulação.<sup>37</sup>

A gênese do processo de construção nacional, que se inicia após a ruptura do pacto colonial, nas primeiras décadas do século XIX, foi marcada pelas possibilidades abertas pela divisão internacional do trabalho que se articulava em torno do capitalismo industrial inglês.<sup>38</sup> Estimulando o processo de descolonização, a derrocada do antigo regime incentivou a emergência de novos Estados nacionais na periferia do sistema capitalista mundial. Surgiram, assim, as condições básicas para que as ex-colônias pudessem aumentar a retenção interna de excedente gerado no comércio internacional e impulsionar a modernização dos padrões de consumo.

Nesta fase, o estímulo ao desenvolvimento de forças produtivas voltadas para o atendimento do mercado interno decorreu, fundamentalmente, da incapacidade de suprir a expansão e diversificação da demanda interna com produtos importados. No entanto, subordinada ao setor primário-exportador, a industrialização não tinha condições de ultrapassar os limites impostos pela posição especializada na economia mundial.<sup>39</sup> Do ponto de vista técnico, como o sistema industrial não possuía articulação interna para funcionar como um sistema orgânico, a expansão das forças produtivas dependia

---

<sup>37</sup>. A respeito ver FURTADO, C.- Formação econômica da América Latina, 1969. Consultar também: Idem.- Pequena..., 1980, cap. 9 a 12; e Idem. - A Construção..., 1992, cap. 1

<sup>38</sup>. A respeito ver, Idem.- Pequena..., 1980, cap. 9

<sup>39</sup>. De acordo com Furtado, a intensidade desse processo dependeu, basicamente, de duas variáveis: o dinamismo do setor primário-exportador e o montante do multiplicador interno de renda e emprego.

da disponibilidade de divisas para importar equipamentos. Do ponto de vista econômico, como não havia tendência à elevação do custo de reprodução da população, não se verificou um aumento sistemático na capacidade de consumo da sociedade.

A crise do sistema de divisão internacional do trabalho, entre 1914 e 1945, modificou os parâmetros que condicionaram o campo de possibilidades das economias latino-americanas. Inicia-se assim um segundo momento do processo de industrialização. O colapso da ordem liberal inviabilizou o funcionamento especializado das economias periféricas, à medida que: (1) deu lugar a uma conjuntura marcada pela drástica deterioração na demanda mundial de produtos primários; (2) fomentou uma onda protecionista que abalou o dinamismo do comércio internacional; (3) desorganizou o sistema monetário e financeiro; (4) reverteu o sentido do fluxos financeiros, provocando grandes transferências de capital da periferia para o centro; e (5) generalizou o comércio bilateral. Neste contexto, não restou à economia periférica outra alternativa senão fechar o coeficiente de abertura externa.<sup>40</sup>

Apoiando-se na expansão do mercado interno, os países latino-americanos que já possuíam relativa autonomia nos centros internos de decisão aproveitaram a oportunidade aberta pelo estrangulamento externo e pelo isolamento da concorrência internacional para impulsionar a formação do sistema econômico

---

<sup>40</sup>. A propósito, ver FURTADO, C.- Pequena..., 1980, cap. 10

nacional.<sup>41</sup> Iniciou-se assim o movimento de transformação nas forças produtivas que ficou conhecido como **substituição de importações**. A especificidade desta fase do processo de modernização reside no fato de que, como escreveu Furtado, "(...) o impacto da crise do setor exportador suscitou uma série de reações, as quais se traduziram pela baixa do coeficiente de exportação e a elevação simultânea do coeficiente de industrialização".<sup>42</sup>

A despeito das limitações inerentes à industrialização subdesenvolvida, a substituição de importações avançou muito além do que seria de se esperar em algumas economias latino-americanas. Na visão de Furtado, isto só foi possível graças às características muito particulares da difusão espacial do progresso técnico no pós-guerra. O ponto-chave da terceira fase do processo de industrialização é que as economias periféricas foram preservadas do livre-cambismo que, sob a égide da ordem internacional montada em *Bretton Woods*, presidiu o movimento de integração dos mercados centrais.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup>. Furtado destaca que: "O êxito logrado por esse esforço [de ampliação dos horizontes do processo de industrialização] dependeu da interveniência de um certo número de fatores, o que explica as diferenças que se observam entre países. Dentre esses fatores tiveram particular relevo os seguintes: a) a dimensão relativa do mercado interno; b) o nível já alcançado pela industrialização [...]; c) a elasticidade da oferta interna de matérias-primas para essas indústrias, particularmente fibras vegetais; d) a elasticidade da oferta interna de gêneros alimentícios; e) grau de autonomia dos centros internos de decisão, particularmente nos setores monetário e fiscal", FURTADO, C.- *Peguená...*, 1980, p. 122-123.

<sup>42</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 123. Furtado alerta que "A expressão não é feliz pois, a rigor, toda industrialização periférica assume a forma de substituição de importações, sendo raro que se venha a produzir localmente alguma coisa que antes não haja sido importada, seja sob a forma de bem final ou de ingrediente desses bens. A característica principal dessa segunda fase da industrialização periférica está na simultaneidade da baixa do coeficiente de importação".

<sup>43</sup>. A respeito Idem. *Ibidem*, cap. 11 e 12.

Nesta fase, os países que haviam conseguido desenvolver um mercado interno compatível com os requisitos mínimos de escala necessários para atrair as grandes empresas transnacionais puderam aprofundar o padrão de industrialização, recorrendo à tecnologia dos Estados Unidos.<sup>44</sup>

Os efeitos da presença das transnacionais sobre o sistema econômico nacional variaram conforme as características que sobredeterminaram o padrão de concorrência intercapitalista. Na interpretação de Furtado, a industrialização liderada pelas empresas transnacionais apresentou dois momentos distintos.

Até meados da década dos 60, a internacionalização da economia periférica assumiu a forma de um aprofundamento do processo de introversão econômica. Superando as contradições que bloqueavam a expansão do sistema produtivo, as empresas transnacionais deram uma sobrevida ao movimento de difusão das estruturas da II Revolução Industrial. Como o aprofundamento da substituição de importações requeria a opção por um estilo de crescimento baseado nas indústrias de bens de consumo conspícuo, a possibilidade de internalizar uma tecnologia já amortizada permitiu a superação de dois obstáculos que se antepunham ao aprofundamento da industrialização: as limitações impostas pela capacidade de importação, no plano

---

<sup>44</sup>. O processo de internacionalização do mercado interno requer um regime central de acumulação. Nas palavras de Furtado, "(...) a transnacionalização de atividades econômicas deu-se de forma circunscrita, sendo o verdadeiro motor do crescimento a formação do mercado interno a partir de um potencial de recursos naturais e de mão-de-obra subutilizados. Contudo, condição sine qua non desse dinamismo era que as atividades econômicas operassem articuladas em sistema, isto é, com alguma forma de solidariedade entre os elementos que a constituem. Assim, a produtividade não podia ser aferida apenas microeconomicamente: a criação de emprego e a

macroeconômico; e os problemas de rentabilidade ligados a esse tipo de investimento, no plano microeconômico.<sup>45</sup>

No entanto, por mais paradoxal que possa parecer, o aprofundamento da industrialização não significou maior autonomia nacional, pois o fechamento da economia, a expansão do mercado interno, e a diversificação da estrutura industrial intensificaram a dependência externa. Por esse motivo, a industrialização do pós-guerra carregou uma contradição incontornável, pois o dinamismo das empresas transnacionais gerava uma demanda cada vez maior de divisas para importação e para pagamentos externos, mas a competitividade externa continuava dependendo de vantagens comparativas estáticas. Portanto, o 'fechamento' da economia era incompatível com a liderança que o capital estrangeiro exercia sobre o estilo do desenvolvimento. "O processo de 'fechamento' da economia periférica que significava a substituição de importações - afirma Furtado - era em realidade um esforço de diversificação da estrutura produtiva demasiado grande para o nível de acumulação que podia ser alcançado. Como a demanda engendrada pela modernização já era consideravelmente diversificada, os investimentos industriais tendiam a dispersar-se, sem que o

---

economia de divisas também eram variáveis estratégicas", FURTADO, C. - A Construção..., 1992, p.28.

<sup>45</sup>. Neste contexto, o capital nacional exerce um papel apenas subsidiário. "A expansão do grupo de empresas locais é uma decorrência do fato de que elas emprestam flexibilidade ao conjunto do sistema industrial. Esse setor opera como mecanismo descentralizador de decisões e também como laboratório de ensaio. Demais, essas empresas estão em condições de absorver parte dos custos mediante uma política de salários mais baixos, muitas vezes contornando as exigências da legislação social. Mas, em razão de sua dependência tecnológica, muito raramente chegam a disputar posições nos setores mais dinâmicos às transnacionais", FURTADO, C. - Pequena..., 1980, p.136.

tecido industrial adquirisse solidez. Muitas das economias que mais avançaram pela via da industrialização substitutiva apresentavam estas duas características aparentemente contraditórias: um baixo coeficiente de importação de produtos manufaturados finais, portanto, uma aparente autonomia no que respeita ao abastecimento interno de produtos manufaturados, e uma total incapacidade para competir nos mercados internacionais desses produtos. Mais avançaram pelo caminho da diversificação mais baixa foi a produtividade. O fechamento refletia não somente o declínio ou lento crescimento das exportações tradicionais, mas também a incapacidade para criar novas linhas de exportação a partir de setores produtivos que estavam em expansão".<sup>46</sup>

Para Furtado, dois fatos deram sobrevida ao movimento de industrialização a partir de meados dos anos 60. De um lado, a estratégia das empresas transnacionais, de aproveitar os baixos salários da periferia para iniciar um movimento de exportação de produtos manufaturados com elevado componente de mão-de-obra, deu um fôlego adicional ao movimento de internacionalização do capital produtivo. De outro, a ampla

---

<sup>46</sup>. Idem. *Ibidem*, p.130-131. Comentando o papel do capital internacional no desenvolvimento da economia brasileira, Furtado afirmou: "Tivesse um país como o Brasil de depender de um fluxo continuado de capitais externos para desenvolver-se, e suas atuais perspectivas seriam muito pouco alvissareiras. Isso porque a entrada de capitais externos significa a criação de um fluxo permanente de renda de dentro para fora do país. Se os capitais externos contribuem para aumentar as exportações ou substituem importações, esse fluxo pode não criar problemas de balanço de pagamentos. Na nossa etapa atual de desenvolvimento, entretanto, o investidor estrangeiro típico contribui, em grande parte, para criar novos hábitos de consumo e para estimular a procura do consumidor de alta e média rendas. Contribui, assim a reduzir a poupança espontânea, ao mesmo tempo que cria um fluxo de renda para o exterior de conseqüências sérias para o balanço de pagamentos", Idem, A Pré-revolução..., 1962, p. 85.

disponibilidade de empréstimos internacionais criou um mecanismo quase que automático de financiamento do crescimento. Assim, até o início dos anos oitenta, a crise da economia internacional reforçou o interesse das empresas transnacionais em participarem do processo de internacionalização dos mercados internos das economias periféricas. "Se numa primeira fase a penetração dessas empresas fez-se em função da ampliação do mercado interno, nesta segunda caberia a elas colaborar na reciclagem dos sistemas industriais periféricos a fim de fazê-los competitivos internacionalmente. Por esta forma, estendeu-se às economias periféricas o processo de integração transnacional das atividades produtivas há muito em curso nos países centrais. Essa nova etapa do processo de transnacionalização colocou problemas complexos, não só em razão da heterogeneidade das economias cujos mercados se integram, mas também pelo fato de que ela toma impulso em fase de amplo desemprego nos países centrais. Ainda assim, o avanço por essa via foi considerável no decênio dos 70", explica Furtado.<sup>47</sup>

Mesmo nos países nos quais a industrialização subdesenvolvida foi levada ao paroxismo, o novo tipo de vínculo entre as empresas transnacionais e as economias periféricas significou o início de um movimento de reespecialização produtiva. Furtado destaca que, quando tudo parecia indicar que havia espaço para o aparecimento de

---

<sup>47</sup>. FURTADO, C.- A nova dependência, 1982, p. 126; Idem, Pequena..., 1980,

economias periféricas semi-industrializadas capazes de competir no mercado internacional, os pilares que haviam sustentado o desenvolvimento do pós-guerra voaram pelos ares, e surgiram novos desafios para a organização dos sistemas econômicos nacionais.<sup>48</sup> Na América Latina, o fim do ciclo de substituição de importações veio sob a forma de um draconiano estrangulamento cambial.

#### 4. Capitalismo transnacional e a "nova dependência"

Na visão de Furtado, o traço distintivo do novo marco histórico é que a transnacionalização do capitalismo desarticulou as sinergias que haviam dado coerência aos sistemas econômicos nacionais. Enquanto as nações desenvolvidas reagem à transnacionalização do capitalismo, buscando novas formas de controle sobre os capitais e reforçando seus mercados internos mediante a formação de blocos econômicos regionais e a criação de mecanismos supranacionais de articulação das políticas cambiais, para Furtado a falta de iniciativa das economias periféricas provoca a desarticulação de seus centros internos de decisão e a desestruturação de seus sistemas produtivos nacionais. A interpretação de Furtado enfatiza, basicamente, dois aspectos do problema.

De um lado, a armadilha do endividamento externo compromete a capacidade de as economias periféricas

preservarem o controle sobre os centros internos de decisão. Ao franquear o caminho para uma inserção hierarquizada na divisão internacional do trabalho, a tutela da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica abala a posição do mercado interno como centro dinâmico da economia e implica um tipo de alocação de recursos que compromete a coerência sistêmica da economia nacional. Comentando o caso brasileiro, Furtado colocou a questão nos seguintes termos: "Em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase que necessariamente a tensões interregionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional".<sup>49</sup>

De outro lado, a intensificação do processo de difusão de valores do centro capitalista exacerba o grau de dependência cultural das regiões periféricas. Os avanços nas áreas de comunicações e transportes levaram ao paroxismo a tendência de as classes médias e altas dos países periféricos copiarem os padrões de consumo e comportamentos vindos do centro hegemônico. A sacralização do mercado como princípio organizador da sociedade paralisa os centros nacionais de decisão. Por isso, Furtado adverte para a importância de uma crítica radical a apologia do mercado. "A luta contra as ambigüidades da doutrina monetarista exige uma crítica da

---

<sup>49</sup>. A respeito ver FURTADO, C.- A Nova..., 1982 e A Construção..., 1992

prática do desenvolvimento periférico na fase de transnacionalização. O que está em jogo é mais do que um problema de desmistificação ideológica. Temos que interrogar-nos se os povos da Periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada do futuro. A nova ortodoxia doutrinária, ao pretender tudo reduzir à racionalidade formal, oblitera a consciência dessa opção. Se pretendemos reavivá-la, devemos começar por restituir à idéia de desenvolvimento o seu conteúdo político-valorativo".<sup>50</sup>

Em suma, ao debilitar a capacidade de o Estado controlar as forças do mercado, enfraquecer a correlação de forças do trabalho frente ao capital e aumentar a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a transnacionalização do capitalismo solapa as bases dos centros internos de decisões e a coerência interna dos sistemas econômicos nacionais. Muito antes que a transformação da economia mundial tivesse atingido a dimensão alcançada na década dos 80, Furtado já alertava para a adversidade da ordem internacional emergente. "A enorme concentração de poder que caracteriza o mundo contemporâneo - poder que se manifesta sob a forma de super-Estados nacionais e ciclópicas empresas transnacionais, uns e outros apoiados em imensos recursos financeiros, no

---

<sup>50</sup>. FURTADO, C. - A Construção..., 1992, p. 35.

controle da técnica e da informação e em instrumentos de intervenção aberta ou disfarçada de âmbito planetário - coloca a América Latina em posição de flagrante inferioridade, dado o atraso que acumularam as economias da região e as exíguas dimensões dos mercados nacionais. Dessa observação podemos inferir dois corolários. O primeiro é que o reencontro dos povos latino-americanos em um destino comum se imporá cada vez mais como idéia-força a todos aqueles que pretendam lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência de nossos países. O segundo é que a idéia de reproduzir nesta parte do mundo a experiência de desenvolvimento econômico no quadro das instituições liberais, se configura cada vez mais como uma quimera para os observadores lúcidos de nosso processo histórico. Em face da transnacionalidade da economia, a opção do *laissez faire* significa hoje em dia, em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios, aceitar progressivamente a desarticulação interna, quiçá a perda mesma do sentido de entidade nacional. Convém acrescentar que essa desarticulação traz consigo o agravamento das desigualdades geográficas dentro de um mesmo país, concentração social da renda, **marginalização** de amplos segmentos da população, enfim, crescentes custos sociais".<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup>. FURTADO, C.- A Nova..., 1982, p. 132. Ver a respeito, Transnacionalização e Monetarismo. Idem, In: \_\_\_\_\_ Pensamiento Ibero-Americano, n. 1, 1982.

<sup>51</sup>. FURTADO, C.- Prefácio a..., 1976, p. 136. Afinal, como adverte Furtado, "Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo. O conceito de produtividade social, introduzido nos anos 30 no estudo das economias em prolongada recessão, não tem aplicabilidade nas economias cuja dinâmica se funda na abertura externa. Para as empresas transnacionais, o conceito de produtividade

## 5. Observações Finais

O esforço de Furtado é desvendar a lógica adaptativa que rege a reprodução das bases materiais do subdesenvolvimento. Ao explicitar as estruturas sociais e os valores culturais que sobredeterminam o processo de modernização, sua análise define critérios éticos para avaliar a eficácia técnica e os efeitos sociais do processo de incorporação de progresso técnico como instrumento de construção de um sistema econômico nacional. Nesse sentido, a contribuição de Celso Furtado deve ser vista como o desdobramento, para o campo econômico, da mesma problemática tratada por Caio Prado e Florestan Fernandes.

A reflexão de Furtado evidencia que a subordinação da industrialização por substituição de importações ao processo de modernização dá lugar a um padrão de utilização do excedente que não conduz à superação do subdesenvolvimento. Trata-se de uma forma "irracional" de incorporação de progresso técnico que prioriza: (a) o presente em detrimento do futuro; (b) a demanda e as aspirações das elites privilegiadas, em detrimento das necessidades mais elementares da população; (c) o consumo imitativo em detrimento da criatividade cultural; (d) a incorporação de tecnologias que subutilizam recursos escassos, em detrimento de outras que

---

social carece de qualquer conteúdo explicativo. E, contudo, sem esse conceito o estudo do subdesenvolvimento se empobrece consideravelmente", *Idem, A Construção...*, 1992, p. 30.

permitiriam um aproveitamento racional de recursos abundantes da região; e, finalmente, (e) o investimento na capacidade de adaptação da divisão social do trabalho aos requisitos do processo de modernização, em detrimento do fortalecimento da capacidade de inovação tecnológica.

Sem atribuir valor absoluto aos aspectos estritamente técnicos da racionalidade econômica, Furtado estabelece os princípios que devem orientar a incorporação de progresso técnico tendo em vista a construção de um sistema econômico nacional. No entanto, seu modo de pensar a autonomia relativa dos centros internos de decisão ignora que o raio de manobra da política econômica é prisioneiro da correlação de forças que sustenta o Estado. Ao subestimar a força dos grupos econômicos e sociais umbilicalmente comprometidos com o subdesenvolvimento, o autor superestima as potencialidades reformistas das elites dirigentes e o papel da tecnocracia no desenvolvimento nacional. No nosso entendimento, estes problemas devem ser atribuídos ao fato de que o compromisso de Furtado com a defesa do regime capitalista limita sua capacidade de levar às últimas conseqüências a crítica à dependência e ao subdesenvolvimento.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup>. Para uma crítica detalhada deste ponto ver MORAES, R.- Celso Furtado..., 1995. A respeito da concepção de Estado da CEPAL ver GURRIERI, A.- Vigência del estado planificador en la crisis actual. Revista de la CEPAL, n.31, 1987; GUIMARÃES, M.E.- Modernização..., 1993.

## CAPÍTULO 6

### ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE.

<<O que fazeis, isso sois, nada mais>>, Padre A. Vieira

#### Introdução

Vimos que a reflexão sobre a problemática do desenvolvimento econômico procura desvendar os dilemas enfrentados pela sociedade nacional para submeter a incorporação de progresso técnico aos desígnios da coletividade. A premissa subjacente é que, dentro de determinados limites, a vontade política pode orientar as transformações na base produtiva da sociedade em várias direções. Como adverte Weber, em *A Ética Protestante*, "Il faudrait placer en épitaphe à toute étude sur la rationalité ce principe très simple mais souvent oblié, la vie peut être rationalisée selon des perspectives ultimes et des directions extrêmement différentes".<sup>1</sup>

No caso do capitalismo dependente, a capacidade de a sociedade controlar o sentido das mudanças econômicas está complexamente determinado por parâmetros externos, que dependem das tendências do desenvolvimento desigual do sistema capitalista, e por parâmetros internos, associados às

estruturas econômicas e socioculturais de cada formação social. Em princípio, o raio de manobra dessas sociedades fica circunscrito a três alternativas sobre o modo de participar do sistema capitalista mundial.<sup>2</sup> Em primeiro lugar, o país dependente pode **negar** as influências oriundas do exterior, bloqueando os fluxos econômicos e culturais difundidos pelo centro capitalista. Em segundo, pode **sancionar** tais tendências, abrindo o espaço econômico nacional às forças do sistema capitalista mundial. Por fim, pode ultrapassar os limites do marco histórico e **superar** a situação de dependência, redefinindo, com maior ou menor profundidade, os nexos internos e externos responsáveis pela dupla articulação.<sup>3</sup>

Levadas ao paroxismo, tanto o insulamento do espaço econômico nacional, no sistema capitalista mundial, quanto sua diluição no mercado internacional implicam a negação da própria idéia de desenvolvimento nacional. Como as economias dependentes carecem de dinamismo próprio, o bloqueio absoluto às transformações capitalistas irradiadas das economias centrais leva o movimento de incorporação de progresso técnico

---

<sup>1</sup>. WEBER, M.- L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme, 1985, p. 78-79.

<sup>2</sup>. Cada uma destas opções tem diferente implicação sobre: o grau de autonomia dos centros internos de decisão, o caráter do processo de incorporação de progresso técnico e o substrato social que as viabiliza.

<sup>3</sup>. As condições econômicas, socioculturais e políticas associadas a cada uma dessas alternativas, bem como as ilações a respeito de seus impactos sobre o futuro da sociedade dependem de análises históricas concretas que levem em consideração as características das transformações capitalistas irradiadas pelo centro hegemônico, bem como o caráter das estruturas internas da sociedade, sua vulnerabilidade ao contexto externo e sua capacidade de tomar iniciativas - defensivas, adaptativas e ofensivas - nos planos da economia e da política. É a forma de consideração de cada um desses elementos que permitirá à análise histórica definir: os pré-requisitos estruturais e dinâmicos que condicionam cada uma dessas opções; os obstáculos, externos e internos, que bloqueiam a sua efetiva

ao mais completo imobilismo. A irrestrita exposição do espaço econômico nacional aos padrões de concorrência irradiados do sistema capitalista mundial provoca a desarticulação do centros internos de decisão e a total perda de controle da sociedade sobre seu tempo histórico, uma vez que a liquidação de tudo que não é capaz de acompanhar o novo padrão de transformação capitalista gera processos catastróficos de desestruturação econômica, social e cultural.

O desenvolvimento dependente consiste em um modo de participar no sistema capitalista mundial que restringe o grau de liberdade das economias periféricas à possibilidade de graduar o ritmo e a intensidade de assimilação das transformações capitalistas difundidas pelas economias centrais. Dentro desses parâmetros, as opções das economias dependentes acabam se restringindo a combinar as seguintes variáveis: (1) maior ou menor crescimento econômico; (2) maior ou menor grau de exclusão social; e (3) maior ou menor controle sobre os centros internos de decisão. É em torno dessa questão que se trava o braço-de-ferro entre os grupos modernizadores e conservadores que compõem as classes dirigentes das sociedades dependentes.

Ansiosos por aproveitar as oportunidades de negócios abertas pelo sistema capitalista mundial, os grupos econômicos e sociais articulados à comunidade internacional batem-se por uma modernização impetuosa. Os segmentos que se sentem ameaçados pelas tendências da economia mundial não têm pressa

---

materialização, e as condições objetivas e subjetivas internas que definem

e precisam de tempo para se adaptar aos novos ventos do capitalismo. Lutam por uma modernização lenta, segura e gradual. Sem os segmentos modernizadores, a economia dependente fica paralisada; sem os estratos atrasados, perde todo poder de barganha em relação ao capital internacional. Na realidade, as duas facções constituem os braços direito e esquerdo do desenvolvimento dependente. Apesar de se situarem em pólos opostos, ambos sabem que a combinação de modernidade e de atraso é o único meio de que as regiões periféricas dispõem para participarem dos ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista.

Por esse motivo, nenhuma das duas facções pode levar às últimas conseqüências uma política de ruptura com as estruturas externas e internas responsáveis pela reprodução do capitalismo dependente. Os modernizadores, impacientes com tudo que possa significar uma marginalização das tendências do capitalismo central, demonstram grande conformismo quando se trata de promover mudanças nas estruturas sociais. Os conservadores, que tanto vociferam em defesa da identidade nacional, descartam qualquer alteração que possa comprometer o acesso futuro aos padrões de consumo e estilos de vida do chamado Primeiro Mundo. Não causa surpresa que a relação entre capitalismo dependente e integração nacional esteja crivada de contradições irreduzíveis. De um lado, a evolução do capitalismo reforça as tendências que levam à autonomização da economia nacional; de outro, exacerba as contradições entre o

---

as implicações de cada uma dessas vias para o futuro da sociedade.

movimento de acumulação do capital e o processo de integração nacional, criando antagonismos que tornam a sobrevivência do capitalismo dependente cada dia mais difícil. Por esse motivo, as nações emergentes da periferia do sistema capitalista mundial caminham sob o fio da navalha, equilibrando-se entre tendências que empurram a sociedade em direção ao desenvolvimento autodeterminado e forças que a ameaçam com o espectro de reversão neocolonial.

O conhecimento da natureza das contradições entre a situação de dependência e o processo de construção da nação constitui o núcleo central de toda reflexão sobre o caráter do desenvolvimento capitalista nas regiões periféricas e subdesenvolvidas. Enquanto as contradições geradas pela posição subalterna no sistema capitalista mundial não forem inconciliáveis com a continuidade do processo de afirmação do Estado nacional, o desenvolvimento dependente exerce uma função social construtiva, (mesmo que às custas de grandes irracionalidades e injustiças sociais). No entanto, quando isso deixa de acontecer, o capitalismo dependente divorcia-se completamente da sociedade nacional tornando-se incompatível com a continuidade do processo civilizatório. Daí em diante, a sociedade dependente passa a viver uma encruzilhada decisiva, pois a ruptura com a situação de dependência e a desarticulação do processo de modernização conservadora tornam-se os únicos meios de evitar a barbárie. Inaugura-se, assim, uma conjuntura revolucionária que abre espaço tanto para o deslocamento da fronteira histórica e a abertura de

novos horizontes de oportunidades quanto para uma reação contra-revolucionária e o reforço das tendências que se projetam do passado e sufocam o futuro. A ruptura com a situação de dependência torna-se, então, uma tarefa inadiável, pois só a erradicação das estruturas responsáveis pela dupla articulação é capaz de abrir novas perspectivas para os povos da periferia. É esse o combate inadiável que deve ser travado pelas forças sociais realmente comprometidas com a Nação, pois, como afirma Fernand Braudel, do alto de seu conhecimento sobre a natureza da **economia mundo**, "Le Tier Monde, pour progresser, ne peut que briser, d'une façon ou d'une autre, l'ordre actuel du monde".<sup>4</sup>

Embora essa alternativa possa parecer irracional para quem está integrado no processo de modernização dos padrões de consumo das economias capitalistas mais desenvolvidas, para amplas massas da população condenadas à miséria, a libertação dos laços de dependência e o ajuste de contas com as assimetrias da sociedade colonial constituem os únicos meios realmente eficazes de resgatar o controle sobre seu destino.<sup>5</sup> O desafio consiste em deixar de aceitar passivamente as tendências do sistema capitalista mundial. Ainda que a ruptura com os nexos de dependência não elimine o forte condicionamento que o sistema capitalista mundial exerce sobre

---

<sup>4</sup>. BRAUDEL, F.- Le temps du monde. In: \_\_\_\_\_ - Civilisation..., 1979, t.3, p. 469.

<sup>5</sup>. A propósito, não custa lembrar que para Weber "Ceux qui s'élèvent contre ces sortes de rationalisation"- o autor refere-se à racionalidade puramente técnica - "ne sont pas forcément insensés. Au contraire, chaque fois que l'on cherche à faire une évaluation il est indispensable de tenir compte de l'influence que les rationalisations techniques exercent sur les

o desenvolvimento das economias periféricas, a inversão no modo de participar de seu contexto civilizatório permite que a inserção na economia mundial seja uma variável de ajuste que se adapta aos objetivos do desenvolvimento nacional.<sup>6</sup> Donde, a conclusão de Braudel sobre a sorte das sociedades periféricas no sistema capitalista mundial, "Il n'y a de salut du côté de tous ces perdants que là ou ils recourent à l'agression, à la guerre".<sup>7</sup>

Este é o momento em que os atores responsáveis pela construção da nação passam pela sua prova de fogo. Afinal como lembra Lenine, "Sería erróneo creer que las clases revolucionárias tienen la fuerza suficiente para realizar la transformación en el momento en que las condiciones del desarrollo socioeconómico han hecho que la necesidad de esa transformación esté totalmente madura. Esto no es así; la sociedad no está arregalada de una manera tan racional y tan 'conveniente' para sus elementos progresistas. La necesidad de una transformación puede estar madura, pero la fuerza de los creadores revolucionarios de dicha transformación puede resultar inadecuada para lograrla. En estas condiciones, la

---

modifications de l'ensemble des conditions de vie interne e externe", WEBER, M.- Essais sur ..., 1992, p. 420.

<sup>6</sup>. Para os que consideram a ruptura com o sistema capitalista mundial uma atitude irracional, não custa lembrar a advertência de Godelier: "Il n'y a pas de rationalité en soi ni de rationalité absolue. El rationnel d'aujourd'hui peut être l'irrationnel de demain, le rationnel d'une société peut être l'irrationnel d'une autre. Enfin, il n'y a pas de rationalité exclusivemet économique", GODELIER, M.- op. cit, p. 206.

<sup>7</sup>. BRAUDEL, F.- Le temps du monde. In: \_\_\_\_\_ - Civilisation ..., 1979, t.3, p. 41.

sociedad se pudre y su putrefacción puede durar décadas enteras".<sup>8</sup>

\*\*\*

O debate sobre o destino do capitalismo dependente polariza-se em torno dos efeitos da situação de dependência sobre o desenvolvimento nacional e, em consequência, sobre os desafios econômicos, políticos e culturais de quem luta pela construção da Nação. Trata-se de responder basicamente duas questões: (1) quais as condições objetivas e subjetivas que condicionam o nexo entre o desenvolvimento dependente e construção da nação?; e (2) quais os nós que devem ser desatados para superar a dependência e o subdesenvolvimento?<sup>9</sup> Aí estão, em última instância, os pontos cruciais que diferenciam os trabalhos de Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado no que se refere aos dilemas históricos da sociedade dependente.

## 1. Imperialismo x Nação: as tarefas da Revolução nacional

---

<sup>8</sup>. LENIN apud BARAN, P.A.- La economía política ..., 1959, p. 278-279. A propósito não custa lembrar a advertência de Trotsky: "As premissas essenciais de uma revolução residem no fato de que o regime social existente acha-se incapaz de resolver os problemas fundamentais do desenvolvimento da nação. A revolução torna-se possível apenas quando, na composição da sociedade, existe uma nova classe capaz de pôr-se à frente da nação para resolver os problemas apresentados pela história", TROTSKY, L. - op. cit., p. 847.

<sup>9</sup>. A respeito ver GERTH, H., MILLS, W., A mudança histórico-social. In: IANNI, O. (org.) - Teorias da estratificação social, 1973, p. 19-50.

Na visão de Caio Prado, o fato de as economias coloniais em transição não conseguirem internalizar o circuito de valorização do capital não significa que as nações emergentes não apresentem uma tendência interna à autonomização, mas apenas que tal tendência não é impulsionada pela reprodução ampliada do capital senão que pelas reações políticas provocadas pelo profundo mal-estar em relação à pobreza, ao atraso, à instabilidade e à irracionalidade que caracterizam o subdesenvolvimento. Dentro desta perspectiva, a lógica que preside o movimento de formação das nações emergentes é regida pela crescente contradição entre a expansão do mercado interno e o caráter dual das forças produtivas. Comentando o caso brasileiro, Caio Prado colocou a questão nos seguintes termos: "Tal base para o desenvolvimento da população, (...), se torna, através do tempo, restrito e incapaz de sustentar a estrutura que sobre ela se formara. Suficiente de início, e ainda por muito tempo para prover os fins precípuos da colonização - a ocupação do território, o aproveitamento dele com um relativo equilíbrio econômico e social; para promover, enfim, o progresso das forças produtivas -, aquela base acabou por se tornar insuficiente para manter a estrutura social que sobre ela se constituíra e desenvolvera ...".<sup>10</sup>

De acordo com Caio Prado, enquanto for possível conciliar a expansão das necessidades sociais submetidas ao circuito mercantil com o caráter dual da economia subdesenvolvida, as contradições geradas pela situação de dependência não são

---

<sup>10</sup>. PRADO JR., C. - Formação do Brasil Contemporâneo, 1942, p. 358

incompatíveis com a formação da nacionalidade. No entanto, quando as contradições entre a posição subalterna no sistema capitalista mundial e a continuidade do processo de construção da nação se transformam em antagonismos abertos, as nações emergentes não têm outra alternativa senão romper com o sistema do imperialismo. Consumam a construção da nação, solucionando suas pendências históricas com o passado colonial, ou passam a vivenciar um processo de reversão neocolonial. "Conhecendo (...) suas contradições, podemos daí inferir as soluções a serem dadas a tais contradições. Soluções reais, no sentido de promoverem o progresso e desenvolvimento histórico, e não o seu estancamento por tentativas de conciliação e harmonização dos contrários, o que representa a saída conservadora senão reacionária da problemática social".<sup>13</sup>

Além de vencer os obstáculos relacionados com a organização da produção, as sociedades dependentes precisam superar as barreiras que bloqueiam o processo de mercantilização e impedem a criação de uma base empresarial visceralmente comprometida com o mercado interno. A grande dificuldade consiste em gestar as estruturas de uma economia nacional, isto é, a formação de bases produtivas "Voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir

---

<sup>13</sup>. Idem, A Revolução ..., 1966, p. 16

antes interesses estranhos".<sup>12</sup> O problema fundamental consiste em superar a pobreza do ambiente mercantil e a mediocridade da base econômica do país - os dois principais fatores responsáveis pela perpetuação do círculo vicioso do subdesenvolvimento.

Para superar as barreiras à expansão na capacidade de consumo da sociedade, é preciso eliminar a superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho. Independentemente da forma de abordar o tema - assunto que exigiria uma análise concreta dos problemas de cada formação social, o que extrapola o âmbito da nossa discussão - a questão central consiste na necessidade de mudar radicalmente o estatuto do trabalho na sociedade. O essencial é criar as condições necessárias para a absorção do conjunto da força de trabalho na economia nacional - único meio de o trabalho deixar de ser um mero instrumento do capital - simples energia viva de geração de valor.

O segundo desafio consiste em assegurar a autonomia do espaço econômico nacional dentro do sistema capitalista mundial, promovendo a desconexão com o sistema imperialista e a constituição de uma base empresarial visceralmente vinculada ao mercado interno. Sem isso, não há como graduar o processo de assimilação dos padrões de vida da civilização ocidental em função de uma lógica econômica e política interna. Para evitar mal-entendidos, não custa lembrar que Caio Prado não propõe o isolamento nem a rejeição dos padrões de civilização da

---

<sup>12</sup>. PRADO JR., C.. - A Revolução ..., 1966, p. 288

sociedade ocidental, mas, apenas, uma mudança radical na forma de participação na economia mundial, a fim de permitir que o conjunto da população das economias periféricas possa participar de suas benesses.<sup>13</sup>

Do ponto de vista prático, a luta contra o regime de *apartheid social* e contra o imperialismo deve consubstanciar-se em um conjunto de reformas sociais destinadas a desbloquear o acesso da população aos meios de produção e a civilizar as relações de trabalho. No campo, isso significa um programa de reforma agrária que democratize a estrutura fundiária e estabeleça as bases para uma relação equilibrada entre os trabalhadores rurais e as empresas agrícolas. Nas cidades, o programa significa a articulação de um padrão de acumulação industrial compatível com a geração de escassez relativa de trabalho. O fundamental é organizar a economia de forma a permitir uma perfeita correspondência entre o sistema produtivo e o mercado consumidor. Trata-se de criar as condições para a internalização de todo o ciclo de valorização do capital.

Em primeiro lugar, é indispensável eliminar a "livre iniciativa", pois, enquanto as decisões de investimento continuarem orientadas pela simples busca do lucro, o processo de acumulação capitalista reproduzirão as estruturas

---

<sup>13</sup>. "Trata-se, em países como o nosso, de contribuir para [...] uma convivência internacional de efetiva solidariedade e ajuda mútua entre todos os povos, que no nível atual da cultura e da tecnologia, e do rumo no qual essa cultura e tecnologia cada vez mais aceleradamente se engajam, têm muito mais a ganhar com a difusão do progresso moderno por toda parte, que com a realização de bons negócios à custa uns dos outros", PRADO JR., C.. -

responsáveis pela concentração da renda e da riqueza. O objetivo último é organizar "(...) as atividades produtivas de maneira a que a produção para o mercado interno, no nível do consumo final, passe em primeiro lugar e seja prioritariamente de bens e serviços básicos e essenciais, assim como acessíveis à massa da população".<sup>14</sup> Daí a importância decisiva atribuída ao planejamento econômico como instrumento do desenvolvimento nacional.<sup>15</sup> No plano externo, isso significa estabelecer um rígido controle sobre as transações internacionais, subordinando os critérios de gasto com moeda estrangeira e as formas de movimento de capitais às prioridades do desenvolvimento. No âmbito interno, submeter o processo de acumulação de capital aos ditames de uma política de democratização do acesso à renda nacional. Isso significa articular a política econômica em torno de um eixo claro: "(...) promover, tanto quanto possível, uma distribuição mais equitativa de recursos financeiros e dos proventos e

---

A Revolução ..., 1966, p. 332. Para maiores detalhes sobre o processo de desconexão com o sistema imperialista ver Idem. *Ibidem*, cap. 7.

<sup>14</sup>. PRADO JR., C.. - A Revolução ..., 1966, p. 273.

<sup>15</sup>. Discutindo os desafios da "revolução brasileira", Caio Prado, destacou que o planejamento é único meio de "Suprir a insuficiência dos mecanismos ora presentes e atuantes no funcionamento da economia brasileira, imprimindo-lhe uma direção além e acima deles, embora utilizando-os ao máximo e até onde não embarçarem tal direção", Idem. *Ibidem*, p. 267. "Tratar-se-á, dentro da planificação e direção gerais das atividades econômicas em que se combinarão as iniciativas e empreendimentos públicos com a iniciativa privada devidamente controlada e orientada, de visar sempre, e em primeiro e principal lugar, a elevação dos padrões materiais e culturais da massa da população, e a satisfação de suas necessidades, a começar pela principal delas no momento, e em regra tão mal atendida, que é a segurança para todos de ocupação e trabalho com remuneração adequada. Deixando com isso para um segundo e subsidiário lugar a consideração daquilo que essencialmente constitui o objetivo da política econômica conservadora e de orientação capitalista, que consiste no essencial em favorecer 'negócios', isto é, proporcionar perspectivas, oportunidades e amparo à iniciativa privada e para a obtenção do lucro capitalista que essa iniciativa tem por única e exclusiva meta", PRADO JR., C.. - A Revolução ..., 1966, p. 269. Ver, cap. 5

benefícios derivados das atividades econômicas. Isso sobretudo pela defesa dos interesses do trabalhador e pela valorização do trabalho ...".<sup>16</sup>

Em segundo lugar, Caio Prado defende a necessidade de se impulsionar a formação de uma base empresarial estruturalmente vinculada ao espaço econômico nacional. O papel central da iniciativa privada no processo de superação do subdesenvolvimento decorre de sua avaliação de que somente a coação muda da concorrência capitalista é capaz de conciliar a existência de um sistema de produção mercantil com o desenvolvimento progressivo das forças produtivas. Discutindo o caso específico do Brasil, ele afirma: "É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, freqüentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação".<sup>17</sup>

Para quem vê um paradoxo entre a política de eliminação da livre iniciativa e de fomento à iniciativa privada, Caio Prado responde: "Não se pretende com isso eliminar a iniciativa privada, e sim unicamente a livre iniciativa privada que, esta sim, não se harmoniza com os interesses gerais e fundamentais do país e da grande maioria de sua população, por não lhe assegurar suficiente perspectiva de progresso e melhoria de condições de vida. Mas em si, a iniciativa privada, uma vez devidamente orientada, constitui

---

<sup>16</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., 1966, p. 270.

não somente, (...), um elemento necessário, mas ainda, no seu conjunto e totalidade, ela é insubstituível, e não poderia ser abolida sem dano para o funcionamento normal da economia. A eliminação da iniciativa privada somente é possível com a implantação do socialismo, o que na situação presente é desde logo irrealizável (...) por faltarem, se outros motivos não houvesse, condições mínimas de consistência e estruturação econômica, social e política e mesmo simplesmente administrativa, suficientes para transformação daquele vulto e alcance".<sup>18</sup>

Em suma, na concepção de Caio Prado, nas economias coloniais em crise, a política de superação do subdesenvolvimento deve liberar as energias sociais e econômicas indispensáveis para que o capitalismo possa concluir sua "missão civilizatória". Tal processo tende a contrapor de maneira inconciliável os interesses dos trabalhadores rurais e urbanos com os interesses do capital internacional e das classes sociais responsáveis pela sobrevivência da sociedade colonial. Daí sua convicção de que somente um amplo movimento democrático de massas, que congregasse em torno os trabalhadores rurais e urbanos, seria capaz de reunir a força necessária para quebrar o círculo vicioso do subdesenvolvimento e liberar o caminho para o desenvolvimento nacional. Não se trata, bem entendido, de fomentar um desenvolvimento "recuperador", enquadrado no circuito mundial de produção de mercadorias, mas promover um

---

<sup>17</sup>. Idem. *Ibidem*, p. 266.

desenvolvimento autônomo, baseado em uma política de cooperação internacional, cuja direção deveria ser pautada pelas necessidades do conjunto da população e cuja intensidade deve ser graduada segundo as possibilidades das forças produtivas do país e sua capacidade de articulação de uma inserção virtuosa na economia mundial.

## 2. Dependência x Nação - Os desafios da Revolução democrática

No entendimento de Florestan Fernandes, ainda que as propriedades civilizatórias do capitalismo dependente sejam bastante limitadas, enquanto o desenvolvimento induzido for compatível com o movimento de integração nacional, o regime burguês desempenha uma função social construtiva. No entanto, quando o **tempo econômico** se divorcia do **tempo político**, criando uma total dessincronização entre acumulação de capital e formação das bases sociais e culturais de uma sociedade democrática e soberana, as potencialidades civilizatórias da burguesia como classe dominante esgotam-se. Ao fechar a possibilidade de entendimento entre as classes altas e baixas, o capitalismo dependente reproduz uma formação social que vive

---

<sup>10</sup>. PRADO JR., C. - A Revolução ..., p. 264-265.

em permanente crise política, acumulando problemas que tendem a empurrar a sociedade para um grande impasse histórico. Desse momento em diante, mesmo que não haja bloqueios à aceleração do desenvolvimento econômico, a sobrevivência do capitalismo dependente torna-se cada vez mais difícil. O problema crucial é que o desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial agrava as contradições entre as classes dominantes e acirra a insatisfação e o sentimento de revolta entre os condenados do sistema.<sup>19</sup>

Na perspectiva de Florestan Fernandes, o grande desafio das sociedades dependentes é eliminar a dupla articulação que vincula a burguesia ao imperialismo e aos anacronismos da sociedade colonial. Comentando o caso brasileiro, ele colocou a questão nos seguintes termos: "Aí está o ponto fundamental da presente discussão. Como se trata de uma relação - a relação do Brasil com as sociedades nacionais do mesmo círculo de civilização e, em particular, com aquelas sociedades nacionais que detêm o controle do próprio processo civilizatório no âmbito dessa civilização - não se poderia alterar a atual situação unilateralmente. Para modificarmos

---

<sup>19</sup>. Como explica Florestan Fernandes, "A exacerbação dos fins, interesses e conflitos de classe é regulada e imposta pelo tipo existente de capitalismo. As classes possuidoras e privilegiadas percebem claramente a falta de alternativas e trabalham no sentido de se protegerem contra a rigidez da situação histórica, que elas mesmas criaram. Como já não podem identificar o Estado e a Nação com suas posições e interesses de classes, nem lhes é dado aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem mistificadores, precisam assumir os riscos do uso aberto e sistemático da violência - por meios políticos indiretos e através do Estado, com suas formas armadas e superestruturas jurídicas - como instrumento de perpetuação do status quo. Dessa forma, não só aumentam a visibilidade da ordenação em classes sociais: tornam odiosos o capitalismo, a ordem existente e os meios empregados para protegê-los. As demais classes, que reuniam todas as condições de classe, menos a consciência crítica e a

essa posição relativa do Brasil e, com ela, o seu 'destino histórico', seria preciso introduzir alterações concomitantes em dois níveis distintos: o interno e o externo. Todavia, a organização e a orientação das forças que operam ao nível externo escapam ao controle de uma sociedade nacional determinada, especialmente se ela preenche a condição de uma sociedade satélite e dependente, especializada no consumo das invenções culturais e no atendimento das necessidades econômicas ou de outra natureza das sociedades nacionais a que se subordina. Por isso, o processo só pode ser (e, de outro lado, tem de ser) desencadeado a partir de dentro; através da modificação das estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira".<sup>20</sup>

Para Florestan Fernandes, o principal desafio das classes sociais comprometidas com a superação do capitalismo dependente é construir condições sociais e políticas que permitam conciliar desenvolvimento econômico e democracia social. Trata-se de um processo eminentemente político, cuja essência consiste na erradicação dos privilégios aberrantes das classes altas. Em outras palavras, a superação do

---

disposição para ousar, iniciam seu aprendizado diretamente na área do poder e da contestação política", Capitalismo ..., 1975, p. 40

<sup>20</sup>. FERNANDES, F. - Sociedades de ..., 1981, p. 173. Aliás a situação nem poderia ser diferente, pois, "A superação de controles econômicos externos não é uma variável associada ao mercado mundial e ao comportamento dos centros hegemônicos que neles imperam. Se um centro hegemônico falhar, nas relações de competição e de conflito que asseguram a conquista e a continuidade do controle de economias subsidiárias (coloniais ou nacionais), logo surge outro centro hegemônico para substituí-lo. No plano internacional, o capitalismo gera uma luta permanente e implacável pelas posições de controle da economia mundial, que permitem dirigir os processos de formação e de crescimento das economias dependentes, bem como monopolizar os excedentes econômicos que podem, assim, ser captados e drenados dessas economias para as economias hegemônicas", FERNANDES, F. - Sociedades de ..., 1981, p. 35.

capitalismo dependente requer a realização de uma "revolução democrática", mediante a qual o conjunto da população, independentemente de sua posição social, alcance as condições necessárias para que o conjunto da população seja integrado no processo de desenvolvimento econômico, sociocultural e político. "A destruição de estamentos e de grupos sociais privilegiados constitui o primeiro requisito estrutural e dinâmico da constituição de uma sociedade nacional. Onde essa condição histórica não chega ou não pode concretizar-se historicamente, também não surge uma ação e, muito menos, uma nação que possa apoiar-se num 'querer coletivo' para determinar, por seus próprios meios, sua posição e grau de autonomia entre as demais sociedades nacionais do mesmo círculo civilizatório. Sob esse aspecto, a democratização da renda, do prestígio social e do poder aparece como uma necessidade nacional. É que ela - e somente ela - pode dar origem e lastro a um 'querer coletivo' fundado em um consenso democrático, isto é, capaz de alimentar imagens do 'destino nacional' que possam ser aceitas e defendidas por todos, por possuírem o mesmo significado e a mesma importância para todos".<sup>21</sup>

De acordo com Florestan Fernandes, a revolução democrática deve ser vista como um processo de transformação social que pode adquirir duas características: a negação da

---

<sup>21</sup>. FERNANDES, F. - Sociedades de ..., 1981, p. 174-175. "A democracia autêntica - afirma Florestan Fernandes - (...) nasce, se manifesta e se mantém através de um estado de equidade social que confere a cada cidadão o dever de solidariedade para com os demais e o direito de exprimir essa

dependência, mediante uma revolução nacional; ou a negação da negação, que se materializa em uma revolução socialista. Comentando as implicações de cada uma dessas alternativas na vida dos povos latino-americanos, Florestan Fernandes resumiu seu ponto de vista da seguinte forma: "O paradoxo dessas qualificações históricas fica evidente quando se consideram as perspectivas dos dois tipos de revolução social. A primeira, colocaria a América Latina em condições de atingir uma situação estrutural comparável à dos países adiantados da Europa no período da revolução industrial. Em termos latino-americanos, esse avanço histórico relativo equivaleria a uma 'nova fronteira', na qual se completaria a formação dos Estados-nações e se iniciaria o desenvolvimento capitalista auto-sustentado. A segunda, criaria um real 'salto histórico', já que a opção socialista colocaria a América Latina no cerne mesmo da crise do padrão de civilização inerente ao sistema de produção capitalista. Em termos latino-americanos, esse avanço histórico relativo equivaleria a duas revoluções simultâneas, em face do qual a eliminação do controle econômico externo e da expropriação capitalista como realidades históricas seriam menos produtos da 'negação da negação' (ou seja, da supressão do imperialismo como entidade econômico-política). O lado positivo do avanço em questão aparece na construção de uma nova economia, de uma nova cultura e de uma nova sociedade, em

suma, de um novo homem' e de 'uma nova história', inspirados na concepção socialista do mundo".<sup>22</sup>

Na avaliação de Florestan Fernandes, após a consolidação do capitalismo monopolista, as burguesias dependentes perdem sua capacidade reformista, tornando-se excessivamente rígidas e autodefensivas para permitir qualquer tipo de aventura revolucionária ou mesmo reformista que possa implicar uma ameaça à estabilidade geopolítica do bloco ocidental. Desde então, às sociedades dependentes só lhes resta uma alternativa para escapar da barbárie: o socialismo. Por isso, ele acredita que dificilmente os países da América Latina teriam condições históricas de repetir o feito dos Estados Unidos e do Japão. Tal dificuldade se agrava após a segunda guerra mundial, pois a ordem burguesa fecha os espaços que permitiriam aos grupos sociais interessados na superação do subdesenvolvimento encaminhar suas soluções para os problemas da sociedade. O pensamento do autor é que: "Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: onde a revolução nacional constitui uma necessidade histórica (e ela aparece como tal reiteradamente, quase universalmente na periferia), ela terá de opor-se ao capitalismo. As revoluções nacionais que se atrasaram são revoluções nacionais que puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é

---

<sup>22</sup>. FERNANDES, F. - Capitalismo..., 1975, p. 129

instrumental para o desenvolvimento capitalista (...) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação".<sup>23</sup>

No entanto, qualquer que seja o caminho adotado, Florestan Fernandes adverte que a ruptura com o capitalismo dependente não pode ser concebida como construção artificial nem, muito menos, como fruto de geração espontânea, mas como o resultado de um processo de luta política. Refletindo sobre o caso brasileiro, ele colocou a questão nos seguintes termos: "A superação do impasse não poderia resultar na mera 'vontade esclarecida' (qualquer que seja sua encarnação: o 'empresário inventivo'; o 'militar patriota'; o 'burocrata competente'; o 'político responsável'; etc). Um povo pode contar com elites capazes de fazer diagnósticos precisos e completos de sua situação histórica, em seus diversos desdobramentos. Mas, se essas elites não tiverem coragem e decisão de levar o diagnóstico à prática ou se não receberem suficiente apoio coletivo, nada se alterará fundamentalmente. O Brasil não

---

<sup>23</sup>. FERNANDES, F. - O que é revolução, 1981, p. 83. Comentando as alternativas dos países latino-americanos, no início da década dos setenta, Florestan Fernandes esclareceu que a via do socialismo consiste em promover "(...) a 'revolução contra a ordem' por meio da explosão popular e do socialismo. Ela não é fácil, por vários motivos, externos e internos; mas é possível na 'escala latino-americana', como o demonstra o exemplo de Cuba. A sua vantagem reside na ruptura total com os fatores e feitos da dependência e do subdesenvolvimento, sob o capitalismo e a sociedade de classes. Na prática, também pode ser adulterada (graças à influência persistente do populismo e de modalidades pseudo-revolucionárias do nacionalismo). Todavia, é a única via efetivamente capaz de superar a dependência e o subdesenvolvimento, convertendo-os em 'desafio histórico' e em fonte de solidariedade humana na luta pela modernização autônoma e por uma ordem social igualitária", FERNANDES, F. - Capitalismo ..., 1975, p. 102

possui elites desse tipo; e, de outro lado, as próprias massas ainda não se projetam no cenário histórico, como atores do drama e fatores humanos capazes de promover mudanças sociais conscientemente desejadas em escala coletiva. Não obstante, mesmo se fossem cumpridas as duas condições indicadas, ainda assim a 'vontade esclarecida' pouco significaria em si mesma. O esclarecimento só se converte num elemento construtivo da situação quando ele envolve e conduz a transformações de caráter global".<sup>24</sup>

Portanto, a presença de atores sociais interessados na superação do capitalismo dependente é um pré-requisito fundamental para levar a cabo um processo de mudança social, seja através do capitalismo ou do socialismo, pois o que decide o sucesso da revolução democrática e nacional é a disposição de luta das classes sociais comprometidas com a construção da nação. Por essa razão, as oportunidades históricas ao alcance da sociedade só podem ser definidas após uma análise histórica concreta da luta de classes. Como afirma Florestan Fernandes, "A dissolução de uma ordem social iníqua, de um dado antigo regime, depende da existência de uma classe (ou de um estamento ou de uma casta) que possa tornar-se revolucionária na luta pela liberdade e contra a opressão."<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup>. FERNANDES, F. - Sociedades de ..., 1981, p. 174.

<sup>25</sup>. FERNANDES, F. - A novo a ..., 1985, 74-75.

### 3. Modernização x Nação - As Bases Técnicas de um Sistema Econômico Nacional

Embora rejeite toda forma de teleologia para explicar o destino do processo social, na visão de Furtado a antinomia entre dependência e desenvolvimento nacional constitui uma ameaça que pode a qualquer momento solapar a capacidade de a sociedade subdesenvolvida controlar o seu tempo histórico. Nas suas palavras, "O subdesenvolvimento, como o deus Janus, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social".<sup>26</sup>

Dentro de sua perspectiva analítica, a existência de um poder público capaz de subordinar o funcionamento da economia aos desígnios do conjunto da sociedade nacional, é a premissa básica para que a sociedade possa atuar sobre os mecanismos de apropriação e de utilização do excedente. Daí a importância primordial que ele atribui às bases objetivas e subjetivas dos centros internos de decisão como précondição para o sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento nacional. Discutindo os dilemas atuais do desenvolvimento nacional, Furtado colocou a questão nos seguintes termos: "Um sistema econômico é essencialmente um conjunto de dispositivos de regulação, voltados para o aumento da eficácia no uso de recursos escassos. Ele pressupõe a existência de uma ordem política, ou seja, uma estrutura de poder fundada na coação e/ou no

consentimento. No presente, a ordem internacional expressa relações, consentidas ou impostas, entre poderes nacionais, e somente tem sentido falar de racionalidade econômica se nos referirmos a um determinado sistema econômico nacional. A suposta racionalidade, mais abrangente, que emerge no quadro de uma empresa transnacionalizada, não somente é de natureza estritamente instrumental, como também ignora custos de várias ordens internalizados pelos sistemas nacionais em que ela se insere. Em realidade, a empresa transnacional não passa de um corte horizontal nas estruturas nacionais de poder, cuja capacidade de auto-regulação é, em consequência, reduzida. Sua única legitimidade se funda no fato de que os serviços que ela presta aumentam a eficiência dos sistemas nacionais em que opera".<sup>27</sup>

Por esse motivo, enquanto a situação de dependência não for incompatível com a consolidação de centros internos de decisão e com o avanço do desenvolvimento das forças produtivas, na concepção de Furtado não há antagonismo irreduzível entre modernização e construção de um sistema econômico nacional. Contudo, quando isto deixa de acontecer, a ruptura com o subdesenvolvimento torna-se uma necessidade inescapável.<sup>28</sup> Desvendando os dilemas que devem ser enfrentados

---

<sup>26</sup>. FURTADO, C. - O subdesenvolvimento revisitado. In: \_\_\_\_\_ Economia e Sociedade, n. 1, 1992, p.19.

<sup>27</sup>. FURTADO, C. - Um mundo desregulado. In: \_\_\_\_\_ - Transformações e crise na economia mundial, 1987, p. 236.

<sup>28</sup>. Comentando a história recente do Brasil, em A Construção Interrompida, Furtado colocou o problema de maneira clara: "Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela

para a construção de um sistema econômico nacional, sua reflexão indica as reformas estruturais necessárias para superar o subdesenvolvimento.

O principal desafio é vencer a **dependência cultural**. A maior dificuldade reside na definição de um estilo de desenvolvimento compatível com as necessidades do conjunto da população e com as possibilidades materiais da economia nacional. Na prática, isso significa enfrentar os interesses internos e externos que perpetuam a situação de dependência e redefinir a forma de participação no sistema econômico mundial, em função das prioridades estratégicas da nação. A principal dificuldade reside na superação do "mito do desenvolvimento econômico". Em outras palavras, é vital descartar toda estratégia de assimilação de progresso técnico baseada na miragem de um desenvolvimento recuperador, pois os séculos de atraso econômico inviabilizam a generalização dos estilos de vida das economias industrializadas para as grandes massas da população que vivem nos países periféricos. "Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial".<sup>29</sup>

---

vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja existência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação", A Construção Interrompida, p. 35

<sup>29</sup>. FURTADO, C. - O Mito ..., 1974, p. 16.

No plano social, o ponto de partida de qualquer estratégia de superação do subdesenvolvimento é a introdução de reformas com o objetivo de enfrentar o problema do desemprego estrutural que marginaliza grandes contingentes da população do mercado de trabalho. A questão crucial reside na integração do conjunto da população rural e urbana no processo de desenvolvimento econômico e cultural do país. Trata-se fundamentalmente de enfrentar o problema da pobreza absoluta e da forte assimetria na correlação de forças entre trabalho e capital. Para tanto, torna-se necessário promover uma redistribuição do estoque de ativos da sociedade, democratizando a estrutura fundiária no campo e na cidade. Em outras palavras, trata-se de promover uma política de homogeneização social.<sup>30</sup>

Paralelamente às reformas sociais, Furtado considera indispensável reorganizar o sistema econômico aos objetivos do desenvolvimento nacional. A política econômica deve promover a formação de um parque industrial diversificado e auto-suficiente voltado para o atendimento do mercado interno. O essencial é assegurar que o padrão de acumulação seja compatível com a integração do conjunto da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Como o progresso técnico não pode ser concebido como um fim em si mesmo, mas antes como um meio para alcançar objetivos sociais e culturais

---

<sup>30</sup>. "O conceito de homogeneização social - esclarece Furtado - não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens

pré-determinados, a definição de um padrão de acumulação compatível com a construção de um sistema econômico nacional exige uma cuidadosa avaliação das necessidades da nação e das possibilidades de seu sistema econômico.

Em outras palavras, o princípio fundamental do desenvolvimento autodeterminado consiste em graduar o ritmo e a intensidade do desenvolvimento em função de uma estratégia que permita o máximo controle da sociedade nacional sobre o seu destino. Discutindo as novas tendências do processo de difusão desigual do progresso técnico, Furtado colocou a questão de maneira cristalina: "O que se tem em vista é descobrir o caminho da criatividade ao nível dos fins, lançando mão dos recursos da tecnologia moderna na medida em que isso seja compatível com a preservação da autonomia na definição desses fins. Em outras palavras: como efetivamente desenvolver-se, a partir de um nível relativamente baixo de acumulação e tidas em conta as malformações sociais engendradas pela divisão internacional do trabalho, na fase atual de mundialização dos mercados? Como ter acesso à tecnologia moderna sem deslizar em formas de dependência que limitam a autonomia de decisão e frustram o objetivo de homogeneização social?".<sup>31</sup>

Tendo em vista a necessidade de preservar a independência nacional, maximizar a eficácia econômica e elevar o bem-estar social - os princípios básicos que impulsionam o

---

culturais", FURTADO, C. - O Subdesenvolvimento ..., Economia e Sociedade, n. 1, 1992, p.6.

<sup>31</sup>. FURTADO, C.- Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1994, p.118.

desenvolvimento nacional - a política de incorporação de progresso técnico deve levar em consideração os efeitos da intensificação na divisão social do trabalho sobre a riqueza social, as desigualdades sociais e a solidez dos centros internos de decisão. Depreende-se desta visão que a escolha do "tipo" de tecnologia incorporada aos bens de consumo e bens de capital não pode estar desvinculada do peso que a sociedade dá, em sua escala de prioridades, ao enfrentamento das desigualdades sociais, ao aumento da riqueza da nação e ao controle sobre os centros internos de decisões. Comentando os dilemas das sociedades periféricas para graduar a incorporação de progresso técnico em função de critérios que expressem os interesses genuínos da nação, Furtado destacou as questões relevantes: "Que possibilidade existe de ter acesso à tecnologia da civilização industrial escapando à lógica do atual sistema de divisão internacional do trabalho? Ou melhor: até que ponto essa tecnologia pode ser posta a serviço da consecução de objetivos definidos autonomamente por uma sociedade de nível de acumulação relativamente baixo e que pretenda à homogeneização social? Seria a dependência tecnológica simples decorrência do processo de aculturação das elites dominantes nas economias periféricas? Até que ponto é possível absorver tecnologia moderna escapando ao processo de mundialização de valores imposto pela dinâmica dos mercados? Pode-se evitar que o sistema de incitações, requerido para alcançar os padrões de eficiência próprios da técnica moderna,

engendre crescentes desigualdades sociais nos países de baixo nível de acumulação?"<sup>32</sup>

O esquema analítico de Furtado também nos permite estabelecer critérios racionais sobre como combinar os diferentes "meios" de transmissão do progresso técnico, fornecendo parâmetros para pensar a relação econômica entre Estado e mercado. Na sua concepção, o Estado deve cumprir basicamente três funções dentro de uma estratégia de desenvolvimento nacional. Em primeiro lugar, cabe-lhe a responsabilidade direta e indireta pela democratização das condições de acesso aos ativos da sociedade, assim como pela adequação dos mecanismos de apropriação e utilização do excedente à políticas de redistribuição da renda e da riqueza. Em segundo, o Estado deve suprir as lacunas da iniciativa privada sempre que, por qualquer motivo, ela não for capaz de assegurar o funcionamento adequado de setores estratégicos do sistema econômico nacional. Por fim, toca-lhe mediar as relações comerciais, econômicas e financeiras com a comunidade internacional, subordinando-as aos objetivos estratégicos de buscar um relacionamento externo fundado no princípio de cooperação entre países que possuem interesses comuns.

Ao lado da presença estratégica do Estado planejador, a superação do subdesenvolvimento requer a participação decisiva da iniciativa privada como agente dinâmico do desenvolvimento, pois a concorrência constitui o meio por excelência de elevar a flexibilidade do sistema econômico e maximizar sua

---

<sup>32</sup>. FURTADO, C.- Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1994, p.117.

capacidade de ampliar a eficiência econômica. Onde a necessidade de implementar reformas destinadas a fortalecer a base empresarial do país.

No que diz respeito à política de concorrência, a questão fundamental é enfrentar o problema da heterogeneidade estrutural, por intermédio de um esforço permanente para equiparar a eficiência dos setores atrasados à dos modernos e para aumentar a capacidade de autotransformação do sistema produtivo. Isto significa planejar o processo de incorporação de progresso técnico de modo a estimular o aumento progressivo da produtividade média do conjunto do sistema econômico e de incentivar a homogeneização da produtividade do trabalho entre os vários setores da economia. Portanto, tanto os setores modernos como os atrasados devem estar sujeitos a alguma forma de concorrência, uma vez que, sem a disciplina do mercado, não é possível introjetar padrões diacrônicos de eficiência na lógica de funcionamento do sistema econômico.

No plano regional, tal política significa que as atividades produtivas devem, em um primeiro momento, estruturar-se em função das necessidades de seus mercados regionais; e só posteriormente ficar expostas à concorrência em escala nacional e internacional. Comentando os problemas específicos do nordeste do Brasil, Furtado ressaltou a necessidade do desenvolvimento nacional respeitar as especificidades regionais. A seu ver, uma política de desenvolvimento regional: "Exige que se estabeleça um regime de reserva de mercado - um protecionismo regional - para as

indústrias que se localizem na região adotem opções tecnológicas compatíveis com uma significativa criação de emprego. Indústrias com outra orientação tecnológica também poderão localizar-se na região, mas não há razão para que se beneficiem de estímulos oficiais. O sistema de subsídios e o de reserva de mercado deverão ser postos a serviço do desenvolvimento do mercado local e da homogeneização social".<sup>33</sup>

Como a exposição da economia dependente à concorrência internacional tem sérias repercussões sobre os mecanismos de apropriação e utilização do excedente social, o desenvolvimento nacional exige uma estratégia de inserção internacional que leve em consideração tanto seus efeitos sobre a produtividade da economia nacional quanto seus efeitos sobre as bases objetivas e subjetivas dos centros internos de decisão.<sup>34</sup> A origem do problema decorre do fato de que o funcionamento do sistema capitalista mundial restringe a capacidade das economias dependentes de subordinar a

---

<sup>33</sup>. FURTADO, C. - Cultura e desenvolvimento em época de crise, 1994, p. 77. A respeito ver Idem, O Nordeste: reflexões sobre uma Política Alternativa de Desenvolvimento, p. 65 a 78.

<sup>34</sup>. Consideraremos que o contexto externo delimita o campo de oportunidades das economias periféricas a medida que os parâmetros técnicos da relação capital-trabalho e capital-produto estabelecem unilateralmente as seguintes condições: (a) as possibilidades de incorporar setores produtivos estratégicos para o funcionamento orgânico do sistema econômico; (b) a infra-estrutura necessária para a sua operação; (c) a "taxa de poupança" necessária para a viabilização dos investimentos; e, (d) o tipo de estrutura quantitativa e qualitativa do mercado interno que, dada as economias de escala exigidas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, atende às exigências de rentabilidade mínima dos investimentos. Partimos do princípio de que o grau de liberdade das sociedades periféricas é historicamente determinado pelo caráter do processo de difusão desigual de progresso técnico, o qual, por sua vez, é complexamente condicionado: (1) pelas características do desenvolvimento capitalista, que estabelece o padrão de eficiência e de mercantilização em escala mundial; (2) pelo caráter da ordem econômica internacional, que regula o sistema comercial, monetário e financeiro internacional; e (3) pela natureza do movimento de internacionalização de capital, que estabelece a natureza dos vínculos do

incorporação do progresso técnico aos interesses nacionais. Comentando as dificuldades provocadas pela transnacionalização do capitalismo, Furtado colocou a questão nos seguintes termos: "A reflexão suscitada por essa temática vem permitindo circunscrever melhor o campo de estudo do subdesenvolvimento. De um lado, apresentam-se as exigências de um processo de mundialização, imposto pela lógica dos mercados, que está na base da difusão da civilização industrial. De outro, configuram-se os requerimentos de uma tecnologia que é fruto da história das economias centrais e que exacerba sua tendência original a limitar a criação de empregos. Por último estão as especificidades das formas sociais mais aptas para operar essa tecnologia, ou seja, as formas de organização da produção e de incitação ao trabalho, as quais tendem a limitar a possibilidade de recurso aos sistemas centralizados de decisões"<sup>35</sup>

Portanto, a possibilidade de recorrer ao patrimônio tecnológico gerado pelo sistema capitalista mundial para impulsionar o desenvolvimento nacional não pode deixar de cotejar as vantagens e as desvantagens do impacto da modernização das forças produtivas e dos padrões de consumo sobre o processo de estratificação social e o sistema de poder. Dentro desta perspectiva, o papel do comércio exterior no desenvolvimento deve avaliar: por um lado, a importância relativa do excedente social que pode ser gerado no comércio

---

capital internacional com os diferentes espaços econômicos nacionais. A respeito, ver BEAUD, M. - Le Système national mondial hiérarchisé, 1987.

exterior, a essencialidade dos produtos importados e o papel da concorrência externa como elemento disciplinador da economia nacional; e, por outro lado, a importância econômica e social da parcela do sistema econômico cuja sobrevivência fica comprometida pela concorrência externa.<sup>35</sup>

Quando as estruturas difundidas pelo centro capitalista não estão ao alcance da periferia - seja porque ultrapassem a capacidade de importação do país, seja porque estão muito além das potencialidades empresariais e financeiras da economia nacional, seja porque elas simplesmente não estão disponíveis no mercado internacional - o capital internacional passa a ser o único meio de acesso ao progresso técnico do centro capitalista. Neste caso, a conveniência de aproveitar o potencial econômico das empresas transnacionais e dos credores internacionais depende da natureza das exigências que elas fazem para participar do espaço econômico nacional. Portanto, a decisão de atrair capital estrangeiro para auxiliar no esforço de desenvolvimento das forças produtivas não pode estar desvinculada de uma avaliação de suas implicações sobre: (1) o grau de dependência tecnológica e financeira; (2) o comprometimento da capacidade de importação da economia no

---

<sup>35</sup>. FURTADO, C., A Invenção do subdesenvolvimento. Revista de Economia Política, n. 58, 1995, p. 6

<sup>36</sup>. Entendemos que o comércio com o exterior disciplina a economia nacional à medida em que a concorrência internacional define os setores produtivos em crescimento, os imperativos de modernização sobre os setores expostos à concorrência e as atividades que apresentam uma tendência estrutural de declínio. O impacto de tal condicionamento é que determina a natureza dos problemas de ajustamento enfrentados pelas empresas e pelo Estado e que estabelece as mudanças econômicas e os conflitos distributivos sociais, setoriais e regionais que acompanham a incorporação de progresso técnico. Nesse sentido, a contribuição do sistema econômico mundial para o

futuro; e, (3) os limites impostos à soberania dos centros internos de decisão.<sup>37</sup>

Por fim, como a moeda é o elo fundamental que diferencia o espaço econômico nacional como uma realidade irreduzível, a forma de participação de uma nação no cenário internacional não pode comprometer a autonomia do sistema monetário.<sup>38</sup> Donde a necessidade de preservar o controle sobre o regime de câmbio, o padrão de financiamento público e os mecanismos de criação e destruição de meios de pagamentos. Sem tais instrumentos, o Estado nacional não tem como arbitrar quem ganha, quem perde e quem será protegido das transformações difundidas das economias centrais, uma vez que é a capacidade de definir a estrutura de preços relativos que lhe permite selecionar as estruturas difundidas do centro capitalista que devem ser absorvidas e o modo de compatibilizá-las com as demais estruturas da economia nacional. Portanto, uma estratégia de desenvolvimento nacional autosustentado requer um modo de participação no sistema capitalista mundial que seja compatível com o equilíbrio de longo prazo do balanço de pagamentos.

Furtado considera que as estratégias para a endogeneização do desenvolvimento se diferenciam,

---

desenvolvimento das regiões periféricas depende, em última instância, de capacidade de reestruturação da economia nacional.

<sup>37</sup>. Isso significa que a conveniência de se contar com o capital internacional para impulsionar o desenvolvimento não pode ser desvinculado da natureza de seus nexos com as economias periféricas. Essa relação varia, em cada momento histórico, em função do espaço de referência do horizonte de acumulação deste capital, de sua forma de organização empresarial e de sua estratégia de concorrência em escala mundial.

<sup>38</sup>. AGLIETTA, M., A Violência da moeda, 1990; GALBRAITH, J.K. - Money: Whence it came, Where it Went, 1995.

fundamentalmente, pela prioridade relativa dada às seguintes variáveis: (a) homogeneização social ou aumento da riqueza nacional; (b) centralização ou descentralização do sistema econômico; (c) maior ou menor exposição ao processo de mercantilização internacional. Esquematizando a experiência histórica, ele considera que existem basicamente três vias para a superação do subdesenvolvimento. A primeira, baseia-se na coletivização dos meios de produção, através da planificação centralizada ou da autogestão das unidades produtivas estratégicas.<sup>39</sup> A segunda, funda-se no atendimento das necessidades básicas da sociedade, pela introdução de um conjunto de reformas e de políticas de distribuição de renda, visando a criação de estruturas e instituições que permitam canalizar uma parte do excedente social para o combate à pobreza e para a satisfação das necessidades essenciais da população.<sup>40</sup> A terceira via baseia-se na busca da uma autonomia tecnológica mediante uma estratégia que procura simultaneamente romper o padrão de modernização e promover uma ofensiva política de conquista de mercados externos. O eixo

---

<sup>39</sup>. Embora essa estratégia seja extremamente eficaz no combate à miséria e à desigualdade social, a seu ver, ela revela-se insuficiente para promover saltos qualitativos na riqueza nacional, pois a debilidade da estrutura empresarial, as dificuldades de acesso à tecnologia externa e as distorções nos mecanismos de incitação ao trabalho acabam comprometendo o dinamismo de longo prazo da economia.

<sup>40</sup>. São várias as dificuldades que Furtado atribui a esse tipo de alternativa. De um lado, ela se baseia na hipótese heróica de que a política reformista contaria com a cumplicidade das elites que se beneficiam com o processo de modernização dos padrões de consumo, bem como com o beneplácito da comunidade internacional. De outro, ela parte da idéia de que é possível conciliar as reformas estruturais com uma relativa normalidade dos negócios, subestimando os efeitos desestabilizadores das mudanças na distribuição de renda e da reorganização do sistema econômico sobre o funcionamento das unidades produtivas. Ademais, tal estratégia requer um longo processo de preparação já que pressupõe que a economia já possua um certo grau de autonomia tecnológica.

central dessa solução consiste em incentivar a geração de vantagens comparativas dinâmicas em setores que exercem importantes efeitos de encadeamento sobre a estrutura interindustrial interna. Trata-se, na opinião de Furtado, de investir na capacidade de inovação, sobretudo no que se refere às tecnologias de produto, um elemento-chave para a conquista de mercados externos.<sup>41</sup>

Furtado resumiu as vantagens e desvantagens de cada uma dessas alternativas da seguinte forma: "As experiências (...) ensinam que a homogeneização social é condição necessária mas não suficiente para alcançar a superação do subdesenvolvimento. Segunda condição necessária é a criação de um sistema produtivo eficaz dotado de relativa autonomia tecnológica, o que requer: (a) descentralização de decisões que somente os mercados asseguram; (b) ação orientadora do Estado dentro de uma estratégia adrede concebida; (c) exposição à concorrência internacional. Também aprendemos que para vencer a barreira do subdesenvolvimento não se necessita alcançar os altos níveis de renda por pessoa dos atuais países desenvolvidos".<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup>. Além de uma certa homogeneidade social, essa estratégia requer rigoroso planejamento dos investimentos, elevado esforço de poupança e a criação de uma base empresarial autônoma. Por essa razão, ela só pode ser concebida como o resultado de um longo processo que encadeia fases que priorizam a homogeneidade social; períodos de fortalecimento da capacidade empresarial e de capitalização do sistema econômico; e, finalmente, etapas de conquista de autonomia tecnológica e capacidade inovadora.

<sup>42</sup>. FURTADO, C., O subdesenvolvimento ..., Economia e Sociedade, n. 1, 1992, p.15.

#### 4. Observações finais:

Este trabalho sistematizou as reflexões teóricas de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado sobre os dilemas do desenvolvimento dependente nas sociedades de origem colonial que avançaram no processo de industrialização subdesenvolvida. Nosso ângulo de observação privilegiou um aspecto: as dificuldades encontradas pelas economias dependentes para compatibilizar incorporação de progresso técnico com controle dos centros internos de decisão e integração do conjunto da população no desenvolvimento capitalista.

Vimos, por diferentes ângulos, que os obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento das economias dependentes estão associados, basicamente, à falta de autonomia da economia nacional e à persistência de uma superpopulação excedente permanentemente marginalizada do mercado de trabalho. Onde, a posição convergente de que, de uma ou de outra maneira, a ruptura definitiva dos nexos de dependência herdados do período colonial exige a completa inversão no modo de participação no sistema capitalista mundial; o controle dos aparelhos de Estado por classes sociais umbilicalmente comprometidas com o destino da nação; e a superação do mito do desenvolvimento econômico que alimenta a falsa esperança de um desenvolvimento recuperador.

A identificação, em altíssimo grau de abstração, das rupturas necessárias para a superação do subdesenvolvimento

nada diz, no entanto, sobre os problemas concretos de cada formação social e sobre as tarefas das forças políticas comprometidas com a transformação do **status quo**. Quais os desafios e as conseqüências de uma **desconexão** com o sistema capitalista mundial no momento em que a mobilidade espacial do capital internacional tende ao paroxismo?; Como **integrar** a superpopulação permanentemente marginalizada do mercado de trabalho quando a grande maioria da população vive nas periferias das grandes metrópoles e a concorrência internacional ameaça as economias periféricas com processos catastróficos de desestruturação de seu parque industrial?; Quais os **atores** sociais capazes de se comprometerem de corpo e alma com a luta pela independência nacional e pela democratização da sociedade?; Quais os métodos de luta; ~~que~~ ~~estas forças deveriam~~: **reforma ou revolução**?; Como pensar as **vias** que conduzem à superação do subdesenvolvimento: **capitalismo ou socialismo**?; Que socialismo?

A definição de um arcabouço conceitual para organizar a reflexão sobre os dilemas do desenvolvimento dependente é uma condição necessária mas insuficiente para o conhecimento dos desafios que devem ser enfrentados pela sociedade nacional em cada momento histórico. Na verdade, o tratamento analítico nada diz sobre o sentido do desenvolvimento dependente, a urgência de sua superação e ~~e~~ <sup>muito</sup> ~~como~~ de concretiza-la em cada momento histórico. A resposta a estas questões não pode prescindir de análises históricas que contextualizem os problemas efetivos de cada formação social no tempo e no

espaço, pois somente uma interpretação baseada em fatos concretos da vida social pode desvendar os processos subterrâneos que sobredeterminam as tendências naturais e efetivas da luta de classes e, por conseguinte, as potencialidades revolucionárias inscritas em cada momento histórico.<sup>43</sup> Sem tal mediação histórica, corre-se o risco de recorrer a análises abstratas para defender soluções artificiais que, por estarem descoladas da vida real, não podem conduzir a uma ação política conseqüente, servindo ora para racionalizar práticas oportunistas, que mitificam as virtudes do desenvolvimento dependente; ora para justificar práticas sectárias, que subestimam a gravidade dos problemas que precisam ser enfrentados para a superação do subdesenvolvimento; ora para fundamentar o imobilismo político, de quem não consegue vislumbrar as virtualidades contidas nas contradições sociais. De uma ou de outra maneira, a ausência de uma análise adequada do momento histórico desvia a atenção das forças comprometidas com a construção da nação de seus verdadeiros desafios. Por isto, o esforço de atualização do marco conceitual da problemática do desenvolvimento dependente é apenas o primeiro passo de quem

---

<sup>43</sup> Afinal, como afirmou Marx, em *Crítica da Economia Política*, "Uma formação social nunca se desfaz antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela está pronta e novas relações de produção mais elevadas nunca se impõem antes de estarem crescidas no seio da sociedade antiga as condições de existência materiais dessas relações. Por isso, a humanidade sempre se propõe apenas aquelas tarefas que pode resolver, pois a observação exata sempre revela que a própria tarefa nasce somente onde existem as condições materiais de sua solução, ou onde estas pelo menos estão em desenvolvimento", MARX, K. - El Capital: crítica à economia política ..., 1966, p.15.

quer compreender os dilemas de nossa sociedade. Ele evidentemente não substitui a análise concreta da realidade.

BIBLIOGRAFIA

- AFFONSO, R.B.A & SILVA, P.L.B. Descentralização e políticas sociais. São Paulo: FUNDAP, 1996
- \_\_\_\_\_ Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP; UNESP, 1995 (Federalismo no Brasil)
- \_\_\_\_\_ Empresas estatais e federação. São Paulo: Fundap, 1996 (Federalismo no Brasil)
- \_\_\_\_\_ A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: Fundap, 1995
- \_\_\_\_\_ Reforma tributária e federação. São Paulo: FUNDAP: UNESP, 1995 (Federalismo no Brasil)
- AGLIETTA, M. El fin de las divisas claves. Madrid: Siglo XXI, 1982
- \_\_\_\_\_ Regulación y crisis del capitalismo. Madrid: Siglo XXI, 1979
- \_\_\_\_\_ A Violência da moeda. São Paulo: Brasiliense, 1990
- ALMEIDA, J.S.G. & BELLUZZO, L.G.M. Crise e reforma monetária no Brasil. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4, n.1, p. 63-75, 1990
- \_\_\_\_\_ Enriquecimento e produção. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.23, p. 121-128, 1989.
- ALMEIDA, J.S.G. & NOVAIS, L.F. A Empresa líder na economia brasileira: ajuste patrimonial e tendências de mark-up. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1991 (Texto para discussão, 2)
- AMIN, S. La Déconnexion. Paris: La Découverte, 1986
- ARRIGHI, G. A desigualdade mundial na distribuição de renda e o futuro do socialismo. In: SADER, E. (Org.) O Mundo depois da queda. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- \_\_\_\_\_ O Longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: UNESP: Contraponto, 1996
- ARRIGHI, G. Trabalhadores do mundo do final do século. Praga Revista de Estudos Marxistas, São Paulo, n.1, s.p., set./dez. 1996

- ARRIGHI, G. & DRAGEL, J. The stratification of the world economy: an exploration of the semi-peripheral zone, Review, v.10, n.4, s.p., 1994
- ASSAEL, H. Elementos estructurales de la aceleración inflacionaria. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.42, p. 141-146, dic.1990
- AURELIANO, L. No Limiar da industrialização. São Paulo: Brasiliense, 1981
- BADIE, B. Le Développement politique. Paris: Economica, 1994
- BAER, W. Furtado on development: A review essay. Journal of Developing Areas, (s.l.), v.3, n.2, p. 270-80, summer, 1969
- \_\_\_\_\_ Furtado revisited. Iuso-Brazilian Review, (s.l.), v.2, n.1, p.114-121, summer, 1974
- BALTAR, P.E.A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, n.6, p.75-112, jun.1996
- \_\_\_\_\_ HENRIQUE, W. Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil. In: Oliveira, C.A B et al (org.)- O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, p. 605-618, 1994
- BARAN, P.A. La economia política del crecimiento. Mexico: Fondo de Cultura, 1959
- \_\_\_\_\_ & SWEEZY, P.M. Capitalismo monopolista. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 (c1966)
- BELLUZZO, L.G.M. O Declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. Economia e Sociedade, Campinas, n.4, p. 11-20, jun.1995
- \_\_\_\_\_ Valor e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1980
- \_\_\_\_\_ & PARENTE, Pedro Pullen. Déficit Público. São Paulo: IESP/FUNDAP. Texto para Discussão n.15, set/1988
- BELLUZZO, L.G.M. Desenvolvimento capitalista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982/83. 2v
- \_\_\_\_\_ & ALMEIDA, J.S. A grande empresa durante o cruzado. São Paulo: IESP/FUNDAP, set/1987

- BERTRAND, H. Le Regime central d'accumulation de l'après-guerre et sa crise. Enseignements d'une étude en sections productives sur la France de 1950 à 1974. Critique de L'Economie Politique, Paris, Nouvelle Série n.7/8, s p., avr./sept. 1979
- BIELSCHOVWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, Rio de Janeiro: PNPE-IPEA, 1988
- BITAR, S. Neoliberalismo versus neoestructuralismo en América Latina. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, n.34, s.p., avr. 1988
- BLOCK, F. The Origins of international economic disorder: a study of United States international monetary policy from World War II to the present. Berkeley: University of California, 1977
- BOMTEMPO, H.C. Transferências externas e financiamento do governo federal. In: BATISTA Jr., P.N. (Org) Novos ensaios sobre o setor externo da economia brasileira. Rio de Janeiro: FGV, s.p., 1988
- BONEFELD, W. & HOLLOWAY, T. (Ed) Global capital, national state and the politics of money. London: St. Martin Press, 1995
- BOSI, A. A Homenageando Florestan Fernandes. Estudos Avançados, São Paulo, v.10, n.26, p. 7-10, jan./Abr. 1996
- BRADFORD JR., C.I. Redéfinir l'État en Amérique Latine. Paris: OCDE, 1994
- (Org.) Mobiliser les investissements internationaux pour l'Amérique Latine. Paris, OCDE, 1993
- Options stratégiques pour l'Amérique Latine dans les années 90. Paris: OCDE, 1992
- BRAGA, J.C. A Financeirização da riqueza. Economia e Sociedade, Campinas, n.2, p. 25-58, ago.1993
- BRANDÃO, J.L. & GOTTSHALK, A. Recessão, pobreza e família a década pior do que perdida. São Paulo em Perspectiva, v.4, n.1, p.100-109, jan./mar. 1990
- BRAUDEL, F. La Dynamique du capitalisme. Paris: Flammarion, 1985

BRAUDEL, F. Le Temps du monde. In: \_\_\_\_\_ - Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVe-XVIIIe siècle. Paris: Armand Colin. 1979. T.3, cap.1

BRAVERMAN, H. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1980

BRAZ, J.A. Caio Prado Junior e a questão agrária no Brasil. Revista Temas de Ciências Humanas, São Paulo, v.01, s.p., 1977.

BUKARIN, N.I. A Economia mundial e o imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984

CAMILLERI, J.A. & FALK, J. The End of sovereignty? Vermont: Edward Elgar Publishing, 1992

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970 Campinas: Global, 1985

\_\_\_\_\_  
Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: T.A. Queiroz, 1977

\_\_\_\_\_  
Reestruturação internacional e repercussões inter-regionais nos países subdesenvolvidos: reflexões sobre o caso brasileiro. Trabalho apresentado ao seminário internacional "Revolución Tecnológica y Reestructuración Productiva", Impactos y Desafios Territoriales, (s.l.) ILPES-CEPAL, 1989. mimeo

\_\_\_\_\_  
Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 1990. Economia e Sociedade, Campinas, n.2, p.97-124, ago.1993

CARDOSO, F. H. As Idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980 (Cadernos CEBRAP, 33)

\_\_\_\_\_  
& FALETTTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970

CARDOSO DE MELLO, J.M. O Capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982

\_\_\_\_\_  
Consequências do neoliberalismo. Economia e Sociedade, Campinas, n.1, p.59-68, ago. 1992

\_\_\_\_\_  
& BELLUZZO, L.G.M. (Org.) FMI x Brasil - a armadilha da recessão. São Paulo: Gazeta Mercantil, 1984

CARNEIRO, R. Crise, estagnação e hiperinflação. Campinas, 1991. Tese (doutoramento) Universidade Estadual de Campinas. mimeo

\_\_\_\_\_  
Superávit comercial e crescimento sustentado. São Paulo: FUNDAP/IESP, 1990. mimeo

CAVALCANTI, C. Transferências de recursos ao exterior e substituição de dívida externa por dívida interna. Rio de Janeiro: BNDES, 1988

CAWSON, A. et al. Hostile Brothers: competition and closure in the european electronic industry. Oxford: Clarendon, 1990

CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe. El comportamiento de los bancos transnacionales y la crisis internacional de endeudamiento. Santiago de Chile, 1989. (Estudios y Informes de la CEPAL, 76)

\_\_\_\_\_  
Crisis económica y políticas de ajuste, estabilización y crecimiento. Santiago de Chile, 1986. (Cuadernos de la CEPAL, 54)

\_\_\_\_\_  
El Desarrollo de América Latina en los años ochenta. Santiago de Chile, 1981

\_\_\_\_\_  
Transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, 1990

\_\_\_\_\_  
Transformación productiva, especialización industrial y productividad. Santiago de Chile, 1988

\_\_\_\_\_  
La transformación socio-ocupacional de Brasil, 1960-1980 y la crisis social de los 80. Santiago de Chile: SEP/CEPAL. mimeo

CEPAL Comisión Económica para América Latina y el Caribe. División Desarrollo Social. El Desarrollo social en los años 90: principales opciones. In: SEMINARIO OPCIONES DE DESARROLLO SOCIAL PARA LOS AÑOS 90, Costa Rica, s.p., 1988

\_\_\_\_\_  
Las dimensiones sociales de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, 1992

\_\_\_\_\_  
Panorama Social De América Latina. 1997, Santiago de Chile, CEPAL, 1997

\_\_\_\_\_  
Políticas sociales y desarrollo social en el inicio de los años 90. Santiago de Chile, 1990

CEPAL Recursos humanos, pobreza y las estrategias de desarrollo. Santiago do Chile, 1989

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Economia e Sociedade, Campinas, n.5, p. 01-30, dez. 1995

\_\_\_\_\_ La Mondialisation du capital. Paris: Syros, 1995

\_\_\_\_\_ Present international patterns of foreign direct investment: underlying causes and some policy implications for Brazil. In: SEMINÁRIO A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NOS ANOS 90, São Paulo: SEADE, 1990, v.2. Promovido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo

\_\_\_\_\_ Science, technology and competitiveness. Science Technology Industry - STI Review, Paris, n.1, s.p., 1986

\_\_\_\_\_ & SERFATI, C. Modialisation financière et gestion global des archives par les groupes à spécialisation industrielles. Paris: Université de Paris X Nanterre, jun. 1993. Mimeo

CODDINGTON, A. Deficient foresight: a troublesome theme in keynesian economics. American Economic Review, Nashville, v.72, n.2, p. 480-487, june, 1982

\_\_\_\_\_ Keynesian economics: the search for first principles. London: George Allen & Unwin, 1984

COHN, G. Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERRANTE, V.B. (orgs.) - Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1989

CORIAT, B., TADDEI, D. Made in France. Paris, Librairie Générale Française, 1993

COUTINHO, L.G. A Especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. Trabalho apresentado ao Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos, 9, Rio de Janeiro, 1997

\_\_\_\_\_ The Internationalization of oligopoly capital Ithaca, 1974, Tese (Doutoramento) - Cornell University, mimeo

\_\_\_\_\_ A Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. Economia e Sociedade, Campinas, n.1, p. 69-88, ago. 1992

COUTINHO, L. & BELLUZZO, L.G.M. Desenvolvimento e estabilização sob finanças globalizadas. Economia e Sociedade, Campinas, n.7, p. 129-154, dez. 1996

\_\_\_\_\_ & FERRAZ, J.C. (Org.) Estudo da competitividade da indústria brasileira. Campinas: Papirus: UNICAMP, 1994

DAVIDSON, P. International money and the real world. Great Britain: Mac Millan, 1982

\_\_\_\_\_ What international payment scheme would Keynes have suggested for the twenty-first century? In: SEMINÁRIO A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL NOS ANOS 90, São Paulo: SEADE, 1990. Promovido pelo Conselho Regional de Economia de São Paulo

DESSAI, M., REDFERN, P. Global governance. London: Pinter, 1995

DEVLIN, R. La Deuda externa vs. el desarrollo economico: America Latina en la encrucijada. Estudios CIEPLAN, Santiago do Chile, n.17, p. 69-100, sep. 1985

\_\_\_\_\_ La Evolución del problema de la deuda externa en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 1988 (Estudios y Informes de la Cepal, 72)

D'INCAO, M.A. (Org.) História e ideal - ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense, 1989

\_\_\_\_\_ O Saber militante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

DOBB, M. Economia política e capitalismo. São Paulo: Graal, 1978

DOBB, M. Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith. São Paulo: Martins Fontes, 1977

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (coleção Estudos Brasileiros, 84)

DRISCOLL Jr, G.P; RIZZO, M. The economics of time and ignorance. Oxford: Basil Blackwell, 1985

DURKHEIM, E. De la division du travail social. Paris: Presses Universitaires de France, 1991

ESCOBAR, A. Encountering development: the making and unmaking of the third world. Princeton: (s.n.), 1995

ESTÉVEZ, J. & Lichtensztejn, S. (Ed.) Nueva fase del capital financiero. Ciudad de México: Editorial Nueva Imagen, 1981

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-1992. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, p. 183-238, jun. 1997

FAJNZYLBER, F. La CEPAL y el neoliberalismo. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n.52, p. 207-210, avr. 1994

\_\_\_\_\_ Competitividad internacional, evolución y lecciones. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n.36, s.p., dic. 1988

\_\_\_\_\_ Industrialización en América Latina: de la 'caja negra' al 'casillero vacío'. Comparación de patrones contemporáneos de industrialización. 2. ed. Santiago de Chile: CEPAL. (Cuadernos de la CEPAL, 60)

\_\_\_\_\_ La industrialización trunca de América Latina. México: Nueva Imagen, 1983

\_\_\_\_\_ Oligopólio, empresas transnacionais e estilos de desenvolvimento. Estudos CEBRAP, São Paulo, n.19, p. 5-36, jan/mar. 1977

\_\_\_\_\_ Reflexiones sobre las especificidades de América Latina y el sudeste asiático y sus referentes en el mundo. La Jolla: Center for US-Mexican Studies/University of California, 1986

FANELLI, J.M., FRENKEL, R. & ROSENWURCEL, G. Growth and structural reform in Latin America. Where we stand. Buenos Aires: CEDES, 1990

FERNANDES, F. Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo. São Paulo: Hucitec, 1979

\_\_\_\_\_ A Transição prolongada: O período pós-constitucional. São Paulo. Cortez, 1990

\_\_\_\_\_ Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

\_\_\_\_\_ Circuito fechado. São Paulo: HUCITEC, 1976

- FERNANDES, F. Democracia e desenvolvimento. São Paulo: HUCITEC, 1994
- \_\_\_\_\_  
Elementos de sociologia teórica. São Paulo: Editora Nacional, 1974
- \_\_\_\_\_  
Em Busca do socialismo. São Paulo: Xamã, 1995
- \_\_\_\_\_  
Nem Federação nem democracia. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.4, n.1, p. 25-27, 1990
- \_\_\_\_\_  
A Nova república. Rio de Janeiro: Zahar, 1985
- \_\_\_\_\_  
O Que é revolução. São Paulo: Brasiliense, 1981
- \_\_\_\_\_  
Reflections of the brazilian counter-revolution. New York: M.E.Sharpe, 1981
- \_\_\_\_\_  
A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- \_\_\_\_\_  
Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981
- \_\_\_\_\_  
25 anos depois: o negro na era atual. In: \_\_\_\_\_  
Circuito fechado. São Paulo: HUCITEC, 1976
- FFRENCH-DAVIS, R. Esbozo de un planteamiento neoestructuralista. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n.34, s.p., avr. 1988
- \_\_\_\_\_  
Generación de ventajas comparativas y dinamismo industrial. Santiago de Chile, CEPAL, 1987
- FIORI, J.L. A Crise do estado desenvolvimentista no Brasil. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1986
- \_\_\_\_\_  
A Governabilidade democrática na nova ordem econômica. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1997. mimeo
- FITZGIBBONS, A. Keynes Vision. Oxforf: (s.n.), 1988
- FORACCHI, M.M. (Org.) Mannheim. São Paulo: Ática, 1982
- FURTADO, C. Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- \_\_\_\_\_  
Análise do "modelo brasileiro". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972

- FURTADO, C. Brasil pós-milagre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981
- \_\_\_\_\_  
A construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- \_\_\_\_\_  
Criatividade e dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978
- \_\_\_\_\_  
Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- \_\_\_\_\_  
Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961
- \_\_\_\_\_  
Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964
- \_\_\_\_\_  
A Economia brasileira. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954
- \_\_\_\_\_  
A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- \_\_\_\_\_  
A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- \_\_\_\_\_  
Formação econômica da América Latina. São Paulo: Ed. Nacional, 1969
- \_\_\_\_\_  
Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959
- \_\_\_\_\_  
Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional. Estudos Avançados, São Paulo, v.6, n.16, p. 55-64, 1992
- \_\_\_\_\_  
A Invenção do subdesenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, v.15, n.2, p. 5-9, abr./jun. 1995
- \_\_\_\_\_  
O Mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974
- \_\_\_\_\_  
O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_ Criatividade e dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 65-78
- \_\_\_\_\_  
A Nova dependência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FURTADO, C. Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1959

\_\_\_\_\_ Transnacionalização e monetarismo. Pensamento Ibero-Americano, Madrid, n.1, s.p., ene/jun 1982

\_\_\_\_\_ Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Ed. Nacional, 1980

\_\_\_\_\_ A Pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962

\_\_\_\_\_ Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

\_\_\_\_\_ Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

\_\_\_\_\_ Características gerais da economia brasileira. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-38, mar.1950

\_\_\_\_\_ Entre incorformismo e reformismo. Revista de Economia Política, São Paulo, v.9, n.4, p.6-28, out/dez 1989

\_\_\_\_\_ Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966

\_\_\_\_\_ O Subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade, Campinas, n.1, p. 5-20, ago. 1992

\_\_\_\_\_ Transformações e crise na economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GALBRAITH, J.K. Money: whence it came, where it went. New York: Houghton Mifflin, 1995

\_\_\_\_\_ The New industrial state. New York: Houghton Mifflin, 1967

GARCIA, N.E. Deuda externa y empleo (América Latina, 1980-1986). Santiago de Chile: OIT, 1988

GERTH, H.; MILLS, W. A mudança histórico-social. In IANNI, O. (Org.) Teorias da estratificação social. São Paulo: Ed. Nacional, 1973, p. 19-50

GILPIN, R. The Political economy of international relations. Princeton: Princeton University, 1987

- GODELIER, M. Racionalité et irracionalité en économie. Paris: Maspero, 1966
- GORZ, A. Métamorphoses du travail: quête du sens - Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988
- GUIMARÃES, M.E. Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado. Campinas, 1993. Tese (mestrado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. mimeo
- GURRIERI, A. Vigência del estado planificador en la crisis actual. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n.31, s.p., avr. 1987
- HABERMANS, J. Técnica e ciência como " Ideologia" . São Paulo: Abril Cultural, 1975
- HILFERDING, R. El Capital financiero. Madrid: Tecnos, 1981
- HOBSEBAWN, E. A Era dos extremos. São Paulo, Cia das Letras, 1995
- HOBSON, J.A. Imperialism: a study. Ann Arbor: University of Michigan, 1965
- HYMER, S. The International operations of national firms. Cambridge: MIT Press, 1967
- IANNI, O. A Idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992
- \_\_\_\_\_. A Sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992
- IGLÉSIAS, F. Um Historiador revolucionário. In: \_\_\_\_\_ (Org.) - Caio Prado Júnior - história. São Paulo: Ática, 1982
- \_\_\_\_\_. Celso Furtado: pensamento e ação. In: História e Ideologia. São Paulo: Perspectiva, 1971
- JAGUARIBE, H. Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962
- \_\_\_\_\_. O Nacionalismo na atualidade brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958
- JESSOP, B. Changing forms and functions of the State in an era of globalization and regionalization. Trabalho apresentado a EAPE Conference, Paris, 4-7 nov. 1992, mimeo

- LOVE, J.L. Crafting the Third World: Theorizing Underdevelopment in Rumania and Brazil. Stanford: Stanford University, 1996
- LUXEMBOURG, R. A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984
- MADDISON, A. Dynamic forces in capitalist development. Oxford: Oxford University Press, 1991. Cap.5 e 6
- MAGDOFF, H. A Era do imperialismo. São Paulo: Hucitec, 1978
- MANDEL, E. Hate capitalism. London: Unwin Brothers, 1978
- MARCUSE, H. Industrialisation et Capitalisme .In:Actuel Marx, Paris, No.11 ,jan/june, 1992
- MARINI, R.M. Dialectiva de la Dependencia: la economia exportadora. Sociedad y Desarrollo, Santiago de Chile, vol. I, No. 1, s.p., marzo 1972
- \_\_\_\_\_ Subdesarrollo y Revolución. México: Siglo XXI, 1969
- MARX, K. El Capital: crítica de la economia política. (1867). México: Fondo de Cultura Económica, 1966. 2 v.
- \_\_\_\_\_ Contribución a la crítica de la economia política. (1859).México: Fondo de Cultura Economica, 1966. 3v.
- \_\_\_\_\_ O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, (1869). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- MASSAD, C. & ZAHLER, R. El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, No. 23,s.p., 1984
- MATTOSO, J. A desordem do trabalho. São Paulo: Scritta, 1995
- MICHALET, C.A. Le Capitalisme Mondial. Paris: PUF, 1981
- MIGLIOLI, J. Acumulação de capital e demanda efetiva. São Paulo: T.A. Queiroz, 1981

- MINSKY, H.P. Integração financeira e política Monetária.  
Economia e Sociedade, Campinas, No. 3, p.21-36, dez.1994
- MOHOUD, E.M. Changement Technique e Division  
Internationale du Travail. PARIS: Econômica, 1993
- MORAES, R. Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias  
da CEPAL. São Paulo: Ática, 1995
- \_\_\_\_\_  
ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (Orgs.) Inteligência  
brasileira. São Paulo: Brasileira, 1986
- MORTIMORE, M. Las transnacionales y la industria en los  
países en desarrollo. Revista de la CEPAL. Santiago de  
Chile ,no 51, p.15-36, dic. 1993
- NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Comissão Brutland sobre a  
situação do meio ambiente. [s.l.], 1987
- NAPOLEONI, C. Dicionário de Economia Política.  
Madrid:Editorial Castilla, 1982
- NOVAIS, F. Caio Prado Junior na historiografia brasileira.  
In: MORAES, R, ANTUNES, R., FERRANTE, V.B. (Orgs.)  
Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986
- OECD Organisation de Coopération et le Développement  
Economique. Intégration des Pays en Développement dans le  
Système Commercial Internationale. Paris, 1992
- \_\_\_\_\_  
Intégration Régionale et Pays en Développement.  
Paris, 1993
- \_\_\_\_\_  
Investissement direct internationale: politiques  
et tendances au cours des années 80. Paris, 1992
- \_\_\_\_\_  
Promouvoir l'investissement direct étranger dans  
les pays en développement. Paris, 1993
- \_\_\_\_\_  
La technologie et l'économie. Paris, 1992
- OIT Le Travail dans le monde. Genève: Bureau International  
du Travail, 1993
- OLIVEIRA, C.A.B. Considerações sobre a formação do  
capitalismo. Campinas, 1977. Tese (Mestrado), Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de  
Campinas. Mimeo

- OLIVEIRA, C.A.B. O Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado. Campinas, 1985. Tese (Doutorado), Instituto de Economia - Universidade Estadual de Campinas. Mimeo
- OLIVEIRA, F. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. In: \_\_\_\_\_ . Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986
- \_\_\_\_\_ A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, No. 2, p.3-82, 1972
- \_\_\_\_\_ Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. Novos Estudos Cebrap, N.48, p.3-19, jul/1997
- \_\_\_\_\_ Celso Furtado: economia. São Paulo: Ática, 1983
- OMAN, C. Globalização\regionalização: o desafio para os países em desenvolvimento. Revista Brasileira de Comércio Exterior, No. 39, p.6-15, abr\jun, 1994
- \_\_\_\_\_ Intégration Régionale et Pays en Développement, Paris, OECD, 1993
- \_\_\_\_\_ & WIGNARAJA, G. L'Évolution de la pensée économique sur le développement depuis 1945. Paris: OCDE, 1991
- PACHECO, C.A. A questão regional brasileira pós'1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas, 1996. tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas
- PARSON, T. Structure and process in modern societies. New York: Free Press, 1960
- PASINETTI, L.L. Crescimento e Distribuição de Renda. Rio de Janeiro: Zahar, 1974
- PAZOS, F. El desborde inflacionario: experiencias y opciones. Revista de La CEPAL, Santiago de Chile, n. 42, p.121-140, dic. 1990
- PEREIRA, L. Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento. São Paulo: Pioneira, 1975
- PETRAS, J. Ensaio contra a ordem. São Paulo: Scritta, 1995.

PINTO, A. Inflación: raíces estructurales. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1973

\_\_\_\_\_ La Internacionalización de la Economía Mundial y la Periferia: significados y consecuencias. Revista de La CEPAL, Santiago de Chile, n.9, s.p., .dic. 1979

\_\_\_\_\_ et al. Inflação recente no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

PIORE, M.J. & SABEL, C.F. The second industrial divide - possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984

POLANY, K. La Grande transformation. Gallimard: Paris - 1993

PORTUGAL, J.G. (Org.) Gestão estatal no Brasil: limites do liberalismo 1990-1992. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1995

\_\_\_\_\_ Gestão Estatal no Brasil: A cumplicidade Inflacionária ameaçada. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1991

\_\_\_\_\_ Crescimento acelerado e absorção de força de trabalho no Brasil. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Tese (mestrado).. 1988

POULANTZAS, N. O Estado, O Poder, O Socialismo. Rio de Janeiro: GRAAL, 1980

PRADO JR., C. Dialética do Conhecimento. São Paulo: Brasiliense, 1960

\_\_\_\_\_ Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica. São Paulo: Brasiliense, 1957

\_\_\_\_\_ A Evolução Política do Brasil e Outros Estudos. São Paulo: Brasiliense, 1957

\_\_\_\_\_ Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1942

\_\_\_\_\_ História e Desenvolvimento. (1945) Sao Paulo: Brasiliense, 1989

\_\_\_\_\_ História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1970

\_\_\_\_\_ Notas Introdutórias à Lógica Dialética. São Paulo, Brasiliense, 1961

- PRADO JR., C. Capitais Estrangeiros - conferência proferida em 17/03/1949. Praga - Revista de Estudos Marxistas, (s.l.), N. 1, set/dez, 1996
- A Questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979
- A Revolução Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1966
- PRATES, D.M. Abertura financeira e vulnerabilidade externa: a economia brasileira na década de noventa. Campinas, mimeo, tese de mestrado, Unicamp, 1997
- PREBISCH, R. Capitalismo periférico: crisis y Transformación. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1981
- El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas[1949]. In: IDE - Instituto de Desarrollo Economico. Estudios por regiones y por países. Washington DC: IDE/BID, p.1-66, 1964
- QUIJANO, A. Cultura y Dominación. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, [s.l.], v.12, n.2, , pp. 39-56, june-dic.1971
- RAMOS, J. Estabilización y liberalización económica en le Cono Sur. Santiago de Chile: CEPAL, ( Estudios e Informes de la CEPAL, n. 38), 1984
- RAYNAUD, P. Max Weber et les Dilemmes de la Raison Modernes. Paris: PUF, 1987
- RÊGO, R.M.L. O sentimento do Brasil. Caio Prado Junior - Continuidade e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira. São Paulo, [s.d.].Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. Mimeo
- REICH, R. The Work of Nations - Preparing Ourselves for 21st. Century Capitalism. New York: Vintage Books, 1992
- RIFKIN, J. O fim dos Empregos. São Paulo: Makron Books, 1995
- RODRIGUEZ, O. Agricultura, subempleo e distribución del ingreso. São Paulo: Cebrap, 1983

- RODRIGUEZ, O. CEPAL: viejas y nuevas ideas. Quantum,  
Montevideo, v.1, n.2, p.37-63, otoño 1994
- \_\_\_\_\_ Hacia una Estrategia de Desarrollo Auocentrado  
(Notas Preliminares). Motevideo: [s.n.], 1997. Mimeo
- \_\_\_\_\_ Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de  
Janeiro: Forense Universitária, 1981
- ROLSDOWLSKY, R. Génesis y Estructura de El Capital de  
Marx: Estudios sobre los Grundrisse. Madrid: Siglo  
Veintiuno, 1989
- ROSTOW, W.W. A Estratêgia Americana. Rio de Janeiro: Zahar,  
1965
- SALM, C. e FOGAÇA, A. Modernização industrial e a questão  
dos recursos humanos. Economia e Sociedade, Campinas, n.  
1, p.111.134, ago.1992
- SAMPAIO JR., P.S.A. Auge e declínio da estratégia  
cooperativa de reciclagem da dívida externa. Novos  
Estudos Cebrap, São Paulo, n. 25, p.118-135, 1989
- \_\_\_\_\_ Dívida externa: por que nossos governos não  
enfrentam os bancos internacionais?. Revista Nossa  
América, São Paulo, s.n, s.p., janeiro, 1990
- \_\_\_\_\_ Padrão de reciclagem da dívida externa e política  
econômica no Brasil. Campinas, 1988. Tese (mestrado)
- \_\_\_\_\_ & AFFONSO, R.B.A, KANDIR, A. Ajustamento e  
Estabilização no Brasil nos anos oitenta: relatório de  
Pesquisa. Convênio CEBRAP/FUNDAP. São Paulo: [s.n.],  
[1990]. Mimeo
- SCHLUCHTER, W. The Rise of western rationalism. Max  
Weber's developmental history. Berkeley: University of  
California, 1985
- SCHUMPETER, J.A. History of economic analysis. London:  
Allen & Unwin, 1954
- \_\_\_\_\_ John Maynard Keynes (1883-1946). In: Teorias  
Econômicas de Marx a Keynes. Rio de Janeiro: Zahar, p.248-  
277, 1970
- \_\_\_\_\_ The Theory of economic development. Oxford:  
Oxford Press, 1980

SERRA, J. (Org.) América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

\_\_\_\_\_ & CARDOSO, F.H. Las desventuras de la dialéctica de la dependencia. Princeton, s.d., Produzido para o Institute for Advanced Study, Princeton. mimeo

SHACKLE, G.L.S. Epistemics and Economics. London, Cambridge University Press, 1972

\_\_\_\_\_ Um Esquema de Teoria Econômica. Rio de Janeiro: Zahar, 1969

\_\_\_\_\_ The Romantic mountain and the classic lake: Alan Coddington's Keynesian. In: Journal of Post Keynesian Economics, [s.l.], Vol.VI, No.3, s.p., Spring, 1984

SHAW, G.K. Keynesian Economics: the permanent revolution, Guildford and King's Lynn. s.l., s.n., 1988

SILVA, A L.G. & LAPLANE, M.F. Dinâmica recente da indústria brasileira e desenvolvimento competitivo. Economia e Sociedade, Campinas, n.3, p.81-98, dez.1994

SOUZA, P.R. A Determinação dos salários e do emprego em economias atrasadas. Campinas, 1980. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Mimeo

SPYBEY, T. Social change, development & dependency. Cambridge: Blackwell, 1992

SUNKEL, O, "La consolidación de la democracia y del desarrollo en Chile: desafíos y tareas", Paris, mimeo Cahiers du CRAL, 1993

\_\_\_\_\_ El Desarrollo desde dentro: un enfoque neoestructuralista para América Latina. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1990

\_\_\_\_\_ & PAZ, P. El Subdesarrollo Latinoamericano y la teoría del desarrollo. México D.F.: Siglo XXI, 1970

\_\_\_\_\_ La Inflación chilena: un enfoque heterodoxo. El Trimestre Económico, México D.F, n.25, v.4: 570-599, 1960

\_\_\_\_\_ & ZULETA, G., Neoestructuralismo versus neoliberalismo en los años noventa. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, n. 42, p.35-54, dic., 1990

- SWEETZ, P. The Triumph of financial capital. In: Monthly Review, Vol. 46, number 2, s.p., june 1994
- SYMPOSIUM on uncertainty. Journal of Post Keynesian Economics, s.p. , v.6, n.3, spring. 1984
- TAVARES, M.C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Campinas: UNICAMP, (1974),1985.
- TAVARES, M.C. Auge y declinio del proceso de sustitucion de importaciones. In: Boletín Económico de América Latina, Santiago de Chile, v.9, n. 1, s.p., março de 1964
- \_\_\_\_\_ Ciclo e Crise, Rio de Janeiro, FEA/UFRJ, 1978.  
mimeo
- \_\_\_\_\_ A Economia política do real. Brasília: [s.n.],1997. Mimeo
- \_\_\_\_\_ Problemas de Industrializacion avanzada in capitalismos tardios y periféricos. Economia de América Latina. Revista de Información y Análises de la Region, México, n.6,s.p., 1981
- \_\_\_\_\_ & SERRA, J. "Além da Estagnação" in SERRA, J. (org.), América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.p.210-251
- TAYLOR, L. Structuralist Macroeconomics Applicable Models for the Third World. New York: Basic Books, 1983
- TEIXEIRA, E. & BIASOTO Jr., G. Setor público nos anos oitenta: desequilíbrios e ruptura do padrão de financiamento. Campinas: IE-UNICAMP, 1988. Mimeo
- TROTSKY, L. A História da Revolução Russa. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1980
- TUSSIE, D. Trading in fear? U.S. hegemony and the open world economy in perspective. In: Murphy, C.N. and Tooze, R. The new international political economy. Hampshire: Macmillan Education, 1991
- VÁRIOS Estudos Avançados, v. 10, n. 26, São Paulo, Jan/Abr, 1996
- VÁRIOS Coletânea de artigos do "Symposium on Uncertainty". In: Journal of Post Keynesian Economics. vol.VI, n.3., Spring 1984

- VÁRIOS Dossiê Florestan Fernandes In: Revista da USP. São Paulo, n. 29, Mar/Mai 96
- VERCELLI, A. Fluctuations and Growth: Keynes, Schumpeter, Marx and the Structural Instability of Capitalism. In: GOODWIN, R.M. et al Non-linear models of Fluctuantin Growth. s.l.,s.n., 1984
- VERCELLI, A. Stagflation and The Recent Revival of Schumpeterian Entrepreneurship. In: FRISCH, H. and GAHLEN, B. (Ed) Causes of Contemporary Stagnation. Yerlag: s.n., 1986. Proceedings of International Symposium Held at the Institute for Advanced Studies, Vienna, Austria
- Uncertainty, Technological Flexibility and Regulation. Siena: Instituto di Economia de Siena, 1988 mimeo
- VERNON, R. International investment and international trade in the product cycle. Quarterly Journal of Economics, Cambridge, n.80, p.190-207, 1966
- Multinationals and national sovereignty. Harvard Business Review. Boston, s.p., april 1967
- VUSKOVIC, P. Concentración y marginalización en le desarrollo latinoamericano. s.l, 1969
- A distribuição de renda e as opções de desenvolvimento. In: SERRA, J. (org.) América Latina: Ensaio de interpretação econômica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- WALLERSTEIN, I. Historical Capitalism. London: Verso, 1989
- WARREN, D. Imperialism and Capitalist Industrialization. New Left Review, London, n. 81, p.3-44, 1973
- WATKINS, A.J. Perspectivas latinoamericanas en los mercados financieros. Revista de la CEPAL. Santiago de Chile, n. 37, s.p., 1989
- WEBER, M. Essais sur la théorie de la science. Paris: Presses & Pocket, 1992
- WILLIAMSON, J. El cambio en las políticas económicas de América Latina. México D.F.: Ed Guernika, 1991

WOMACK, et al. The machine that changed the world. New York: Macmillan, 1990

ZYSMAN, J. Government, Market and Growth. Ithaca: Cornell University, 1983